



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA-UFSC
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS-CFH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GRACIELA MÁRCIA FOCHI

Tecnologias de controle, fabricação de subjetividades e sujeição de gênero:
um estudo a partir do Cemitério Municipal de Indaial/SC

Florianópolis/SC

2023

GRACIELA MÁRCIA FOCHI

Tecnologias de controle, fabricação de subjetividades e sujeição de gênero:
um estudo a partir do Cemitério Municipal de Indaial/SC

Tese desenvolvida na Linha de Pesquisa “Histórias entrecruzadas de subjetividades, gênero e poder” e submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Doutora em História Global.

Orientador: Drº Rogério Luiz Klaumann de Souza

Florianópolis/SC

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Fochi, Graciela Márcia
Tecnologias de controle, fabricação de subjetividades e
sujeição de gênero : um estudo a partir do Cemitério
Municipal de Indaial/SC / Graciela Márcia Fochi ;
orientador, Rogério Luiz Klaumann de Souza, 2023.
307 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. História. 2. Morte e cemitérios. 3. Biopolítica e
governamentalidade. 4. Memória e identidade. 5. Sujeição de
mulheres. I. Souza, Rogério Luiz Klaumann de . II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em História. III. Título.

GRACIELA MÁRCIA FOCHI

Tecnologias de controle, fabricação de subjetividades e sujeição de gênero:

um estudo a partir do Cemitério Municipal de Indaial/SC

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelas seguintes integrantes:

Prof^a Dr^a Joana Maria Pedro

Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC

Prof^a Dr^a Maristela Carneiro

Universidade Federal do Mato Grosso/UFMT

Prof^a Dr^a Mariluci Neis Carelli

Universidade da Região de Joinville/UNIVILLE

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutora em História Global.

Prof^o Dr^o Henrique Espada Rodrigues Lima Filho
Coordenador do Programa de Pós-Graduação

Prof^o Dr^o Rogério Luiz Klaumann de Souza
Orientador

Florianópolis/SC, 2023.

DEDICATÓRIA

À Gema e ao João, avós maternos; à Maria Virgínia e ao João Francisco, avós paternos, — todos *in memoriam* —; à Rita e ao Geraldo, meus pais. À Susie e ao Fox, gata e cachorro respectivamente, pela sensível, tenra e irredutível companhia ao longo desta jornada.

AGRADECIMENTOS

Ao orientador/professor Dr^o Rogério Luiz Klaumann de Souza, às professoras da banca de qualificação Dr^a Joana Maria Pedro e Dr^a Maristela Carneiro, que compuseram a banca de defesa com Dr^a Mariluci Neis Carelli, Dr^a Marcos Fábio F. Montysuma e Dr^a Caroline Jaques Cubas. A todo o corpo docente da Linha de Pesquisa ‘Histórias entrecruzadas de subjetividades, gênero e poder’ e do Programa de Pós-Graduação em História Global, colegas nas disciplinas realizadas, atendentes da secretaria do Programa, da Biblioteca Central, do Restaurante Universitário e demais departamentos da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC que, por sua vez, foram primordiais para que este trabalho se tornasse possível.

Ao programa de dispensa remunerada *strictu senso* do grupo Uniasselvi/Vitru Educação, que possibilitou a dedicação de um turno de trabalho semanal ao desenvolvimento da tese; à Ms^a Francieli Stano Torres, à Ms^a Neuzi Schotten, à Ms^a Gabriela Pedrotti, à Dr^a Kátia Spinelli, à Ms^a Luciane da Luz da Uniasselvi/Vitru Educação, ao Ms^o Marcelo Gonçalves Pitta e ao Ms^o Ricardo Guilherme Radünz Filho da Unisociesc/Ânima Educação — chefias imediatas que, em diversas oportunidades, solidarizaram-se e contemporizaram comigo.

Às pessoas que participaram das entrevistas orais: Ms^a Vanessa Bachmann, Andrea Ishida Rezende, Angela da Silva Oberziner, Arlete de Fátima Ciserino, Jonas Ulisses Oberziner, Ms^o Luiz Cláudio Altenburg, Lídia Struve Pabts, Carolina Meins Petirs, Nedi Terezinha de Andrade, Marco Aurélio de Andrade, Heinz Beyer, Rejane Nadir Bloemer, Roseli Stanck, Rubens Studnicha, Werner Neuert, Dr^a Ilze Zirbel, Antônio José Piasson, Rafael Gomes, Irineu Valmor Wolf, Irlan Alberto Xavier, Edson Batista, Juliane de Cácia Flores Airoso Felipe e Edson Dräger. A contribuição de vocês foi de profunda relevância ao desenvolvimento deste trabalho.

Ao Ms^o Luiz Cláudio Altenburg e ao Wellington Renan Sousa e Sousa, funcionários do Arquivo Histórico Municipal Theobaldo Costa Jamundá, de Indaial/SC, à Marli Westphal Menegazzi, diretora da Fundação Indaialense de Cultura (FIC); à Sandra F. Isle, secretária da Paróquia Evangélica de Confissão Luterana de Indaial; e ao pastor Guilherme Theodoro Fredrich, do Templo Luterano Cristo Salvador de Indaial/SC, por toda disponibilidade e colaboração.

Às arquitetas/urbanistas Danieli Graciolli, Rayane Redivo, Gabriela Martins, Nayara Fernanda Teske Rueckert e à historiadora Regiane Zoboli, que participaram e contribuíram

significativamente desenvolvendo projetos de Iniciação Científica sobre os cemitérios do Médio Vale do Itajaí. Aos acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo, História, Museologia, Teologia e Administração, com quem foi possível dialogar e refletir sobre diversos aspectos ao longo do processo de escrita deste trabalho.

À Dr^a Sueli de Souza Cagneti, Dr^a Ilze Zirbel, Dr^o Sandro Luiz Bazzanella, Dr^a Viviane Wharuwski, Dr^a Magali Moser, Dr^a Carla Craice da Silva, Dr^o Thiago Rodrigo da Silva, Werner Neuauer, Ms^o Luiz Cláudio Altenburg, Dr^a Viviane Alves, Dr^a Maria de Fátima Fontes Piazza, Dr^o Adriano Duarte, Dr^o Yoanky Cordero Gómez, Dr^o Lucas de Melo Reis Bueno, Dr^o Peter Johann Mainka e Dr^a Soraia Carolina de Mello, pelas sugestões e primeiras leituras; Tamara B. G. Altenburg, responsável pela revisão do texto; Rosenilda Silva, psicóloga e terapeuta, que proporcionou inúmeros momentos de respiro e reequilíbrio; Dominique de Andrade e Marielle Santos, professoras de dança árabe, pelos momentos e vivências com a arte, a dança e a cultura, os quais possibilitaram reconexão e empoderamento profundo e sensível.

Às professoras e aos professores Dr^a Yomara Feitosa Caetano de Oliveira Fagionato, Dr^a Lucile Cecília Peruzzo, Dr^a Luciane Schulz, Ms^a Camila Durões Zerbinatti, Dr^a Cláudia Sabrine Brandt, Dr^o Edison Lucas Fabrico, Dr^o André Souza Martinello, Dr^a Kátia Spineli, Dr^a Cassandra Helena Faes, Ms^a Bruna Cataneo Zamparetti, Ms^o Jeferson Augusto da Cruz, Ms^a Caroline Aparecida Guebert, Ms^a Ana Carolina Machado, Dr^a Nadja de Carvalho Lamas, Dr^a Taiza Mara Rauen Moraes, Dr^a Maria Elizia Borges, Dr^o Astor Antônio Diehl e Dr^a Ironita Policarpo Machado, pela inspiração e motivação; Cris Angela Fochi, Beatriz Salvão de Almeida, Raimir Feller, Ms^o Rodrigo de Andrade, Francieli Tramontini, Adrian Marcela Salvador Cabral e Tainá Cristina Braga, pela amizade e compreensão em meio às distâncias e ausências ocorridas.

“O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.”

Tese VI. Teses sobre o conceito de História
(BENJAMIN, 1987, p. 223)

RESUMO

É possível compreender que as concepções e práticas da morte, do morrer, o destino dos corpos, os locais de sepultamento e as tradições fúnebres, como se apresentam na contemporaneidade, encontram-se circunscritas numa perspectiva e trajetória histórica das sociedades, que foram plasmadas no entrecruzamento de condicionantes políticos, econômicos, religiosos, sociais, culturais, entre outros; assim como os cemitérios constituem lugares de memória; que os jazigos, as casas e as lápides, junto aos itens e conteúdos dispostos neles, tais como os dados biográficos (nome e sobrenome, data de nascimento e falecimento), retratos, imagens, frases, esculturas, entre outros, representam suportes e referências de memória e de identidade. Supondo que os cemitérios, os quais são regidos por legislações e conjuntos de procedimentos veiculados e deliberados pelo poder público municipal, caracterizam práticas de biopolítica, tecnologias de controle e relações de poder, almeja-se verificar se as tecnologias de controle, implementadas por meio de legislações que recaem aos usuários dos cemitérios públicos, impactam as tradições e os costumes relacionados à morte e ao morrer. Problematisa-se que as previsões das legislações para com os cemitérios, que os conteúdos dispostos sobre os jazigos e no interior das casas e que as práticas de manutenção dos jazigos e dos conteúdos sugerem relações de poder e de gênero, e que a fabricação das subjetividades dos indivíduos pode ser responsável por ilustrar e traduzir relações de sujeição das mulheres. Para verificar, analisar e refletir essas hipóteses e problematizações, como campo de pesquisa foi escolhido o Cemitério Municipal de Indaial/SC; as legislações vigentes que o regem; as imagens dos conteúdos que se encontram dispostos junto a seus jazigos e suas lápides; seus epitáfios, tais como dados biográficos, paramentos, simbologias, entre outros; o conteúdo de entrevistas de pessoas que possuem experiências de morte no quadro familiar e de funcionários que atuam na administração dos cemitérios da cidade de Indaial.

Palavras-chave: Biopolítica. Memória e Identidade. Sujeição de mulheres.

ABSTRACT

It is possible to understand that the conceptions and practices of death, dying, the fate of bodies, burial places and funeral traditions, as they are presented in contemporary times, are circumscribed in a perspective and historical trajectory of societies, which were shaped in the intersection of psychological, psychological, religious, social, cultural conditions, among others; just as cemeteries are places of memory; that the tombs, houses and tombstones, together with the items and contents received in them, such as biographical data (name and surname, date of birth and death), portraits, images, phrases, sculptures, among others, represent supports and references memory and identity. Assuming that the cemeteries, which are governed by legislation and sets of procedures conveyed and deliberated by the municipal public power, characterize practices of biopolitics, control technologies and power relations, the aim is to verify whether the control technologies, incorporated through legislations that fall to the users of public cemeteries, impact the traditions and customs related to death and dying. It is problematized that the predictions of legislation regarding cemeteries, that the contents on the tombs and inside the houses and that the practices of maintenance of the tombs and contents provide relations of power and gender, and that the instruction of the subjectivities of the individuals may be responsible for illustrating and translating women's subjection relationships. To verify, analyze and reflect on these hypotheses and problematizations, the Municipal Cemetery of Indaial/SC was chosen as a research field; the legislation in force that governs it; the images of the contents that are arranged next to their vaults and tombstones; their epitaphs, such as biographical data, vestments, symbols, among others; the content of interviews with people who have experiences of death in the family and with employees who participate in the administration of cemeteries in the city of Indaial.

Keywords: Biopolitics. Memory and Identity. Subjection of women.

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A: Termo de esclarecimento e livre consentimento/TELC.....	304
Apêndice B: Roteiro perguntas para entrevistas individuais.....	305
Apêndice C: Roteiro de entrevista com administradores dos cemitérios.....	306
Apêndice D: Roteiro de entrevista com morador da comunidade Mulde.....	307

LISTA DE MAPAS, QUADROS, TABELAS, GRÁFICOS E FIGURAS

Mapa 01: Localização de Indaial no estado de Santa Catarina.....	113
Quadro 01: Síntese das dinâmicas e das atividades relacionadas ao cemitério.....	135
Tabela 01: Confissão religiosa da população de Indaial/SC.....	168
Gráfico 01: Confissão religiosa da população de Indaial/SC a.....	168
Gráfico 02: Confissão religiosa da população de Indaial/SC b.....	169
Figura 01: <i>Dólmenes</i> na Coreia do Sul.....	81
Figura 02: Vallende bladeren (folhas caíndo) . Les Alyscamps. Van Gogh, 1888.....	83
Figura 03: Cemitério da Igreja São João Batista/ Cirencester/Inglaterra.....	85
Figura 04: Recorte do balancete da despesa orçamentária de julho de 1939.....	116
Figura 05: Recorte do balancete da receita e despesa de abril de 1940.....	116
Figura 06: Registro do segundo falecimento do ano de 1939.....	118
Figura 07: Registro do local de sepultamento do 2º falecimento do ano de 1939.....	118
Figura 08: Registro de sepultamentos no dia 02/10 e 23/12 de 1939.....	119
Figura 09: Disposição dos jazigos transferidos e sepultamentos do cemitério.....	122
Figura 10: Cemitério Municipal de Indaial e região limítrofe.....	123
Figura 11: Imagem aérea do Cemitério Municipal de Indaial/SC.....	124
Figura 12: Antigo acesso principal do cemitério.....	125
Figura 13: Atual entrada principal do cemitério.....	125
Figura 14: Ruas que possibilitam veículos e pedestres.....	126
Figura 15: Máquina usada na ampliação da área de sepultamentos.....	127
Figura 16: Carneiras/covas em espera e sepultamentos recente.....	128
Figura 17: Sepultamentos de 2022 na região oeste do cemitério.....	129
Figura 18: Cemitério da Mulde.....	131

Figura 19: Acesso principal do cemitério Mulde e jazigos nas proximidades.....	132
Figura 20: Interior do cemitério municipal em 23 de outubro de 2022.....	141
Figura 21: Região do cruzeiro central em 29 de outubro de 2022.....	141
Figura 22: Interior do cemitério em 29 de outubro de 2022 a.....	141
Figura 23: Interior do cemitério em 29 de outubro de 2022 b.....	142
Figura 24: Estrutura para os atos religiosos, registro no dia 01/11/2022.....	143
Figura 25: Estrutura de atendimento, registro no dia 02/11/2022.....	143
Figura 26: Placa na principal entrada do cemitério.....	145
Figura 27: Jovens e animal de estimação no interior do cemitério.....	146
Figura 28: Pessoas adultas animal de estimação no interior do cemitério.....	147
Figura 29: Jazigos antigos e recentes no cemitério Mulde a.....	154
Figura 30: Jazigos antigos e recentes no cemitério Mulde b.....	156
Figura 31: Urna com cinzas mortuárias no interior do CMI.....	157
Figura 32: Placa ilustrativa e orientativa no CMI.....	160
Figura 33: Jazigos dos sepultamentos transferidos.....	161
Figura 34: Proximidade entre o jazigo da ‘cigana’ e do ‘neto’.....	163
Figura 35: Jazigo da ‘cigana’ a.....	164
Figura 36: Jazigo da ‘cigana’ b.....	164
Figura 37: Jazigo do ‘neto da cigana’ a.....	165
Figura 38: Jazigo do ‘neto da cigana’ b.....	166
Figura 39: Com Pai e Mãe de Santo no Templo de Umbanda Guerreiros deOgum/TUGO.....	170
Figura 40: Homenagem no Dia de Finados de 2021.....	172
Figura 41: Homenagens no Dia de Finados de 2022.....	172
Figura 42: Cruzeiro central no Dia de Finados de 2022.....	173
Figura 43: Cruzeiro central do CMI no dia 03 de novembro de 2022.....	174
Figura 44: Culto da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil.....	180
Figura 45: Missa da Igreja Católica Paróquia Nossa Senhora de Fátima.....	180
Figura 46: Missa da Igreja Católica Paróquia Santa Inês.....	180
Figura 47: Apresentação de música instrumental.....	181
Figura 48: Homenagens do grupo de Umbanda.....	181
Figura 49: Conjunto de imagens com esculturas religiosas cristãs.....	186
Figura 50: Paisagem do cemitério com esculturas de Cristo Redentor.....	188
Figura 51: Três lápides no formato de violão.....	189

Figura 52: Inscrições na tampa das carneiras.....	191
Figura 53: Jazigo junto ao cruzeiro central do cemitério.....	192
Figura 54: Composição no interior de uma casa.....	194
Figura 55: Lápide com ilustração de motociclista e frase.....	195
Figura 56: Lápides em jazigo de soldado do Exército.....	196
Figura 57: Jazigo de soldado do Exército.....	197
Figura 58: Lápide de sepultamento de irmãos.....	198
Figura 59: Lápide com Estrela de Davi e versículo bíblico.....	201
Figura 60: Lápide com ornamentos de coração.....	202
Figura 61: Lápide no formato de livro aberto com imagem de caminhão.....	203
Figura 62: Lápide de motociclista.....	203
Figura 63: Lápide com palavras metálicas.....	204
Figura 64: Lápide com frase de apreço dos familiares.....	205
Figura 65: Lápide com esfinge de leão, frase, cruz e lanterna.....	205
Figura 66: Lápide com imagem de homem andando de charrete e cavalos.....	206
Figura 67: Lápide com frase e caminhão.....	207
Figura 68: Casas com diferentes estruturas e materiais.....	209
Figura 69: Casa com banquinho para sentar-se.....	210
Figura 70: Interior de casa I.....	211
Figura 71: Interior de casa II.....	211
Figura 72: Interior de casa III.....	212
Figura 73: Três gerações de mulheres: neta, mãe e avó.....	215
Figura 74: Duas gerações: filha, mãe e pai.....	216
Figura 75: Filha que conduz os pais no interior do cemitério.....	216
Figura 76: Mãe, filha e genro junto à jazigo.....	217
Figura 77: Fotografias de casais em um único retrato.....	230
Figura 78: Lápide em jazigo de mulher.....	231
Figura 79: Jazigo com duas esculturas.....	242
Figura 80: Pietà. Michelangelo, 1499.....	244
Figura 81 Jazigo com frontão e paredes laterais com altos-relevos.....	245
Figura 82: Livro aberto sob o jazigo.....	248
Figura 83: Frase sobre tampa de jazigo.....	248
Figura 84: Lápide com fotos e itens que ilustram a atuação profissional.....	250
Figura 85: Lápide no formato de peixe e placas de homenagem.....	250

Figura 86: Lápide com apelido do falecido.....	251
Figura 87: Lápide com diversos itens da tradição gaúcha.....	252
Figura 88: Lápide com retrato, conteúdo descrito e equipamento de trabalho.....	253
Figura 89: Réplica de instrumento de trabalho em jazigo de homem.....	254
Figura 90: Jazigo com fotos, frase e itens pessoais femininos.....	254
Figura 91: Imagens religiosas e máquina de costura em jazigo de mulher.....	256
Figura 92: Itens de artesanato e esculturas religiosas em jazigo de mulher.....	256
Figura 93: Lápide com ilustração de cozinheira.....	257
Figura 94: Lápide com imagens que ilustram flores.....	258
Figura 95: Lápide no formato de instrumento musical em jazigo de mulher.....	259
Figura 96: Mulheres conversando no interior do cemitério I.....	261
Figura 97: Mulheres conversando junto ao jazigo II.....	262
Figura 98: Mulheres conversando e se alimentando no interior do CMI.....	262
Figura 99: Presença de homens no cruzeiro central no dia 02/11/22.....	263
Figura 100: Presença de homens junto aos jazigos no dia 02/11/22.....	263
Figura 101: Familiares conversando e rindo no interior do CMI.....	264

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEC: Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais.

AHMT CJ: Arquivo Histórico Municipal Theobaldo Costa Jumandá.

ASCE: Association of Significant Cemeteries in Europa (Associação dos Cemitérios Significativos da Europa).

CMI: Cemitério Municipal de Indaial.

CM: Cemitério da Mulde.

FIC: Fundação Indaialense de Cultura.

IBGE: Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IECLB: Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

RED: Red Iberoamericana de Cementerios Patrimoniales (Rede Ibero-americana de Cemitérios Patrimoniais).

RNT: Rede Nacional de Tanatologia.

TELC: Termo de Esclarecimento e Livre Consentimento.

TUGO: Templo de Umbanda Guerreiros de Ogum.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: intenções de pesquisa e principais problematizações.....	16
PRIMEIRO CAPÍTULO: principais concepções da morte e do morrer, a trajetória dos cemitérios e da memória nas sociedades ocidentais.....	58
1. Principais concepções sobre a morte e o morrer.....	59
1.1. Morte-renascimento e a sobrevivência do duplo.....	62
1.2. A imortalidade da alma.....	64
1.3. A morte domada e as dúvidas diante do destino das almas.....	67
1.4. A morte em crise.....	69
1.5. A morte como tabu.....	70
2. Os diferentes percursos e destinos dos cemitérios.....	76
2.1. As primeiras moradas definitivas.....	79
2.2. Ao longo das principais estradas.....	80
2.3. No interior das cidades.....	82
2.4. Para fora das cidades.....	83
2.5. O retorno às cidades.....	87
3. Os cemitérios como necessidade da urbanidade e sua natureza jurídica.....	89
3.1. A presença da morte e dos cemitérios em documentos/diretrizes sobre as cidades.....	90
3.2. O Direito funerário e a natureza jurídica dos cemitérios públicos brasileiros.....	94
4. Oralidade e memória como conhecimento histórico e popular.....	99
4.1. Sociedades/comunidades de memória.....	101
5. Considerações provisórias.....	104
SEGUNDO CAPÍTULO: tecnologias de controle do território e da população no Cemitério Municipal de Indaial/SC.....	107
1. A criação dos cemitérios públicos no Brasil e do Cemitério Municipal de Indaial/SC.....	109
2. A disposição atual do cemitério.....	118
2.1. Acessos, vizinhança e alocações.....	120
2.2. Principais demandas relacionadas ao cemitério.....	132
3. O funcionamento do cemitério e a circulação das pessoas.....	134
3.1. O Dia de Finados no contexto do cemitério.....	138
3.2. Previsões aos demais dias do ano.....	142
4. Considerações provisórias.....	146

TERCEIRO CAPÍTULO: previsões legais, contingências populacionais, suportes da memória e da identidade.....	149
1. Aspectos históricos, religiosos e culturais dos cemitérios de Indaial/SC.....	150
1.1. Os itens destinados às homenagens e aos rituais.....	156
1.2. Homenagens e oferendas no jazigo da ‘cigana’ e do ‘neto da cigana’	161
2. Dados estatísticos religiosos e as contingências populacionais.....	165
3. Aspectos de identidades e memórias no interior do cemitério.....	174
3.1. Lugares e conteúdos de memórias coletivas.....	176
3.2. Inscrições de memórias e identidades junto aos jazigos.....	188
3.3. Inscrições de memórias e identidades junto às lápides.....	199
3.4. A mediação dos conteúdos de memória e identidade.....	212
4. Considerações provisórias.....	216
QUARTO CAPÍTULO: relações de poder, sujeição de gênero e fabricação de subjetividades.....	219
1. Relações de poder e de gênero.....	220
2. A sujeição das mulheres e o patriarcado.....	224
2.1. A operacionalização do patriarcado.....	226
3. Sujeição de gênero e a fabricação das subjetividades.....	238
3.1. Possibilidades e subjetividades de homens e mulheres.....	246
3.2. Presença e participação relacionada ao Dia de Finados.....	258
4. Fabricação de subjetividades e a ambivalência da sujeição.....	264
5. Considerações provisórias.....	267
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	270
REFERÊNCIAS.....	281
Arquivos documentais.....	281
Legislações e cartas.....	281
Entrevistas orais.....	281
Referências bibliográficas.....	285

i. INTRODUÇÃO: INTENÇÕES DE PESQUISA E PRINCIPAIS PROBLEMATIZAÇÕES

O Ocidente contemporâneo, em especial a partir da segunda metade do século XX e das primeiras décadas do século XXI, tem sido caracterizado por uma densa crise dos valores tidos como civilizatórios, éticos e morais; pelo avanço austero e profundamente articulado de mecanismos e de interesses do mundo dos negócios e da especulação financeira; pelo drástico recuo do bem-estar social; pelo encarecimento do custo médio de vida; pela proliferação vertiginosa de grupos e seitas religiosas denominados ‘neopentecostais’, ou cristãos renovados; por polarizações políticas, em especial de extrema-direita; por atualizações de movimentos como do fascismo e do nazismo; pelo revisionismo de fenômenos e fatos históricos cuja reescrita tem se dado sob a égide de narrativas relativistas que favorecem anacronismos, ideologismos e negacionismos; e pela proliferação de ‘não verdades’, versões e narrativas que não conferem e/ou distorcem os fatos e acontecimentos, as quais, por sua vez, são veiculadas como *fake news* e disseminadas por meio das mídias virtuais de amplo alcance e impacto social.

No que tange às experiências e relações com a morte e com o morrer, tem-se um quadro geral de aguda *secura* espiritual, cadenciado pelo silêncio e pela interdição; de negação do processo de envelhecimento; de distanciamento em relação aos processos de adoecimento e dos cuidados terminais dos moribundos; da transferência e do encaminhamento dos adoecidos aos espaços clínicos e hospitalares públicos e, cada vez mais, privados/particulares; da terceirização dos serviços funerários; de encurtamento do tempo de velórios e da simplificação das homenagens fúnebres; e do esvaziamento dos processos de elaboração do luto. Esses aspectos podem ser responsáveis por performar as relações com a morte e o morrer, numa dinâmica de sucessivas discontinuidades em relação aos costumes e tradições até então experimentados e praticados por diferentes grupos e comunidades.

Uma compreensão mais apropriada desse cenário requer que se remonte ao contexto do declínio da Idade Média em meio à expansão da classe burguesa, ao dinamismo econômico do mercantilismo, do capitalismo e do liberalismo, que juntos forjaram toda uma renovação do pensamento filosófico, do vigor e do desejo por liberdade, da satisfação e do poder do saber. O liberalismo empreendeu uma espécie de cruzada que ultrajou mitos, sacerdotes, déspotas, templos, tradições e modos comunitários, sob o pretexto de que estes seriam os principais responsáveis por todo o obscurantismo e toda a alienação do período. Somam-se a isso os acontecimentos que marcaram o final dos séculos XVIII e XIX, quando que se deu a forte onda

de migração da população do meio rural para os centros urbanos; a substituição das atividades produtivas manuais, artesanais e manufatureiras pelas atividades industriais e automatizadas; bem como o enfraquecimento dos vínculos familiares, da vida e das atividades comunitárias e religiosas.

Nos termos de Foucault (2008, p. 197), emblemático pensador francês da segunda metade do século XX, a partir de então será solicitado que:

Todo indivíduo tenha rendimentos suficientemente elevados de modo que possa, seja diretamente e a título individual, seja pela intermediação coletiva das sociedades de ajuda mútua, se garantir por si mesmo contra os riscos que existem, ou também contra os riscos da existência, ou também contra essa fatalidade da existência que são a velhice e a morte, a partir do que constitui sua própria reserva privada.

Conforme sugere o autor, o crescimento econômico anunciava que todos os indivíduos deveriam alcançar um nível de renda que lhes possibilitasse adquirir seguros individuais, o acesso à propriedade privada e/ou a capitalização individual ou familiar, com os quais poderia se prevenir, sem a intervenção de outrem ou de instituições, diante dos riscos e da fatalidade da existência. Morin (1970, p. 240), pensador francês, corrobora explicando que, com a proeminência das noções liberais, a filosofia, a ciência e a ideia de morte também foram impactadas:

A filosofia passa a ser paracientífica, como na aurora do pensamento grego, mas em função de uma ciência do futuro, da magia e do esoterismo. A integração gradual, no seu seio, dos métodos das ciências da natureza e a gradual libertação, fora do seu seio, das ciências do homem determinarão um clima filosófico em que os progressos implacáveis de rigor crítico expulsarão o milagre e o sobrenatural, descreditando nas atitudes religiosas e reciprocamente, promovendo o recalçamento das ideias de morte. (MORIN, 1970, p. 240)

Ariès (1989), historiador medievalista francês do século XX, descreve que, cada vez mais, as sociedades contemporâneas se afastam da ideia da morte. Em outros momentos históricos e em outras sociedades, como na época medieval, as pessoas adoeciam e esperavam pelo momento da morte em sua própria casa, na qual também ocorria o velório, em que participavam todos os membros da família; os familiares e amigos acompanhavam o traslado do corpo do falecido até o cemitério por meio de uma procissão, quando aconteciam as últimas homenagens e o respectivo sepultamento. As pessoas estavam familiarizadas com a experiência da morte, com a perda de entes queridos; a morte fazia parte do cotidiano, possibilitava todo um processo social específico, era uma cerimônia pública e organizada.

Elias (2001), sociólogo alemão do século XX, explica que, atualmente, enfermos e moribundos acabam sendo transferidos para clínicas e hospitais, de onde partem somente após o falecimento. A partir do registro do falecimento, são encaminhados aos serviços funerários; posteriormente, levados a uma casa mortuária ou sala de velório e, finalmente, saem para o respectivo cemitério ou crematório. No decorrer dessa jornada, cumprem-se protocolos e realizam-se solenidades que envolvem diretamente o ente falecido; já as pessoas familiares responsáveis e que acompanham o falecido se mantêm numa espécie de silêncio contemplativo, distantes e indiferentes e, uma vez que foram dados os encaminhamentos finais, retornam, rapidamente, aos seus afazeres, demandas de trabalho e atividades sociais, independentemente de como possam estar se sentindo. Dito de outro modo, uma vez que a morte e o morrer têm sido conduzidos cada vez mais no interior de hospitais, em clínicas e por funerárias, tem-se produzido paulatinamente mais experiências de esfriamento das relações afetivas para com os momentos finais da vida e na relação com a morte.

Outro aspecto está em que, atualmente, em sua grande maioria, os cemitérios públicos contam com o perímetro original preenchido, geralmente sem possibilidade de ampliação, cenário que é agravado pelo esgotamento de vagas em jazigos e/ou casas já edificadas no interior dos cemitérios. Com a intenção de atender à demanda de sepultamentos, o poder público tem implementado projetos alternativos, como o de cemitérios verticais, em que os corpos são dispostos em gavetas — lado a lado e um em cima do outro —, assim como também tem favorecido a coexistência de grupos privados/particulares que oferecem espaço para sepultamentos em cemitérios jardim e/ou cemitérios parque, e tem autorizado a criação e o funcionamento de crematórios.

À luz dos escritos de Foucault (2013), problematiza-se que os cemitérios, assim como hospitais psiquiátricos e presídios, constituem espaços periféricos que se inserem num sistema total/global¹. Esses espaços encontram-se regidos por normas, padrões e legislações, formando

¹ Nesse sentido, tem-se os escritos do pensador francês do século XX Baudrillard (1996), que apontam num sentido um tanto quanto complementar em relação à morte e aos espaços dos cemitérios no contexto da contemporaneidade. O autor explica que, pouco a pouco, os mortos foram postos para fora do círculo simbólico do grupo, extraditados das cidades e gradativamente deixam de existir. Nas palavras do autor: “Das sociedades selvagens às modernas, a evolução é irreversível: pouco a pouco, os mortos deixam de existir. Acabam sendo rejeitados, jogados para fora da circulação simbólica do grupo. Não são seres integrais, parceiros dignos da troca e fazemos que se deem conta disso ao prescrevê-los para cada vez mais longe do grupo dos vivos, da intimidade doméstica aos cemitérios, primeiro grupo ainda no coração do vilarejo ou da cidade, depois primeiro gueto e prefiguração de todos os guetos futuros, rejeitados para cada vez mais longe do centro, rumo à periferia, para lugar nenhum enfim, como nas cidades novas ou nas metrópoles contemporâneas, nas quais nada mais se prevê para os mortos, nem no espaço físico nem no mental. Mesmo os loucos, os delinquentes, os anômalos podem encontrar uma estrutura de acolhimento nas cidades novas, isto é, na racionalidade de uma cidade moderna — só a função-morte não pode ser nela programada e localizada. A

um sistema que se pode chamar de biopolítica. Sendo assim, quer-se abordar os espaços dos cemitérios para além de meros locais que constituem equipamentos e fazem parte da paisagem urbana, destinados a atender as necessidades de alocação de corpos e restos mortais da população falecida.

Foucault (1979) descreve que, em qualquer sociedade, para que o poder consiga se inscrever no nível macrossocial, total e global e para que adquira *status* de verdade universal, precisa estar investido de discursos de verdade. Para tanto, deve contar com delimitação formal e justificativa numa forma abstrata o suficiente para que seja introjetado psicologicamente em meio à sociedade. O referido autor (2008b) descreve que o território constitui uma noção jurídico-política adequada aos modelos de Estado de direito, que se encontra apoiado em leis e regimentos; que funda uma noção administrativa que envolve uma territorialidade de tipo fronteira e que se baseia em regimentos e disciplinas; bem como é uma noção de governo, no qual acaba sendo exercido o poder disciplinar que almeja esquadrihar o espaço e exercer o controle da população que dele se vale, nele vive e nele morre.

Foucault (2008a) explica que as tecnologias de controle permitem normatizar o território, a circulação das mercadorias e da população, o comportamento e a conduta dos indivíduos; que tais tecnologias são traduzidas em permissões, proibições, regras e obrigações; e que têm por finalidade obter o controle e a sujeição sobre todos, bem como eliminar qualquer anomalia, desvio e alteridade. O poder disciplinar consiste em métodos e técnicas que permitem o controle minucioso sobre o corpo e que empreendem a sujeição das forças, visando, como resultado, obter corpos dóceis e úteis (Foucault, 1999). Dito de outro modo, consiste em uma coerção calculada que perpassa todas as partes do corpo, até a automação dos hábitos e a transformação do corpo em uma máquina de produção.

Han (2017), escritor sul-coreano contemporâneo radicado na Alemanha, a respeito da perduração da sociedade disciplinar, tece análises e comparativos distintos em relação às teorizações apresentadas por Foucault. No que concerne aos primeiros anos do século XXI, o autor escreve que:

A sociedade disciplinar de Foucault, feita de hospitais, asilos, presídios, quartéis e fábricas, não é mais a sociedade de hoje. Em seu lugar, há muito

bem dizer, não se sabe mais o que fazer em relação a isso. Porque hoje não é normal estar morto, e isso é novo. Estar morto é uma anomalia inconcebível, todas as outras acabam sendo inofensivas diante desta. A morte é uma delinquência, um desvio incurável. Nada de lugar nem de espaço/tempo destinados aos mortos, seu lugar é inencontrável, ei-los rejeitados na utopia radical — nem mesmo continuam a ser enterrados: volatilizados” (BAUDRILLARD, 1996, p. 173). Compreende-se que a percepção dos dois autores é assertiva, em especial porque Baudrillard não chega a se opor aos escritos de Foucault. De certo modo, nesse aspecto, desdobrou e exacerbou o que havia sido proposto pelo autor anteriormente.

tempo, entre uma outra sociedade, a saber, uma sociedade de academias de fitness, prédios de escritório, bancos, aeroportos, shopping centers e laboratórios de genética. A sociedade do século XXI não é mais a sociedade disciplinar, mas uma sociedade de desempenho. Também seus habitantes não se chamam mais de “sujeitos da obediência”, mas sujeitos do desempenho e produção. (HAN, 2017, p. 23)

E prossegue na página seguinte, onde afirma que “A sociedade disciplinar é uma sociedade da negatividade. É determinada pela negatividade da proibição” (HAN, 2017, p. 24). Ele aprofunda sua divergência e se distancia do pensamento foucaultiano com as seguintes inferências:

No lugar de proibição, mandamento ou lei, entram projeto, iniciativa e motivação. A sociedade disciplinar ainda está dominada pelo não. Sua negatividade gera loucos e delinquentes. A sociedade do desempenho, ao contrário, produz depressivos e fracassados. [...] A partir de determinado ponto de produtividade, a técnica disciplinar ou o esquema negativo de proibição se choca rapidamente com seus limites. Para elevar a produtividade, o paradigma da disciplina é substituído pelo paradigma do desempenho ou pelo esquema positivo do poder, pois a partir de um determinado nível de produtividade, a negatividade da proibição tem um efeito de bloqueio, impedindo um maior crescimento. A positividade do poder é bem mais eficiente que a negatividade do dever. Assim, o inconsciente social do dever troca de registro para o registro do poder. O sujeito de desempenho é mais rápido e mais produtivo que o sujeito da obediência. O sujeito de desempenho continua disciplinado. (HAN, 2017, p. 25)

Diante do exposto, não se pode negar que existe forte potencial assertivo na análise e na tese proposta por Han (2017), porém a ‘sociedade do desempenho’ ainda não conta com todo o arcabouço de ‘sistemas e regimes de verdade’ como os que sustentam o poder disciplinar — que, por sua vez, remontam aos constructos ainda da antiguidade clássica, em especial da sociedade romana, e que constituem todo um aparato denso e pesado e que se move numa dinâmica lenta e vagarosa na direção de mudanças do *modus operandi* das sociedades ocidentais. Em especial, ainda não está, pelo menos ao que parece, arregimentado suficientemente no interior das estruturas políticas, jurídicas e institucionais da contemporaneidade.

Sendo assim, sugerir que os códigos, as legislações e as normatizações de imperativo negativo encontram-se superadas pode ser um ledor engano. Não se pode negar que ocorreram transformações, principalmente a partir da austeridade dos processos de implementação dos sustentáculos do que é comumente chamado de ‘neoliberalismo’. Foucault já havia chamado atenção para a versatilidade, o requinte, o refinamento e a sofisticação que os códigos, as

legislações e as normatizações de imperativo negativo tinham adquirido ao longo do século XX, todavia, acaba sendo inoportuno lhes conferir potencial e dinamicidade totalizante².

Os esforços de Foucault sugerem ainda pensar que a morte, os cemitérios e os mortos também estão situados em meio ao conjunto de procedimentos, regras e jogos da verdade veiculados por instituições, legislações e sujeitos e que estes caracterizam práticas e relações de poder. De acordo com tais perspectivas, apresento a hipótese e a problemática deste estudo, no sentido de que a gestão da morte, via deliberação dos espaços dos cemitérios e dos jazigos, encontra-se permeada por relações que cadenciam estratégias da biopolítica e que, por sua vez, são responsáveis por forjar as subjetividades das populações diante das experiências da morte e no zelo pela memória e história da família e dos indivíduos.

Bergson (1999), filósofo francês, explica que a memória possui também função fantástica e eufemista, que ignora a decadência e a morte, que afronta o tempo, alisa e disfarça as marcas físicas/conceituais e transveste o passado com uma aura idealizada e romântica. A pesquisadora brasileira Felix (2002) entende que memória é essencialmente um ato de evocação, ou seja, é o ato de recuperar mentalmente a imagem. Portanto, é um ato de representação do real que se dá por meio de imagens mentais, pois o passado, como tal, não volta, ele apenas retorna em forma de lembranças.

Coelho (1997), pensador brasileiro da cultura, apresenta que não se trata de referências passivas, fragmentadas e isoladas; a memória opera como um ícone, uma fração que reserva um todo. A memória participa da natureza do imaginário (conjunto de imagens) não gratuito, tratando-se de um princípio de organização que ordena o conjunto de todas as referências. Numa perspectiva distinta, Certeau (1994), historiador francês, argumenta que a memória é produzida num lugar que não lhe é próprio; na verdade, a memória é como os pássaros: valem-se de ninhos de aves de outras espécies e lá põem seus ovos. Rossi (201), pensador italiano, contribui afirmando que a memória:

² Entendo que, em determinadas estruturas e em certos contextos, como os que são profundamente urbanizados e tecnológicos, nos quais predomina a presença e a deliberação do setor econômico privado e financeiro, cujas atividades produtivas estão centradas em atividades como do comércio, de serviços informatizados e de inteligência, em espaços empresariais corporativos, nas *Big Techs* (grandes marcas relacionadas às tecnologias computacionais), nas *Big Farms* (grandes marcas de laboratórios relacionados à saúde), nos *Think Tanks* (centros e grupos de inteligência e estratégia), nos *Big Dates* e nas atividades relacionadas ao *design*, *marketing*, entre outros, as características das ‘sociedades do desempenho’ sejam mais tangíveis e perceptíveis. Já no que diz respeito aos cenários e contextos em que ocorre a presença do poder público, dos aparelhos e das instituições de governo tradicionais regulamentando a ‘ordem do dia’ das populações, as proposições do autor parecem pouco profícuas. Ressalta-se ainda que os equipamentos urbanos, tais como escolas, hospitais, asilos, presídios, quartéis, fábricas, manicômios, cemitérios, entre outros equipamentos, encontram-se visivelmente presentes nas cidades de sul a norte, de oeste a leste dos hemisférios e encontram-se, em sua grande maioria, ainda sob a deliberação do poder estatal. Pode ser que, em um momento futuro, os aspectos apontados por Han (2017) adquiram maior consistência e robustez e ganhem expressivas proporções.

[...] é sempre vaga, fragmentária, incompleta, sempre tendenciosa em alguma medida. A memória faz que os dados caibam em esquemas conceituais, reconfigura sempre o passado tendo por base as exigências do presente. (ROSSI, 2010, p. 28)

Le Goff (1990), medievalista francês, discute que uma das grandes preocupações das classes, dos grupos e dos indivíduos que dominaram as sociedades históricas consistiu em forjar estruturas legais/oficiais e se tornar senhores monitores da memória e do esquecimento. Assim, as memórias e os seus espaços não são espontâneos e naturais, seus agentes vigiam e definem o que há de ser lembrado e o que deve e pode ser esquecido. A título de ilustração, tem-se que arquivos de guerras e de ditaduras, em que os governos, com receio do ônus e da responsabilidade que lhes poderiam recair, destruíam os vestígios e/ou restringiam (e ainda restringem) o acesso das partes interessadas e da imprensa.

Os escritos da historiadora brasileira Heymann (2006) corroboram no sentido de que, para além das novas memórias, existem os deveres que recaem à memória:

Um aspecto importante nesse contexto diz respeito ao aparecimento de novas memórias no espaço público – ao emergirem na cena social, afirmando sua identidade, os grupos trazem à luz uma memória, para a qual buscarão reconhecimento. Mais do que isso, entre as lutas por direitos, ganha lugar a luta por manter viva essa memória, mas também por conquistar espaço no discurso histórico a partir de uma revisão das interpretações sobre o passado, por figurar nos livros e manuais escolares, por ver-se incluído no calendário oficial de comemorações, reivindicações que têm como objetivo reparar o silêncio e a invisibilidade que, muitas vezes, marcaram a vida dessas coletividades, e promover a sua integração à história da nação a partir de uma nova perspectiva. (HEYMANN, 2006, p. 3)

Numa perspectiva divergente e crítica, Nora (1993, p. 13), historiador francês, diz que, ao abordar a memória pelo aspecto do que deve e pode ser lembrado, comemorado e festejado, é necessário não perder de vista os seguintes aspectos:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, é preciso criar arquivos, é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notoriar atas, porque essas operações não são naturais. [...] Sem vigilância comemorativa, a história depressa as varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de constituí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que elas envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, salvá-los e petrificá-los, eles não se tornariam lugares de memória. É este vai e vem que os constitui. [...] Museus, arquivos, cemitérios, coleções, festas, aniversários, tratados,

processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade.

O pesquisador chama todo esse aparato de ‘vigilância comemorativa’ e adverte que os empreendimentos e movimentos oficiais/festivos possuem caráter nostálgico. Segundo o autor, todos esses ‘atos’ de piedade e devoção com a memória e a história nada mais são do que os rituais de uma sociedade sem rituais, sacralizações passageiras de espíritos francamente dessacralizados, de diferenciações que almejam o nivelamento, particularismo de uma sociedade que procura aplainar e homogeneizar o diferente e o peculiar. Ciente do posicionamento do autor, ressalto que os escritos de Nora (1993) em parte são oportunos nos termos de que problematizo que os cemitérios e os jazigos, que ganham volume com a arquitetura de jazigos e/ou das casas/capelas, a presença de esculturas, de lápides, epitáfios, paramentos e toda a paisagem cemiterial constituem espaços de memória; e que as datas comemorativas como 02 de novembro - Dia de Finados, Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Pais e Dia das Crianças, como apresenta o autor, compõem os rituais de vigilância comemorativa.

A escritora norte-americana Sontag (2003, p. 96), numa perspectiva distinta, descreve que:

Recordar é um ato ético, tem um valor ético em si mesmo e por si mesmo. A memória é, de forma dolorosa, a única relação que podemos ter com os mortos. Portanto, a crença de que recordar constitui um ato ético é profunda em nossa natureza de seres humanos, pois sabemos que vamos morrer e ficamos de luto por aqueles que, no curso normal da vida, morrem antes de nós — avós, pais, professores e outros amigos.

Pollak (1992), sociólogo austríaco, explica que os monumentos aos mortos, por exemplo, podem servir de base a uma lembrança de um período que a pessoa viveu por ela mesma ou de um período vivido por tabela pelo fato do pertencimento ao grupo. No sentido de pertencimento, Halbwachs (1990), sociólogo francês, sugere que se pense que o interior do cemitério representa um espaço compartilhado, no qual o cristianismo foi responsável por constituir uma espécie de base e linguagem comum — um amálgama que, por sua vez, exerce um poder hegemônico sobre as tradições e práticas ritualísticas, que traduz, permuta e negocia a relação entre a memória coletiva e a memória individual/familiar.

No que diz respeito às memórias familiares, Halbwachs (1990) apresenta que existem costumes e maneiras de pensar que são próprios de cada família. Mesmo diante de alterações e reinvenções, a memória familiar é responsável por reter algo que é comum, que pertence e

existe na condição de grupo. Nesse contexto, o passado, os fatos singulares e o pensamento comum fortalecem e ritualizam a esfera social e particular da família.

Nesse aspecto, problematizo que a negociação entre a dimensão pública/coletiva e individual/familiar acaba sendo normatizada por meio das legislações vigentes, sendo assim que o teor dos preceitos contidos nas legislações que regem o Cemitério Municipal de Indaial pode afetar uma vasta gama de atividades, que envolvem desde os serviços funerários, as práticas ritualísticas, a manutenção dos jazigos e de casas/capelas até a conduta dos indivíduos no interior do cemitério.

Não se pode perder de vista o fato de que, com o desenrolar do século XX, as instituições religiosas gradualmente deixaram de administrar de forma exclusiva os trabalhos do morrer, da morte, os ritos fúnebres e os espaços dos cemitérios. Esses momentos e locais passaram a ser geridos também por instituições do Estado/governo, que por seu turno eram de caráter laico e atendiam, indiscriminadamente, pessoas das mais diferentes tradições e credos religiosos, classes sociais, entre outros. A partir disso, os indivíduos passaram a desfrutar de uma maior liberdade no sentido de fazer valer as vontades para com os momentos finais da vida, as homenagens fúnebres e os paramentos que constam junto às lápides e aos jazigos e no interior das casas.

A historiadora brasileira Castro (2017) ressalta que, no estado de Santa Catarina, a presença de comunidades com diferentes formações étnicas, religiosas e culturais repercutiu também nos espaços de cemitérios. A autora destaca que, nos cemitérios do tipo convencional ou públicos, em jazigos de sepultamentos cujo credo é católico, ocorre forte influência da arte tumular italiana³; já os jazigos com sepultamentos de credo evangélico luterano caracterizaram-se por um maior despojamento em termos materiais nobres, estilos artísticos, arquitetura e paramentos.

No que diz respeito à coexistência das diferentes tradições religiosas no interior dos cemitérios públicos municipais, as referências religiosas tradicionais cristãs (católicas e luteranas) passaram a dividir espaço também com jazigos que comportam referências das

³ Sobre a arte tumular italiana, a pesquisadora brasileira Borges (2002) descreve que, no final do século XIX, em busca de melhores condições de vida, muitos artistas, pintores, escultores, arquitetos, artesãos e mestres de obras europeus migraram ao Brasil. Em São Paulo, os escultores de origem italiana dedicaram-se principalmente à arquitetura, à construção de monumentos públicos e à arte sacra e tumular, e foi quando surgiram diversas oficinas e marmorarias. Segundo a autora, a arte tumular tratou-se de uma arte que se baseou nos modelos de túmulos existentes nos cemitérios europeus, arte que almejava agradar ao gosto dos grupos sociais abastados, em especial à burguesia cafeeira, na qual predominavam as preocupações de preservar a honra do morto, cultuando-o mais que em vida; de perpetuar o indivíduo e sua família diante das mudanças em curso na sociedade; e de favorecer a individualização e a personalização. Foi caracterizada também pelo uso de materiais perenes e nobres, pela mistura de símbolos religiosos e cívicos, cristãos e profanos, em que os estilos artísticos do neoclássico, do eclético e da *art nouveau* se destacaram.

tradições religiosas como o espiritismo, a umbanda e o candomblé, entre outras. Recentemente, ganharam maior representatividade também jazigos cujos conteúdos referem-se a grupos evangélicos renovados/neopentecostais, bem como sepultamentos isentos de qualquer conteúdo e referência religiosa propriamente dita.

Problematizo no sentido de que o caráter ecumênico e laico dos novos cemitérios autorizou, por assim dizer, os discursos e as narrativas de repertório leigo, liberal, secular e profano. No que tange, em específico, aos elementos depositados junto às casas, aos jazigos e às lápides, passaram a ser identificados conteúdos que versam sobre aspectos da vida privada dos indivíduos, do seu repertório cultural e artístico, assim como aspectos da trajetória da vida pública e política, em especial das profissões liberais, ou seja, todo um conjunto de elementos que valorizam a individualidade e a personalidade dos que ali estão sepultados.

Os escritos de Bourdieu (1996), sociólogo francês, apontam no sentido de que as inscrições junto aos jazigos e às lápides no interior dos espaços dos cemitérios podem ser pensadas como um exercício de resistência que se esforça em situar e fixar ‘um eu em um mundo em movimento’, na experiência compartilhada que é a finitude, a morte, que tende a reduzir todos ao mesmo fim. A morte encerra o conteúdo e o rastro de identidade que foi iniciado com o nascimento, confirmado pelos ritos subsequentes, tais como a atribuição do nome; o batismo; registros civis, escolares, jurídicos e propriedades, entre outros — oscilações que foram impingidas tanto pelos processos biológicos e sociais quanto pelo tempo e espaço/lugar.

Nesse contexto, Tedesco (2001), sociólogo brasileiro, descreve que a memória precisa ser trabalhada e, para tanto, existem notáveis mediadores e devotos aos trabalhos das lembranças e das memórias. Os mediadores encontram-se sensibilizados e mobilizados diante das possibilidades do esquecimento, de transgressão, da mudança e de demais dinâmicas desestabilizadoras.

Além das hipóteses apresentadas anteriormente, de que a gestão da morte e dos espaços dos cemitérios se encontram permeadas por relações que cadenciam estratégias da biopolítica e de tecnologias de controle, cogito que os conteúdos depositados sobre os jazigos, no interior das casas e junto às lápides, são responsáveis por forjar as subjetividades das populações, que as práticas e os trabalhos de manutenção da memória familiar encontram-se investidas de relações de gênero, e que ambas promovem a sujeição das mulheres.

Com relação a essa possibilidade, as pesquisadoras brasileiras Gomes (1996, 2004) e Pedro (2011) defendem que as mulheres desempenham função muito próxima à de ‘guardiãs da memória’. Nas palavras de Pedro (2011, p. 1):

Sabemos, também, que os acervos que permitem a pesquisa das grandes figuras do mundo público foram guardados, principalmente, pelas esposas, filhas, netas. Elas têm sido as guardiãs da memória. Mesmo assim, algumas pessoas parecem achar que as categorias “gênero” ou “mulheres”, “mulher”, “masculinidades”, “feminilidades”, em nada contribuem para o conhecimento que constroem.

No que se refere à preocupação das pesquisadoras em relação à atuação das mulheres como ‘guardiãs da memória’, ‘rememoradoras’ e ‘memorialistas’, acrescenta-se o aspecto que sugere problematizar também a atuação como “mediadoras” da memória familiar, dos entes falecidos, que elas catalisam uma espécie de autoridade, a qual lhes confere poder no sentido de deliberar em termos de gerir, expor, remover, adicionar, narrar, omitir e significar os conteúdos de memória individual e familiar pelos quais se tornaram responsáveis e/ou foram responsabilizadas.

A pesquisadora francesa Perrot (2005, p. 39) descreve que:

Assim, os modos de registro das mulheres estão ligados à sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade. O mesmo acontece com seu modo de rememoração, da encenação propriamente dita do teatro da memória. Por força das coisas, ao menos para as mulheres de outrora e para o que resta do passado, nas mulheres de hoje (e que não é pouco), é uma memória do privado, voltada para a família e para o íntimo. Aos quais elas estão de certa forma relegadas por convenção e posição. Cabe às mulheres conservar os traços das famílias em que elas são governantas. Cabe a elas a transmissão das histórias de família, feita geralmente de mãe para filha, ao folhear álbuns de fotografias aos quais, juntas, elas acrescentam um nome, uma data, destinados a fixar identidades já em vias de apagamento. Cabe às mulheres o culto dos mortos e o cuidado com as tumbas, o que as incumbe de velar pela manutenção das sepulturas. Ir colocar flores nos túmulos dos seus, no Dia dos Mortos, costume instaurado na metade do século 19, torna-se um mandamento das filhas ou das viúvas. A proximidade do cemitério fixa às vezes a sua última moradia, como se ele fosse uma dependência da casa.

Considerando os aspectos apontados pela autora e as impressões obtidas nas observações que foram feitas nas visitas ao interior de cemitérios, suponho e problematizo que as mulheres sejam as principais responsáveis pela manutenção dos conteúdos que se encontram depositados junto aos jazigos no interior dos cemitérios, e que esse fato requer que se pense a relação e o entrecruzamento da fabricação das subjetividades com o da sujeição das mulheres.

A historiadora norte-americana Scott (1990) discute que o gênero é elemento constitutivo de relações sociais fundadas nas diferenças percebidas entre os sexos e que acaba sendo um primeiro modo de dar significado às relações de poder, o qual, por sua vez, determina a forma

como os sexos se organizam e dividem atividades e tarefas na esfera pública e privada, as posições e as funções que ocupam e desempenham ao longo do tempo.

Bessin (2016), sociólogo francês, descreve que socialmente ocorre uma espécie de hierarquização no que diz respeito aos posicionamentos de mulheres e homens. O autor relata também que as mulheres são vistas como capazes de uma gama de atividades amplas e complexas, como a interpenetração dos tempos e atividades no espaço público e privado, a mobilização das dimensões subjetivas e morais nas atividades profissionais, a capacidade de se envolverem profissionalmente e manterem uma vigilância permanente em torno de si, garantindo a própria presença em outras esferas de atividades, em especial a familiar e a doméstica. Por conseguinte, espera-se das mulheres ainda a predisposição aos cuidados de crianças, idosos, doentes, deficientes e moribundos⁴.

Nesse contexto, Foucault (1987) sugere que se coloque tais problemáticas numa outra perspectiva, que é o da sociedade da vigilância e da fabricação da subjetividade dos indivíduos. Para o autor:

[...] sob a superfície das imagens, investem-se os corpos em profundidade; atrás da grande abstração da troca, se processa o treinamento minucioso e concreto das forças úteis; os circuitos da comunicação são os suportes de uma acumulação e centralização do saber; o jogo dos sinais define os pontos de apoio do poder; a totalidade do indivíduo não é amputada, reprimida, alterada por nossa ordem social, mas o indivíduo é cuidadosamente fabricado, segundo uma tática das forças e dos corpos. (FOUCAULT, 1987, p. 190)

A filósofa estadunidense Butler (2019, p. 30) enfatiza que “[...] as normas operam como fenômenos psíquicos, restringindo e produzindo o desejo, elas também regem a formação do sujeito e circunscrevem o campo de uma sociabilidade habitável”. Para o entendimento mais profundo dessa discussão, ela explica que:

Fadado a buscar o reconhecimento de sua própria existência em categorias, termos e nomes que não criou, o sujeito busca o sinal de sua própria existência fora de si, num discurso que é ao mesmo tempo dominante e indiferente. As categorias sociais significam, ao mesmo tempo, subordinação e existência. Em outras palavras, o preço de existir dentro da sujeição é a subordinação (BUTLER, 2019, p. 29).

⁴ Vale lembrar o trabalho das carpideiras, profissionais cuja presença em velórios e sepultamentos foi registrada ainda nas civilizações clássicas do oriente próximo, como o Egito, por exemplo. Tratava-se de uma profissão exercida por mulheres que consistia na expressão e encenação de emoções de lamentação, choro, tristeza e pesar ao longo dos cerimoniais fúnebres junto ao corpo velado e aos enlutados. Quem costumava contratar os serviços das carpideiras geralmente eram os familiares dos entes falecidos.

A referida autora (2001; 2019) discute que a relação de hierarquização e sujeição é forjada ainda na constituição de existência do sujeito e na trajetória de realização dos desejos do próprio sujeito. Butler também explora a ambivalência desse processo de sujeição, uma vez que a agência e a construção da identidade dos sujeitos ocorrem em meio a esse processo. A sujeição é responsável pela feitura do sujeito, conseqüentemente, é algo que é imposto como poder e, ao mesmo tempo, é algo do qual este se serve para se constituir enquanto sujeito. A autora frisa também que o poder precede o sujeito; ao mesmo tempo que o subordina, o constitui, opera como suporte, proporciona efeito instrumental e desde o princípio representa uma espécie de garantia ao sujeito.

Dessa forma, segundo Butler (2019), o poder que a princípio aparece como externo, imposto ao sujeito, que o enquadra à subordinação, constitui a identidade pessoal do sujeito. Outro elemento explorado por Butler (2001) diz respeito às necessidades gerais de sobrevivência e demais vulnerabilidades da vida, as quais, por sua vez, são entendidas, na maioria dos casos, como responsáveis pela aceitação e manutenção das relações de sujeição.

Diante dos aspectos apresentados, interessei-me por investigar se a gestão da morte e dos cemitérios, dos ritos fúnebres, os conteúdos dispostos sob jazigos, casas e lápides e as práticas de manutenção da memória familiar se encontram permeadas por relações que cadenciam estratégias da biopolítica e de relações de gênero que, por sua vez, são responsáveis pela fabricação das subjetividades e por sujeições de pessoas. Para tanto, guardadas as devidas proporções, parto de uma condição um tanto quanto próxima da que foi descrita por Foucault (2015):

[...] Eu sou, se quiserem, um empirista cego, quer dizer, estou na pior das situações. Não tenho teoria geral e tampouco tenho um instrumento certo. Eu tateio, fabrico, como posso, instrumentos que são destinados a fazer aparecer objetos. Os objetos são um pouquinho determinados pelos instrumentos, bons e maus, fabricados por mim. (FOUCAULT, 2015, p. 224)

À luz dos escritos de Foucault (2015), antecipo que não pretendo centralizar ou privilegiar a questão do método. Este percurso organiza um roteiro que espero conseguir cumprir, tenho ciência de que a realidade e o fazer da pesquisa propriamente dita, por eles mesmos, apresentam complexidades que poderão fazer com que todo o escopo construído possa escorregar, esmorecer. Sendo assim, adentro o campo da pesquisa, “hesitando, tateando, revendo, equilibrando, ajustando, experimentando...” (FOUCAULT, 2015, p. 224). A fim de conferir teor plausível aos estudos teóricos, às pesquisas e aos escritos que foram realizados, procurei seguir um certo percurso metodológico. Na sequência, descrevo como foram abordados os

elementos que compõem as referências bibliográficas, as fontes documentais, as entrevistas orais e as imagens realizadas no interior do Cemitério Municipal de Indaial/SC.

Primeiramente, informo que, quando do desenvolvimento do projeto de doutoramento, ao longo do ano de 2018, a escolha pelo Cemitério Municipal de Indaial⁵ como campo de pesquisa não foi resolvida simplesmente pelo fato de ele ser o maior cemitério da cidade na qual resido, o que proporcionaria uma maior amostragem de evidências, ou porque é um cemitério amplamente conhecido em meio à população, ou ainda por ser o primeiro cemitério público da cidade. Vinha há alguns anos desenvolvendo e orientando estudos e projetos de iniciação científica com estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo e História da Uniasselvi (Centro Universitário Leonardo da Vinci) nesse local e a decisão ganhou acento quando identifiquei que, junto às legislações que regem o cemitério (INDAIAL, 2016/2021), constava a criação de um novo cemitério público para a cidade, que seria o cemitério Mulde⁶, o qual deveria seguir o modelo de cemitério parque, cujos sepultamentos, as oferendas e as homenagens também deveriam atender a tal padrão⁷. Logo percebi que essa determinação, por seu turno, impactaria de forma profunda e significativa nas formas e nos modos de sepultamento, de homenagens e de oferendas que observava no interior do cemitério municipal.

Porém, no decorrer das pesquisas e da escrita da tese, distintos acontecimentos se desenrolaram, revelando outra dinâmica para o cemitério parque, assim como criaram-se outros arranjos entre o poder público municipal e a comunidade. Com a ocorrência da Pandemia do Coronavírus (COVID-19), ainda na primeira metade do ano de 2020, a administração do cemitério passou a conduzir o destino de boa parte dos corpos para o cemitério que funciona na comunidade do bairro Mulde, um cemitério de sepultamentos e edificação de jazigos convencionais. No segundo capítulo desta tese, elucidarei apropriadamente todo esse processo.

⁵ O topônimo ‘Cemitério Municipal de Indaial’ é resultado de uma escolha feita para, neste estudo, favorecer a referenciação do principal cemitério público em funcionamento na cidade. Isso se fez necessário diante do fato de que as legislações que se referem a esse cemitério mencionarem o local de diferentes maneiras, tais como ‘cemitério municipal’, ‘cemitério municipal do centro’, ‘cemitério do centro’, ‘cemitério das Nações’, até mesmo incorrendo em equívocos de localização espacial, como é o caso das nomenclaturas que mencionam ‘centro’, pois, com a disposição dos arruamentos e loteamentos mais recentes, o cemitério fica localizado no bairro das Nações. Outro fato está em que, em 18 de dezembro do ano de 1989, por meio da Lei nº 1914/1989, o prefeito em exercício nomeou o cemitério público municipal de ‘Walter Kriek’, porém foi a única ocasião em que os documentos legislativos se referiram ao cemitério dessa maneira.

⁶ O Cemitério da Mulde foi assim nomeado pelo fato de o terreno destinado à criação do cemitério estar localizado no bairro de mesmo nome.

⁷ A legislação prescreve que o novo cemitério, o cemitério do bairro Mulde, deve ser projetado para que sejam realizados sepultamentos subterrâneos e sobre eles sejam depositadas apenas pedras de mármore com medidas padronizadas e que seja feito somente o plantio de grama em seu entorno, ficando proibido qualquer adorno, paramento ou construção (INDAIAL, 2016/2021).

Para favorecer a visualização dos componentes e o desenvolvimento dos procedimentos da pesquisa, estipulei três momentos diferentes. Antecipo que cada momento não possui sentido etapista, hierarquizante e determinante um em relação ao outro e vice-versa, pois os três momentos estiveram em trânsito, em aproximação e diálogo desde as primeiras formulações do projeto. Abaixo, descrevo como procurei prosseguir com o desenvolvimento da pesquisa e com a construção da tese.

Primeiro momento: etapa do desenvolvimento do Estado da Arte, seguida de estudos teóricos dos temas de morte e cemitérios, aprofundamento teórico e conceitual para as temáticas de biopolítica, relações e sujeição de gênero, fabricação de subjetividades, lugares de memória, memória, memória coletiva, memória individual, identidade, história oral, imagens e fotografias. Foram localizadas obras como livros, dissertações, teses, artigos, revistas, ensaios, anais de congressos e demais eventos, mídias e *blogs* em sítios virtuais, reportagens e entrevistas existentes com relação aos temas descritos acima. Parte desses materiais já haviam sido localizados e, inclusive, utilizados na dissertação de mestrado e na elaboração do projeto de doutoramento.

Segundo momento: período da pesquisa e da coleta de fontes primárias, seguido da sistematização quantitativa e qualitativa de dados. As fontes primárias da pesquisa são compostas por legislações relacionadas ao tema da morte, da urbanidade, dos cemitérios e, em específico, do Cemitério Municipal de Indaial; pesquisa documental em arquivos, entrevistas orais individuais; mapas, quadros, registros fotográficos dos elementos contidos junto aos jazigos, às casas e às lápides do cemitério da Mulde e do cemitério municipal.

O principal arquivo consultado foi o Arquivo Histórico Municipal Theobaldo Costa Jamundá, na cidade de Indaial, no qual foi feita consulta ao acervo do jornal A Comarca, periódico editado e que circulou na cidade de Indaial entre os anos de 1939, 1940 e 1945. Esse jornal proporcionou informações sobre as verbas públicas relacionadas às despesas com os cemitérios municipais. Foram consultados os livros de registro de óbitos junto à secretaria da Paróquia Evangélica de Confissão Luterana em Indaial que, por sua vez, possibilitou identificar quando haveria ocorrido os primeiros sepultamentos no Cemitério Municipal de Indaial. Os registros fotográficos dos documentos originais selecionados nesses dois acervos ocorreram sem o uso de *flash*, numa tentativa de salvar os documentos originais.

Conforme descreve Cellard (2008), historiador canadense, os documentos precisam de alguns cuidados primordiais para que representem e confirmem plausibilidade à pesquisa. No caso dos documentos oficiais, foi reconhecida a autoria de cada um e identificado o contexto ao qual pertenciam, além de ter sido verificada a autenticidade e a confiabilidade de sua emissão

e procedência. Eles também foram definidos quanto à natureza tipológica do documento que representavam.

Os documentos centrais da pesquisa, em especial os que foram abordados nos capítulos 2 e 3, são as legislações municipais em vigor para os cemitérios municipais e particulares em funcionamento na cidade: Lei Ordinária nº 5379, de 16 de dezembro de 2016, e Lei Ordinária nº 5987, de 08 de dezembro de 2021 (alteração da Lei 5379/2016 e outras providências)⁸, assim como foram consultados e abordados também a Lei das 12 Tábuas, a Constituição Brasileira de 1988, os aspectos do Direito Funerário Brasileiro e a Norma Técnica 9284/1986 para Equipamento Urbano⁹.

Essas fontes foram abordadas tendo em vista que constituem preceitos de caráter geral e abstrato e são oriundas do poder legislativo ou órgãos e/ou organismos reconhecidos, que visam prescrever e controlar a conduta das populações circunscritas a um determinado governo e território. A utilização dessas legislações foi ponderada por abordagem e análise crítica e dialética, para além de uma norma abstrata e do ordenamento jurídico, atentando à interpretação e à recepção que podem ter recebido nos respectivos contextos e cenários, no qual operam diversas forças e interesses, tais como econômicas, políticas, ideológicas, tradições e costumes. Com relação às fontes jurídicas, considerou-se como referência também os escritos de Foucault, que consta na obra da historiadora brasileira Soihet (1989):

seria hipocrisia ou ingenuidade acreditar que a lei é feita para todo mundo em nome de todo mundo; que é prudente reconhecer que ela é feita por alguns e se aplica a outros; que nos tribunais não é a sociedade inteira que julga um de seus membros mas uma categoria social encarregada da ordem que sanciona a outra e, ainda, a linguagem da lei se constitui no discurso de uma classe a outra que não tem nem as mesmas ideias nem as mesmas palavras, sendo que a própria forma do tribunal pertence a uma ideologia de justiça que é a da burguesia. (FOUCAULT *apud* SOIHET, 1989, p. 11)

⁸ INDAIAL. Lei Ordinária nº 5379, de 16 de dezembro de 2016. Dispõe sobre o funcionamento, a organização e os serviços nos Cemitérios Municipais e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/ofvcl> Acesso em: 30 jan. 2022. Observou-se que, no ano de 2021, a alteração do conteúdo da Lei 5379/2016 se referiu em específico ao artigo 12º da legislação e pode ser consultado conforme indicação a seguir: INDAIAL. Lei Ordinária nº 5987, de 08 de dezembro de 2021. Altera a lei 5379/2016 e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/i/indaial/lei-ordinaria/2021/598/5987/lei-ordinaria-n-5987-2021-altera-a-lei-n-5379-2016-e-da-outras-providencias> Acesso em 20 mar. 2022.

⁹ Compreende-se por Constituição o conjunto de normas, leis e regras que se destinam ao funcionamento, definindo e limitando o exercício de atividades das partes integrantes e que tanto pode se referir a uma instituição como a um país. No caso de países democráticos, a Constituição é redigida e promulgada pelo poder legislativo. Por Lei Ordinária, entende-se uma tipologia da lei que se destina a assuntos e temas que possuem natureza típica, comum e generalista e que foram aprovadas pela maioria dos legisladores; por norma técnica, entende-se que se trata de um documento que prescreve regras, diretrizes, classificações e funções predominantes de determinado processo, produto, material, equipamento, serviço, entre outros, que é aprovada por uma instituição, associação ou organismo reconhecido.

Em uma perspectiva de abordagem e problematização igualmente proposta por Foucault (2010, p. 338), “eu me resguardo de fazer a lei. Tento antes colocar problemas, trabalhá-los, mostrá-los em uma complexidade tal que chegue a fazer calar os profetas e os legisladores, todos aqueles que falam pelos outros e antes dos outros”.

Também foram consultadas e abordadas com essas preocupações a Carta de Atenas de 1933, a Nova Carta de Atenas 1998 e a Carta de Juiz de Fora de 2010. Compreendo que as cartas, usualmente, levam na nomenclatura o nome do documento, a cidade e o ano em que ocorreu a deliberação, e que geralmente o conteúdo versa sobre algum aspecto específico de um determinado setor de atividades. As cartas resultam de estudos, trabalhos, plenárias e socializações realizadas ao longo de simpósios, congressos, encontros, jornadas; e que se foram emitidas/assinadas por representantes de institutos, instituições, organizações, profissionais, especialistas e comunidade de cidadãos, deverão ser assumidas e implementadas por autoridades, profissionais e representantes dos mais diferentes âmbitos e esferas que se fizeram presentes e assinaram o respectivo documento. Outro aspecto que deve ser considerado é o da variável de que as cartas possuem periodicidade e costumam ser retificadas, atualizadas e ampliadas a cada nova edição¹⁰.

As entrevistas orais foram feitas a partir do aceite do convite, do conhecimento e da assinatura do Termo de Esclarecimento e do Livre Consentimento/TELC, conforme consta no Apêndice A deste trabalho. As entrevistas foram conduzidas a partir de questionários semiestruturados¹¹, presentes no Apêndice B, C e D. Os entrevistados receberam o TELC e o Roteiro de Entrevista com uma média de 10 a 15 dias de antecedência à data combinada para a realização da entrevista. As entrevistas orais individuais foram realizadas com pessoas que possuíam experiências de falecimentos no quadro familiar nos últimos anos.

Realizei 24 entrevistas, 20 utilizando o roteiro de entrevistas orais individuais, 3 usando o roteiro para administradores do cemitério e 1 entrevista com roteiro para o cemitério Mulde. 2 pessoas foram entrevistadas duas vezes, uma com a aplicação do roteiro para administradores do cemitério e, em seguida, para o roteiro de entrevistas individuais, totalizando assim 22

¹⁰ As cartas podem ganhar teor, força e efeito semelhante às legislações governamentais. Se um dado país, um estado e/ou um município enviou representante legal/institucional ao evento em que está sendo debatido o documento e, ao final, esse representante o adere e o assina, a partir da publicação oficial, o documento passa a vigorar como lei, bem como deve ser considerado pelos demais profissionais e autoridades para fundamentar, justificar, avaliar e deliberar sobre situações e processos referentes ao tema em questão.

¹¹ Na elaboração dos roteiros de entrevistas, foram levados em consideração, fundamentalmente, informações biográficas, experiência de trabalho e profissão, tradição religiosa, vínculos familiares e de afeto que possuem com os falecidos, como se deu o envolvimento e a participação na situação do falecimento e na manutenção dos jazigos/capelas da família junto ao cemitério. Os roteiros criados para as três entrevistas podem ser consultados na sessão de Apêndices ao final deste documento.

peças envolvidas nas entrevistas orais da pesquisa. Das 22 pessoas entrevistadas, foram 11 mulheres e 11 homens. Entre as pessoas entrevistadas, constaram 7 católicas, 5 luteranas, 4 de tradições religiosas afro-brasileiras (umbanda e candomblé), 4 evangélicas e 2 espíritas. Uma das pessoas entrevistadas preferiu responder ao roteiro de forma descritiva e encaminhou as respostas por e-mail. As demais entrevistas foram registradas em áudio, de forma digital *mp3* que, por sua vez foram sendo, gradualmente, transcritas e arquivadas em nuvem digital na conta de e-mail pessoal desta pesquisadora e também em HD externo.

No momento do agendamento das entrevistas, foram ponderados as datas e os horários que proporcionavam mais conforto às pessoas, respeitando horários e rotinas alimentares, compromissos médicos, sociais e de trabalho, bem como o local em que gostariam de fazer a entrevista. Durante a realização das entrevistas, nas situações em que as pessoas baixavam ou interrompiam a fala e que evoluíam para um quadro de comoção mais exaltado, a entrevista foi pausada e somente retomada quando a pessoa demonstrava, espontaneamente, que se encontrava reestabelecida. Nos casos em que as pessoas entrevistadas contavam com idade avançada, solicitou-se seu acompanhamento por parte de um familiar ou responsável.

As perguntas do roteiro foram seguidas consoante o documento, sendo que, no momento da abordagem, ocorreram leves alterações de termos e expressões; a passagem de uma pergunta a outra geralmente se dava conforme cada item havia sido suficientemente respondido. A transcrição das entrevistas foi realizada por mim, sempre que possível, logo em seguida à realização, pois entendo que, com o passar do tempo, a memória do momento tende a se tornar menos densa e vivaz, e acaba por negligenciar determinados nuances e detalhes que foram expressos e percebidos no decorrer da entrevista. Elaborei um pequeno ‘diário/registro de campo’, no qual constam anotações gerais sobre como transcorreu cada entrevista, a forma com que a pessoa entrevistada se encontrava, as condições do local da entrevista e demais situações percebidas antes, durante e após a entrevista.

Com o intuito de resguardar a integridade das pessoas entrevistadas, quando o conteúdo das entrevistas foi utilizado ao longo da tese, não foram mencionados os nomes de registro civil das pessoas, foram criadas legendas para veicular os respectivos depoimentos. A relação de todas as pessoas entrevistadas consta ao final do texto da tese, no espaço reservado para as fontes primárias, seguindo a descrição de identificação de: TAL, Fulana de. *Entrevista G*. [Maio 2021]. Entrevistadora: Graciela Márcia Fochi. Indaial/SC, 2021. 1 arquivo.mp3 (47 min 52 segs.).

As fontes da história oral foram utilizadas tendo em vista dois objetivos. O principal, que se relaciona com o maior grupo de pessoas entrevistadas, foi o de tentar identificar como se dá

o envolvimento por parte de homens e mulheres em casos de adoecimento e falecimentos familiares, a maneira com que é conduzida a manutenção dos jazigos familiares no interior dos cemitérios, a forma com que ocorre a realização de homenagens e oferendas e as percepções que estes possuem em relação aos espaços dos cemitérios e à morte. Um segundo, que se relaciona às pessoas entrevistadas que exerceram e/ou exercem atividades no Cemitério Municipal de Indaial, foi o de reunir informações sobre a criação do Cemitério Municipal de Indaial, como transcorrem as atividades administrativas do local e como têm sido buscadas alternativas diante do esgotamento do espaço de sepultamentos¹².

A pesquisadora brasileira Alberti (1990) explica que as atividades de registro de memórias e testemunhos de forma oral consistem em operações intelectuais que exigem disponibilidade dos depoentes, além de métodos, equipamentos de captação, atividade de transcrição, ordenação, sistematização, crítica e reflexão por parte do pesquisador. Apresenta também que história oral apenas pode ser empregada em pesquisas sobre temas contemporâneos, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos depoentes alcance, para que se possa entrevistar pessoas que tenham participado ou como protagonistas e/ou como testemunhas. Com o passar do tempo, as entrevistas assim produzidas poderão servir de fontes de consulta para pesquisas sobre temas não contemporâneos¹³.

Pollak (1992) defende que a memória é socialmente construída e, por conseguinte, toda documentação também o é. Para o autor, não existe diferença entre fonte escrita e fonte oral.

¹² Em específico, a entrevista que visou obter informações sobre a data de criação do cemitério municipal de Indaial se fez necessária diante das circunstâncias de que não foi possível identificar documentos em que constava a descrição de sua criação. Isso se deve ao fato de que, nos anos de 1980, ocorreu uma forte enchente na cidade, inundando as dependências da prefeitura, atingindo o espaço que se destinava ao armazenamento dos arquivos do Legislativo e do Executivo. Outro fato é que existia uma sede administrativa que funcionava no interior do cemitério municipal, porém, nos anos de 1990, ela foi completamente destruída por um incêndio. Os fatores da inundação e do incêndio impossibilitaram que se fossem localizados documentos referentes ao ato legal-administrativo da criação do cemitério municipal de Indaial.

¹³ Prins (1992 *apud* BURKE, 1992), historiador britânico, apresenta que a história oral possui forte poder ilustrativo, permite uma evocação descritiva, comovente, e que é historicamente libertadora; porém, restringe-se à pequena escala, não é capaz de fornecer explicações explanatórias e abrangentes. No tocante ao alcance e à relevância em termos de escalas, entendo a história oral de uma forma diferente da que é abordada por Prins (1992). Penso no sentido de que a abrangência e a relevância que uma fonte histórica pode comportar, em muito também depende da abordagem, da articulação em termos de problemáticas e hipóteses que lhe serão arroladas. Nesse sentido, os escritos da pesquisadora brasileira Amado (2005), quando estudou a circulação da obra de Miguel de Cervantes no interior de Goiás e a relação que possui com as representações teatrais das cavalcadas, e Rodeghero (2017), historiadora brasileira, quando estudou o comunismo e outros medos entre os católicos no interior do Rio Grande do Sul, corroboram amplamente e apresentam profundo potencial revelador. Por outro lado, à luz dos escritos de Halbwachs (1990), entendo que a história oral, cujo fruto são as memórias, não constituem apenas memórias individuais; em especial, foram tecidas com e por meio da coletividade, compondo assim o que se pode chamar de memória coletiva, e se encontram circunscritas a uma espécie de tecido maior no qual encontra-se um todo coletivo envolvido. Dito de outro modo, as entrevistas orais individuais, necessariamente, possuem trajetória, bem como podem ser lastreadas num contexto coletivo.

Ele defende que a crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve ser aplicada a fontes de todo tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral pode ser exatamente comparável à fonte escrita; dito em outros termos, ambas, a fonte escrita e a fonte oral, não podem ser tomadas tal e qual se apresentam.

Agora, é óbvio que a coleta de representações por meio da história oral, que é também história de vida, tornou-se claramente um instrumento privilegiado para abrir novos campos de pesquisa. Por outro lado, à multiplicação dos objetos que podem interessar à história, produzida pela história oral, implica indiretamente aquilo que eu chamaria de uma sensibilidade epistemológica específica, aguçada. Por isso mesmo, acredito que a história oral nos obriga a levar ainda mais a sério a crítica das fontes. E, na medida em que, através da história oral, a crítica das fontes torna-se imperiosa e aumenta a exigência técnica e metodológica, acredito que somos levados a perder, além da ingenuidade positivista, a ambição e as condições de possibilidade de uma história vista como ciência de síntese para todas as outras ciências humanas e sociais (POLLAK, 1992, p. 205).

Pollak (1992) adverte que as partes mais construídas dizem respeito àquilo que é mais verdadeiro para uma pessoa, mas, ao mesmo tempo, apontam para o que é mais falso, sobretudo quando a construção de determinada imagem não tem ligação ou está em franca ruptura com o passado real. O que mais deve interessar, numa entrevista, são as partes mais sólidas e as menos sólidas, pois no mais sólido e no menos sólido se encontra o que é mais fácil de identificar como sendo verdadeiro, bem como aquilo que levanta problemas de interpretação.

Outra forma de coleta de dados que utilizei foi a de registros fotográficos digitais de jazigos, casas e lápides, em especial dos elementos arquitetônicos, das esculturas, dos paramentos e de demais itens que ilustram as problemáticas abordadas nesta pesquisa; tais como dados biográficos, retratos, mensagens, símbolos, enfeites, decorações, oferendas, entre outros. Considerei também mapas aéreos e imagens panorâmicas da ocupação e do uso do espaço do cemitério.

Conforme discute a arqueóloga brasileira Lima (1994), as sepulturas e todo o aparato que as acompanha permanecem, na sua quase totalidade, em suas primitivas posições, sem que ocorram alterações significativas no contexto original, e isso acaba por propiciar uma configuração ímpar no que diz respeito ao controle de dados. Acredito também que o cemitério e seu conjunto de jazigos sirvam de recursos potenciais como fontes/dados visuais para amparar a verificação da problemática proposta nesta pesquisa; por isso, os jazigos e seu entorno foram fotografados, interpretados e compreendidos como dados visuais. Em virtude do grande número de jazigos edificadas no referido cemitério, fotografei somente os mais representativos em relação às problemáticas desta pesquisa.

Sontag (2003, p. 26) explica que “a foto é como uma citação, máxima ou provérbio”; que pode ser uma interpretação do mundo tanto quanto desenhos e pinturas; que possui capacidade cristalizadora mais eficiente que os conteúdos textuais propriamente ditos e que assim também é instrumento e que exerce poder. As fotos fornecem um testemunho, corporificam uma presença, inevitavelmente permitem constatar um fato com os olhos, ver literalmente, mais do que perceber, mesmo que indiretamente e à distância (SONTAG, 2003).

Didi-Huberman (1998, p. 37-38), pensador francês, contribui de forma fulcral no sentido de que um jazigo é “[...] o destino do corpo semelhante ao meu, esvaziado de sua vida, de sua fala, de seus movimentos, esvaziado de seu poder de levantar os olhos para mim”, porém, o mesmo jazigo “[...] me olha num certo sentido — o sentido inelutável da perda posto aqui a trabalhar. [...] Eis por que o túmulo, quando o vejo, me olha até o âmago [...]”.

A historiadora e filósofa brasileira Carneiro (2016), ao se referir às obras de arte presentes no interior dos cemitérios, ressalta que podem ser entendidas como suporte da fé cristã e num sentido e movimento de sintomas perscrutados por meio de imagens funerárias, buscando não respostas definitivas, mas “uma tapeçaria problemática, constituída de rastros e sombras, deixadas quando da construção do sonho da imortalidade” (CARNEIRO, 2016, p. 97).

No contexto desta pesquisa, os registros fotográficos possuem *status* e função documental, permitem identificar aspectos materializados das manifestações da morte e do morrer, das tradições fúnebres e da memória familiar, e permitem fazer ligações e conexões entre elas. Quando necessário, as imagens receberam informações como contextualizações e enriquecimento por meio de recursos documentais, por conteúdos encontrados na produção bibliográfica relacionada aos temas morte, cemitérios, memória familiar e identidade, pelas entrevistas orais e/ou legislações.

Os registros fotográficos foram realizados, em sua grande maioria, com as câmeras de um aparelho *smartphone Samsung Galaxy A31*, por meio de posicionamento, enquadramento, escolha, eleição e exclusão de elementos presentes na visualização, seguido do respectivo congelamento e captura. Quando não foi possível ocultar a identificação da face e dos dados biográficos por meio de posicionamento no processo de registro fotográfico, a identificação das pessoas, seja no interior do cemitério e/ou da imagem da pessoa sepultada, foi ocultada por meio da utilização de ferramentas de edição de imagem. À luz dos escritos de Sontag (2003), entendo que as fotos constituem uma espécie de língua universal, que permite que todos as vejam e as decodifiquem, salvo as pessoas privadas da faculdade da visão. Nesse sentido, procurei fazer uma pequena descrição para cada imagem que foi apresentada ao longo do trabalho.

Flick (2004), pesquisador alemão, defende que a utilização de fotografias em pesquisas favorece uma apresentação mais abrangente, aberta e holística das abordagens; as fotografias representam dados por elas mesmas, possibilitam ao pesquisador deduzir enunciados, identificar semelhanças, diferenças e poderão ficar à disposição de outras pessoas que queiram analisá-las e elaborar outras interpretações a partir delas. Com a intenção de garantir um maior controle sobre o texto e as fotografias, na tentativa de facilitar a leitura e otimizar a disposição das fotografias, estas foram nomeadas como figuras, numeradas em ordem crescente, intituladas conforme os conteúdos que ilustram e/ou a pertinência aos temas ilustrados e dispostas ao longo das problemáticas e reflexões da pesquisa.

Terceiro momento: fase em que me vali das noções construídas no primeiro momento em termos de referências teórico-metodológicas e das informações obtidas na coleta de dados do segundo momento da pesquisa. Dito de outra maneira, foi o momento em que os ganhos teórico-metodológicos, somados aos resultados da pesquisa empírica, foram confrontados e refletidos à luz de referências teóricas e conceituais inicialmente elencadas.

A estratégia de campo que perpassa a pesquisa como um todo é a observação participante direta, combinada simultaneamente com a análise crítica e reflexiva das referências bibliográficas; a abordagem problematizadora e a interpretação qualitativa dos conteúdos das legislações, das cartas, dos mapas, dos registros fotográficos e dos conteúdos das entrevistas orais; e a descrição feita exploratoriamente, generalizando, deduzindo e induzindo, do geral/global ao específico/local (e vice-versa), sempre que possível inserindo também aspectos das dimensões intermediárias.

Conforme discorrem os pesquisadores brasileiros Minayo e Sanches (1993), a estratégia de abordagem qualitativa permite uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que, neste estudo, ambos são da mesma natureza. Ela ainda envolve com empatia os motivos, as intenções e os projetos dos atores a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas. Em outras palavras, do ponto de vista qualitativo entre sujeito e objeto no nível das estruturas e das representações, as ações humanas objetivadas são portadoras de sentidos e significados.

Penso, em sintonia com o que escreve o historiador francês Chartier (1990), que as percepções do social não são, de forma alguma, discursos neutros, antes produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade às custas dos outros, por ela menosprezados, em legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, suas escolhas e condutas. E, de acordo com os escritos de Foucault (2003), entendo que, independentemente da escala de ocorrências das relações humanas, seja na conjuntura ou na estrutura, do macro ao

micro, relações de poder se fazem presentes, são permeadas por uma dinâmica dialética de disputas, caracterizadas por tensões, negociações, dinâmicas de soberania, de hegemonia, de sujeição, resistências, alteridades, subversões, conflitos, conciliações, etc.

As temáticas da morte e dos cemitérios constituem e mobilizam, ao mesmo tempo, sensibilidades e fascínios, assim como, com muita facilidade, foram mistificadas e estigmatizadas em diferentes épocas e sociedades. Diante disso, entendo que seja relevante compreender um pouco da abordagem que esses temas receberam no compêndio do conhecimento ao longo do tempo. Para tanto, nas próximas páginas, apresenta-se o Estado da Arte, na qual serão arrolados, de forma breve, os principais escritos que repercutiram na produção do conhecimento ocidental.

Platão (427–348 a.C.), filósofo grego, na obra *Fédon*, escrita por volta de 387 a.C., dedicou-se a refletir sobre a natureza da vida após a morte, da imortalidade da alma, e a narrar o processo do morrer e os momentos finais da vida de Sócrates, que havia sido condenado à morte pela ingestão de cicuta, ocorrida no ano de 399 a.C.¹⁴. Já no declínio final da Idade Média e na aurora da época Moderna, Martinho Lutero (1483-1546), em 1519, escreveu a obra *Da preparação para morrer*, na qual defendeu que as penas, as cruzes e a morte constituíam os tesouros mais preciosos que se pode desfrutar, de que a vida nada mais é do que um morrer do batismo ao túmulo; para tanto, deve-se preparar-se para a morte, deve-se constantemente e cotidianamente refletir sobre ela. Roberto Belarmino (1542-1621), cardeal católico da ordem jesuíta, pouco antes de sua morte, no ano de 1620, escreveu *De arte bene moriendi* (Sobre a arte de bem morrer), na qual apresentou preceitos no sentido de que, quem desejasse bem morrer, deveria procurar bem viver e, para tal, fazia-se necessário assumir a própria morte, morte em relação ao mundo, uma espécie de ‘viver no mundo e não do mundo, viver na carne, quase sem carne’. Ou seja, quem deseja bem viver e, em consequência, bem morrer, deveria renunciar a tudo, morrer para o mundo; dito de outro modo, viver já se constituiria em uma espécie de pequena morte.

Arthur Schopenhauer (1788-1860) — filósofo alemão fortemente influenciado pelos escritos de Platão, de Baruch Spinoza (1632-1677), Immanuel Kant (1724-1804), Johann

¹⁴ Reale (2009), pensador brasileiro, explica que a condenação de Sócrates se deu pelo fato de ele não crer nos deuses estipulados pelo Estado, por questionar o regime democrático e porque ele e seus seguidores constituíam uma ameaça ao poder político na Atenas da época. Na prisão, junto a Sócrates estavam seus discípulos e outros pensadores, em torno de 12 pessoas. Xântipe, esposa de Sócrates, também se encontrava no local, mas devido à comoção que demonstrou diante do fato, foi retirada do lugar. Fédon de Elis ficou responsável por redigir os argumentos e as discussões, pois Platão se encontrava doente e não pôde comparecer. Entre as principais afirmações feitas por Sócrates na ocasião, tem-se a de que ‘o filosofar seria uma forma de se preparar para a morte’.

Wolfgang von Goethe (1749-1832) e pelos escritos do Vedas da Índia antiga —, em diversas obras, dedicou textos sobre o tema da morte¹⁵. Na obra *As dores do mundo*, o autor explica que “[...] nascimento e morte pertencem igualmente à vida, e formam um contrapeso; uma é a condição da outra; são as duas extremidades, os dois polos de todas as manifestações da vida” e defende que “[...] A morte é o gênio inspirador, a musa da filosofia... Sem ela, dificilmente ter-se-ia filosofado” (SCHOPENHAUER, 2019, p. 96).

Émile Durkheim (1858-1917), sociólogo francês, no ano de 1897, escreveu uma monografia intitulada *O suicídio*¹⁶. O estudo abordou as taxas de suicídio em meio às populações católicas e protestantes do final do século XIX. Preocupou-se com os fenômenos desencadeados pelos processos da industrialização, urbanização, laicização, secularização, entre outros. A grande contribuição de Durkheim foi a de ter correlacionado a dimensão dos indivíduos e a sociedade e vice-versa; para tanto, abordou fatores como faixa etária, laços familiares, tradição religiosa, vida comunitária, integração e regulação social, explicando que, quanto mais frágeis os laços sociais, mais propensos ao suicídio os indivíduos se tornavam.

Sigmund Freud (1856-1939), psicanalista austríaco, em 1917 escreveu o texto *Luto e Melancolia*¹⁷, no qual se dedicou a explicar e diferenciar o que consiste, propriamente, o luto e a melancolia com relação a experiências de perdas e de mortes¹⁸. Inspirado pelos escritos de Sören Kierkegaard (1813-1855)¹⁹, Martin Heidegger (1889-1976), na obra *Ser e Tempo*, apresenta o tema da morte como um dos centrais na vida humana, numa perspectiva existencial na qual o ser é um ‘ser-para-a-morte’ e que, diante disso, podem surgir as possibilidades de uma existência autêntica, entendida no sentido de promover o ser a uma experiência íntima, diferente da do ‘ser-no-mundo’, agora no sentido de escolher, cuidar e apropriar-se de si, e com isso a possibilidade de existir do ‘ser-livre’. O autor sugere a angústia como forma de libertação

¹⁵ Entre os principais textos, tem-se *Sobre a morte e sua relação com a indestrutibilidade de nossa essência em si*, que consta como suplemento ao livro quarto, capítulo XLI, na obra *O mundo como vontade e representação*, publicada no ano de 1819. Outro texto também é *Sobre a doutrina da indestrutibilidade de nossa essência em si*, que consta no capítulo 10 do segundo livro da obra *Parerga e Paralipomena*, publicada em 1851. E, já nos últimos escritos de sua vida, redigiu *As dores do mundo*, obra subdividida em *O amor, a morte, a arte, a moral, a religião, a política, o homem e a sociedade*.

¹⁶ Esse trabalho costuma ser considerado a obra fundadora e um clássico da Sociologia, ciência que recém havia sido criada e que almejava se diferenciar da filosofia política e da psicologia social.

¹⁷ Esse texto encontra-se disponível também em FREUD, Sigmund. *Obras completas*. V. 12. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 ou FREUD, Sigmund. *Luto e melancolia*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

¹⁸ O psicanalista defendeu o luto como uma “reação à perda de uma pessoa querida ou de uma abstração que esteja no lugar dela, como pátria, liberdade, ideal etc.” (Freud, 2011, p. 47); já a melancolia como um “desânimo profundamente doloroso, uma suspensão do interesse pelo mundo externo, perda da capacidade de amar, inibição de toda atividade e um rebaixamento do sentimento de autoestima” (FREUD, 2011, p. 47).

¹⁹ Sören Kierkegaard, filósofo, teólogo, crítico social e poeta dinamarquês, foi considerado como o primeiro pensador existencialista. Suas principais obras são *O conceito de angústia*, publicada em 1844, e *O desespero humano*, publicada em 1849.

do ‘ser-no-mundo’, que se deve viver consciente de que não se é eterno e que se caminha para a morte. Esse fator permite entender a morte como uma experiência antecipadora, que pode atribuir sentido e significado valorativo à vida²⁰.

Edgar Morin (1921-), antropólogo, sociólogo e filósofo, desenvolveu estudos nas mais diversas áreas das humanidades e é uma das principais referências no que tange ao paradigma do pensamento complexo. Entre seus primeiros escritos e publicações, tem-se *O homem e a morte*, que data de 1951²¹. A obra encontra-se dividida em cinco partes, nas quais o autor aborda o tema pelos fundamentos antropológicos, a morte experimentada de forma coletiva e individual, o homicídio, o risco de morte; as primeiras formulações conceituais sobre a morte, o espírito, a alma; as cristalizações históricas sobre a morte no interior das crenças orientais e do cristianismo, a presença do tema no pensamento filosófico; a crise da morte na época contemporânea, a ciência contra a morte, o paradoxo da morte, o indefinido e o infinito.

Jean Baudrillard (1929-2007), em *Troca simbólica e a morte*, à luz dos escritos de Freud, Bataille, Lyotard e Foucault, discorre sobre a morte e os mortos. O autor defende que na sociedade atual a morte não costuma ser considerada normal, ela representa uma anomalia impensável. Assim, a morte retorna em potência inconsciente como ‘pulsão e angústia da morte’, uma espécie de resposta, retorno ao nível da negação e interdição que ela sofre em nível real, cotidiano e consciente. O autor ainda problematiza a morte pelo deslocamento que ocorre

²⁰ Heidegger (2005) descreve que a existência do ‘ser-no-mundo’ e o ‘ser-com-os-outros’ podem ser entendidos como o *dasein*, as possibilidades de ser, desejar, agir, projetar, desenvolver, prospectar, superar, transcender. Esse processo do ‘ser-no-mundo’ é permeado de angústia, e entre as motivações mais expressivas de angústia tem-se a morte. Sendo assim, o *dasein*, que está no porvir, é o ‘ser-para-a-morte’, como última possibilidade e que, por sua vez, representa a impossibilidade de qualquer nova possibilidade, ou seja, a finitude, a perda da constituição do ‘ser-aí’, a morte da singularidade do ser. O autor explica ainda que é impossível que se fale por experiência própria sobre a morte, apenas da morte dos outros, ou melhor, estar junto à morte dos outros, impedidos de assumir a morte do outro, ou morrer pelo outro. A morte do ser é singular e deve ser assumida com responsabilidade. O autor reflete que se vive como se apenas os outros morressem; que a morte pode ser conhecida de forma impessoal; que quando se depara com um enfermo ou moribundo no cotidiano, ele acaba sendo abordado como se fosse possível reverter seu processo de morte e retomar as atividades da vida naturalmente. Essa é uma forma, um subterfúgio de escamotear a angústia que a morte carrega consigo. Tanto aos que não se encontram no leito de morte como ao moribundo faltam a consciência e a coragem para com a verdadeira natureza e para com a angústia existencial da morte. Para Heidegger (1990, p. 29), é a morte “que fundamenta qualquer investigação histórico-biográfica e psico-etnológica da morte”. Uma ‘tipologia’ do ‘morrer’, entendida como caracterização dos estados e dos modos em que se ‘vivencia’ esse deixar de viver já pressupõe o conceito de morte. Segundo o autor, a angústia seria a oportunidade privilegiada de superação da impessoalidade e da alienação diante da morte. Ela permite adentrar ao momento em que ‘o ser’ se depara com o nada o ‘não-ser’ do ‘ser-aí’ do ‘ser-no-mundo’, assim lhe restaria apenas o que há de mais autêntico. HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. 13. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

²¹ Considerando a vasta produção bibliográfica do autor, essa foi a única obra na qual ele se dedicou de forma central ao tema da morte.

da identidade do sujeito e da consciência e a integração de ambos em meio ao tecido social, por meio de uma morte como simulacro²².

Mário Perniola (1941-2018), filósofo italiano, conforme os escritos de Heidegger, Bataille e Baudrillard, no ano de 1971, publicou o livro *Pensando o ritual: sexualidade, morte, mundo*, no qual se preocupou em abordar a noção de morte para além da concepção metafísica, teológica e humanista da vida e da morte — no sentido de que seria possível pensar a morte como uma identidade que subsiste à própria morte, numa espécie de eternidade do espírito²³.

Emmanuel Levinas (1906-1995), filósofo francês, entre os anos de 1975 e 1976, ministrou cursos na Sorbonne, os quais resultaram na publicação da obra *Deus, a morte e o tempo*. No capítulo ‘A morte e o tempo’, em diálogo com o pensamento de Immanuel Kant, G. W. F. Hegel, Ernst Bloch, Henri Bergson, Edmund Husserl, Eugen Fink e Martin Heidegger, aborda temáticas como o que se sabe sobre a morte; a minha morte e a de outrem; o *dasein* e a morte; o ‘ser-para-a-morte’ e o tempo; o envelhecimento; a morte, a angústia e o medo; o escândalo da morte, além de outros temas²⁴.

Simone de Beauvoir (1908-1986), escritora e filósofa francesa, no ano de 1964 publicou o livro *Uma morte muito suave*, no qual aborda o processo de adoecimento e falecimento da mãe, ao longo do qual reflete sobre aspectos como o corpo, a velhice, a vida, a morte, a existência e a superação da solidão. No ano de 1981 publicou *A cerimônia do adeus*, na qual registrou sua experiência e reuniu testemunhos sobre os últimos dez anos de vida do seu cônjuge, o também filósofo e escritor Jean-Paul Sartre (1905-1980). A obra possui um tom biográfico e nela a autora relata como transcorreram os últimos anos da vida de Sartre, em termos de como foi a rotina cotidiana e a vida social, as últimas viagens, os últimos escritos, os engajamentos e as aparições públicas. Detalha a relação com o adoecimento, os tratamentos, as

²² O autor debate que os simulacros da morte não seriam apenas os túmulos, as igrejas, os palácios, as instituições, as obras, etc.; o próprio ser humano seria um simulacro, ao ponto de que seu corpo é, no fundo, uma imagem, um disfarce, uma máscara da própria da morte. Para o autor, a morte não determina o fim da história, mas se encontra na origem de toda historicidade. Se o ser humano abandona a história em busca de conforto e consolo no campo da metafísica e da teologia, por exemplo, está fadado à desolação e ao fracasso.

²³ Perniola defende que a morte se encontra intimamente ligada à noção de tempo, ao ponto de que, se não houvesse morte, não haveria tempo. O autor discute que tanto a teologia como o humanismo se esforçam em promover um efeito tranquilizador de que a morte e a angústia pressentida diante da morte não existem. A isso, o autor dá o nome de alienação, porém, adverte que esse esforço acaba sendo completamente em vão, e denuncia que a negação da morte estaria diretamente relacionada à acumulação e à produção material da economia capitalista.

²⁴ O autor sugere pensar a morte a partir do tempo, que ela pode conferir sentido à aventura da vida humana; a morte com sentido no tempo, como paciência e a delonga do tempo. Segundo Levinas, o que nos resta é a possibilidade de gratuidade na responsabilidade pela morte do outro que, por sua vez, deve nascer da ciência da própria mortalidade, da condenação à morte a que se está fadado e não se pode fugir.

convalescenças, os agravamentos, as vontades sobre o destino do corpo e o sepultamento, a notícia do falecimento, as homenagens fúnebres e parte do processo da elaboração do luto.

Giorgio Agamben (1942-), filósofo italiano influenciado por Aristóteles, Agostinho, Hegel, Heidegger, Bataille, Foucault, Derrida e Baudrillard, publicou em 1982 a obra intitulada *A linguagem e a morte: um seminário sobre o lugar da negatividade*. Nela, contemplou temas como o *dasein* e a morte, o indizível e o inominável na linguagem; a gramática e a teologia, a filosofia e a tragédia; significar e mostrar, mostrar e dizer, o lugar dos pronomes e o problema do ser; a dialética da voz, a voz do ser como fundamento e lugar da negatividade, a voz da morte, o silêncio como morada de Deus, a dissolução da relação entre linguagem e morte; o fim da história e o fim do pensamento.

Byung-Chul Han (1959-), no ano de 2012 publicou a obra *Morte e alteridade*, na qual tece análises a partir dos escritos de Kant, Heidegger, Baudrillard, Canetti, Levinas, entre outros. Aborda temas como a intriga, a estética e a ética da sobrevivência; morte e infinitude, solidão, *Eros*, a morte violenta e a morte do outro; refenidade e serenidade; morte e transformação; a nudez da alma e a dialética da ferida²⁵.

Para além desses escritos mais pontuais e amplamente reconhecidos, pode-se mencionar as produções oriundas das tendências emergentes na segunda metade do século XX, na sequência do período do pós-guerra, pela Escola dos Annales, Nova História e pelos Estudos Culturais, que defendiam a busca por novos temas, objetos, sujeitos, problemas, abordagens, entre outros; tanto no âmbito da Filosofia como da Antropologia, da História Social, da Psicologia, da Teologia, dos Estudos Culturais e de Patrimônio, entre outras áreas; fazendo com que o universo temático da morte e dos cemitérios fosse consideravelmente estudado. Com relação às produções oriundas desse contexto, pode-se mencionar trabalhos de Vovelle (1970), Ariès (1977), Chaunu (1978), Kübler-Ross (1981), Elias (1982), Le Goff (1991), Schmitt (1999) e Kellehear (2016).

Michel Vovelle (1933-2018), historiador francês, associado à terceira geração da Escola do Annales, dedicou-se aos estudos da época moderna, em especial dos séculos XVII e XVIII, cujas temáticas abordavam diretamente ou gravitavam em torno da Revolução Francesa. O autor conta também com sólida pesquisa e publicação relacionada aos temas da morte. No ano de 1970, publicou a obra *Visão da morte e da vida após a morte na Provença do século XV ao*

²⁵ O filósofo desafia o leitor a pensar no sentido de que, mesmo que não se tenha experiências positivas da mortalidade humana, negar cegamente e resistir a finitude humana não remedia e não salva ninguém; de que pode ser mais sábio se abrir frente à morte, de que a serenidade pode ser um despertar para a imortalidade, isso reanimaria o eu e criaria amabilidade com o outro.

XIX, segundo os altares das almas do purgatório; no ano de 1974, *Morrer no passado*; no ano de 1978, *Atitudes perante a morte segundo as cláusulas dos testamentos*; no ano de 1983, *A morte no ocidente de 1300 até os dias atuais* e *A cidade dos mortos, ensaio sobre o imaginário coletivo urbano a partir dos cemitérios provençais, 1800-1980*; e, no ano de 1996, *As almas do purgatório ou o trabalho do luto*. Suas obras geralmente contemplam abordagens relacionadas à temporalidade das médias e longas durações e às temáticas das ideologias e mentalidades religiosas no contexto do catolicismo europeu.

Philippe Ariès (1914-1984) ocupou-se especialmente de temas sobre demografia e história social, do cotidiano, da família, da infância e das práticas e atitudes diante da morte. Ficou amplamente reconhecido por, com Georges Duby, organizar a coleção de livros *História da vida privada*, lançada no ano de 1985. Entre as principais obras que contemplam o tema da morte, tem-se *Atitudes diante da vida e da morte do século XVII ao XIX, alguns aspectos de suas variações*, publicada em 1949; *A história da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*, em 1975, e *O homem diante da morte*, obra composta por dois volumes, em 1977.

Pierre Chaunu (1923-2009), historiador francês, especialista em pesquisas quantitativas e seriais para os temas da demografia, da história social e da história religiosa, dedicou-se à história da América espanhola e à história da França para o período anterior à Revolução Francesa, o chamado Antigo Regime (séculos XVI, XVII e XVIII). Produziu apenas uma obra para as temáticas da morte, *Morte em Paris, séculos XVI-XVIII*, publicada em 1978 e que, por sua vez, recebeu amplo reconhecimento, assim como críticas por parte de diversos historiadores.

Elisabeth Kübler-Ross (1926-2004), psiquiatra suíça, desenvolveu estudos tanatológicos, em especial com temas de cuidados paliativos, sobre o morrer e o luto, no que diz respeito aos principais estágios que antecedem a morte de pacientes enfermos por doenças graves e em estágio terminal, o que foi muito bem recebido pela comunidade médica e até junto a familiares acompanhantes dos moribundos. Entre as principais obras da autora, tem-se *Sobre a morte e o morrer: o que os doentes terminais têm para ensinar a médicos, enfermeiras, religiosos e aos seus próprios parentes*, publicada em 1969; *Morte – estágio final da evolução*, em 1975, e *Perguntas e respostas sobre a morte e o morrer*, em 1979²⁶.

Norbert Elias (1897-1990), sociólogo alemão que também estudava psicologia, medicina e filosofia, contemplou em suas análises as relações de interdependência e coerção social que,

²⁶ No final da vida profissional, também se dedicou a estudos do tema de ‘vida após a morte’, sobretudo a experiências de ‘quase morte’ (EQM); todavia, o estudo foi visto com certo descrédito por parte da sociedade científica.

por sua vez, são forjadas nas relações sociais, de trabalho e afetivas; nos processos de diferenciação e competição; nos modos de viver, hábitos e costumes, entre outras relações. Entre suas obras, a que se relaciona ao tema da morte e do morrer é *A solidão dos moribundos: seguido de envelhecer e morrer*²⁷, publicada em 1982.

Jean-Claude Schmitt (1946-), medievalista francês, em suas análises contempla aspectos sociológicos, antropológicos e da história da arte para a grande temática da cultura religiosa, desde as camadas do campesinato até as elites eclesiásticas. No ano de 1994, publicou uma obra que contempla tanto a temática da morte como visões e fenômenos paranormais, cujo título é *Os fantasmas: os vivos e os mortos na sociedade medieval*²⁸.

O médico e sociólogo australiano/britânico Allan Kellehear, em 2007, publicou *Uma história social do morrer*²⁹, no qual se preocupou em descrever a morte e o morrer ao longo da formação das sociedades, a partir de elementos culturais e pelas circunstâncias coletivas e pessoais que foram responsáveis por caracterizar as diferentes épocas históricas. Relacionadas ao tema, o autor publicou também *Morrendo de câncer: o último ano da vida*, em 1990; *Cidades compassivas: saúde pública e cuidados de fim de vida*, em 2005; e *A vida interior do moribundo*, em 2014.

No Brasil, os estudos sobre a morte, o morrer e os espaços de cemitérios passam a ocorrer na segunda metade do século XX. Entre os principais, tem-se os que foram realizados por Valadares (1972), Martins (1983), Maranhão (1985), Guedes (1986), Bellomo (1988), Reis (1991), Borges (1991), Kovács (1992), Doberstein (1992), Lima (1994), Rodrigues (1995), Chiavenato (1998), Rezende (2000) e Cymbalista (2001).

Clarival do Prado Valadares (1918-1983)³⁰ é considerado e reconhecido como um dos primeiros estudiosos dos cemitérios brasileiros. Entre as principais obras relacionadas às

²⁷ Nessa obra, o autor aborda as principais imagens, as representações sociais e culturais da morte, assim como as questões de relações afetivas e os procedimentos médicos e clínicos para com os pacientes moribundos. É utilizada por estudiosos de áreas como das ciências humanas, da saúde pública, da medicina e da educação física, por exemplo.

²⁸ No Brasil, foi publicada em 1999 e teve o título traduzido para *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*.

²⁹ Sua abordagem contempla as mais diversas áreas do conhecimento, como a Antropologia, a Arqueologia, a Etnografia, a Psicologia, a Sociologia, a História, a Economia, a Psicologia e as Ciências Médicas e o deslocamento temporal situa desde as sociedades ágrafas até a época contemporânea. Para tanto, subdividiu a obra em quatro partes: A Idade da Pedra, a Idade Pastoril, a Era da Cidade e a Idade Cosmopolita. Por meio de uma abordagem ampla e global das experiências do adoecimento, do morrer e da morte das diferentes épocas e sociedades, o autor tece considerações de que, com o passar do tempo, esses aspectos passaram a ser cada vez menos acontecimentos públicos e comunitários, cada vez mais foram controlados e vivenciados de forma privada, em especial conduzidos por profissionais relacionados às áreas da enfermagem, da medicina, das religiões e do direito. KELLEHEAR, Allan. *Uma história social do morrer*. 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

³⁰ Formou-se em medicina, foi poeta, pesquisador, professor e crítico de arte. Seu interesse não se resumia apenas no que diz respeito à parte médica ou clínica da morte e do morrer, mas por desenhos, paisagens,

temáticas da arte e dos cemitérios, publicou *Riscadores de milagres*, em 1967; *Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros*, publicada no ano de 1972 em dois volumes; e *Aspectos da arte religiosa no Brasil*, publicada em 1981. Foi responsável também por, no ano de 1968, realizar diversas exposições iconográficas sob o título *A arte cemiterial brasileira*³¹. Manuela Carneiro da Cunha (1943-), antropóloga luso-brasileira, intelectual e militante dos direitos das pessoas indígenas, em específico das populações que habitam as regiões de Goiás, do Tocantins e do Maranhão, escreveu, em 1978, *Mortos e os outros: uma análise do sistema funerário e da noção de pessoa entre os índios Krahó*.

José de Souza Martins (1938-) é um sociólogo que se dedicou majoritariamente à pesquisa e à publicação na área dos temas da imigração, da reforma agrária, da urbanização, da memória, da vida cotidiana e da conjuntura política brasileira. Porém, entre suas obras, encontram-se estudos como *História e arte no cemitério da Consolação* e a organização da obra *A morte e os mortos na sociedade brasileira*³², publicada no ano de 1983.

A historiadora Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes, em 1986, defendeu a dissertação de mestrado intitulada *Atitudes perante a morte em São Paulo (séculos XVII a XIX)*, que constituiu um dos primeiros trabalhos acadêmicos brasileiros que abordam a morte pelo viés da história cultural e das mentalidades culturais e religiosas. A dissertação encontra-se subdividida em temáticas que contemplam *Os cuidados com a morte: os testamentos e Da laicização à evocação da morte no século XIX*.

Harry Bellomo (1935-) é historiador e foi responsável, em 1988, por defender a dissertação *Estatuária funerária em Porto Alegre (1900-1950)*. Nos anos seguintes, atuou como professor no ensino superior no Rio Grande do Sul, onde formou o grupo de estudos chamado *Os cemiteriais de Bellomo*, a partir do qual e em conjunto com outros pesquisadores, no ano de 2000, publicaram a obra *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade e ideologia*.

monumentos e aspectos artísticos e religiosos presentes no interior dos espaços dos cemitérios brasileiros.

Quando jovem, em que residia na cidade de Recife, foi assessor de pesquisa de Gilberto Freyre.

³¹ É possível obter mais informações sobre a vida e a obra de Valladares em: GASPAS, Lúcia. Clarival do Prado Valladares. In: Pesquisa Escolar. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/clarival-do-prado-valladares/> Acesso em: 10 fev. 2022.

³² Na obra *A morte e os mortos na sociedade brasileira*, Martins foi o responsável pela organização e contribuiu com a introdução e com o capítulo *A morte e o morto: tempo e espaço nos ritos fúnebres da roça*. A obra contou com artigos de outros pesquisadores e foi dividida em seis partes, cujos temas abordados vão desde a modernização do modo de morrer, a história da arte, a morte na literatura, o negro e a morte, a morte e os mortos entre caipiras e caboclos até os povos indígenas. Ou seja, um trabalho que se esforçou em contemplar as mais variadas temáticas relacionadas à morte. O que é mais salutar e possui potencial inovador para a época da publicação, assim como para os nossos dias, é que a obra aborda a morte em meio a grupos populares e no espaço rural.

João José Reis (1952-) é um historiador que se dedicou às questões da história da escravidão brasileira do século XIX. Em 1992, publicou *A Morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, obra que lhe rendeu amplo reconhecimento, bem como o Prêmio Jabuti de Literatura. Sua obra obteve tamanha repercussão pelo fato de que registra os embates populares-religiosos que se deram em torno da criação de um cemitério laico em Salvador, na Bahia.

A psicóloga e professora Maria Júlia Kovács tem inúmeras publicações, sendo a primeira delas em 1992, denominada *Morte e desenvolvimento humano*; após, *Vida e morte: laços da existência*, em 1996; *Educação para a morte: temas e reflexões*, em 2003; *Morte e existência humana: caminhos de cuidados e possibilidades de intervenção*, em 2008; e *Educação para a morte: quebrando paradigmas*, em 2020. João Aroldo Escudeiro, professor e psicólogo, especialista em saúde pública e coordenador de cursos de formação em tanatologia e da Rede Nacional de Tanatologia/RNT³³, que atua na formação de profissionais na área de psicologia com perdas e lutos e foi responsável pela organização de inúmeras publicações que versam sobre o tema, como por exemplo *Educação sobre a morte*, de 2021, *Mortos sem flores-ausência dos rituais de despedida*, de 2020; *Morte, perda e luto*, de 2019; *Falando de morte*, de 2019; *A dor do luto*, de 2018; *Sobre onipotência e impotência humana diante da morte*, de 2017; *A Morte como condição humana*, de 2015 entre outros.

Maria Elizia Borges (1949-), professora e pesquisadora da história da arte e imigração no Brasil, defendeu a tese de doutorado intitulada *Arte tumular: a produção dos marmoristas de Ribeirão Preto no período da primeira República*, no ano de 1991. Posteriormente, publicou *Arte funerária no Brasil (1890-1930): ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto*, no ano de 2002; *Estudos cemiteriais no Brasil: catálogo de livros, teses, dissertações e artigos*, em 2010; e *Um olhar sobre o espaço da morte*, em 2017. Cláudia Rodrigues (1969) é uma historiadora que, no ano de 1995, defendeu a dissertação de mestrado *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres na Corte* e, no ano de 2002, a tese de doutorado *Nas fronteiras do além: o processo de secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*, obra que foi publicada em livro e premiada em primeiro lugar no Concurso do Arquivo Nacional, no ano 2003.

Renato Cymbalista, arquiteto e urbanista, no ano de 2001 defendeu a dissertação de mestrado intitulada *Cidades dos vivos - arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios paulistas*; em 2006, defendeu a tese de doutorado intitulada *Sangue, ossos e terras: os mortos*

³³ O site da Rede Nacional de Tanatologia conta com inúmeros materiais relacionados a ampla temática da morte e do luto, e está disponível em: <https://redenacionaldetanatologia.psc.br/literatura/> Acesso em: 18 abr. 2023.

e a ocupação do território luso-brasileiro, séculos XVI e XVII. Alcineia Rodrigues dos Santos, historiadora que no ano de 2005 defendeu a dissertação de mestrado *Templo da salvação: representações da morte e ritos fúnebres no Seridó nos séculos XVIII e XIX* e, em 2011, defendeu a tese de doutorado *O processo de dessacralização da morte e a instalação de cemitérios no Seridó, séculos XIX e XX.*

Andréia Vicente da Silva, historiadora, em 2005 defendeu a dissertação de mestrado *Vida após a morte- salvo ou condenado: os evangélicos da Igreja Assembleia de Deus e sua tipificação dos mortos* e em 2011 defendeu a tese de doutorado *Ritualizando o enterro e o luto evangélico: compartilhamento e incomunicabilidade na experiência da finitude humana.* Elisiana Trilha Castro, historiadora, no ano de 2008 defendeu a dissertação de mestrado *Aqui também jaz um patrimônio: identidade, memória e preservação patrimonial a partir do tombamento de um cemitério (o caso do Cemitério do Imigrante de Joinville/SC, 1962-2008)* e em 2013 defendeu a tese de doutorado *Aqui jaz uma morte: a trajetória da empresa funerária da família Haas de Blumenau/SC e questões sobre a morte no século XX.*

Maristela Carneiro, historiadora e filósofa, em 2012 defendeu a dissertação *Constituição de mundos e subjetividades: uma leitura de representações de alteridade no cemitério municipal São José* e, no ano de 2016, defendeu a tese de doutorado *Desnudando a masculinidade: representações de nudez e seminudez na estatuária funerária paulistana (1920-1950).* Viviane Comunale, historiadora, em 2015 defendeu a dissertação de mestrado *Redescobrimo a arte de Alfredo Oliani: sacra e tumular* e em 2020 defendeu a tese de doutorado *Patrimônio funerário: os cemitérios históricos do Vale do Paraíba (1820-1890).* Glayce Rocha Santos Coimbra, graduada em Relações Públicas e História, no ano de 2012, defendeu a dissertação de mestrado *A morte severina em Cândido Portinari e em João Cabral de Melo Neto* e, em 2021, defendeu a tese de doutorado *Cemitérios rurais e os rituais de morte na região de barro alto no sertão da Bahia - séculos XX e XXI.*

Tem-se ainda as teses de doutorado de Silva (2002), Nascimento (2006), Júnior (2008) Morais (2009), Piovezan (2017), Almeida (2017); e as dissertações de mestrado de Rosa (2003), Silva (2005), Jorge (2006), Rezende (2006), Timpanaro (2006), Filho (2007), Costa (2007), Soares (2007), Mendes (2007), Silva (2010) e Grassi (2016), que abordam temas relacionados à morte, ao morrer, aos mortos, à guerra, a jazigos de milagreiros, a aspectos geográficos e urbanísticos dos espaços dos cemitérios, etc.

O estado da arte possibilitou compreender que os estudos que se referem à morte, ao morrer e aos espaços dos cemitérios estão em processo de desenvolvimento e deixaram de ser apenas temas de obras isoladas em meio à produção de intelectuais renomados. Nas últimas

décadas, passaram a fazer parte da trajetória de pesquisa acadêmico-científica de diversos pesquisadores. Nos estudos mencionados anteriormente percebo que, os que foram desenvolvidos no contexto acadêmico-institucional, com a consistência de dissertação e/ou tese, abordaram temas tais como os cemitérios e as práticas religiosas de comunidades religiosas católicas, protestantes e evangélicas; cemitérios laicos urbanos e cemitérios rurais; funerárias e marmoristas, a estatuária e arte funerária; atitudes e os ritos fúnebres; morte nas comunidades indígenas; morte, literatura e arte, e mais recentemente o patrimônio funerário, o que, por seu turno, sugere uma dinâmica de expansão e diversificação de aspectos e temas abordados³⁴. Observei também que ainda não foram realizados estudos para cemitérios judaicos, concepções e ritos fúnebres das tradições religiosas afro-brasileiras, cemitérios parque e/ou jardim, práticas de cremação e crematórios, o que pode sugerir e constituir inspiração para futuros estudos.

No ano de 2004, foi criada a Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC). A ABEC é uma entidade sem fins lucrativos que conta com mais de 80 associados e, neste momento, está sediada na cidade de Blumenau/SC, junto ao Memorial Funerário Mathias Haas³⁵. A associação possui um *site* e uma plataforma específica para reunir e divulgar atividades, pesquisas, projetos de visitação, estudos e obras relacionadas ao grande tema de Cemitérios; em especial, é responsável por, a cada dois anos, promover o Encontro Nacional da ABEC³⁶.

A ABEC também é parceira da *Red Iberoamericana de Cementerios Patrimoniales* (Rede Iberoamericana de Cemitérios Patrimoniais), com quem articula e promove eventos e atividades de cunho científico e acadêmico relacionadas aos cemitérios de diversas cidades da América Latina. A *Red Iberoamericana de Cementerios Patrimoniales (RED)*³⁷ foi criada no ano de

³⁴ Ressalto que as pesquisas de Alcineia Rodrigues dos Santos, Maristela Carneiro e Gláycy Rocha Santos Coimbra foram orientadas pela pesquisadora Maria Elízia Borges, o que, por sua vez, sugere pensar na formação de uma espécie de ‘escola’ de estudos cemiteriais.

³⁵ O Memorial Funerário Mathias Haas, onde funciona também o Museu Funerário, até o momento é o único museu dedicado à temática no Brasil. Toda a concepção, o desenvolvimento e a realização do Memorial recebeu participação e consultoria direta da pesquisadora Dr^a Elisiana Trilha Castro. O memorial está situado na rua José Deeke, número 751, bairro Escola Agrícola, Blumenau/SC, CEP 89031-401 e conta com perfis nas seguintes mídias virtuais: Instagram: [@mfmthiashaas/](https://www.instagram.com/mfmthiashaas/) e no Facebook: [@memorialfunerariomathiashaas](https://www.facebook.com/memorialfunerariomathiashaas)

³⁶ No *site* da ABEC, é possível obter informações mais detalhadas, bem como acessar os anais de todos os encontros realizados. Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais. Disponível em: <https://www.estudoscemiteriais.com.br/> Acesso em: 08 fev. 2022. Nele, encontra-se também uma plataforma com dados, imagens e conteúdos de cemitérios e milagreiros que são tema de pesquisa dos membros da associação. Lá estão disponíveis informações e contatos sobre as atividades de visitas guiadas oferecidas junto ao Cemitério Vera Cruz, na cidade de Passo Fundo/RS; ao Cemitério Municipal de Maringá, na cidade de Maringá/PR; e ao Cemitério do Bonfim, na cidade de Belo Horizonte/MG.

³⁷ Mais informações podem ser obtidas no *blog* da *Red Iberoamericana de Cementerios Patrimoniales*: Disponível em: https://redcementeriospatrimoniales.blogspot.com/?fbclid=IwAR2g8p2-QOJ4RIPwdzga_Po4hVJDJmOY3Fc4Jt8i3dpPRYYL8q7NDB19j2M

2000 e está associada também à *Red Iberoamericana de Valoración y Gestión de Cementerios Patrimoniales* (Rede Ibero-Americana de Valorização e Gestão de Cemitérios Patrimoniais)³⁸, criada no ano de 2009, que foi responsável por promover, em outubro de 2022, na cidade de Lima, no Peru, o XXIII Encontro de Ibero-americano de Valorização e Gestão de Cemitérios Patrimoniais, cujo título do evento dessa edição foi *Nossos cemitérios: uma janela em direção ao passado*. Ambas as Redes são responsáveis por congregar inúmeros pesquisadores que se dedicam aos mais diversos temas relacionados aos espaços dos cemitérios e dos mais diferentes países que compõem a América Latina.

Entre os principais pesquisadores latino-americanos que se dedicam aos temas da morte, do morrer e dos espaços dos cemitérios, é possível mencionar: Eddy Cecilia Cabrera Paz, artista plástica colombiana que estuda e desenvolve projetos sobre arte funerária; Doris E. Lugo Ramírez, pesquisadora da iconografia funerária e sistema de morte porto-riquenha; Limbergh Herrera, que pesquisa aspectos arqueológicos e antropológicos da morte e cemitérios do México; Verónica Zárate Toscano, que estuda atitudes, cerimônias e memórias na morte mexicana; Valentina Ayrolo, que investiga as instituições eclesiásticas e o Estado laico no século XIX em Córdoba/Argentina; Andrea L. Pérez Fonseca, antropóloga colombiana que estuda subjetividades, sofrimento social e suicídio; Natalia Verónica Bermúdez, antropóloga que estuda ativismos políticos e mortes violentas na Argentina; Luis Noel Dulout, historiador argentino que pesquisa os cemitérios patrimoniais como recursos culturais, educativos e turísticos; e Ester Lucia Camarasa, museóloga argentina que aborda os cemitérios e o patrimônio funerário, como monumentos e museus a céu aberto.

Outra iniciativa é o *Imagens da morte: a morte e o morrer no mundo Ibero-Americano*, um grupo de pesquisa vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), que congrega pesquisadores e estudantes para os temas da morte, do morrer e do além-túmulo, responsável por propor simpósios temáticos nos encontros regionais e nacionais também na Associação Nacional de História/ANPUH; e no Congresso Latino-americano de Ciências Sociais e Humanidades: Imagens da Morte que, desde 2014, passou a se chamar Congresso Internacional Imagens da Morte/CIM.

Tanto as atividades empreendidas pela ABEC como pelo grupo *Imagens da Morte: a morte e o morrer no mundo Ibero-Americano* foram responsáveis pela criação da Revista M.:

³⁸ Mais informações sobre a *Red Iberoamericana de Valoración y Gestión de Cementerios Patrimoniales* podem ser obtidas no *blog* disponível em: <https://www.blogger.com/profile/16383201219805692489>

estudos sobre a morte, os mortos e o morrer³⁹. Essa revista vem sendo editada desde o ano de 2016, possui fluxo contínuo e periodicidade semestral; conta com as seções de artigos, em campo e resenhas; e a cada novo número é criado um dossiê temático para centralizar recortes temáticos.

A jornalista e gestora cultural argentina Graciela Pedraza, juntamente com Jorge Galetto e o grupo *Chispazos Literarios* (Chispas Literárias), entre os meses de julho e agosto de 2022, organizaram e realizaram o *Primer Encuentro Latinoamericano Integral de Patrimonio Funerario* (Primeira Reunião Latino-Americana do Patrimônio Funerário), evento que abordou as mais diferentes temáticas relacionadas à morte e aos espaços dos cemitérios e que foi responsável por reunir estudiosos de diversos países, como Argentina, Chile, Peru, Bolívia, Venezuela, México, Cuba, Guatemala, entre outros. As atividades do evento foram totalmente gratuitas e transmitidas pelas principais mídias e plataformas virtuais⁴⁰. Como resultado dessas atividades e mobilizações, no mês de novembro de 2022 Pedraza viabilizou também a publicação do segundo número da Revista Patrimônio Funerário Integral.

Outro espaço de comunicação das pesquisas é a Revista Brasileira de História das Religiões que, com relativa frequência, reserva números às temáticas relacionadas à morte e aos cemitérios, sendo que já foram publicadas *Vida e Morte nas Religiões e nas Religiosidades*, de janeiro de 2014, v. 6 n. 18 (6), *Visões da Morte*, de agosto de 2017, v. 10 n. 29 (10), e *Manifestações das religiosidades no espaço cemiterial*, de agosto de 2021, v. 14 n. 40 (14)⁴¹.

Por outro lado, o tema da morte e os espaços dos cemitérios podem ser encontrados também em narrativas mitológicas clássicas⁴² e bíblicas, em escritos literários como poesia,

³⁹ É possível obter informações mais detalhadas junto ao *site* em que a revista fica hospedada: <http://www.seer.unirio.br/revistam/about> Acesso em: 08 fev. 2022. A revista está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). No *site* da revista, localizam-se os arquivos das edições anteriores, assim como notícias e trâmites para realizar a submissão de artigos.

⁴⁰ Mais informações podem ser obtidas junto ao grupo de *Facebook* do evento: Encontro Patrimônio Funerário. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/908176400578943>. A *Revista Patrimônio Funerário Integral*, está disponível em: https://issuu.com/necroturismo/docs/revista_noviembre_3?fbclid=IwAR3teMdQT1EbCgqpw3-Niu-kkc4ZhNfjJwTBiLxwSiCR78naOawL7iRzQ Acesso em: 06 nov. 2022.

⁴¹ Pode-se acessar as revistas mencionadas junto ao *site* geral da *Revista Brasileira de História das Religiões*. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/index> Acesso em: 27 fev. 2022.

⁴² Nas narrativas mitológicas da Grécia Antiga, Hades foi descrito como o deus do mundo inferior, do submundo e dos mortos. Hades não governava sozinho, dividia o seu reino com o deus Thánatos. Thánatos possuía como irmão Hipnos, o deus do sono. Nas narrativas mitológicas romanas, o deus equivalente a Hades grego foi Plutão. Porém, na mitologia romana, a Plutão também foram atribuídos os domínios da riqueza.

peças de teatro⁴³, contos, novelas, romances⁴⁴; em filmes, séries, minisséries e telenovelas⁴⁵; músicas⁴⁶, exposições de arte; jogos eletrônicos⁴⁷, desenhos animados, histórias em quadrinhos⁴⁸, entre outros.

Abordar o tema da morte, os espaços dos cemitérios, as edificações dos jazigos, os

⁴³ Sófocles (496-406 a.C.), teatrólogo grego, escreveu inúmeras peças de teatro. Entre elas estão *Édipo Rei* e *Antígona*, nas quais proporcionou ao público leitor inúmeras cenas com mortes trágicas, assim como embates e confrontamentos com o governo da época, as previsões das legislações que prescreviam penas que impediam a realização de sepultamentos e homenagens fúnebres conforme as tradições e os costumes populares gregos. Na obra *Antígona*, o governo de Tebas considerou que Édipo Rei havia cometido deserção e que, conforme as previsões legais da época, devia ser punida com a privação do sepultamento em terra/solo natal, cidade de origem, e dos ritos fúnebres. Antígona, filha e irmã de Édipo, que o acompanhou no exílio, contesta as determinações legais e vai ao tribunal para garantir que o sepultamento do pai/irmão fosse conforme os costumes e as tradições populares. Antígona defendeu veementemente o direito de Édipo ao sepultamento conforme as leis ditas e tidas como eternas, presentes nos costumes e nas tradições, contestando assim a pretensão de autoritarismo e coerção exercida pelo governo e pelo Estado tebano. As duas obras foram traduzidas e publicadas no Brasil: SÓFOCLES. *Édipo Rei*. Porto Alegre: L& PM, 2001 e SÓFOCLES. *Antígona*. Porto Alegre: L & PM, 2019.

⁴⁴ Obras literárias que ilustram a temática da morte e dos cemitérios: *Hamlet* de William Shakespeare; *A morte de Ivan Ilitch*, escrita por Liev Tolstói; *O falecido Matias Pascal*, de Luigi Pirandello; *Cem anos de solidão e Crônica de uma morte anunciada*, de Gabriel García Márquez; *Morte e vida severina*, de João Cabral de Melo Neto; *O tempo e o vento*, *Incidente em Antares* e *As aventuras de Tibicuera*, de Érico Veríssimo; *O cemitério dos vivos*, de Lima Barreto; *O cemitério maldito*, de Stephen King; *Eros e Tanatos*, de Darcy Ribeiro; *Cemitério de Praga*, de Umberto Eco; *O livro do cemitério*, de Neil Gaiman, entre outros.

⁴⁵ Entre as produções cinematográficas, pode-se mencionar as do cineasta brasileiro José Mojica Marins, mais conhecido como Zé do Caixão; filmes como *A volta dos mortos vivos*, de Ellory Elkayem; *O cemitério maldito*, de Mary Lambert, *21 Gramas*, de Alejandro González-Iñárritu; *A noiva cadáver*, dirigido por Tim Burton; *O curioso caso de Benjamin Button*, de David Fincher; *A partida*, dirigido por Yojiro Takita; *Viva, a vida é uma festa*, dirigido por Lee Unkrich e Adrian Molina; *Nós que aqui estamos por nós esperamos*, de Marcelo Masagão; *E la nave va* (O navio), de Federico Fellini; *O sétimo selo*, de Ingmar Bergman; o seriado norte-americano *Six feet under* (A sete palmas), criado por Alan Ball; a telenovela e posteriormente filme *O bem-amado*, escrito por Dias Gomes; o seriado de televisão *Pé na cova*, de Miguel Falabella; e os desenhos animados *Funérea*, da Music Television /MTV do Brasil, criados por Thiago Martins, Pavão e Flávia Boggio.

⁴⁶ Para citar alguns no campo da música, tem-se a missa *Requiem em ré menor*, composta entre os anos de 1791-1792, de Wolfgang Amadeus Mozart; a *Marcha fúnebre*, de 1827-1829, composição do pianista Frédéric Chopin; *Marcha Fúnebre*, da artista Chiquinha Gonzaga, de 1879; o tom fúnebre das canções *La vie en rose* (Através de lentes cor-de-rosa) de 1946 e *Non, je ne regrette rien* (Não, não me arrependo de nada), de 1960, da cantora francesa Edith Piaf; *Comme d'habitude*, canção composta pelos artistas franceses Claude François, Jacques Revaux e Gilles Thibaut, no ano de 1967 e que em 1968 ganhou a versão na língua inglesa de *My Way* pelo artista estadunidense Frank Sinatra; *Quicksand* (arreia movediça), de 1971, do artista David Bowie; *Cancion para mi muerte* (Canção para minha morte), do grupo argentino Sui Generis, registrada no ano de 1972; *Canto para minha morte*, composição de Raul Seixas e Paulo Coelho no ano de 1984; *Último dia*, de Paulinho Moska; a música *Epitáfio*, composição de Sérgio Brito do grupo Titãs; *Bilhete*, de Ivan Lins e Vitor Martins; *Boas Novas*, do cantor e compositor Cazuza; a canção *Não tenho medo da morte*, de Caetano Veloso e Gilberto Gil, tornada pública no ano 2012; *Morto*, do grupo O Terno, canção de 2012; composição e videoclipe da música *Pet Cemetery* (cemitério maldito), do grupo norte-americano Ramones; a canção *Back to black* (volto ao luto), da cantora Amy Winehouse; a canção *Va en paix* (Vá em paz), de 2018, da cantora francesa Céline Boireaud; *Canção para minha morte*, do grupo Os The Darma Lovers; a música *Agente funerário*, da banda brasileira Testosterona; o nome utilizado pelo grupo musical/banda brasileiro Sepultura e *The Dead Rocks* (Rochas Mortas), pelos grupos norte-americanos *Grateful Dead* (Morto Grato), *Deaht* (Morte), *Obituary* (Obituário) e *Six feet under* (A Sete Palmas); pelo grupo suíço *The Dead Brothers* (Irmãos Mortos).

⁴⁷ Como exemplo de jogos de videogame, tem-se *Resident Evil*, criado por Shinji Mikami, e *Doom* e *Quake*, desenvolvidos pela *Id Software*.

⁴⁸ Entre as histórias em quadrinhos, pode-se mencionar as criações de Aloísio de Castro, Antônio Homobono e Flávio Colin; e o personagem Morte Crens, do quadrinista Gustavo Borges.

conteúdos das lápides e os demais paramentos sugere que se leve em consideração todo um processo que se inscreve e se expressa nas mais diferentes dimensões da experiência humana; que pode ser observado desde a dimensão ‘imaterial/intangível’ com a manifestação das emoções e de sentimentos das pessoas diante da experiência da morte dos entes queridos e das formulações e concepções das tradições religiosas para com o sentido e o significado da morte; ao ‘material/tangível’, diante da necessidade de conduzir o corpo falecido ao sepultamento, que sugeriu a edificação de jazigos e a criação de cemitérios; e ao ‘imaterial’ novamente com a realização de rituais e homenagens fúberes, assim como o processo psíquico-emocional da elaboração do luto; formando, dessa maneira, uma unidade que dá corpo, conteúdo e sentido à experiência da vida e da morte, da memória e da identidade individual, familiar e coletiva, mas que também se encontram em uma estreita imbricação e entrecruzamento que permeiam e perpassam o universo da religião, da política, da economia, das ideologias, da arquitetura, da arte, da paisagem, da memória e do imaginário.

Apresento este estudo em um cenário no qual a morte, em termos gerais, mesmo com forte apelação midiática, permanece como sendo algo com o que o ser humano, em especial a sociedade ocidental das primeiras décadas do século XXI, ainda não conseguiu se relacionar de forma suficientemente consciente, ponderada, refletida e, ao que me parece, tal aspecto independe da forma como a morte ocorreu e ocorre, seja por definhamento natural, pelo acometimento de doenças, por violência urbana, por catástrofes, por fenômenos da ‘natureza’, por pandemias, por atentados terroristas, por guerras mundiais e/ou civis, por acidentes automobilísticos, por fatalidades ou outros mais.

Observo que, se a morte ocorre no contexto familiar e nos círculos afetivos e sociais próximos, é possível identificar posturas de não aceitação, de profundo pesar e desolação; quando a morte é a morte do outro, do estranho, do desconhecido, identificam-se atitudes de indiferença e banalização — é claro, salvo os casos de celebridades e personalidades de destaque e renome na sociedade. Entendo que existem valores e aspectos maiores que estão sendo aviltados, tais como a excepcionalidade, a singularidade e a fragilidade da vida, assim como a ‘necessidade’, a dignidade e a sacralidade da morte; portanto, interessa-me contribuir para a desestabilização desse cenário.

Os espaços dos cemitérios constituem os locais para onde os corpos são destinados após o falecimento, nos quais ocorre o respectivo sepultamento. A história dos cemitérios encontra-se intimamente ligada à história das cidades. Eles constituem equipamentos urbanos classificados na categoria de ‘cultura e religião’, destinados à prestação de serviços necessários ao bom funcionamento da vida urbana; porém, problematiza-se que os espaços dos cemitérios

ainda não recebem significativa importância por parte das populações, das pessoas e dos profissionais envolvidos nas discussões das diretrizes, de planejamento e de plano diretor das cidades⁴⁹.

Os cemitérios de Santa Catarina, principalmente os das cidades de Florianópolis, Joinville, São Bento do Sul, Blumenau, entre outros da região do Vale do Itajaí, foram e têm sido estudados pelos pesquisadores como Dr^a. Elisiana Trilha Castro, em dissertação de mestrado e tese de doutorado; Dr. Eduardo Silva e Ms. Edna Terezinha Rosa, em dissertação de mestrado que, por sua vez, abordaram os espaços dos cemitérios como equipamentos urbanos, como locais de patrimônio histórico e cultural, de memória e identidade étnica.

Em 2017, em parceria com o historiador Ms. Luiz Cláudio Altenburg à frente do Arquivo Histórico Theobaldo Costa Jamundá, da cidade de Indaial/SC, dei início aos estudos sobre o cemitério municipal de Indaial; em seguida, desenvolvi e orientei projetos de iniciação científica com o envolvimento de acadêmicos do curso de História e Arquitetura e Urbanismo de instituições de ensino superior da região na coleta de dados⁵⁰.

A continuidade da parceria com o Arquivo Histórico e os projetos de iniciação científica permitiram que ocorressem avanços na sistematização e na análise de dados, dos quais resultou o artigo *Elementos sociorreligiosos em cemitérios ecumênicos: um estudo do Cemitério Municipal de Indaial-SC*, que apresentei na forma de comunicação oral e foi publicado em formato de texto completo no *VIII Congresso Internacional Imágenes de la Muerte* (VIII Congresso Internacional Imagens da Morte), ocorrido entre os dias 28 de outubro e 02 de novembro de 2018, no Centro de História e Antropologia da Universidade Autônoma na cidade de Pachuca de Soto, do estado de Hidalgo, no México.

Como evidências que caracterizam o caráter inédito do estudo que estou propondo, tem-se que não foram localizados outros estudos ou pesquisas que possuem como objeto e campo

⁴⁹ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS/ABNT. *NBR 9284*. Equipamento Urbano: Classificação. Rio de Janeiro, 1986. p. 2. Disponível em: <https://www.normas.com.br/visualizar/abnt-nbr-nm/157/nbr9284-equipamento-urbano> Acesso em: 15 fev. 2023.

⁵⁰ Os projetos de iniciação científica foram: *Exemplares de arte e arquitetura presentes no cemitério Municipal de Indaial-SC*, *Composição dos cemitérios rurais na localidade Warnow- Indaial/SC* — ambos aprovados pelo Edital Artigo 170/Uniedu/Uniasselvi — e *Exemplares de arquitetura e arte nos cemitérios municipais de Indaial, Timbó e Rodeio-SC*, aprovado por edital interno de Iniciação Científica do Centro Universitário Leonardo da Vinci/Uniasselvi. A realização desses projetos resultou em diversos relatórios de pesquisas que se tornaram artigos e foram comunicados e publicados em eventos de Iniciação Científica. No ano de 2018, com a arquiteta/urbanista e pesquisadora Dr^a Cassandra Helena Faes, foi possível aprovar resumo e texto completo, cujo título foi *Arquitetura, paisagem e patrimônio cemiterial: um estudo do cemitério municipal de Indaial/SC/Brasil*, no 1º Congresso Ibero-americano em Estudos da paisagem: A paisagem como problema: conhecer para proteger, gerir e ordenar, realizado pelo Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, realizado no Centro Cultural Olga Cadaval, na cidade de Sintra, Portugal, entre os dias 05 e 06 de abril do mesmo ano.

de pesquisa o cemitério municipal de Indaial, salvo os estudos que foram mencionados anteriormente e, que por sua vez, foram diretamente conduzidos e realizados com a minha participação; que apresentam como abordagem e problemática no que diz respeito ao espaço do cemitério o uso primordial dos constructos teórico-conceituais formulados por Michel Foucault, tais como biopolítica, tecnologia de controle e relações de poder; e a problemática veiculada às relações de gênero e a sujeição das mulheres no que tange à representação da identidade e da memória junto aos jazigos e às lápides e na manutenção desses conteúdos.

No intuito de desenvolver as questões, as problemáticas e as hipóteses elencadas, o texto foi dividido em cinco partes; entre elas, a primeira que consta como **Introdução**, apresentada anteriormente, e as demais partes do texto em outros quatro capítulos subsequentes. Os quatro capítulos seguintes se destinam a aprofundar e ilustrar as temáticas e as problemáticas elencadas no texto introdutório. A seguir, procuro apresentar, de forma resumida, o que cada um dos demais capítulos tratará especificamente:

Primeiro capítulo: são apresentadas as principais concepções de morte e do morrer que caracterizaram e caracterizam a cultura ocidental; em seguida, abordo as diferentes trajetórias dos espaços dos cemitérios nas sociedades ocidentais; como a morte e os cemitérios são compreendidos e geridos enquanto necessidades e equipamentos urbanos na contemporaneidade, bem como as previsões legais existentes. Por fim, reflito sobre a trajetória da oralidade e da memória em meio às comunidades e como conhecimento histórico.

Segundo capítulo: descrevo e contextualizo o processo de criação do cemitério municipal de Indaial, as condições em que se encontra e as imediações que o circundam; posteriormente; a dinâmica de atividades que ocorrem no interior do cemitério, tais como a prestação de serviços, a circulação de mercadorias e de pessoas. Para finalizar, abordo e problematizo o conteúdo das legislações vigentes e como impactam as atividades, as práticas, os rituais fúnebres e a manutenção dos jazigos propriamente ditos, sinalizando que, no pano de fundo, no interior do espaço do cemitério e em meio à população que dele faz uso, operam estratégias da biopolítica, das tecnologias de controle e do poder disciplinar.

Terceiro capítulo: versa sobre os espaços dos cemitérios como lugares de memória e identidade. Discuto que os jazigos exercem a função de suportes de memória e identidade, e que esses aspectos podem se referir tanto à memória coletiva como à familiar e à pessoal; analiso as previsões das legislações vigentes e os impactos que estas acarretam às atividades de manutenção dos conteúdos de memória junto aos jazigos no interior do cemitério; finalmente, descrevo como costumam ser conduzidas as atividades de manutenção dos jazigos e dos

conteúdos depositados sobre eles. Em decorrência dessas análises, abordo aspectos introdutórios da fabricação de subjetividades e das relações de gênero.

Quarto capítulo: trata sobre o entrecruzamento das relações de poder com as relações de gênero, tendo como centro de análise o contexto familiar em que ocorreram falecimentos e sepultamentos em cemitérios e jazigos. Problematizo a realização dos trabalhos de manutenção dos jazigos no interior do espaço do cemitério, em especial, a presença predominante das mulheres no exercício dessas atividades. Por fim, discuto as práticas de fabricação de subjetividades e sujeição de gênero a partir da realização das atividades de manutenção da memória familiar junto aos jazigos no interior do cemitério.

Com a conclusão desta pesquisa, tornar-se-ão tangíveis a ampliação e o aprofundamento dos estudos que foram apresentados na dissertação de mestrado *Morte, cemitérios e jazigos: um estudo do cemitério Municipal de Joinville/SC*, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação Patrimônio Cultural e Sociedade/MPCS, da Universidade da Região de Joinville/UNIVILLE⁵¹, oportunidade em que foi possível investigar e compreender o cemitério municipal de Joinville/SC como um local em que, pelo fato de ser laico e secular, favoreceu para que ocorresse o uso de materiais e ornamentos na edificação de capelas e jazigos que ilustram a diversidade das tradições religiosas praticadas pelos sepultado e seus familiares, os estilos, padrões e gostos artísticos de cada período, bem como a distinção entre os grupos político-econômicos, sociais e culturais, em especial destaque para os de lideranças políticas e de profissões liberais.

Os cemitérios costumam evocar, junto a uma boa parte das pessoas, emoções como medo e pavor, e lembram um lugar de assombração, o que se deve em muito pelas circunstâncias de abandono na qual se encontram. A maior parte dos cemitérios, criados em perímetros urbanos entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, encontram-se com a capacidade de sepultamentos e abertura de novos jazigos comprometidas. Diante disso, é necessário que ocorram liberação de espaços, ampliações ou criação de novos cemitérios — é claro, se os costumes e as tradições de inumação dos restos mortais, edificação de jazigos, realização de visitas, homenagens e oferendas no interior dos cemitérios convencionais permanecerem e forem reconhecidos como necessidades e demandas de foro existencial, religioso/espiritual e cultural e que fazem parte das concepções e posturas de morte das populações ocidentais contemporâneas.

⁵¹A dissertação de mestrado foi realizada entre os anos de 2009 e 2011, sob a orientação da professora Dr^a Mariluci Neis Carelli e coorientada pela professora Dr^a Nadja de Carvalho Lamas.

No que se refere aos espaços dos cemitérios, a historiadora brasileira Almeida contribui dizendo que:

Dentre as várias leituras possíveis que podem ser realizadas acerca das cidades, uma delas diz respeito às suas características como lugares de memória e esquecimento. Compostas de fragmentos, vestígios do tempo que suscitam emoções. Esses sentimentos podem ser percebidos na medida em que esquadrihamos os espaços nela constituídos. O cemitério é um desses lugares privilegiados nos quais afetos, lembranças e olvidamento se entrelaçam, possibilitando através de sua interpretação a escrita de uma história das sensibilidades. Os cemitérios tornam-se, pois, fontes incontornáveis nos quais se encontram os registros das impressões e experiências sensíveis formuladas pelos sujeitos em seu devir histórico (ALMEIDA, 2007, p. 319).

Concordando com os escritos de Almeida, fica o convite para se prosseguir com a leitura. Antecipo que as questões e as problemáticas elencadas não serão esgotadas, assim como estou ciente de boa parte das limitações que se impõem; porém, busquei descrever o amplo cenário no qual se insere a temática da morte, a trajetória dos espaços dos cemitérios, as prescrições das legislações que regem os equipamentos urbanos; a partir disso, e amparada pelos constructos da biopolítica, tecnologias de controle, relações de poder, fabricação das subjetividades e sujeição de gênero, desestabilizei e desloquei a trajetória do cemitério municipal de Indaial, as leis que o gerem; os conteúdos dos jazigos, das lápides e do interior das casas, e o que contaram as pessoas entrevistadas.

Ressalto ainda que a proposta de tese, intitulada *Tecnologias de controle, fabricação de subjetividades e sujeição de gênero: um estudo a partir do Cemitério Municipal de Indaial/SC* se apresenta como novidade ao campo dos estudos cemiteriais pelo fato de se ter escolhido o cemitério municipal da cidade de Indaial/SC como objeto de pesquisa, cuja espacialidade e esfera de análise micro e local de estruturas o tornam singular e original. Ademais, adquire relevância e amplitude global e universal porque empreende discussão e abordagem para com as legislações que o regem, fundamentadas nos constructos da biopolítica, tais como as do poder disciplinar, as tecnologias de controle e a governamentalidade que tanto é aplicada ao território e recai à população; porque evidencia a presença de relações de poder e de gênero por meio de edificações e dos itens que compõem casas, jazigos e lápides, bem como na realização das atividades de sua manutenção; e porque identifica e descreve a fabricação das subjetividades e a sujeição das mulheres, forjadas mediante o teor e conteúdo de memória e identidade presentes nos paramentos dispostos junto às lápides, sobre os jazigos e no interior das casas.

Por fim, como fruto deste percurso, espero proporcionar maior visibilidade aos espaços dos cemitérios, dos conteúdos sobre os jazigos, no interior das casas e junto às lápides e à percepção das atividades de manutenção dos jazigos familiares, que podiam não estar sendo devidamente percebidos, em especial, qualificá-los para que possam ampliar temas, problemas, fontes, objetos, casos de pesquisas acadêmico-científicas, e também possam fazer parte, diversificar, fortalecer as pautas e as lutas em prol de uma sociedade mais paritária, equitativa e digna.

PRIMEIRO CAPÍTULO

PRINCIPAIS CONCEPÇÕES DA MORTE E DO MORRER, A TRAJETÓRIA DOS CEMITÉRIOS E DA MEMÓRIA NAS SOCIEDADES OCIDENTAIS

A morte revela a vida em sua plenitude e faz a ordem real soçobrar.
Bataille

Para apresentar as temáticas que serão contempladas ao longo deste capítulo, subdividi o texto em três seções. A primeira abordará as principais concepções de morte e do morrer que caracterizaram e caracterizam a cultura ocidental; na segunda, constará a trajetória dos espaços dos cemitérios nas sociedades ocidentais, a gestão dos cemitérios enquanto equipamentos urbanos e sua natureza jurídica na contemporaneidade; por fim, na terceira, trago a oralidade e a memória como saberes populares e conhecimento histórico. Na tentativa de desenvolver esses temas e objetivos, busquei reunir referências em diversas áreas do conhecimento, como da sociologia, antropologia, história, do direito, da filosofia, da medicina, entre outros, pois acredito que assim seja possível compreender os conceitos e as concepções de forma mais aberta, ampla e integral em relação à complexidade que estes requerem.

Apresento tais conteúdos tendo em vista que possibilitam situar historicamente e contextualizar social e culturalmente o arcabouço de referências e os aspectos conjunturais que constituíram e constituem a morte e o morrer no que acaba comumente denominado ‘civilização’ ocidental⁵². Em especial, descrever uma espécie de quadro maior, no qual se circunscreve a criação e a trajetória e que, em linhas gerais, condicionou e condiciona o uso que foi e tem sido feito do espaço do cemitério municipal de Indaial.

Para tanto, como forma de situar a concepção de morte e a disposição dos cemitérios que prevaleceu em cada período histórico, procurei elaborar uma breve contextualização com os

⁵² As sociedades ocidentais — o Ocidente, em termos de referência geográfica — dizem respeito à fração oeste do globo terrestre, a parte que está disposta na porção de terra em que o sol se põe. A cultura ocidental é constituída pelo conjunto de sistemas políticos, econômicos, culturais e tecnológicos, bem como normas, condutas, tradições, crenças e valores oriundos, reconhecidos, partilhados e reproduzidos de forma direta ou indireta no continente Europeu. Trata-se de um conceito que foi formulado ainda na antiguidade clássica, mas que ganhou proporções, adjacências e contornos ainda maiores a partir da época moderna, em especial a partir da formação do que é conhecido como cultura europeia. Entre as estruturas características da sociedade ocidental, pode-se mencionar o Cristianismo, o Renascimento, o Iluminismo, o Colonialismo, a Revolução Comercial, Científica e Industrial, a Modernidade, o Romantismo e a Pós-Modernidade. Fazem parte dessa denominação e desses processos os países europeus e os que sofreram processo de colonização por parte destes, tais como a América do Norte e a Latina, a África do Sul, a Austrália e a Nova Zelândia. O Ocidente e a cultura ocidental, por sua vez, contrastam com as demais sociedades e culturas como, por exemplo, do Norte da África, do Oriente Médio, Oriente Próximo, Extremo Oriente, da Ásia Meridional e do Sudoeste Asiático.

principais acontecimentos e fenômenos que lhe são atribuídos, o que, por sua vez, pode acarretar riscos de sínteses um tanto quanto reducionistas, lineares e/ou generalizadoras. Entretanto, desde já, advirto que essas contextualizações são de caráter circunstancial e introdutório, pois entendo que a história das sociedades acaba sendo constituída de particularidades e especificidades próprias, e neste momento não seria possível dedicar o devido debruçamento — assim como percebo que isso não iria ao encontro dos propósitos deste estudo.

1. PRINCIPAIS CONCEPÇÕES SOBRE A MORTE E O MORRER

A etimologia da palavra ‘morte’ é oriunda do latim em que *mors* e *mortis* correspondem à morte e falecimento, seja ela natural ou violenta⁵³. Consta no dicionário Houaiss (2001, p. 1964) que a morte corresponde à interrupção definitiva da vida humana, animal ou vegetal. No campo da filosofia, costuma ser compreendida como sendo uma alteração e mudança significativa e crucial nas condições indispensáveis à manutenção da vida. No campo da religião, usualmente é explicada como a separação entre a alma e o corpo, o que, por sua vez, marca a passagem ao estágio espiritual ou à vida eterna. Na dimensão física e material dos seres, é entendida como a cessação da luminosidade emitida no espaço cósmico.

Circulam no cotidiano expressões populares que ilustram um vasto repertório de dizeres que possuem como mote central a morte e o morrer. Entre as mais comuns, é possível mencionar: ‘Só não existe remédio para a morte’, ‘Nesta vida se paga até para morrer’, ‘Pode ter certeza de que a morte ninguém engana’, ‘Este/a é de morte’, ‘Na morte não tem volta’, ‘Nunca morri para saber’, ‘Quem morreu não voltou para contar’, ‘Tem gente que vive como se nunca fosse morrer’, ‘Vá para a terra dos pés juntos’, ‘Nem depois de morta/o’, ‘Prefiro a morte’, ‘Morreram de inveja’, ‘Morro de medo’, ‘Morro e não vejo tudo’, ‘Vejo tudo e não morro’, ‘Quase morri de tanto rir/comer’, ‘Sua hora ainda vai chegar’, ‘Até que a morte os/nos separe’, ‘... deve ter se revirado no caixão/túmulo’, ‘De gente morta não se fala, a não ser bem’, entre outros⁵⁴.

⁵³ Em Houaiss (2001, p. 1964), encontra-se como sinônimos e variáveis da palavra morte os seguintes termos: acabamento, autocídio, cacotanásia, cristicídio, decedura, decesso, defunção, deicídio, desaparecimento, desapareição, distanásia, eutanásia, exameção, exício, extinção, fenecimento, fim, finamento, furacão, libitina, lomocônia; óbito, ocase, ortotanásia, parca, partida, passamento, perda, perecimento, suicídio, trânsito, transpassamento, transpasse, transpassação, traspasse, traspasse, trespasse. Muitas dessas palavras apontam para um campo bastante amplo de possibilidades de entendimento, por isso requerem contextualizações específicas no que diz respeito à sua utilização e aplicação, como é o caso das palavras ‘acabamento’, ‘extinção’, ‘furacão’, ‘parca’, ‘partida’ e ‘trânsito’, pois, caso contrário, cada aspecto semântico poderá ser modificado e comprometido de forma errônea.

⁵⁴ É possível encontrar outras expressões populares que se referem à morte na obra de MAIOR, Mário Souto. *A morte na boca do povo*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1974.

Santos (1997), professora brasileira de direito penal, explica que, do ponto de vista biológico, a morte de uma pessoa diz respeito à cessação das atividades biológicas, o que, por sua vez, implica a desestruturação da unidade biológica e celular. Esse é o ponto que permite aos médicos emitir atestado de óbito, documento que certifica a morte e informa a respectiva causa. A autora ressalta que a morte resulta de uma transição gradual, de um processo evolutivo, e que é mais conveniente chamar de ‘morrer’⁵⁵. Esse processo acaba sendo compreendido como a perda irreversível das funções vitais e do substrato anatômico do organismo. Dito de outro modo, a morte constitui uma ruptura do equilíbrio da manutenção da vida, a partir do qual passam a ocorrer ações de ordem física, química e microbiana que determinam os chamados fenômenos cadavéricos⁵⁶.

No campo do direito, a morte costuma ser compreendida como a desintegração e o cessamento irreversível de todo o dinamismo vital, psicológico, sociológico e cultural de uma pessoa. No campo jurídico, a morte aparece em diversas situações, como, por exemplo, no Livro I do Código Civil de 2002, Artigo 10, que prescreve que a morte estabelece o fim da existência natural da pessoa, da sociedade conjugal firmada em casamentos e dos poderes pátrios, sejam eles descendentes ou ascendentes; o Código Penal, desde 1940, delibera que com a morte do agente ocorre também a extinção da punibilidade⁵⁷.

A morte acaba sendo responsável por situar o ponto de saída e/ou final do percurso de vida de todo e qualquer ser vivo. A vida humana acontece dentro de uma espécie de sistema. No desenrolar desse sistema, constam as etapas do nascimento, do crescimento, do desenvolvimento, do envelhecimento e da morte. A morte, por sua vez, estabelece o ‘chegar ao cabo’, o ponto final, condição pela qual se dá o repouso do deslocamento que transcorreu ao longo da vida. É possível observar a morte nessa dinâmica tanto com na experiência do ser humano, como de outros seres da natureza⁵⁸.

⁵⁵ Para Santos (1997), a ativação do fenômeno do morrer se dá pela falta de oxigênio. A diminuição do oxigênio desencadeia uma espécie de autodigestão que começa pelas células, em seguida envolve os tecidos e por fim atinge os órgãos. Geralmente ocorre a parada da respiração, em seguida a do coração, da circulação sanguínea e, por fim, do cérebro.

⁵⁶ A autora destaca ainda que, nos últimos anos, no campo médico e legal, a definição de morte vem sendo alterada. As alterações têm impactado no ponto de reconhecimento do momento da morte, que passou da parada da função cardiorrespiratória para a chamada morte neurológica; todavia, tais mudanças ainda não representam consenso e unanimidade em meio à comunidade médica, pois a questão continua sendo motivo de debates e controvérsias.

⁵⁷ Na Lei de Contravenções Penais que data de 1941, consta que é prevista a imputação de penalidade em casos de induzimento e auxílio ao suicídio ou a automutilação, à violação e/ou profanação de sepultura/urna funerária, destruição, subtração ou ocultamento de cadáver ou das respectivas cinzas; e inumação, ou exumação de cadáver, como infração das disposições legais.

⁵⁸ Colocada nessa disposição, tem-se a impressão de que a vida comporta e impõe um certo sentido teleológico. A morte pode se dar tanto de forma natural como pela ocorrência de doenças ou de forma acidental/trágica.

Pensar a morte e o morrer como uma condição humana requer que se reconheça também que acaba sendo uma experiência que compreende as memórias individuais e coletivas de toda e qualquer sociedade, das mais diferentes épocas, contextos e nações. A experiência da morte e do morrer do ser humano pode ser vivenciada pelos enlutados de diferentes formas. Para cada morte, articulam-se um conjunto de diferentes fatores e condicionantes; entre eles, pode-se mencionar a causa da morte, a faixa etária, o sexo, os vínculos familiares, sociais e culturais, a tradição religiosa, a comunidade, a cidade de residência, a região, o país, etc. Tais fatores compõem uma constelação de possibilidades que sugerem pensar que, tal qual a vida, cada morte comporta certo teor potencial singular e peculiar.

O ser humano, confrontado com a experiência da morte, vivenciando-a seja no contexto familiar e/ou coletivo, foi levado a formular questões e criar formas/maneiras e soluções existenciais e espirituais na tentativa de amenizar os sentimentos de angústia e desespero; bem como alimentar e dar sentido à existência, e transmitir paz e esperança às gerações descendentes. Para compor esse repertório, foi acionado e conjugado todo um sistema imagético, mental e sociocultural, o qual modificou-se e ampliou-se no processo de transmissão entre as diferentes gerações e sucessões de épocas.

Desde os tempos mais longínquos, a morte ocupava o pensamento humano, como por exemplo, no interior do Estoicismo, escola filosófica grega anterior ao Cristianismo, na qual se pensava que ‘a morte era o fato mais importante da vida’; entre os romanos, Cícero, proclamava: ‘filosofar é preparar-se para a morte’ e Sêneca dizia que ‘ninguém desfruta o verdadeiro gosto para a vida, até que esteja pronto para abandoná-la’. Santo Agostinho, já na época medieval, expressava que ‘o verdadeiro ser da pessoa nasce para a morte’ e, na época moderna, o pensador Arthur Schopenhauer lançava a máxima de que ‘sem a morte, seria mesmo difícil que se tivesse filosofado’.

Quer-se, neste momento, descrever e analisar de forma mais contextualizada as principais concepções de morte que foram formuladas e que acompanharam as populações ao longo da história das sociedades ocidentais. Para tanto, procurou-se descrever os principais significados e os sentidos que lhe foram atribuídos. Entende-se que as concepções de morte não são exclusividade do repertório de referências das sociedades contemporâneas e ocidentais, de que existe um vasto e complexo ‘saber’ e ‘fazer’ acumulados desde os mais antigos registros da

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), entre as principais *causa mortis* do ser humano estão: doenças cardiovasculares, cânceres, doenças respiratórias, diabetes, infecções respiratórias, demências, mortalidade neonatal, doenças diarreicas, acidentes de trânsito e doenças hepáticas. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/9-12-2020-oms-revela-principais-causas-morte-e-incapacidade-em-todo-mundo-entre-2000-e> Acesso em: 23 jan. 2022.

presença humana e da formação de sociedades mais remotas, os quais foram e são responsáveis por compor o que se pode chamar de substrato profundo, de onde foram formuladas e extraídas as concepções tidas como ocidentais.

1.1. MORTE-RENASCIMENTO E A SOBREVIVÊNCIA DO DUPLO

As concepções de morte-renascimento e sobrevivência de um duplo remontam ao período das sociedades ágrafas, período convencionalmente assim denominado pelo fato da ausência de registros escritos propriamente ditos. Esse período se inicia com o surgimento do ser humano, em torno de um milhão de anos antes do presente, e se estende, aproximadamente, até o século IV, antes do nascimento de Jesus Cristo (a.C.). Conforme descreve o professor norte-americano Burns (1968), o referido período foi marcado inicialmente pela convivência em hordas nômades e desarticuladas, nas quais prevalecia o instinto predador e naturalista, o uso do interior de cavernas, migrações constantes em busca de melhores condições de sobrevivência.

Morin (1970) explica que, nesse período, a morte não existia como um conceito fixo, consenso, domínio e/ou de uso comum; era variável, impreciso e indicava a noção de um processo natural, de passagem, de trânsito e de transpassamento. Quando muito, falava da morte como se falava de um sono, de uma viagem, de um nascimento, de uma doença, de um acidente, de um malefício, da entrada para a morada dos antepassados e, no mais das vezes, de tudo isso ao mesmo tempo. Assim, não se pensava, não se formulava ou projetava, não se antecipava e não se teorizava sobre o sentido e o significado existencial da morte na experiência humana, o que pode ter deixado as populações da época mais livres e dispostas em relação às decisões para garantir a sua sobrevivência.

Segundo o historiador húngaro Hauser (1998), não ocorriam cerimônias e cultos; as populações viviam dominadas pelo medo da fome e dos ataques de inimigos, esforçando-se para se defender contra a dor e a morte, tentando acima de tudo garantir as necessidades e as condições materiais de sobrevivência e de vida. De acordo com Hauser, esse período foi superado na época em que o fogo foi dominado, em que a agricultura foi desenvolvida e os animais foram domesticados, em que as populações deixaram de ser nômades e se tornaram sedentárias, passaram a habitar uma única região por um longo período de tempo possibilitando, assim, a organização de grupos complexos. Inventou-se o sistema de escrita, criaram-se sepulturas e se passaram a fazer oferendas aos entes

falecidos.

Eliade (2000), ao estudar os fenômenos de iniciação em meio a sociedades arcaicas, descreve a experiência existencial da morte iniciática, a superação de uma fase à outra que, por sua vez, era seguida de um renascer. Nesse contexto, a morte estava situada numa espécie de simulação e teatralização, de modo que possibilitava a mundaça de estágio, a passagem e a inclusão em outros níveis da trajetória da vida social, conforme é ainda comumente experienciado por meio dos ritos de passagem.

Morin (1970) explica que, a partir desse contexto, dois mitos fundamentais se fortaleceram: o da ‘morte-renascimento’ e o da ‘sobrevivência do duplo’. Morin (1970) descreve que, na concepção de ‘morte-renascimento’⁵⁹, a pessoa morta, mais cedo ou mais tarde, através da transmigração das almas, renasceria num novo vivo, que tanto poderia ser uma criança como um animal. Esse processo seria permeado de desaparecimentos, reaparições e transmutações em meio ao mundo dos vivos. O renascimento ou um novo nascimento só ocorria depois que a presença e as recordações da individualidade e da identidade do falecido já haviam sido esquecidas entre os que permaneciam vivos⁶⁰. A concepção de ‘sobrevivência do duplo’, conforme o autor, relaciona-se à ideia de sobrevivência de um espírito, semelhante ao que ocorre na reprodução com a duplicação cromossômica, em que um outro acaba sendo fabricado quase que automaticamente, numa relação de espelhamento⁶¹. Todavia, o surgimento das formulações do politeísmo⁶², a coexistência de vários deuses, nos primórdios da antiguidade, o movimento geral de urbanização da população e da formação das civilizações clássicas promoveram o que é

⁵⁹ Morin (1970) descreve que a concepção da ‘morte-renascimento’ foi fundamental para os povos arcaicos da Malásia, da Polinésia, para os Esquimós e aos Índios Americanos, que ainda hoje representa a crença de seiscentos milhões de seres humanos, além de fornecer fundamento do processo de reencarnação à inúmeros mitos, fábulas, entre outros.

⁶⁰ Essas reflexões indicam a existência de uma espécie de regulação que pairava e que regia a morte e a vida, regulação essa sinalizada pelo enfraquecimento da memória, pela distância da passagem do tempo; dito de outro modo, o esquecimento entre os vivos indicava o momento da reencarnação dos espíritos. Outro aspecto que vale mencionar é que, quanto mais rápido um ser era esquecido, mais rápida poderia ocorrer a reencarnação. Esse aspecto sugere pensar pela perspectiva inversa, a de que os indivíduos que persistissem na memória dos familiares, dos membros da comunidade/cidade teriam seu retorno postergado.

⁶¹ Com a concepção de ‘morte-renascimento’, tem-se a impressão de que esta se circunscreveu numa esfera cíclica e espiral entre o mundo dos mortos e o dos vivos, onde a dualidade se tornava necessária à manutenção da ordem das coisas; já na concepção de ‘sobrevivência do duplo’, tem-se a impressão de que se restringiu somente à esfera terrena da existência, numa espécie de convívio comum/conjugado entre os vivos, sem a possibilidade de migração ou de existência em outras dimensões.

⁶² Segundo Morin (1970), a formulação do politeísmo, na qual estavam previstos diversos deuses, deve ser entendida como resultado da conjugação de duas dimensões, da extensão das sociedades arcaicas e do processo maior de diferenciação social (grandes e comuns); o que promoveu a configuração de dois planos hierárquicos no mundo dos mortos, a dos grandes mortos imortais e a dos mortos comuns (meros mortais).

possível chamar de desvalorização das concepções de sobrevivência do duplo.

Hauser (1998) descreve que, somado a isso, quando passou a ocorrer o cultivo de plantas e a criação de animais, passou-se também a ser desenvolvida a percepção de que a vida era regida por poderes dotados de razão e, com a sua própria capacidade, poderia determinar o destino da vida, bem como o da morte. Com as possibilidades dos novos costumes e hábitos oriundos desse contexto, a ideia de ‘duplo/espírito’ mudou da definição de espíritos dos mortos para a de ‘alma’, agora pensada numa dimensão transcendente, celestial, além e distante da vida terrena.

Não se pode perder de vista que em determinados momentos e contextos, as duas concepções, ‘morte-renascimento’ e ‘sobrevivência do duplo’, podem ter convivido harmoniosamente; em outros, distanciaram-se em maior ou menor grau e, ao longo do decurso histórico, transformaram-se, dissociaram-se e renovaram-se sem cessar. Os autores sugerem ainda que, no referido período e contexto, a morte significou e representou o primeiro grande mistério, segredo e enigma da vida. Com a consciência da morte, o ser humano haveria se dado conta de si mesmo e da complexidade de sua existência, o que, por sua vez, colocou-o e o inspirou no caminho de outros mistérios, assim como elevou o pensamento do visível para o invisível, do passageiro para o eterno, do humano para o divino.

1.2. A IMORTALIDADE DA ALMA⁶³

A antiguidade correspondeu ao período que transcorreu aproximadamente entre o III milênio a.C. e o século IV d.C. Conforme descreve Burns (1968,v.1), o período foi marcado pela formação das sociedades que se organizaram e constituíram as primeiras civilizações da humanidade no Oriente Médio, na Mesopotâmia, no Egito, na Grécia e em Roma, respectivamente. Esse período tem como característica a construção dos

⁶³ Sócrates (1983), filósofo/pensador grego desse período, definiu a alma como aquilo que é invisível e que se dirige para um outro lugar, um lugar que também era invisível, porém nobre e puro. Esse lugar seria o país de Hades. Sócrates explica que as almas dos defuntos se dirigiam para Hades para receber o que cada uma merecia e permaneciam lá o tempo conveniente; depois, retornariam e renasceriam dos mortos. É possível perceber nas teorizações do filósofo certa semelhança com a ideia de transmigração das almas presente nas concepções de morte-renascimento oriundas das sociedades mais antigas e primitivas, as quais seriam as responsáveis pelo surgimento das concepções de imortalidade da alma. Sócrates haveria feito essas considerações quando se preparava para cumprir a pena de morte que havia sido determinada, na forma de ingerir cicuta, bebida que paralisaria gradualmente seu corpo e provocaria sua morte. O tema foi contemplado na obra Fédon, atribuída a Platão, mencionada anteriormente.

zigurates, as pirâmides escaladas utilizadas como templos no Oriente Médio; das pirâmides que possuem o uso e a função de serem espaços mortuários no Egito; os inúmeros templos e altares destinados aos deuses na Grécia e em Roma; as experiências das primeiras democracias; a criação do código civil romano; a formação e a queda do império romano, o surgimento do Cristianismo, entre outros.

O historiador francês Coulanges (1975, p. 14) afirma que “o primeiro juízo formado por estas antigas gerações foi o de que um ser humano viveria no túmulo, a alma não se separava do corpo e se fixava na região do solo onde estavam enterrados os ossos”. Em decorrência disso, entendia-se que, se o corpo estivesse desprovido de uma sepultura, ou se esta houvesse sido violada, os espíritos poderiam retornar e perturbar os vivos, então se fazia necessário e urgente uma sepultura segura, onde o corpo descansaria tranquilamente⁶⁴.

Aos poucos, a ideia de que o espírito poderia se tornar errante foi sendo deixada de lado e a da ‘morte maternal’ passou a prevalecer. Conforme apresenta Morin (1970, p. 113), a morte maternal correspondia a “uma maternidade da terra-mãe, do mar-mãe, da natureza-mãe que aceitava de novo no seu seio o morto-filho”. Uma maternidade além da mulher-mãe propriamente dita, numa espécie de reintegração natural, de retorno às raízes e às origens⁶⁵. Coulanges (1975) discute que, desse modo, estabeleceu-se uma verdadeira religião da morte, cujos dogmas do medo gradualmente se reduziram a nada, mas cujos ritos duraram até a consolidação do Cristianismo; entretanto, seria possível encontrar o culto dos mortos entre os helenos, os latinos, os sabinos e os etruscos.

Nesse sentido, Hauser (1998) aponta que, nas culturas urbanas do Oriente Médio, as grandes obras de arte, de escultura monumental e pintura mural não foram criadas com

⁶⁴ Coulanges (1975) explica também que outras exigências acompanhavam o sepultamento, como, por exemplo, obedecer aos ritos tradicionais e pronunciar homenagens; caso contrário, os espíritos se tornariam errantes e perturbariam os vivos. Essas concepções se fundamentavam na ideia de que uma criatura humana vivia na sepultura e de que a alma não se separava do corpo: permanecia unida à parte do solo onde os ossos estavam enterrados e ainda exigia responsabilidades e cuidados por parte dos vivos; inclusive, em determinados dias do ano eram depositados alimentos nos túmulos. Isso consistiu uma forma de tornar os espíritos propícios e benévolos e, assim, aos poucos, os mortos foram tornados criaturas sagradas e reverenciados como deuses. Os gregos se referiam aos mortos como deuses do subterrâneo e os romanos se referiam aos mortos como os deuses *manes*. Assim, as sepulturas eram como templos e comportavam altares destinados aos sacrifícios, tal qual existiam junto aos templos destinados aos deuses.

⁶⁵ Nesse aspecto, compreende-se que a edificação do jazigo passou a ser acompanhada pelo desejo de que este deveria estar em um local que possibilitasse o reencontro com as origens; neste caso, o mais apropriado seria a primeira pátria, a cidade/terra natal propriamente dita. A partir de então, a cidade/terra natal passou, em grande medida, a exercer uma espécie de força de atração sobre as populações, principalmente na medida em que a morte se aproximava. Ressalta-se que ainda hoje é possível registrar a ocorrência dessa prática.

um fim em si mesmas, ou por sua beleza intrínseca, nem para preencher e decorar palácios, templos, praças públicas ou os ambientes domésticos como na Antiguidade Clássica ou na Renascença. A maioria delas se destinavam ao preenchimento do interior de santuários e de sepulcros.

Porém, tais edificações não costumavam ser erguidas a todos os mortos, conforme registra Hauser (1998, p. 43): “[...] o povo de modo geral acabava por enterrar seus mortos na areia sem erigir memoriais permanentes”. Assim, a possibilidade de construir e possuir santuários não se estendia à população comum, pois a maioria das pessoas não apresentavam condições nem possibilidades de empregar artistas, adquirir obras de arte ou de construir jazigos suntuosos a seus mortos. O que perdurou desse período e desses contextos são as obras edificadas por grandes patriarcas, lideranças religiosas, ocupantes de cargos de governos e pessoas ilustres daquelas sociedades.

Morin (1970) esclarece que a ideia de ‘imortalidade da alma’ e de salvação surgem de um mesmo movimento a partir do culto surgido na região da Trácia a Dionísio, o deus das festas e da embriaguês:

[...] no confortável ambiente dionisíaco, a alma deslumbrada, desfalecida, ébria de plenitude, em sua identificação com o deus touro, exalta-se na comunicação extática, revela-se de natureza divina e assegura ao homem não uma sobrevivência de um duplo, mas sim uma ressurreição, uma vida nova, resplandecente, dotada de um corpo novo, imperecível. (MORIN, 1970, p. 172)

Entretanto, foi com o Cristianismo que a concepção de ressurreição e elevação da alma a um paraíso celeste ganhou solidez. É possível pensar que se consolidou assim a manifestação da vontade da edificação de jazigos, as lápides, os epitáfios e demais paramentos. Hauser (1998, p. 11), explica que com o Cristianismo:

[...] se dá início à fase do animismo, do culto de espíritos, de crença na sobrevivência da alma e do concomitante culto dos mortos. Entretanto, com a crença e o culto surge também a necessidade de ídolos, amuletos, símbolos sagrados, oferendas votivas, oferendas fúnebres e monumentos funerários. Estabelece-se agora a distinção entre arte sacra e profana, entre uma arte de representação religiosa e arte de ornamentação secular.

No mundo mediterrâneo, foram notáveis as mudanças a partir da aceitação da ideia de salvação. Gradualmente, esse direito democratizou-se tanto aos escravos como às mulheres; dessa maneira, ultrapassou a crença nas antigas divindades e se unificou no

seio do Império Romano. Nesse sentido, Morin (1970, p. 194) narra que:

O cristianismo é a última religião de salvação, a última que será a primeira, a que exprimirá com mais violência, mais simplicidade e mais universalidade o apelo da imortalidade individual, o ódio da morte. Cristo irradia em torno da morte, só existe para e pela morte, traz consigo a morte e vive da morte.

Hennezel e Leloup (2009), psicóloga e teólogo franceses, respectivamente, afirmam que, posteriormente, na tradição judaico-cristã, a morte foi considerada como uma passagem, e a significação da palavra Páscoa incorporou o sentido de renascimento e/ou renovação. Até hoje, em certos meios cristãos, o momento da morte continua sendo verdadeiramente o do juízo final e, conseqüentemente, o resultado de tudo o que foi um dia, enquanto vivo, tanto no que diz respeito à ordem pessoal quanto coletiva de uma pessoa.

1.3. A MORTE DOMADA E AS DÚVIDAS DIANTE DO DESTINO DAS ALMAS

Conforme Burns (1968), a Idade Média situa-se no longo período que transcorre, aproximadamente, entre os séculos V e XV na história da humanidade e teve como palco central o hemisfério Ocidental — em especial, o continente Europeu. Esse período foi marcado pelo regime do Feudalismo, em que a propriedade da terra representava a fonte de maior riqueza. A Igreja Católica encontrava-se associada ao senhor feudal e, juntos, eles forjavam e monitoravam o cotidiano e as mentalidades da população da época.

O período medieval foi caracterizado também pelas invasões e pelos saques dos povos bárbaros, vindos das regiões ao norte da Europa que não falavam as línguas derivadas do latim; posteriormente, pelas Cruzadas, expedições de guerra e conquistas dos locais considerados sagrados no Oriente Médio (onde Jesus Cristo havia nascido, realizado os principais milagres e foi sepultado), mobilizadas pela Igreja Católica e principais reis e senhores feudais; pela Guerra dos Cem Anos, travada entre a França e Inglaterra; pela Peste Negra, doença infecto contagiosa que assolou cidades inteiras; e pelo fortalecimento das monarquias nacionais nos países europeus.

Elias (2001) descreve a Idade Média como sendo um período excessivamente instável, de muita violência, perseguições, conflitos e guerras. As epidemias varriam as cidades, milhares morriam abandonados sem ajuda e conforto; interpéries climáticas ocorriam, más colheitas e escassez de alimentos era frequentes; multidões de mendigos e

andarilhos acabariam por se tornar característica da paisagem medieval. Conforme o autor, as pessoas eram capazes tanto de uma grande gentileza quanto de uma crueldade bárbara, júbilo ou total indiferença em relação aos sofrimentos dos outros. Os contrastes e polarizações eram fortemente demarcados, caracterizados pela satisfação desenfreada dos apetites e a auto-humilhação, o ascetismo e a penitência; o peso do sentido aterrorizante do pecado, o fausto dos senhores e a miséria dos pobres; o medo da punição depois da morte e a angústia em relação à salvação da alma.

Ariès (2003) explica que, nessa época, não se morria sem ser avisado, sem ter tido tempo de saber que se morreria; a pessoa moribunda esperava pela morte no leito, enferma — e deveria ficar deitada de costas porque, assim, seu rosto estaria voltado para o céu. A morte possibilitava todo um processo social específico:

A morte era uma cerimônia pública e organizada, organizada pelo próprio moribundo, que preside e conhece seu protocolo. O quarto do moribundo transformava-se em um lugar público, onde se entrava livremente. Era importante que os parentes, amigos e vizinhos estivessem presentes, levavam-se inclusive as crianças (ARIÈS, 2003, p. 34).

Costa (2009), historiador brasileiro, explica que, dessa maneira, a morte era domada na consciência das populações, na qual os ritos eram aceitos e cumpridos com muita simplicidade, de modo cerimonial, mas sem caráter dramático ou gestos emocionais excessivos; eram admitidas lágrimas e choro apenas por parte de mulheres que estavam presentes e se encontravam na função de carpideiras.

Esses aspectos indicam que o sentimento e a emoção mais comum em relação à morte foram o de serenidade, em função do mundo dos vivos estar ligado ao dos mortos, a morte era encarada com tranquilidade e resignação, pois ela era o grande momento de transição, transição fundamental, da ressurreição, da transformação das coisas passageiras para as coisas eternas. Para além dos domínios cristãos, a familiaridade com a morte era uma forma de aceitação da ordem da natureza, ao mesmo tempo ingênua da vida cotidiana e sábia nas especulações astrológicas. Com a morte, o ser humano se sujeitava a uma das grandes leis da espécie e não cogitava evitá-la e/ou exaltá-la. Simplesmente a aceitava, apenas com a solenidade necessária para marcar a importância das grandes etapas que cada vida devia cumprir.

Nesse sentido, Costa (2009) descreve que as maiores angústias e preocupações não se encontravam no fato da morte em si e por ela mesma, mas com relação à salvação da

alma, questão que se tornou capital à cristandade. As populações medievais, ao se preocuparem com o pós-morte, pensavam no além e tornavam a realidade transcendente⁶⁶. Entendiam o mundo dos vivos e o mundo material de natureza efêmera, de aparências, uma espécie de ‘representação’ — uma imagem, uma ideia de algo —, a vida no mundo deveria voltar-se para o verdadeiro significado oculto por trás do véu da matéria. Esse sentido da vida humana era dado pelo mundo do além, em especial pela esperança da ressurreição no paraíso cristão⁶⁷.

1.4. A MORTE EM CRISE

Blainey (2010), historiador australiano, descreve que a Idade Moderna é comumente conhecida como o período que transcorre entre os séculos XVI ao XVIII, foi caracterizada pela Reforma religiosa iniciada por Lutero, pelas Grandes Navegações empreendidas por reis e navegadores europeus, que culminaram com o ‘descobrimento’ da América e da Oceania, pelas navegações no Oceano Pacífico, com a exploração de produtos exóticos em diferentes locais do planeta, pelas práticas colonialistas, de escravidão das populações nas novas terras, a formulação e o desenvolvimento do Iluminismo.

Foi o período em que ocorreu o enfraquecimento do antigo regime, marcado pelas monarquias, das aristocracias, da Igreja Católica como um todo, pelo fortalecimento crescente do Estado moderno, da burguesia comercial, do liberalismo e do capitalismo. A partir de então, as palavras de ordem foram o mercantilismo nas relações comerciais em escala mundial, o capitalismo na economia, o absolutismo das monarquias e, como pensamento e prática, o racionalismo científico e a laicização da sociedade, o que

⁶⁶ Conforme discute Ariès (2003) no fim da Idade Média, existia uma consciência bastante acentuada de que o ser humano era um morto em suspensão condicional, de que a vida era curta e de que a morte, sempre presente em seu âmago, despedaçava as ambições e envenenava seus prazeres. Tal fator despertava forte paixão pela vida, o que até os dias de hoje não é bem compreendido, talvez porque a vida tenha se tornado mais previsível, segura e longa. Dito de outro modo, o fato de se ter alcançado certo ‘controle’ sobre as circunstâncias que faziam da vida uma experiência de surpresa, sorte e mistério, pode ter enfraquecido a intensidade com a qual se procura vivê-la. Quem sabe esteja nesse fato e ainda mais na possibilidade de ‘vencer’ a morte o ponto central da crise que se ampliará e potencializará como mal-estar das consciências modernas e contemporâneas.

⁶⁷ A partir dos séculos XII e XIII, a metade final da Idade Média, vários movimentos intelectuais e culturais passaram a se manifestar e estes convergiram com o Renascimento Cultural. Entre eles, pode-se mencionar as produções de São Francisco de Assis, Dante Aleghieri, Nicolau Copérnico, Miguel Angelo, Leonardo da Vinci, Galileu Galilei, Miguel de Cervantes, Erasmo de Roterdã, Nicolau Maquiavel, entre outros; período em que passam a ocorrer lentas mudanças nas concepções de morte e do morrer que ficaram evidentes nas políticas de saúde pública e gradualmente foram incorporadas ao cotidiano das populações na época seguinte.

culminaria no processo também chamado de ‘modernidade’.

Castro (2008) explica que, nesse momento, as tradições protestantes retomaram o mundo hebreu da teologia e as práticas esquecidas pelo catolicismo, o que possibilitou uma nova relação com a morte. Uma delas foi o questionamento da ideia do purgatório e das práticas de indulgências, as quais puderam ter sido suficientes para ocasionar um aparente afastamento do culto aos mortos. Outra questão foi a de que os protestantes haviam sido proibidos de serem sepultados em cemitérios católicos, o que pode ter favorecido a busca de terrenos pelas seitas dissidentes para a instalação de seus próprios cemitérios.

De acordo com Silva (2010), filósofo e pesquisador brasileiro, entre os protestantes a morte foi de fato laicizada e, assim, reforçada pelo processo de individualização, o que aumentou a angústia e o medo diante dela. A morte na concepção protestante foi percebida de forma diferente das práticas católicas, agora individualizada e levada aos cemitérios públicos; antes esteve carregada de ritos e práticas que garantiam a salvação de seus fiéis. Porém, essas questões deveriam ser superadas e unificadas nas concepções dos espaços de sepultamentos laicos, dissociados de vínculos estritamente religiosos, administrados por autoridades do Estado e em locais apropriados às exigências da higiene e da saúde pública.

Morin (1970, p. 240) explica que esse foi o momento em que ocorreram profundas mudanças na forma como até então se havia pensado a morte:

A filosofia passa a ser paracientífica, como na aurora do pensamento grego, mas em função de uma ciência do futuro, da magia e do esoterismo. A integração gradual, no seu seio, dos métodos das ciências da natureza e a gradual libertação, fora do seu seio, das ciências do homem determinarão um clima filosófico em que os progressos implacáveis de rigor crítico, expulsarão o milagre e o sobrenatural, descreditando nas atitudes religiosas e reciprocamente, promovendo o recalçamento das ideias de morte. (MORIN, 1970, p. 240)

A burguesia ascendente trazia em si a autoridade filosófica e científica, que era caracterizada pelo vigor intelectual, pela satisfação do saber, pelos combates e pela liberdade, dispostos a esmagar os mitos da morte; ao mesmo tempo, os já desacreditados sacerdotes e déspotas, que a partir de agora passaram a ser reconhecidos como os responsáveis pela alienação das populações. As adequações à nova ordem provocaram transformações sem precedentes nas concepções de mundo das populações, assim como

foi o período em que as tradições religiosas sofreram questionamentos e abalos profundos — e é possível que se pense o mesmo em relação às questões e experiências da morte e do morrer.

Tomando o contexto todo de transformações sociais, políticas, econômicas e filosóficas que caracterizou a ‘época das luzes’, a literatura sugere que passaram a ocorrer duas maneiras distintas de encarar a morte a partir de então. Nas regiões rurais e entre os pobres, ela passou a ser vista sem medo, como salvação dos desgostos e das calamidades, remetendo à ideia de morte familiar e simples que predominou ao longo da época medieval. Já nas cidades, junto aos grupos ricos e instruídos, a morte era temida, mas, ao mesmo tempo, havia o desejo de experimentar a doçura narcótica, obscura e a paz maravilhosa por ela prometida.

Conforme explica Borges (2002), esse sentimento romântico provocou uma espécie de apoteose barroca. Na metade do século XIX, a morte era um assunto muito frequente nas produções literárias da época. Surgiram também uma série de testemunhos em diários e correspondências, que narravam o sofrimento dos entes queridos e dos moribundos diante das doenças, em especial da tuberculose, considerada como o ‘mal do século’, mas que ganhou ares de romantismo: inspirava o horror e a possibilidade de fuga, o amor impossível e o desejo obscuro⁶⁸.

Nesse cenário, Morin (1970) chama a atenção para o fato de que o problema da morte não esteve somente no joguete externo da luta de classes; esteve também no conflito interno, no seio da nova individualidade das relações pessoais e comunitárias e que, a partir dessas postulações, tudo o que havia sido dito e tudo o que se poderia dizer sobre a morte apresentava-se a uma consciência em crise, como se não tivesse qualquer relação com a própria morte. O conceito de morte não estaria na morte propriamente dita, e sim no vazio que emergiria a partir da radicalização da individualização no interior das sociedades.

Foucault (2013) correlaciona a importância e a finalidade atribuída ao corpo no contexto do enfraquecimento da tutela religiosa, na crença da imortalidade da alma e nas dúvidas e incertezas instauradas pelos paradigmas modernos. Nas palavras do filósofo (2013, p. 117):

No fundo, era bem natural que, na época em que se acreditava efetivamente na ressurreição dos corpos e na imortalidade da alma, não se conferisse uma importância capital aos restos mortais. Ao contrário,

⁶⁸ Nesse contexto, menciona-se os escritores Edgar Allan Poe, Charles Baudelaire, Guy de Maupassant, Oscar Wilde, Álvares de Azevedo, Augusto dos Anjos, Casemiro de Abreu, Castro Alves, entre outros.

a partir do momento em que não mais se tem tanta certeza de se possuir uma alma, de que o corpo ressuscitará, seja talvez necessário dar muito mais atenção a esses restos mortais, que são, afinal, o único traço de nossa existência no mundo e nas palavras.

Foucault (2015), explica que no século XVIII nascia a tecnologia do sexo e da sexualidade. A sexualidade, assim como a morte, não se encontrava mais tutelada de forma exclusiva pelo poder eclesiástico. A tecnologia do sexo consistia em um projeto que não atendia apenas aos interesses da medicina, mas sim à gestão de Estado, de política estatal. Foi colocada em ação uma tecnologia de controle que possuía como alvo não exatamente a demografia humana, mas sim o organismo, e esta percorria todos os aspectos da vida até a morte, desde o nascimento, o desenvolvimento, a reprodução, o adoecimento e a morte.

1.5. A MORTE COMO TABU

Blainey (2010) considera como Idade Contemporânea o período a partir do final do século XVIII e que se estende até o tempo presente. Época marcada por diversas revoluções (como a Revolução Francesa e a Revolução Industrial), a fuga em massa das populações do campo para as cidades, a Primavera do Povos, a independência dos países americanos, a unificação de países europeus, as grandes guerras mundiais, o nazismo e fascismo europeu, as revoluções comunistas, os eventos de maio de 1968, os golpes e as ditaduras na América Latina, a instalação de democracias em diversos países do mundo, entre outros.

Ariès (1989) explica que, até o início do século XX, especialmente até o início da primeira guerra mundial, em todo o ocidente da cultura latina, católica ou protestante, a morte de uma pessoa modificava o espaço e o tempo de um grupo social, podendo se estender a uma comunidade inteira. Uma morte constituía um acontecimento público que comovia a sociedade; não era apenas um indivíduo que desaparecia, mas uma comunidade/sociedade inteira que era atingida e que precisava viver, lamentar e reparar a perda sofrida.

Já nas regiões mais industrializadas, urbanizadas e tecnicamente munidas do mundo ocidental, gradualmente a sociedade expulsou a morte do cotidiano, principalmente a das pessoas comuns, salvo as figuras públicas e personalidades do Estado. Nesses locais, tudo se passa como se ninguém morresse; a morte que antes era vivida e domada nos domicílios e no interior no seio das comunidades/sociedades passou a ser conduzida no

interior dos espaços hospitalares, nos quais foi investida pela instrumentalização técnico-científica, na tentativa de dominá-la e suprimi-la.

Elias (2001) e Rodrigues (2006) descrevem que, com o passar dos anos, com o avanço e a popularização de determinadas técnicas, recursos e equipamentos, novas tecnologias, meios de transportes, o advento da *internet*, outras configurações familiares, modos de viver — agora desterritorializados —, o enfraquecimento do convívio coletivo, o fortalecimento do individualismo, entre outros, foram responsáveis por promover mudanças no que tange às relações de pertencimento social e religioso. Assim, abreviaram de forma substancial a necessidade de realização e manutenção dos ritos e das homenagens destinadas aos antepassados, o que tem atingido significativamente as formas de vida e atitudes tradicionais diante da morte e do morrer, entre elas, as cerimônias mortuárias e as experiências de elaboração do luto.

Hennezel e Leloup (2009) explicam que, por imposição da laicidade, a maioria dos espaços públicos e de socialização dos seres humanos como a família, a escola, o hospital, a sociedade como um todo se tornaram espaços em que não se pode mais abordar as questões essenciais, como a do sentido da vida, as questões relativas à morte e o momento da morte. O empobrecimento do sentido e da reflexão sobre o sagrado foi atingindo aos poucos as famílias que outrora estiveram muito ligadas e amparadas pelas narrativas tradicionais.

Vovelle (1991) corrobora quando apresenta que, a partir do século XVIII, estruturam-se progressivamente discursos leigos, literários e livres sobre a morte, que foram reforçados pelas mídias atuais como a televisão, pelas histórias em quadrinhos — acrescenta-se aqui os jogos de *videogame* — que progressivamente fizeram explodir o quadro tradicional dentro do qual se pensava e manifestava o imaginário coletivo em relação à morte e ao morrer, agora em prol de concepções do entretenimento, gratuitas e banais⁶⁹.

A problemática da morte tabu, que também costuma ser chamada de ‘morte velada’, pode ser compreendida em sua outra faceta, que é a de ‘musa’ nas experiências

⁶⁹ Por outro lado, ocorre também a espetacularização e o sensacionalismo das reportagens jornalísticas sobre acidentes e catástrofes, que acabam por fomentar o gosto pelo ‘sanguinário’, pela ‘fratura exposta’, pelo trágico e pela exposição humana à destruição e aniquilação. Os desenhos em quadrinhos e os jogos de *videogame*, em sua intenção de causar impacto e manter o leitor e/ou o jogador envolvido e ávido por consumir ainda mais, apelam a tramas protagonizadas por modelos/jogadores/exércitos inimigos enredadas em meio a intrigas, perseguições, guerras e invasões em que o vencedor é quem computa o maior número de mortes, promovendo uma espécie de ‘pornografia’ e ‘prostituição’ da morte e do morrer.

como a dos adeptos do hinduísmo, que realizam inúmeros rituais de oferendas aos seus antepassados e que, conforme descreve Coulanges (1961), representam o que há de mais antigo na raça indo-europeia, assim como o que há de mais persistente em termos de relação com a morte e o morrer.

Outro exemplo está na *Fiesta de Los Muertos* (Festa dos Mortos), que ocorre tradicionalmente no país do México, resultante de todo um processo de sincretismo de elementos simbólicos e culturais das populações originárias, combinado com padrões de colonizadores europeus, do universo midiático *hollywoodiano*, do qual resultaram inúmeras representações e expressões de festividades, desfiles, altares, festas e oferendas que ocorrem entre os dias que antecedem e até o dia 02 de novembro — data que também é considerada como feriado oficial na maior parte das nações cristãs ocidentais, quando é comemorado o ‘Dia de Finados’ ou o ‘Dia de todas as almas’.

Nesse contexto, não se pode deixar de mencionar um dos principais acontecimentos registrados no final da segunda e início da terceira década do século XXI, a pandemia do Coronavírus (COVID-19)⁷⁰, que foi responsável por sensibilizar um grande número de pessoas, governos, órgãos, instituições, entidades, entre outros, para com as questões de segurança sanitária e higiênica, protocolos de segurança em locais públicos, transmissão e contágio de doenças, quarentena, isolamento e distanciamento social, estruturas hospitalares, vacinação, logística de corpos mortos, adaptação de rituais fúnebres e disponibilidade de espaço em cemitérios para sepultamentos de restos mortais contaminados, entre outros⁷¹.

Outro aspecto está nos escritos de Maranhão (2008) quando relata que nas últimas cinco décadas se assiste a um fenômeno curioso na sociedade industrial capitalista: à medida que a interdição em torno do sexo foi relaxando, a morte foi se tornando um tema proibido, uma coisa inominável. Nesse sentido, Foucault (2015) sugere que, no século

⁷⁰ Discutiu-se e problematizaram-se alguns aspectos da pandemia do Coronavírus (COVID-19) no artigo para jornal disponível em: FOCHI, Graciela Márcia; BAZZANELLA, Sandro Luiz. *Coronavírus (COVID-19) - impasses e oportunidades! 'Quo vadis'?* In: Blog/porta Carta Maior. São Paulo/SP. 28/05/2020. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Coronavirus-COVID-19-impasses-e-oportunidades-Quo-vadis-/4/47624> Acesso em: 23 jan. 2022.

⁷¹ Para com as questões e problemáticas da pandemia do Coronavírus (COVID-19) no que diz respeito às principais implicações dos protocolos higiênicos e de saúde com a relação com o corpo, aos ritos fúnebres e à morte, publicou-se o artigo que é possível acessar em: FOCHI, Graciela Márcia; SOUZA, Rogério Luiz Klaumann de. *Covid-19: a censura ao corpo, a banalização da morte e a profanação dos ritos fúnebres*. JMais, Jornalismo Digital. Canoinhas/SC. Publicado em: 17 maio de 2020. Disponível em: <https://www.jmais.com.br/covid-19-a-censura-ao-corpo-a-banalizacao-da-morte-e-a-profanacao-dos-ritos-funebres/?fbclid=IwAR0gFfpHfmLzR7RfbPiB2yUeIsKtyfOOILEMD5hJG827kTAIUn84OohjdIc> Acesso em: 22 jan. 2022.

XIX, silenciou-se sobre o sexo, falou-se sobre a morte. Foucault compreende que, na nossa época, fala-se sobre o sexo e, novamente, silencia-se sobre a morte.

O diálogo e as reflexões sobre a questão geralmente ocorrem de maneira forçada, em circunstâncias de doenças e/ou acidentes trágicos com familiares e/ou amigos, como se fosse necessário algo de extraordinário para permitir, para violar o silêncio que paira, como uma cortina de furmaça. Esses momentos, na maioria das vezes, acontecem em espaços privados, domésticos ou quando muito no leito do hospital, nos últimos momentos de vida da pessoa moribunda⁷².

Hennezel e Leloup (2009) apontam que todos esses elementos tem a ver com a morte íntima, aquela que toca no âmago da vida. A morte dos familiares, amigos e colegas é dissimulada, escondida, despojada com demasiada frequência de sua dimensão humana. Segundo os autores, o tabu da morte nada mais é que o tabu da intimidade. Não é a morte que lhes causa medo, mas o da intimidade com a finitude humana.

Em outro sentido, Fromm (1987) aponta que, por mais infeliz ou feliz que se possa ser, os valores da sociedade contemporânea impelem e instigam a lutar pela imortalidade. Mesmo sabendo, por experiência, que um dia se morrerá, procura-se soluções que façam crer que se é imortal. O desejo profundamente arraigado de imortalidade se manifesta em muitos rituais e em crenças com o propósito de conservar ou rejuvenescer o corpo humano, especialmente nas sociedades ocidentais, mediante o recurso do ‘embelezamento’, que equivalem em grande medida à repressão do medo de morrer e, por sua vez, funcionam como um disfarce da morte ou simplesmente uma barganha para com ela⁷³.

Hennezel e Leloup (2009) defendem que na sociedade ocidental, o espiritual costuma não ser reconhecido, antes é tido como suspeito, depois acaba sendo distorcido e confundido com o religioso. Advertem que se faz necessário superar o tabu da morte,

⁷² Maranhão (2008) explica ainda que atualmente existe a preocupação de iniciar as crianças desde cedo nos ‘mistérios da vida’, ‘nos mecanismos do sexo’, na concepção, no nascimento e, sem muita demora, também para os métodos de contracepção; porém, são ocultados, sistematicamente, a morte e os mortos. Quando avós, tios e/ou demais familiares encontram-se moribundos e/ou falecem, costuma-se deixar as crianças com os familiares que não estão diretamente envolvidos com o ocorrido, e elas são informadas apenas quando é chegada a hora do velório e do enterro. Assim, as crianças acabam crescendo como se a morte não existisse ou, quando muito, ela é considerada obra do acaso e da fatalidade; assim como acabam sendo utilizadas narrativas fantasiosas para confortar a criança diante do processo de perda e luto dos familiares.

⁷³ Morin (2007) corrobora na discussão ao abordar que o desejo pela vida e pela imortalidade carregam consigo uma espécie de luta e resistência ao próprio destino ao qual se está fadado. No mundo contemporâneo, a vida (mais ainda, o ser humano) resiste à morte, e para tanto conta com a ciência, a medicina, a higiene, a reconstrução e a regeneração dos órgãos que prolongam as vidas individuais — e tendem a fazê-lo ainda mais.

que pode ser traduzido como sendo o tabu da espiritualidade, no sentido de que a negação da morte e a onipotência da técnica têm contribuído para que se experimente um espécie de *secura espiritual*.

Ariès (1989) defende que a questão essencial acaba sendo a dignidade para com a morte. Essa dignidade exige, em primeiro lugar, que a morte seja reconhecida não como um estado real, mas como acontecimento essencial, que não se permite escamotear. Schopenhauer (2007) diz, que quando prevalece o conhecimento e a consciência subjetiva, avança-se ao encontro da morte com o coração firme e tranquilo, celebrando assim o triunfo do conhecimento sobre a vontade de vida instintiva e cega, sobre aquela vontade que nada mais é do que o princípio da nossa própria existência. Novamente Hennezel e Leloup (2009) contribuem afirmando que, quando se for capaz de testemunhar, com aceitação e confiança, o fluxo perene da existência, o frescor da vida se fará presente na alquimia do morrer e do renascer, e assim será possível desfrutar de uma existência plena.

2. OS DIFERENTES PERCURSOS E DESTINOS DOS CEMITÉRIOS

A palavra *cemitério*⁷⁴ designa espaço, terreno ou recinto em que se enterram e guardam cadáveres humanos e/ou de animais mortos; ou ainda lugar em que são depositados objetos antigos e que não são mais utilizados. Etimologicamente, a palavra tem sua origem no alfabeto grego *Koimēterion*, que significa ‘lugar para dormir’. Quando se deu a tradução para o latim, foi descrita como *coemeterium*⁷⁵.

Castro (2008) explica que antes do advento do cristianismo o termo utilizado para designar os locais onde se realizavam os sepultamentos eram denominados de ‘necrópole’, que significava ‘cidade dos mortos’; posteriormente, ocorreu a alteração para o termo ‘cemitério’, que se referia ao ‘local de dormir’, ‘local de descanso’. As mudanças não se restringiram apenas à nomenclatura, conforme foi apresentando anteriormente, com a consolidação do cristianismo. Gradualmente, alterou-se também a relação com os mortos, pois, ao mesmo tempo, o cristianismo passou a adotar diversos ritos e reverências

⁷⁴ É possível encontrar no dicionário Houaiss (2001, p. 670) que a palavra possui como sinônimos os termos “adro, almocabar, almocavár, almocave, campo-santo, carneiro, covão, dormitório, fossário, mossondi, necrópole, requeitório, sepulcrário”.

⁷⁵ Conforme descreve Filho (2007), *coemeterium* encontra-se associada também às palavras *cinos* e *renor*, que significam respectivamente ‘doce’ e ‘mansão’.

religiosas que contemplavam os mortos, amalgamando assim, cada vez mais, o processo de aproximação.

A partir disso, outras denominações lhe foram sendo associadas, como necrópole, terra santa, campo-santo. Fora dos domínios ou de terrenos de igrejas, literalmente denotam dormitório e lugar de repouso. No século XIII, a palavra ‘cemitério’ ganhou a nomenclatura de *cimiteyro*, *cemeterio*, *çimitereo*; já no século XV, passou a *syrjmjterjo*.

Os cemitérios, locais de sepultamento de corpos, constituem o rastro da trajetória e da presença humana, bem como da formação das cidades e da construção da paisagem cultural desde os tempos mais longínquos. Os espaços dos cemitérios apresentam diferentes configurações e disposições ao longo das épocas e sociedades. Na contemporaneidade, é possível encontrá-los dispostos ao lado de igrejas e templos, principalmente em comunidades religiosas tradicionais; no interior de igrejas, junto ao chão ou em criptas subterrâneas⁷⁶, ao longo de estradas e no interior de propriedades privadas em áreas rurais afastadas de comunidades religiosas ou das cidades; nas regiões centrais das cidades, em especial no caso dos cemitérios públicos convencionais; no formato de prédios verticais, cujos corpos encontram-se guardados em gavetas; e ainda há os cemitérios parque e/ou cemitérios jardins, que geralmente se encontram afastados dos centros urbanos⁷⁷.

Os espaços dos cemitérios se encontram comumente associados a locais lúgubres, tétricos e mórbidos; aos sentimentos de melancolia, tristeza, desolação, angústia, medo, pavor; cenário que acaba sendo agravado com os atos de vandalismo, crimes, furtos e roubos de paramentos, esculturas, pertences dispostos juntos aos jazigos. Esse imaginário costuma ser reforçado também pelo cinema, pela literatura e pelas histórias em quadrinhos conhecidos como ‘de terror’, nos quais os cemitérios são os cenários favoritos para enredos de almas penadas, assombrações, vampiros, lobisomens, monstros, quimeras, zumbis, fenômenos sobrenaturais, feitiçaria, entre outros.

Por outro lado, muitos cemitérios atraem romarias e caravanas de visitantes que se dirigem a túmulos de pessoas que são reconhecidas pelos milagres realizados, assim como ocorre a visitação turística a jazigos de personalidades da política, da mídia, da

⁷⁶ Um exemplo de sepultamentos no interior de igrejas, em especial em criptas, encontra-se no interior da Catedral Metropolitana de São Paulo, também conhecida como Catedral da Sé, na cidade de São Paulo. Para mais informações: Catedral Metropolitana de São Paulo. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Catedral_Metropolitana_de_S%C3%A3o_Paulo

⁷⁷ No caso de crematórios, as cinzas são armazenadas em urnas funerárias que podem ser guardadas nas residências dos familiares, no interior dos jazigos nos cemitérios ou aspergidas na natureza.

música, da literatura, das artes, da ciência, da história, como também para apreciar jazigos que, devido à composição arquitetônica e os ornamentos que possuem, podem ser reconhecidos como ‘obras de arte’. Entre os cemitérios mais visitados, pode-se mencionar o *Père Lachaise*, em Paris, na França; *Recoleta*, em Buenos Aires, na Argentina; e no Brasil o Cemitério da *Consolação*, em São Paulo⁷⁸.

Os cemitérios nos últimos anos passaram a ser compreendidos como objeto de pesquisa no âmbito das Ciências Sociais, da Antropologia, da História Social, da História da Arte, História da Religiões, dos Estudos em patrimônio cultural, entre outros. Esses espaços favorecem tais possibilidades, pois os jazigos constituem edificações arquitetônicas; geralmente possuem lápides, epitáfios, entre outros paramentos. Com o passar dos anos, os jazigos sofrem poucas alterações em sua constituição inicial; as lápides geralmente contam com as datas (dia, mês e ano) de nascimento e de falecimento, outros apresentam frases/mensagens, estatuárias que, muitas vezes, fazem referências a determinados movimentos e estilos artísticos, ilustram tendências e materiais de época e isso tudo compõe uma paisagem singular no relevo urbano, contrastando de forma peculiar com moradias, edifícios, indústrias, vegetação, colinas e montanhas que se encontram na vizinhança.

Nos subtópicos a seguir, almeja-se descrever como, ao longo das diferentes épocas históricas e sociedades, os cemitérios foram dispostos; quer-se compreender as justificativas que nortearam a disposição que os cemitérios possuem, a relação que esses aspectos têm com a configuração dos cemitérios contemporâneos e, em especial, com o Cemitério Municipal de Indaial. Para tanto, serão levados em consideração os conteúdos sistematizados nas referências bibliográficas, das quais serão feitas análises exploratórias e reflexivas em torno das principais informações e teorias propostas pelos autores.

⁷⁸ Cabe aqui destacar que existe na Europa a *Association of Significant Cemeteries in Europe/ASCE* (Associação de Cemitérios Significativos da Europa) e a Rota de Cemitérios Europeus, no qual se encontram associados mais de 60 cemitérios. A Rota costuma registrar mais de 5 milhões de visitantes todo ano. Para obter mais informações, é possível acessar o *site* da Rota, disponível em: <https://cemeteriesroute.eu/about-cemeteries-route.aspx> Acesso em: 09 jan. 2022. A ASCE conta com o *site* <https://www.significantcemeteries.org/> no qual é possível conhecer melhor os projetos e as ações da associação. Recentemente, a Igreja Luterana da cidade de Blumenau/SC lançou o guia de visitação *Um bosque de Memórias*, contemplando visita ao cemitério que se encontra lado da igreja. Para mais informações: <https://www.jornalcafeimpresso.com.br/noticia/4407/blumenau-lanca-primeiro-guia-de-visitacao-no-cemiterio-na-igreja-luterana-do-centro.html> Acesso em: 23 jan. 2022. Até o momento, o Brasil conta com um montante de 15 cemitérios reconhecidos como patrimônio cultural. Entende-se que, gradualmente, esses cemitérios podem vir a receber projetos que fomentem o interesse pelo assunto, que os valorizem e os divulguem amplamente.

2.1. AS PRIMEIRAS MORADAS DEFINITIVAS

Munford (2008), historiador norte-americano, explica que, ainda nas sociedades ágrafas, em meio às migrações humanas, os mortos foram os primeiros a ganhar uma moradia permanente. O autor descreve que o surgimento dos assentamentos humanos e, conseqüentemente, a formação das vilas e cidades, deram-se em função dos sepultamentos que datam do período do paleolítico⁷⁹. Conforme foi abordado anteriormente com relação às concepções de morte nas sociedades ágrafas, os sepultamentos podem ter decorrido da necessidade muito além da mera ordem prática. Podem ter sido realizados diante do sentimento de medo e/ou temor das aparições, desaparecimentos, pelas imagens e fantasias em vigília, de sonhos noturnos que os homens tinham com espíritos e almas dos entes falecidos.

Munford (2008, p. 5) detalha que “os jazigos destinados aos sepultamentos desta época eram na forma de cavernas ou de uma cova assinalada por um monte de pedras”, que ambas eram de uso coletivo, constituíam marcos e pontos de referências aos quais provavelmente os vivos retornavam de tempos em tempos, a fim de homenagear ou de aplacar os espíritos dos seus ancestrais. O fato de que as populações retornavam para fazer homenagens indica que deveriam ser locais de fácil localização e acesso e, ao mesmo tempo, seguros, a salvo da possibilidade de saques e violações.

Datam desse período também os monumentos megalíticos que foram denominados de *dólmen*, termo que deriva do Bretão, no qual *dol* significa mesa e *men*, pedra. Os *dólmens* podem ser encontrados na costa do Mar do Norte, no Mar Báltico, do Mar Mediterrâneo, do Oceano Atlântico, no norte da África, na Índia, na Síria, na Pérsia, sendo que a Coreia do Sul reúne a maior concentração desses monumentos e, desde o ano 2000, foram reconhecidos e constam na lista do Patrimônio Mundial da Humanidade como sítios de valor excepcional⁸⁰.

Figura 01: *Dólmens* na Coreia do Sul.

⁷⁹ Segundo Munford (2008) é nesses vestígios de sepultamentos das sociedades ágrafas que se deve reconhecer o princípio do urbanismo, assim como da arquitetura. O autor propõe ainda algo contundente: que a prática da agricultura não motivou por si só e definitivamente a ocupação de um espaço fixo destinado à moradia, e sim foram os sepultamentos dos mortos que o consolidaram. Nessa perspectiva, conseqüentemente a cidade dos mortos antecederia a cidade dos vivos; antes a cidade dos mortos seria quase que o núcleo fundador do processo de urbanização e formação das aldeias e vilarejos.

⁸⁰ É possível encontrar informações mais específicas sobre os *dólmens* coreanos em: <https://whc.unesco.org/en/list/977/> Acesso em: 04 fev. 2023.



Fonte: Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/977/gallery/> Acesso em: 04 fev. 2023.

Conforme já mencionado, não se pode perder de vista que pairava no imaginário dos povos antigos a ideia de que um corpo sem sepultura resultaria em uma alma errante e miserável, que somente na sepultura haveria repouso e a paz necessária; logo, um corpo sem sepultura significava um espírito infeliz, que reclamaria a reparação desta falta em meio aos vivos. Sendo assim, era de extrema necessidade garantir felicidade da alma do morto, bem como realizar as devidas homenagens e os ritos.

2.2. AO LONGO DAS PRINCIPAIS ESTRADAS

Munford (2008, p. 6) narra que, quando as populações se encontravam assentadas, “a primeira coisa que saudava os viajantes que se aproximavam dos vilarejos e cidades gregas ou romanas eram as filas de sepulturas e lápides que ladeavam as estradas”. Essa disposição dos cemitérios evidenciava a preocupação que os antigos possuíam em relação aos seus mortos. Os mortos eram temidos ao ponto de serem afastados e deixados distantes da *urbe*. Tem-se a impressão de que essa disposição das sepulturas, além de garantir a distância das cidades e das habitações, acabava sendo uma espécie de solução em termos de cuidados e da manutenção que as sepulturas demandavam por parte de instituições e dos governos da época, bem como aspectos de higiene e salubridade.

Em relação a esse aspecto, Ariès (2003) descreve que, em Roma, a partir da Lei das Doze Tábuas⁸¹, sepultamentos, cremações ou incinerações não poderiam ser feitos no

⁸¹ Alves (1987) explica que a Lei das Doze Tábuas foi instituída por volta do ano de 450 a.C, no período republicano. Tratava-se de um conjunto de leis prescritas em 12 sessões, que ficaram conhecidas como

interior da cidade; os sepultamentos deveriam ser feitos em cemitérios situados fora das cidades e à beira das estradas e, quando distantes da *urbe*, a pelo menos de 60 pés das residências⁸². Entre as estradas mais conhecidas e que ainda preservam jazigos dos cemitérios em suas laterais, tem-se a Via Ápia, em Roma, e a Alyscamps, em Arles, na França. O pintor holandês Van Gogh (1853-1890), quando da sua estada em Arles, pintou diversos quadros inspirado na Alyscamps, sem negligenciar, é claro, a presença de jazigos dispostos ao longo de si, como é possível observar na imagem da Figura 02:

Figura 02: *Vallende bladeren* (folhas caído). Les Alyscamps. Van Gogh, 1888.



Fonte: Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Les_Alyscamps#/media/Ficheiro:Van_gogh_alyscamps_other.jpg Acesso em: 04 fev. 2023.

Ariès (1989) descreve que a concepção e a postura de distanciamento em relação aos cemitérios e os mortos passou a perder força com o aparecimento do cristianismo, em especial com os cristãos antigos. Isso se deve ao fato de que os dogmas dos primeiros

tábuas, que em seu conteúdo abordavam desde normas dos processos judiciais, o direito público e privado, a compra e venda de propriedades, os poderes dos chefes familiares, casamentos, heranças e tutelas, relações de vizinhança, o direito sacro, os funerais e o respeito aos mortos. A tábuia décima é dedicada ao direito sacro, que conta com 16 artigos nos quais constam previsões aos funerais, aos sepultamentos, aos incineramentos, às vestimentas dos mortos, às posturas e aos comportamentos, às homenagens, entre outros.

⁸² A recomendação de enterrar os mortos ao longo das estradas ou a 60 pés das residências sugere relacionar com a antiga crença de que os espíritos/almas dos mortos teriam mais dificuldade para perturbar as cidades dos vivos; assim, faziam por acreditar que os mortos eram impuros e podiam também ‘poluir’ os vivos. Essa correlação permite deduzir que, além do medo e do temor pela alma dos mortos, também existia a prevenção em relação à poluição oriunda do processo de decomposição ou incineração dos corpos propriamente ditos, bem como da possível contaminação que poderia ocorrer por meio de animais que se alimentavam de restos mortais acometidos por doenças. Dessa forma, pode-se pensar que se tratava, ao mesmo tempo, de preocupações higienistas e sanitárias.

crístãos buscavam conciliar os dois mundos, o dos mortos e o dos vivos. Tal postura repercutiu no relaxamento do temor e no distanciamento que até então existia entre ambos ao ponto de que, ao longo da Idade Média, vivos e mortos passaram a coabitar nos mesmos espaços — configuração que só passou a ser alterada a partir do século XVIII.

2.3. NO INTERIOR DAS CIDADES

Pode-se considerar que por volta do século V d.C. a aproximação entre a cidade dos vivos e a cidade dos mortos estava consolidada. Nesse período, foi registrada a penetração dos cemitérios entre as habitações, os vilarejos, as cidades. Ariès (1989, p. 75) escreve que a relação foi tão próxima que foi, até mesmo, promíscua e perigosa. Nas palavras do autor:

No longo período da Idade Média, a relação entre a população viva e o cemitério dos mortos era muito próxima, o espaço era utilizado como mercado, feira, lugar de anúncios, leilões, proclamações e sentenças, espaço destinado às reuniões da comunidade, local de passeio, de diversões de maus encontros e ofícios maldosos, o cemitério era simplesmente a grande praça. Da praça tinha também as formas, as duas formas conhecidas do urbanismo medieval e do início dos tempos modernos: o campo de feira e o pátio quadrado. (ARIÈS, 1989, p. 75)

Sem temer a habitação no mesmo espaço, os cemitérios foram transformados em palco e local de passagem a comerciantes, feirantes, ambulantes, religiosos, ao governo e a seus funcionários/representantes, homens, mulheres, crianças, jovens, adultos, idosos, entre outros. Logo o fenômeno alcançou, além dos centros da cidade com as igrejas paroquiais da cidade episcopal, as igrejas no campo e comunidades rurais.

A proximidade entre as imediações e os domínios da Igreja com os espaços dos cemitérios acabou favorecendo que os locais de sepultamentos ficassem conhecidos como ‘campos-santos’, porém, com uso popularizado, sem maiores receios e restrições, servindo de palco para diversas atividades e funções, obtendo assim um caráter mais próximo do sentido profano do que sagrado e/ou religioso propriamente dito.

Na imagem da Figura 03, é possível identificar, no plano inferior, lápides em pedras retangulares, ora sozinhas e fixadas diretamente no solo, ora acompanhadas de jazigos. No segundo plano superior, encontra-se os fundos da Igreja da Paróquia São João Batista, de Cirencester, no interior da Inglaterra. Trata-se de uma igreja e um cemitério que

remontam ao século XII.

Figura 03: Cemitério da Igreja São João Batista. Cirencester/Inglaterra.



Fonte: Paróquia de Cirencester. Disponível em: <https://cirenparish.co.uk/visit-the-parish/the-parish-church-of-st-john-baptist/friends-of-st-john-baptist-churchyard/> Acesso em: 12 mar. 2023.

Ao longo da Idade Média, as sepulturas nos cemitérios eram gratuitas; os ricos que queriam se distinguir poderiam escolher suas sepulturas no interior das igrejas. Até o século XIX, as igrejas eram consideradas a casa de Deus, sob cujo teto deviam também ser abrigados os fiéis mortos. Para tal, eram feitas covas no chão da igreja, obedecendo à distribuição espacial e o tipo de sepultura. Conforme descreve Reis (1991, p. 190), “[...] cada um tinha um lugar diferenciado, tanto escravos, como homens livres, pobres, ricos, nobres, etc., o local de sepultura representava um aspecto importante no reconhecimento social e da identidade do morto”.

A preocupação com os mortos, tanto com o corpo como com o espírito, foi mantida pela Igreja (em cujos pátios e templos foram construídos os cemitérios) e passou a ser questionada a partir da ascensão do Iluminismo, momento em que a morte passou a ser colocada sob análise e conduzida à condição de crise. Análise e crise pelo fato de que passaram a ser discutidos os aspectos como a superpopulação de enterramentos nos terrenos e no interior das igrejas, fato que favoreceu a progressiva construção de cemitérios laicos e no paulatino desaparecimento da relação de proximidade que existia até então entre a população, a morte, os mortos e a Igreja.

2.4. PARA FORA DAS CIDADES

Conforme discutido anteriormente, o que passou a acontecer a partir do século

XVIII foi, em grande medida, resultado do processo de laicização da sociedade e, em palavras gerais, implicou a separação entre os poderes da Igreja e do Estado, que até então se encontravam unidos em uma só estrutura, governando politicamente e espiritualmente as populações. O movimento da Reforma Protestante, o crescimento dos centros urbanos e os discursos que defendiam a segurança higiênica das populações foram determinantes ao abalo e à transformação de tais estruturas.

À luz dos escritos de Foucault (1987), compreende-se que esse processo envolveu um contexto mais amplo da ideologia de controle, que se multiplicou por todo o corpo social, formando o que se poderia chamar de sociedade disciplinar. A nova ordem da sociedade disciplinar abrangeria uma política de hospitais, quartéis, manicômios, prisões, escolas, praças, cemitérios, entre outros espaços públicos, de convivência, de circulação, de encontro e reunião das populações, enfim, um regime que invadiria e vigiaria o comportamento e os costumes nos espaços de sociabilidade, intervindo com leis, normas e punições, que buscavam eliminar qualquer ameaça possível em relação à nova ordem/poder — a do Estado moderno e laico; e isso se deu envolto e investido em todo um discurso que visava garantir o bem-estar físico, a saúde perfeita e a longevidade das populações.

A desconfiança higiênica casou-se com as intenções do novo Estado em se legitimar no poder e estabeleceu um regime de vigilância, de controle e de intervenções autoritárias em diversos espaços e para diferentes fatores que, a partir de então, deveriam ser controlados e monitorados. Foi nesse contexto que surgiram ferramentas com estimativas demográficas, cálculos da pirâmide das idades, diferentes esperanças de vida, taxas de morbidade, estudos do impacto dessas variáveis uma em relação a outra, crescimento das riquezas e da população, incitações ao casamento e à natalidade, desenvolvimento da educação e da formação profissional. Foi nesse cenário que surgiram apropriadamente as teorias economicistas de Adam Smith (1723-1790), demográficas de Thomas Malthus (1766-1834), biologizantes de Charles Darwin (1809-1882), entre outros. (FOUCAULT, 1987).

De acordo com Foucault (1987), passaram a ser levados em consideração a localização dos diferentes bairros, a umidade, a exposição, o arejamento das moradias e da cidade como um todo, o sistema de esgotos e de evacuação de água utilizadas, a localização dos cemitérios e dos matadouros, a densidade da população, etc. Segundo as autoridades do período, esses espaços seriam os responsáveis diretos pelos índices e indicadores da qualidade de vida das populações. Nas palavras do autor:

Em todo caso, é a partir do século XVIII que cada indivíduo teve direito à sua caixinha para sua pequena decomposição pessoal; mas, de outro lado, é somente a partir do século XIX que se passou a colocar os cemitérios no limite exterior das cidades. Correlativamente a essa individualização da morte e à apropriação burguesa do cemitério, nasceu a obsessão da morte como “doença”. São os mortos, supõe-se, que trazem as doenças aos vivos, e é a presença e a proximidade dos mortos bem ao lado das casas, bem ao lado da igreja, quase no meio da rua, é essa proximidade que propaga a própria morte. Esse grande tema da doença difundida pelo contágio dos cemitérios persistiu no final do século XVIII; e é somente no decorrer do século XIX que os cemitérios começam a ser deslocados para os arrabaldes. Os cemitérios não mais constituem, assim, o vento sagrado e imortal da cidade, mas a “outra cidade”, onde cada família possui sua morada escura. (FOUCAULT, 2013, p. 118)

Para Lima (1994, p. 90), “no isolamento, na meticulosa organização, repartição do espaço e no princípio do quadriculamento individualizante” foram forjadas as estruturas e os fundamentos para melhor garantir a eficiência da observação, do controle e da dominação da população. E a individualização e o enquadramento também se estenderam a aspectos mais específicos da tradição funerária, como traz Foucault (2003, p. 89) quando diz que “o caixão individual, as sepulturas reservadas para as famílias, onde se escreve o nome de cada um, serão colocados no campo e em regimento, uns ao lado dos outros”.

Além das preocupações com a disciplina e com a ordem em relação ao espaço territorial, também estavam implícitos aspectos relacionados à racionalidade organizacional e positivista aplicada aos comportamentos das pessoas, impressa no regimento de ‘um ao lado do outro’ e em ‘filas ordenadas’. Tal disposição poderia ser identificada na organização interna das escolas, nas salas de aula, nas carteiras dos estudantes; nos hospitais, nos leitos de internação, um ao lado do outro; nos exércitos, na apresentação dos recrutas e no ato da continência; nas igrejas, na disposição dos bancos, em fileiras para os fiéis se acomodarem, entre outras.

Obedecendo e adequando-se aos novos padrões, aos poucos os cemitérios se tornaram verdadeiras cidades e condomínios fechados, com horário de abertura e de fechamento, de entrada e saída de visitantes. O horário permitido para visitação foi estabelecido no período diurno, à luz do sol, onde reina a ‘ordem’, a limpeza, a higiene, pois no período noturno, no qual reinam as trevas, não se conta com a visibilidade perfeita e, com ela, as possibilidades de controle. Sem a presença do sol, os locais se tornavam escuros e favoreciam as conspirações, os golpes, os atos ilícitos. Assim cresceu

gradualmente o medo e o temor em relação aos cemitérios, com os mortos e com todo e qualquer cidadão vivo que não se enquadrasse e não respeitasse as novas determinações.

Oliveira (2007) descreve que, em 1793, uma portaria francesa regulamentava as questões acerca da construção dos novos cemitérios. Por meio dessa portaria, ficava proibido o sepultamento em perímetros urbanos, e decretou-se a substituição de padres por funcionários da administração pública. Ela ordenava também que os símbolos religiosos fossem substituídos por símbolos cívicos e que o recinto fosse arborizado. A partir dessas regulamentações, o cemitério se firmava, pouco a pouco, como um espaço de gerência e gestão pública, e passou a ser incluído no rol dos problemas urbanos, sendo um dos equipamentos especializados e indispensáveis à infraestrutura da cidade⁸³.

No Brasil, as movimentações em torno da adequação dos cemitérios às novas normas e orientações sofreram percalços e entraves que se estenderam aproximadamente por quase um século. Borges (2002, p. 140) escreve que “em 1789, D. Maria de Portugal enviou uma recomendação ao Bispo do Rio de Janeiro, Dom José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco, para que se construíssem cemitérios separados da Igreja, tal como já se fazia na Europa”.

Porém, nas terras brasileiras, mesmo com essa recomendação da nobreza portuguesa, não ocorreram maiores avanços de ordem prática no sentido de providenciar a criação de cemitérios longe dos centros urbanos e das igrejas. De acordo com a historiadora brasileira Guedes (1984) e também Borges (2002, p. 140), D. Pedro I, anos depois, emitiu uma lei expressa no “artigo 66, parágrafo 2.º, da Lei de 1.º de outubro de 1828”, que obrigava as câmaras e províncias a criar cemitérios a céu aberto do tipo convencional.

Guedes (1984) afirma que os maiores defensores do processo de secularização dos cemitérios foram os políticos da corrente liberal, e juntamente a essa questão encontrava-se em pauta a luta pelo estabelecimento do casamento civil e a institucionalização do registro civil, o que foi responsável por causar disputas acirradas entre conservadores e liberais no campo da política nacional. Todavia, tais questões foram postergadas por mais de meio século, conforme aponta Borges (2002, p. 142). Somente “com o Decreto Federal nº. 789 de 27 de setembro de 1889” é que foram consolidados, praticamente às vésperas

⁸³ O fato de os funcionários públicos assumirem os espaços e as funções antes ocupadas por lideranças religiosas gradualmente provocou impactos nas tradições fúnebres e na relação com a morte e o morrer. Outro aspecto está em que, apressadamente, foi retirada a simbologia religiosa e esta foi substituída por símbolos cívicos, como bandeiras, brasões, medalhas, entre outros.

da Proclamação da República.

Todavia, as agitações não cessaram, foram além do campo político propriamente dito e ganharam espaço entre os movimentos populares. Consoante Reis (1991), no final do século XIX, na Bahia, ocorreu a revolta da Cemiterada, que destruiu o cemitério recém-construído, o Cemitério Campo Santo. O novo cemitério trazia os padrões definidos pelas leis higienistas e deveria ser o local para onde, a partir daquele momento, os sepultamentos seriam encaminhados. A revolta consistiu em um levante pluriclassista e multirracial, numa tentativa de impedir as mudanças previstas nas práticas e nos costumes de sepultamento tradicionais.

Desde o século XVI, ocorreram conflitos e discussões que impulsionaram uma nova relação com o espaço necropolitano, agora visto e compreendido como um antro putrefato depositário de doenças. O processo de laicização, gradualmente, promoveu o afastamento/isolamento entre o mundo dos mortos e a cidade dos vivos e, diante disso, implicações mais profundas afetaram todo o sistema de valores pelo qual se pensava a morte e os mortos⁸⁴. Assim, a partir das justificativas e dos argumentos higienistas, combinados com as preocupações do Estado laico, da política liberal, da burguesia em ascensão, da sociedade industrial e urbana, os cemitérios, pouco a pouco, foram sendo afastados das regiões centrais das cidades, sem que se pudessem refletir sobre as mudanças que seriam provocadas tanto nas formas de compreender, de significar e de se relacionar com a morte e com os cemitérios.

2.5. O RETORNO ÀS CIDADES

A partir do século XX, em especial com as fortes ondas migratórias da população do campo rumo às cidades, o crescimento populacional, a melhoria da qualidade de vida, o fraco controle da natalidade, entre outros, passou a ocorrer a ocupação das regiões do entorno dos núcleos urbanos das cidades, e, de forma gradual, dos locais onde se encontravam instalados os cemitérios públicos. Dito de outro modo, as autoridades públicas procuraram se adequar às determinações de levá-los para longe do convívio dos vivos e, por outro lado, os vivos foram ao encontro das cidades dos mortos. Sem muita

⁸⁴ Santos (2006) analisa que o processo de secularização implicou na progressiva marginalização dos vínculos religiosos e isso ocorreu por várias vias: pela repressão violenta, com as proibições da presença de representantes religiosos nos locais agora públicos, na proibição de cultos e/ou pelo confisco de itens e de bens das igrejas, por meio das leis de separação da Igreja e do Estado e pela acomodação em posição de subordinação da Igreja.

demora, o mundo dos vivos e o dos mortos passaram a coexistir e conviver como vizinhos.

Cymbalista (2001), arquiteto brasileiro, apresenta que, além dos significados higiênicos, monumentais e religiosos, os cemitérios públicos constituem uma resposta urbanística a demandas de ordem efetiva e que, assim, os mortos reconquistaram o seu lugar dentro do organismo urbano. Morando em sua própria cidade, os mortos não são mais um problema — pelo contrário, podem ser parte fundamental da solução urbanística, ao ponto de que nenhuma cidade pode ser imaginada sem seu cemitério.

Conforme Rezende (2006), geógrafo brasileiro, na nossa época os cemitérios representam um espaço propício à especulação imobiliária, pois, uma vez que estão incorporados às paisagens urbanas das cidades, atraem para o seu entorno infraestruturas tais como vias de circulação e transportes, iluminação, abastecimento de água, canalização de esgotos, recolhimento de lixo, entre outros, o que acaba por constituir uma região de expansão urbana favorável à instalação de moradias.

Entretanto, cabe enfatizar que a aproximação e a reconciliação da ‘cidade dos vivos’ com a ‘cidade dos mortos’ decorreu de fatores de ordem econômica e insuficiência de moradia, não esteve investida de processos tais como reflexões e mudanças de concepções em relação à morte, ao morrer e aos espaços dos cemitérios. De modo geral, o quadro descrito de medo, tabu e temor não foi alterado.

Atualmente, têm ganhado acento alternativas como cemitérios parque e jardim, nos quais os sepultamentos ocorrem diretamente no solo, sem a edificação do jazigo propriamente dito, apenas uma placa/lápide é sobreposta ao local de sepultamento e, quando muito, é permitida a instalação de uma floreira; cemitérios verticais, edificados no formato de edifícios, subdivididos por andares e gavetas a base de concreto; e os crematórios, no qual ocorre a incineração dos restos mortais com a entrega apenas das cinzas mortuárias reunidas dentro de uma urna⁸⁵.

Nas últimas décadas, a prática de cremação tem recebido forte apelo midiático e tem sido uma opção feita principalmente pelas populações das classes médias e altas. Por

⁸⁵ As cinzas podem ser conservadas pelos familiares junto aos espaços domésticos, em lugares considerados sagrados; também podem ser depositadas junto ao jazigo da família no cemitério convencional; podem ser lançadas na natureza (floresta, jardim, mar, etc.) ou, ainda, como algumas empresas do ramo possibilitam, podem ficar reservadas junto ao espaço chamado de ‘memorial’, nas próprias instalações do crematório. Além das práticas tradicionais de guardar e/ou aspergir as cinzas, nos últimos anos, o destino que pode ser conferido adquiriu ampla versatilidade e arrojamento. Existem distintas opções, como, por exemplo, de construir ampulhetas, transformar em material para plantar e cultivar árvores, criar obras de arte, fabricar acessórios como joias, confeccionar discos de vinil, tatuar na pele, mandar as cinzas para o espaço, entre outras. As alternativas estão diretamente relacionadas às condições financeiras das pessoas que assim desejarem.

outro lado, o poder público também tem favorecido a criação de crematórios, e tem feito isso sob a justificativa de que se trata de uma alternativa à questão da superlotação dos espaços dos cemitérios convencionais. Cientes de que a cremação é uma prática prescrita como destino dos corpos apenas nas tradições religiosas associadas ao espiritismo, ao hinduísmo e ao budismo, problematiza-se que pode ocorrer incompatibilidade entre as previsões de crenças religiosas das populações, em especial da brasileira, que se declara como sendo majoritariamente adepta das tradições fundamentadas no cristianismo, o qual, por sua vez, prescreve a inumação dos corpos falecidos⁸⁶.

Não se pode desconsiderar um possível interesse, a médio e longo prazo, por parte dos negócios imobiliários, para com a liberação dos espaços/terrenos que hoje estão sendo ocupados pelos cemitérios convencionais. Entre os aspectos que endossam esse cenário, pode-se mencionar as queixas de que se tratam de locais favoráveis à proliferação do mosquito da Dengue, por meio do acúmulo de água em recipientes para flores; à contaminação dos lençóis freáticos, pelo necrochorume oriundo da decomposição dos corpos; pela falta de segurança no interior dos cemitérios, o que torna o local propício ao roubo de objetos dispostos sobre os jazigos e até mesmo à violação das sepulturas.

Dos aspectos que depõem contra os espaços dos cemitérios convencionais, também está o que Silva (2002) descreve, que na falta de manutenção e segurança, a população pode ser exposta a desconfortos psicológicos e estéticos, acarretados tanto pelo aspecto tétrico e do artificialismo face à ausência de padrões arquitetônicos e paisagísticos, como também mediante a prática do vandalismo e da violação de jazigos que expõem os corpos dos mortos em pleno processo de decomposição.

3. OS CEMITÉRIOS COMO NECESSIDADE DA URBANIDADE E SUA NATUREZA JURÍDICA

Os escritos de Munford (2008), Cymbalista (2001) e Rezende (2006), apresentados anteriormente, convergem no sentido de que os espaços dos cemitérios constituem equipamentos imprescindíveis à funcionalidade da vida urbana. Ciente disso, entendo que é primordial abordar as previsões existentes para com os espaços dos cemitérios junto aos

⁸⁶ Nas entrevistas orais realizadas, em especial com as lideranças religiosas, percebeu-se que as tradições religiosas têm renovado e flexibilizado os dogmas no sentido de tolerar e considerar a vontade dos fiéis quando da escolha pela cremação, como destino do corpo morto, assim como relatam que existem passagens bíblicas que justificam e autorizam tal prática. Cabe ressaltar ainda que, entre as 21 pessoas entrevistadas, nove declararam que desejam ter o corpo cremado após a morte.

principais documentos que tratam do urbanismo citadino.

Para dar conta da demanda de sepultamentos, a condução de homenagens fúnebres, o zelo pelos conteúdos dispostos sobre os jazigos e no interior das casas, pelos restos mortais lá depositados, das práticas de ornamentação dos jazigos, circulação cotidiana de visitantes no interior dos cemitérios, a prevenção de vetores de doenças contagiosas, na deliberação com prestadores de serviços como marmorarias e funerárias, além da relação com as imediações com floriculturas, comércio de velas, imagens de santos e demais paramentos e itens fúnebres, preparativos de limpeza e embelezamento como os que antecedem datas como o Dia de Finados, os espaços dos cemitérios precisam estar dotados de corpo de funcionários, estrutura político-administrativa, materiais, insumos, equipamentos, maquinários, veículos, entre outros.

Tendo em vista o montante de aspectos e de atividades descritos acima, e também de acordo com o que foi mencionado no tópico anterior, entendo que os espaços dos cemitérios constituem equipamentos de grande complexidade e necessidade na estrutura e rotina funcional de qualquer cidade ou comunidade. Nas páginas seguintes, apresento como os espaços dos cemitérios constam junto aos principais documentos, no caso, Cartas, que contêm as diretrizes que se destinam às cidades contemporâneas e, em seguida, como se encontram descritos juridicamente, como estão previstos nos documentos legislativos e como acaba sendo prescrita a condução deles pelas autoridades competentes.

3.1 A PRESENÇA DA MORTE E DOS CEMITÉRIOS EM DOCUMENTOS/DIRETRIZES SOBRE AS CIDADES

No que diz respeito às cidades da época contemporânea, reconhecidos em âmbito internacional, existem os documentos da Carta de Atenas, de 1933, e da Nova Carta de Atenas, de 1998/2003. Esses documentos estiveram e estão presentes, foram e acabam sendo responsáveis por influenciar projetos urbanísticos e planos diretores de inúmeras cidades do mundo, assim como as cidades brasileiras. Tais documentos também costumam ser mencionados no ensino superior junto ao Projeto Pedagógico de Curso/PPC, como no de Arquitetura e Urbanismo e no de Engenharia Civil, assim como em diversos cursos técnicos, de pós-graduação, entre outros, o que, por sua vez, compõe diretamente a formação e o repertório de referências dos estudantes que no futuro atuarão

profissionalmente nessas áreas⁸⁷. Com isso, quero compreender e discutir como os conteúdos desses documentos contemplam os espaços dos cemitérios, quais prescrições e previsões apresentam e como se relacionam com os demais espaços e equipamentos que constituem as cidades; em especial, perceber como o cemitério municipal de Indaial está disposto nesse contexto e cenário.

Os trabalhos da Assembleia do Primeiro Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), realizado na cidade de Atenas, em novembro de 1933, resultaram na publicação da chamada Carta de Atenas de 1933⁸⁸ que, por sua vez, apresentava as diretrizes da arquitetura e do urbanismo moderno⁸⁹, no qual foram discutidos os problemas, as necessidades, as questões e as soluções práticas, tanto arquitetônicas quanto urbanísticas, para as circunstâncias que ocorriam às cidades da época e a expectativa que existia em relação aos tempos subsequentes⁹⁰.

A Carta de Atenas de 1933 sintetiza as principais ideias e diretrizes ao campo da arquitetura e do urbanismo que se encontravam em voga na Europa e nos Estados Unidos da América desde pelo menos a segunda metade do século XIX e esteve em vigor ao longo do século XX. Os conteúdos e temas ilustram o contexto de modernização que

⁸⁷ Cartas, declarações, recomendações e agendas costumam ser emitidas/assinadas por representantes de institutos, instituições, organizações, profissionais, especialistas e comunidade de cidadãos como resultado de estudos, de trabalhos, plenárias e socializações realizadas no decorrer de simpósios, congressos, encontros e jornadas. Comportam as principais concepções, a evolução dos conceitos, as diretrizes, as deliberações pactuadas e as ações que serão assumidas por organismos, autoridades, profissionais e representações que se fizeram presentes e assinaram os respectivos documentos.

⁸⁸ O conteúdo dessa legislação prescrevia que o urbanismo deveria ser entendido como uma ciência a serviço de atender às funções de, em primeiro lugar, habitar; em segundo, trabalhar; e, em terceiro, recrear, e que a arquitetura contribuiria com os elementos de bem-estar e embelezamento. Destacava a importância dos elementos como a água, o ar, a terra, a natureza e o clima; que as questões econômicas e políticas, as descobertas científicas, a defesa militar, o desenvolvimento progressivo das comunicações e dos meios de transporte (sejam eles terrestres, ferroviários/rodoviários, fluviais/marítimos ou aéreos) foram e são responsáveis por determinar grande parte das características das cidades.

⁸⁹ Urbanismo moderno é um neologismo inventado pelo arquiteto espanhol Ildefonso Cerdà i Sunyer (1815-1876), no ano de 1867. A palavra urbanismo é designada de uma realidade muito antiga conhecida e chamada arte urbana. O surgimento no século XIX designa de uma realidade específica que se apresenta como uma ciência e uma teoria da cidade. O urbanismo com novo caráter se aprofundou em uma base científica muito mais ampla. Por extensão, o termo urbanismo passou a ser relacionado em tudo o que diz respeito à cidade, como obras públicas, morfologia urbana, planos urbanos, práticas sociais e pensamento urbano, legislação e direito relativo à cidade (HAROUËL, 1990).

⁹⁰ O documento descreve que as cidades das primeiras décadas do século XX não possuíam condições salubres; que a grande maioria das habitações não possuíam aberturas apropriadas à ventilação, à iluminação natural e à incidência solar; que as instalações sanitárias eram péssimas; que nos centros urbanos ocorria a presença de vias estreitas e obstruídas, cortiços e subúrbios; que as dimensões dos espaços das moradias favoreciam a promiscuidade e a vizinhança desagradável, bem como a proliferação de doenças e germes mórbidos que provocavam doenças como a tuberculose; que se faziam necessárias demolições das antigas estruturas existentes. Foucault (1999, 2008ab, 2003) é um dos principais intelectuais que discute e sugere que tais diretrizes estavam profundamente investidas de ideologias de controle, poder disciplinar e higienista.

estava sendo implementado nas principais cidades, metrópoles e capitais e, por sua vez, prescrevia a demolição, a desobstrução e a otimização da circulação das vias e dos espaços centrais das cidades; e, no que tange aos espaços dos cemitérios, o seu deslocamento para fora da *urbe*⁹¹.

Nas 24 páginas do documento, além dos elementos fundamentais do urbanismo moderno, as condições nas quais se encontravam as cidades e as intervenções que se faziam necessárias, foram discutidos espaços como habitações, escolas, locais de trabalho, centros comerciais, zonas industriais, meios de transporte e circulação, espaços de lazer, superfícies livres, áreas com vegetação, monumentos e patrimônios históricos. Porém, em momento algum foi mencionado o tema da morte, os ritos fúnebres, o destino dos corpos falecidos, os espaços dos cemitérios ou outras formas de destinos dos restos mortais das populações. Acaba não sendo mencionado como estes se encontravam, como deveriam funcionar, ser planejados e dispostos a partir de então, apenas acabam sendo descritas as ‘necessidades da vida’ e, em especial, os riscos de adoecimento acarretados por doenças infectocontagiosas como um todo⁹².

O Conselho Europeu de Urbanistas (CEU), no ano de 1998, reuniu-se na cidade de Lisboa, em Portugal, com o objetivo de redigir o que viria a ser a Nova Carta de Atenas. No ano de 2003, a Carta recebeu atualizações e uma versão final foi publicada; e ela passou a ser reconhecida como o documento referência às questões do urbanismo contemporâneo. O conteúdo da Nova Carta versa sobre os desafios das cidades para o século XXI. O documento apresenta que, ao longo do século XX, as cidades se espalharam e ocuparam as regiões rurais e os espaços naturais e essa dinâmica foi responsável pela degradação daqueles locais; que as cidades estão com sua coerência evolutiva e sua identidade cultural abalada; que as cidades não têm sido ambientes apenas para os moradores, mas que podem ser acessadas também para os fins de uso de seus equipamentos e serviços em específico, além de servirem de palco a mobilizações sociais e fenômenos como a imigração.

⁹¹ Como exemplo de cidades nas quais foram implementados projetos de modernização, pode-se mencionar Paris (França), Londres (Inglaterra) e Berlim (Alemanha); e, no Brasil, Porto Alegre (Rio Grande do Sul), São Paulo (São Paulo), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro) e Salvador (Bahia).

⁹² Para essa constatação, encontra-se em Baudrillard (1996, p. 174) a seguinte provocação: “que arquiteto se atreveria a inspirar-se nessa verdade do atual dispositivo urbano para conceber uma cidade a partir dos cemitérios, de terrenos vagos e espaços ‘malditos’”? Perniola (2000), inspirado pelos escritos de Baudrillard (1996), problematiza que se o cemitério não é reconhecido, não é contemplado ou até não existe mais, é que as cidades modernas assumiram por inteiro a função deste, tornaram-se cidades mortas e de morte, cidade em que a morte está simbolicamente ausente, porém reina e opera subterraneamente, no inconsciente e no imaginário das populações.

O documento sugere que, a partir de então, as cidades deveriam ser pensadas e projetadas como conjuntos policêntricos organizados em rede; possuir gestão prudente do espaço comum, apresentar coerência em termos de visualidade e paisagem, materiais de construção e infraestrutura e no emprego de tecnologia da informação e da comunicação. Também deveriam estar voltadas ao desenvolvimento sustentável, ao fortalecimento dos laços entre as diferentes gerações e das relações de vizinhança, otimizar os fluxos e da mobilidade, da coesão social, ofertar trabalho agradável, são e seguro. Também, utilizar de forma sensata os recursos disponíveis, mitigar o excesso de poluição; proporcionar espaços salubres, ruas, praças, caminhos, alternativas de lazer, segurança, liberdade e bem-estar pessoal; proteger os elementos do patrimônio natural e cultural e proporcionar a presença de atividades agrícolas nas franjas das cidades, entre outros.

Apresenta que a tendência é que as cidades se integrem e cada vez menos ocorra a separação por fronteiras; que as pessoas cada vez mais situem suas moradias em regiões afastadas das cidades; que a insegurança, a delinquência e o envelhecimento da população aumentem; que ocorra a diminuição das áreas ocupadas com atividades agrícolas; que haja contaminação do solo, da água e do ar e que ocorram ainda mais catástrofes humanas e naturais. Por fim, apresenta as principais preocupações e os compromissos que precisam ser observados e implementados na prática profissional pelos profissionais do urbanismo.

Foi criada também a Carta de Juiz de Fora, de 2010⁹³, mais conhecida como Carta dos Jardins Históricos Brasileiros, pela qual entende-se ‘jardim histórico’ como uma composição arquitetônica e vegetal, perecível e renovável, que comporta valor histórico e artístico, ganhando *status* de monumento. É possível reconhecer certo esforço em contemplar os espaços dos cemitérios, nos termos de que a carta discrimina como sendo exemplares de jardins históricos espaços como jardins botânicos, praças, largos, parques, passeios públicos, hortos, pomares, alamedas, jardins, claustros e cemitérios, tanto em área rural quanto em área urbana. Entretanto, os espaços dos cemitérios constam apenas como espaços que constituem ‘jardins históricos’ e nada além disso foi descrito ou previsto.

Na versão atualizada da Carta de Atenas, mesmo descrevendo um cenário pessimista marcado pela crescente degradação das condições de vida, bem como na Carta de Juiz de Fora, é possível identificar que, novamente, os documentos não contemplam a

⁹³ BRASIL. (2010). Carta de Juiz de Fora. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20dos%20Jardins%20Historicos.pdf>

temática da morte e os espaços dos cemitérios, como foi observado na Carta de Atenas de 1933. Concluiu que a cidade continua sendo percebida e planejada como se as pessoas que vivem nela jamais fossem morrer, como se o corpo não precisasse de um local para se decompor. Dito de outro modo, as diretrizes sobre o planejamento urbano foram criadas e atualizadas como se a morte não existisse, não fizesse parte da vida das pessoas, como se os cemitérios não constituíssem equipamentos urbanos, espaços necessários e funcionalidade básica das cidades, fato que, por sua vez, acaba sendo responsável por revelar a face de negação e o tabu que existem também em relação à morte.

3.2 O DIREITO FUNERÁRIO E A NATUREZA JURÍDICA DOS CEMITÉRIOS PÚBLICOS BRASILEIROS

De acordo com o que foi apresentado anteriormente, a morte cria um fato jurídico que, por sua vez, comporta implicações nas mais diversas áreas do direito. A pessoa física deixa de existir, porém permanecem alguns direitos que se referem ao corpo morto, assim como é dado início aos trabalhos de identificação da *causa mortis*, à sucessão das propriedades, aos serviços funerários, à destinação do corpo morto, à realização dos ritos fúnebres, à elaboração do luto, entre outros.

Os cemitérios podem ser de natureza pública ou particular. No Brasil, a natureza jurídica dos cemitérios públicos é de direito público, na qual a propriedade dos terrenos pertence ao poder público municipal, sendo permitida apenas a aquisição do direito de uso privativo. Ou seja, fica impossibilitado o direito de posse ou propriedade dele, o que acaba configurando que as pessoas adquirem o direito de ‘usucapião’, para uso e finalidade especial, podendo apenas ocorrer a transferência de titularidade. Não existe relação jurídica de propriedade entre o proprietário do jazigo e os sepultamentos que nele foram feitos. O solo em que repousam os restos mortais constituem bens imóveis. Como os jazigos, os mausoléus, as casas e os paramentos que neles constam acabam sendo benfeitorias providenciadas pelos usuários, estas possuem a natureza de concessão de uso perpétuo, remunerado e transmissível⁹⁴.

O Código Civil brasileiro garante o *jus sepulchri*, que abrange o direito de sepultar, ser sepultado e permanecer sepulto, o qual contempla a necessidade de destino aos restos

⁹⁴ Essa condição gera diversas discussões relacionadas a questões de alienação, venda e transferência de uso e de propriedade de sepulturas perpétuas e mereceria aprofundamento; todavia, neste momento, não julgo apropriado.

mortais, atende às questões de salubridade e higiene pública, e moral no que diz respeito à relação com a morte, à elaboração do luto aos mortos das famílias, das sociedades e das tradições religiosas que assim desejam.

A literatura sobre a natureza jurídica dos cemitérios apresenta de forma consensual que as legislações que versam sobre os espaços dos cemitérios, o tratamento de cadáveres, as sepulturas e as questões funerárias encontram-se dispersas, não codificadas, assim como acabam sendo escassas e inconsistentes, sendo possível encontrar documentos de maior substância apenas em capitais e grandes cidades do país; mas que, geralmente, requer que se retroceda às Constituições anteriores, como por exemplo às Constituições de 1891, 1934, 1937 e 1946.

Barcellos (2018)⁹⁵ pesquisador brasileiro, relata que a primeira constituição que tratou do Direito Funerário foi a Constituição Federal de 1891, no seu Artigo 72, Inciso 5, quando descreve que “os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não ofendam a moral pública e as leis⁹⁶”.

Já a Constituição de 1934⁹⁷, no Artigo 133, Inciso 7, prescreve os cemitérios nos seguintes termos:

Os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, sendo livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação aos seus crentes. As associações religiosas poderão manter cemitérios particulares, sujeitos, porém, à fiscalização das autoridades competentes. É lhes proibida a recusa de sepultura onde não houver cemitério secular.

Em relação à Constituição de 1891, conteúdo da legislação de 1934, delibera sobre os espaços de cemitérios que eram administrados pelas comunidades religiosas, no

⁹⁵ Barcellos (2018, p. 23-24) explica também que o Direito Funerário é constituído pelo conjunto de regras e princípio jurídicos que ordenam e disciplinam as relações jurídicas, diretas e indiretas, decorrentes da morte da pessoa física. O autor informa que os trâmites todos não são conduzidos à luz de apenas um diploma legal, entre eles, menciona que: para fins de transplante, a Lei 9.343, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências; a Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos; que o procedimento sucessório é questão cuidada pelo Direito Civil e Processual Civil; as condições gerais para sepultamento e os requisitos para a cremação do cadáver também estão previstos na Lei de Registros Públicos, em especial entre os artigos 77 e 88 dessa norma especial; a Lei 8.009, de 29 de março de 1990, que dispõe sobre o bem de família, pode ser invocada, considerando uma aplicação analógica e extensiva, para sustentar a impenhorabilidade de sepultura.

⁹⁶ BRASIL. Constituição (1891). Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10602961/artigo-72-da-constituicao-federal-de-24-de-fevereiro-de-1891>. Acesso em 08 fev. 2023.

⁹⁷ BRASIL. Constituição (1934). Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10619582/artigo-113-da-constituicao-federal-de-16-de-julho-de-1934>. Acesso em 08 fev. 2023.

sentido de que estes poderiam permanecer em funcionamento, contudo observando os padrões da municipalidade, assim como de que não poderiam se abster de realizar sepultamentos dos adeptos de tradições religiosas diferentes⁹⁸.

A contemporização que o poder público federal praticou ao consentir a continuidade do funcionamento dos cemitérios geridos pelas associações religiosas, no que tange à instituição religiosa católica em específico, pode ser compreendida pela perspectiva defendida pelo filósofo e pesquisador brasileiro Souza (2019, p. 20-21), nos termos de que:

[...] a história das tecnologias do poder no Brasil evoluiu numa imbricação inesperada de poderes e tecnologias de poderes, permitindo à instituição religiosa católica — detentora dos mecanismos e das estratégias do poder pastoral desde o início da colonização à fixação na estrutura política do Império — sua permanência e importância no sistema de funcionamento e de controle das populações a partir do contexto republicano.

A Constituição de 1937⁹⁹, no Artigo 122, Inciso 5, transcreve apenas que “os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal”. A Constituição de 1946¹⁰⁰, no Artigo 141, Inciso 10, registra o seguinte conteúdo: “Os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal. É permitido a todas as confissões religiosas praticar neles os seus ritos. As associações religiosas poderão, na forma da lei, manter cemitérios particulares”.

O conteúdo descrito na nova Constituição reitera e garante a manutenção dos conteúdos presentes nas Constituições de 1934 e de 1937, em especial aborda em aspectos sobre a realização de ritos, no sentido de que estes deveriam ser cumpridos de forma indiscriminada. Dito de outro modo, de que os ritos de quaisquer tradições religiosas deveriam ser garantidos quando das práticas de sepultamentos no interior dos cemitérios,

⁹⁸ Essa determinação foi responsável por fomentar inúmeras querelas entre as diferentes comunidades religiosas, tendo como exemplos mais expressivos os casos de judeus sepultados em cemitérios católicos e protestantes, e de protestantes em cemitérios católicos. Igualmente, os casos em que o poder público cedia um único terreno para que as populações das comunidades realizassem os seus sepultamentos, o que, por conseguinte, fomentou uma espécie de divisão interna do espaço, nos termos de que foi reservada uma ala para cada uma das tradições religiosas, geralmente demarcadas por uma via de circulação, ou pela disposição espacial em relação ao portão do cemitério e/ou do cruzeiro central. Esses aspectos todos possuem forte potencial e teor sugestivo para que se aprofunde os estudos e/ou para que se formule outros projetos de pesquisa.

⁹⁹ BRASIL. Constituição (1937). Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10615122/artigo-122-da-constituicao-federal-de-10-de-novembro-de-1937> Acesso em: 10 fev. 2023.

¹⁰⁰ BRASIL. Constituição (1946). Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/92058/constituicao-dos-estados-unidos-do-brasil-46> Acesso em: 08 fev. 2023.

inclusive nos espaços geridos por comunidades religiosas específicas, e que estas estavam autorizadas a permanecer com os seus cemitérios, assim como mantê-los em funcionamento.

Entende-se que, uma vez que os espaços dos cemitérios foram declarados de caráter secular, como ficou lavrado desde a Constituição de 1891, os diferentes ritos fúnebres e as práticas de sepultamento seriam passíveis de cumprimento e tolerância. Porém, se na Constituição de 1946 ainda foi preciso prescrever tal aspecto ‘com todas as letras e palavras’, suspeita-se que de fato tal prescrição não vinha sendo garantida e/ou não estava ocorrendo, assim como há suspeita de que haviam lideranças políticas e entidades religiosas pressionando as autoridades legisladoras para que algo fosse feito diante desse possível contexto. Por outro lado, pode ser também que o funcionamento e a gestão dos cemitérios por parte das associações religiosas estivessem sendo alvo de contestações¹⁰¹.

No Inciso 10 do Artigo 5º da Constituição Brasileira de 1988¹⁰², consta apenas menção aos direitos à personalidade, dignidade e integridade da pessoa no que refere às dimensões do corpo físico, da intimidade, do nome, da honra e da imagem; essas previsões não cessam com a morte ou quando não há mais resposta material de vida — todavia, não desenvolve conteúdos que contemplam, em específico, direitos para a morte e para os mortos. Já no Código Civil de 2002, o Artigo 12¹⁰³, Parágrafo Único, prescreve indenização por danos à personalidade de pessoas falecidas aos considerados lesados indiretos, que seriam constituídos por cônjuge, ascendentes e descendentes em até o quarto grau.

Observa-se que, desde a Constituição de 1891, passando pelas respectivas legislações sucessoras e chegando até a Constituição de 1988, a responsabilidade pelos cemitérios seculares/laicos foi imputada às autoridades da municipalidade, quer dizer, à primeira e menor instância deliberativa no tocante ao poder do Estado republicano federativo. O poder público federal acaba sendo considerado a última e maior instância de deliberação de uma nação, e este não pareceu querer se apropriar e se debruçar sobre essa questão, assim como não foram envolvidas as instâncias do poder público estadual.

¹⁰¹ Como já foram estudados por Reis (1990), tem-se aí aspectos que sugerem diferentes possibilidades de agitações e movimentações relacionadas à realização de sepultamentos no contexto dos espaços dos cemitérios, agora seculares/laicos.

¹⁰² BRASIL. Constituição (1988). Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10641516/artigo-5-da-constituicao-federal-de-1988> Acesso em: 10 fev. 2023.

¹⁰³ BRASIL. Código Civil (2002). Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10729993/artigo-12-da-lei-n-10406-de-10-de-janeiro-de-2002> Acesso em: 10 fev. 2023.

Sendo assim, parece-me que a legislação, para além de delegar, transferiu ligeiramente, de modo sucinto e de forma integral, a questão dos espaços dos cemitérios ao poder público municipal. Desse modo, compreendo que paira certa ‘insegurança’ institucional, jurídica e constitucional no que engloba a deliberação dos espaços dos cemitérios em território nacional, bem como entendo que as legislações que desse modo foram elaboradas não possuem respaldo nem validação em ampla abrangência.

A partir dos estudos da Carta de Atenas (1933) e da Nova Carta de Atenas (2003), documentos que representam referências em âmbito internacional aos profissionais do urbanismo contemporâneo, identificou-se que a dimensão da morte, como constitutiva da totalidade da vida, e os espaços dos cemitérios como equipamentos da urbanidade não foram mencionados e descritos, melhor dizendo, foram omitidos e negligenciados. Os documentos não apresentam conteúdos e nem sequer mencionam essas temáticas, o que acaba sendo responsável por colaborar com as posturas e as concepções de estigmas de medo e de tabu para com o tema da morte e os espaços dos cemitérios, bem como acabam por promovê-los à condição de instâncias interditas.

O advento da República foi caracterizado pela criação de cemitérios públicos e, mediante a operação de tecnologias de poderes, pela permanência do funcionamento dos antigos cemitérios geridos pelas comunidades religiosas. As Constituições republicanas dos anos de 1891, 1934, 1937, 1946 e 1988 se referem ao tema da morte apenas no caso da cessação de penalidades e orientações sobre questões de propriedades; a administração dos espaços dos cemitérios foi imputada de forma sucinta às autoridades municipais. A exclusividade da administração dos cemitérios pela municipalidade é responsável por evidenciar caráter semelhante ao percebido nos conteúdos das Cartas mencionadas anteriormente, agora pelas autoridades estaduais e nacionais, também promovendo, no que se refere ao campo do ordenamento jurídico, incoerência e insegurança institucional hierárquica.

Entrecruzando as legislações pertencentes às duas instâncias distintas, uma em âmbito internacional, que se destina aos profissionais do urbanismo contemporâneo, e outra em âmbito nacional, que se dirige às autoridades públicas municipais, sobressai-se que o tema da morte e os espaços dos cemitérios nem foram mencionados e, quando o fizeram, foi de forma breve, discriminando apenas a natureza jurídica — agora secular/laica —, e que deveriam operar de forma contemporizada diante das necessidades de sepultamentos, para com os ritos praticados e em relação à presença das associações

religiosas que gerem cemitérios, recaindo à última instância do poder público, a esfera municipal, a providência e a deliberação de fato para eles.

4. ORALIDADE E MEMÓRIA COMO CONHECIMENTO HISTÓRICO E POPULAR

A pesquisadora brasileira Bosi (2001) explica que, na Grécia antiga, nos tempos de forte predomínio das narrativas mitológicas, existia a deusa Mnemosine¹⁰⁴, a quem foi atribuída a personificação da memória. A atribuição de Mnemosine naquela sociedade foi a de revelar o que passou (passado) e o que viria (futuro). A deusa presidiu também a função poética e concedia aos poetas e adivinhos o poder de voltar às origens. Também conferia o dom da imortalidade, uma das forças de vencer a ação do tempo. Enquanto vigorou e prevaleceu a sociedade mítica e oral na Grécia antiga, a memória foi valorizada como imprescindível à coesão e à manutenção dos vínculos sociais.

A História, como conhecimento histórico, haveria surgido por volta do século V a.C., em meio a uma lenta ruptura e distinção com os escritos literários que, segundo o historiador francês Dosse (2003, p. 13), tinha como finalidade aprisionar a morte, registrando-a, socializando-a por meio dos escritos. Nos termos e preocupações do historiador grego Heródoto de Halicarnasso (485–425 a.C.), consistia em uma tentativa de que conter a ação do tempo, do esquecimento e do apagamento dos grandes feitos e façanhas humanas, subtraí-los do mítico e fatal Rio Lethe, o rio grego do esquecimento. Para compor os escritos históricos, Heródoto se utilizou de memórias e relatos orais junto aos seus contemporâneos.

Os gregos, quando da consolidação do pensamento racional, passaram a preferir a memória e a oralidade, em especial a partir dos escritos do historiador Tucídides (460–395 a.C.), que privilegiava o testemunho ocular. Segundo Tucídides (2001), aquele que narra, esquece, não resiste ao prazer de agradar àquele que escuta ao ouvido, sendo assim compromete o teor de verdade do conhecimento. Esse debate foi rerepresentado no século

¹⁰⁴ Conforme consta na mitologia grega, Mnemosine, filha de Urano (céu) e Gaia (terra), irmã de Cronos (deus do tempo), foi protetora das artes e da história e costumava ser invocada diante dos perigos do esquecimento e da finitude. Foi casada com Zeus, com quem teve nove filhos; entre eles, nasceu Clío, que foi consagrada como a musa da história e da criatividade e a responsável por divulgar e celebrar as realizações dos deuses.

XIX pelos historiadores da tradição historiográfica do historicismo e tanto a memória como a oralidade foram banidas dos estudos históricos¹⁰⁵.

Ao longo do século XX, a temática da memória passou a ser estudada e pesquisada nas mais diversas áreas do conhecimento, tais como a história, a linguística, a filosofia, a antropologia e a sociologia. Contudo, foi somente a partir dos anos de 1970, em meio às discussões da corrente historiográfica da nova história, que a memória como fonte, objeto e tema de pesquisas passou a ser reconhecida pela historiografia. Nos países onde ocorreram ditaduras militares — no Brasil (1964-1985) e no Chile (1973-1990), por exemplo —, a temática da memória e da história oral levaram um tempo maior para serem utilizadas na produção do conhecimento histórico¹⁰⁶.

Tendo em vista as trajetórias que recaem em específico ao campo dos estudos da memória e pesquisa em história oral, apresento a seguir conceitos e concepções que podem ser compreendidos como oportunos para abordar e problematizar os dados e as evidências coletadas junto ao cemitério e por meio das entrevistas orais. Halbwachs (1990) estudou memória e sociedade ainda nas primeiras décadas do século XX; ele descreve que a memória forma uma corrente de pensamento contínuo, no sentido de que ela só retém do passado o que ainda é vivo, e que o historiador só pode fazer sua obra com a condição de pôr-se deliberadamente fora do tempo vivido pelos grupos que assistiram aos acontecimentos, que tiveram com eles o contato mais ou menos direto e que deles podem se lembrar¹⁰⁷.

Nesse aspecto, o filósofo francês Ricoeur (2007, p. 48) apresenta que:

¹⁰⁵ Em contrapartida, também no século XIX, Sigmund Freud (1856-1939) estudou e refletiu sobre a memória humana, trazendo à tona seu caráter seletivo, ou seja, o fato de que as pessoas se lembram das coisas de forma parcial, a partir de estímulos externos, selecionando, escolhendo as lembranças que serão guardadas e lembradas. A partir desses movimentos, os estudos referentes à memória não ficaram restritos apenas à psicanálise, passaram a ser tema e objeto de estudo de áreas que vão desde a psicologia até a neurofisiologia.

¹⁰⁶ Entre os principais pesquisadores, pode-se mencionar Michael Pollack, Maurice Halbwachs, Vidal Naquet, Marcel Detiègne, Michel de Certeau, Paul Ricoeur, Nicole Lourax, entre outros. No Brasil, destacam-se Adélia Bezerra de Menezes, Ecléa Bosi, Regina Horta Duarte, Miriam Barros, Joana Maria Pedro, Ulpiano Bezerra de Menezes, Verena Alberti, Marcos Fabio Freire Montysuma, João Carlos Tedesco, entre outros.

¹⁰⁷ Segundo Seixas (2004), é necessário fazer distinção entre memória e história, nos termos de que os estudos sobre memória se preocupam com os fatos e os acontecimentos no sentido de como estes afetam e impactam tanto comunidades quanto indivíduos. A memória, diferentemente da história — que se debruça sobre acontecimentos e fatos que são reclamados pela sociedade e que consiste em uma construção intelectual, analítica, problematizadora, crítica e sistemática — representa uma possibilidade de recuperar o que está submerso no subsolo, na caixa-preta, no sótão, nas mentalidades, no imaginário de um indivíduo, de um grupo ou um todo coletivo.

Não é somente o caráter penoso do esforço de memória que dá à relação sua coloração inquieta, mas o temor de ter esquecido, de esquecer de novo, de esquecer amanhã de cumprir esta ou aquela tarefa; porque amanhã será preciso não esquecer... de se lembrar. Aquilo que [...] chamaremos de dever de memória consiste essencialmente em dever de não esquecer.

Nessa acepção, o pesquisador brasileiro Seixas (2004), explica que a memória consiste na tradição viva, que a memória é vida, é afetiva, é espontânea, é frágil, que possui ritmo e sinuosidade sensível em meio às categorias de tempo e do espaço, que está em processo contínuo de presentificação e atualização. É necessário considerar também que a memória opera e trabalha com o que a sociedade trouxe a público e, a partir do acesso e da apropriação dessas informações, os sujeitos podem se munir de argumentos para ganhar coesão, sentirem-se pertencentes e contribuintes, constituir-se, empoderar-se, no sentido de justificar e galgar as realizações que almejam.

4.1 SOCIEDADES/COMUNIDADES DE MEMÓRIA

Em meio às sociedades fortemente marcadas pelo ritmo da natureza, pelo trabalho manual e artesanal, laços familiares, comunitários e religiosos, o coletivo e o individual se fundiam, davam lugar ao reconhecimento e ao pertencimento comum, na qual anciãos, autoridades religiosas e a comunidade ocupavam posições centrais e de onde partiam e para onde convergiam as decisões e as ações empreendidas pelos integrantes da comunidade.

Nesses contextos, como já abordado de forma mais aprofundada, foi possível compreender que os moribundos viviam seus últimos dias em sua residência e próximos de seus familiares e amigos, onde ocorriam atos de pranteamento realizados por carpideiras, dava-se a presença preponderante das autoridades religiosas e eclesiásticas na realização dos rituais de exéquias, bem como na gestão dos espaços de cemitérios que ficavam dispostos nas regiões centrais das cidades e/ou no interior das igrejas.

No contexto da cultura europeia ocidental, essas estruturas e referências se mantiveram sólidas até pelos menos o século XIII — quando dos rumores iniciais do enfraquecimento do poder eclesiástico, da formação das monarquias nacionais e das crises agrícolas —, sofreram abalos significativos nos séculos XV e XVI — quando da reforma protestante, do renascimento das cidades e das atividades comerciais, das grandes navegações, entre outros eventos — e, de forma ainda mais profunda, a partir do século

XVIII — com as ideias iluministas, a revolução industrial, o êxodo rural, o fim das monarquias e a implantação de repúblicas, da publicação dos direitos civis e das invenções e tecnologias automatizadas, cadenciadas gradualmente com os processos de mundialização, massificação e midiatização cultural.

A repercussão dessa sucessão dinâmica e a reconfiguração das relações de vida e da morte podem ser identificadas com a transferência dos espaços dos cemitérios para longe da convivência com a cidade dos vivos, a censura à presença de carpideiras, a transferência dos doentes terminais para os espaços dos hospitais e clínicas, a presença do poder público na gestão e no funcionamento dos hospitais e dos espaços dos cemitérios, de empresas de negócios funerários na preparação do corpo ao funeral, o encurtamento dos rituais fúnebres e dos trabalhos de elaboração do luto, etc.

Diante disso, tem-se que o saber tradicional, o conhecimento comum e popular, que havia sido acionado pelos indivíduos e pelas comunidades diante das situações de morte e do morrer, assim como o repertório de referências pelas quais tais experiências foram até então interpretadas e significadas, com a implementação de um Estado laico e de uma ciência higienista, foram ultrajadas. Em contrapartida, as novas diretrizes e legislações laicas e seculares não foram suficientes para dar conta de atender e orientar de forma satisfatória a complexidade da realidade e a necessidade que tais experiências demandavam.

Para Benjamin (1987), pensador alemão, o desenvolvimento do capitalismo e a fé no triunfo do progresso foram os responsáveis pela perda e pelo enfraquecimento da importância da experiência, da memória e da individualidade. A nova condição do ser humano foi a da submissão e da servidão em meio aos espaços urbanos e industriais. A hegemonia da técnica sobre o processo ritual de elaboração dos bens culturais ocasionou a perda da aura, da dimensão espiritual e sagrada, dos sentidos e dos significados daquelas práticas. Em contrapartida, como recompensa, promoveu a valorização da dimensão aparente e material do mundo, bem como a relativização, a transfiguração e a banalização de tudo e de todos.

Maffesoli (2010)¹⁰⁸, sociólogo francês, corrobora com o cenário descrito por Benjamin nos termos de que os detentores do conhecimento tradicional, as gerações antigas/antecessoras receberam e legaram um repertório de conhecimentos que foram

¹⁰⁸ Maffesoli, na obra *O conhecimento comum*, desenvolveu a problematização para com a dicotomia entre conhecimento erudito e conhecimento popular, tendo como referências os constructos do intelectual italiano Antonio Gramsci (1891-1937).

experimentados, testados e validados ao longo das gerações e dos tempos. Todavia, com a consolidação do pensamento iluminista, científico e positivista no século XIX, esses saberes passaram a ser deslegitimados e foram relegados ao que se passou a chamar de ‘senso comum’. Foi somente a partir do final do século XX que os conhecimentos e saberes tradicionais e populares foram novamente retomados e reabilitados como necessários e relevantes.

A retomada desses aspectos foi um movimento que se deu gradualmente, por meio de estudos e pesquisas sobre os movimentos sociais e de trabalhadores; de lideranças de comunidades e movimentos sindicais; de detentores de saberes e mestres de ofício; do manejo da natureza e de atividades artesanais; protagonistas de festas, celebrações e expressões populares; e que, por sua vez, serviu também a um outro fim, o de complementar o repertório de temas e exemplares de cultura até então consagrados, como por exemplo bens edificados que foram de propriedade de personalidades ligadas ao Estado, documentos oficiais, coleções arqueológicas e obras de arte de artistas renomados que apenas eram acessados em manuais e livros de história ou em grandes museus, palácios, salões e galerias.

A partir dos anos 1980, esse movimento contou com a contribuição dos debates também conhecidos como da ‘pós-modernidade’ que, por meio da grande área dos ‘estudos culturais’, na qual estavam inseridos os temas da cultura, do pacifismo, os debates de gênero, o ambientalismo, o imaginário e as mentalidades, favoreceram a problematização das epistemologias e das narrativas centradas no norte do hemisfério — leia-se Estados Unidos e Europa —, e fomentaram o deslocamento para as epistemes, experiências, narrativas e possibilidades do sul, como das Américas, da África, do Oriente, da Ásia e dos movimentos de diáspora.

Espelhada nessa dinâmica toda, a Constituição Federal Brasileira, promulgada em 1988, no artigo nº 216, prescreve que o ‘patrimônio cultural brasileiro’ é constituído por:

[...] os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nas quais se incluem: I- as formas de expressão; II- os modos de criar, fazer e viver; III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Assim como os documentos analisados anteriormente, nada e/ou pouco consta e versa sobre a morte, o morrer e os cemitérios. Percebo que o inciso II, que trata dos modos de ‘criar, fazer, viver’, poderia facilmente ter a redação complementada para ‘criar, fazer, viver e morrer’. Digo isso diante do fato de que todo e qualquer ser vivo do Universo completa seu ciclo com o processo da morte e, além do mais, cada sociedade, cultura e tradição religiosa prevê diferentes concepções, sentidos, rituais e manifestações para esse momento; bem como os espaços dos cemitérios poderiam ser veiculados junto aos incisos IV e V, que se referem aos espaços destinados às manifestações artístico-culturais e aos conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico e arqueológico respectivamente.

Outro aspecto também está em que, como foi apresentado na introdução e neste capítulo, a morte, o morrer e os espaços dos cemitérios vêm sendo contemplados como temas de estudos e pesquisas, mas ainda pouco mudou na forma como o Estado, a sociedade e as pessoas se relacionam com eles. Para além de todo o processo de renovação e inclusão pelo qual passaram o conhecimento popular e os saberes das comunidades e das sociedades de memória, muito ainda precisa ser pesquisado e refletido a fim de alterar a condição para a qual a morte, o morrer e os espaços dos cemitérios foram relegados.

5. CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

Tomando as concepções de morte e do morrer em perspectiva histórica, é possível compreender que estas assumiram diferentes formas, sentidos e significados. Pelo que foi possível compreender, o que prevaleceu ao longo da trajetória da humanidade foi a negação da morte. Quando muito, o que mudou foi somente a maneira de explicar a morte e o morrer; não houve alteração da concepção de morte em si propriamente dita. A percepção de negação pode ser verificada, por exemplo, na crença da ‘sobrevivência do duplo’, na ideia de ‘imortalidade da alma’, na de ‘morte domada’ e as ‘dúvidas com relação ao destino das almas’, ou nas concepções mais contemporâneas em que os sentimentos de ‘crise’ e na concepção de ‘tabu’.

Ainda no que diz respeito às posturas de negação da morte, em grande medida é possível mencionar as fantasias religiosas de vida após a morte nos campos de caça das comunidades caçadoras primitivas; a crença dos faraós em guardar o corpo mumificado em tumbas e em sarcófagos no interior das pirâmides; a ideia de ‘entrada no paraíso’ sustentada pela tradição cristã e de islamitas, bem como as práticas de embelezamento do

corpo e os avanços da medicina contemporânea¹⁰⁹.

Considerando as gerações mais recentes (avós, pais e filhos), é perceptível que persistem determinados comportamentos e tradições; ao mesmo tempo, têm ocorrido mudanças e descontinuidades, promovendo outras formas de experienciar e significar tal condição. A exemplo de descontinuidades, tem-se que em regiões urbanizadas e industrializadas os velórios e os sepultamentos se tornaram mais curtos, com menor tempo de exposição do corpo do defunto aos familiares e amigos, e que gradativamente empresas privadas, do setor funerário, têm sido responsáveis por conduzir esse momento; assim como, cada vez mais, as pessoas idosas acabam sendo deixadas em asilos ou em hospitais para viverem solitariamente os últimos momentos e as crianças costumam ser afastadas das pessoas moribundas, dos velórios e dos sepultamentos.

De uma maneira geral, o quadro maior ao qual pertencem a morte e o morrer estão inscritos de um modo que acabam sendo temas geridos e resolvidos no contexto familiar e com as demais pessoas com quem partilham vínculos afetivos, principalmente pessoas que já eram reconhecidas e incorporadas ao convívio do grupo familiar. É possível ouvir com frequência também expressões como ‘é uma coisa de família’, ‘é o momento da família’, e é nesse modo e formato que podem ser decididos, muitas vezes, a partir do que consta em testamento, como deveriam ser os últimos momentos do moribundo, o funeral, as exéquias, o destino dos restos mortais, como o jazigo deveria ser edificado, quem assumirá a responsabilidade pela manutenção dele; ou, se o corpo será cremado, o que deve ser feito com as cinzas, entre outros. Para cumprir tais procedimentos, as famílias, cada vez mais, têm buscado e contratado serviços de empresas que atuam no ramo de planos de saúde e serviços funerários, ou seja, terceirizados.

Com relação aos espaços dos cemitérios, na construção dos primeiros jazigos esteve subjacente a preocupação em salvaguardar o corpo e demarcar o local do sepultamento para, em um momento futuro, retornar; em seguida, os cemitérios ganharam locais específicos, ao longo das principais estradas e distantes dos centros urbanos, fato que esteve relacionado ao medo e ao receio que as pessoas sentiam em relação aos mortos e aos sepultamentos. Quando o cristianismo se fortaleceu, os cemitérios passaram a ser

¹⁰⁹ As reflexões poderiam ser ampliadas a outros aspectos, os quais não foram possíveis aprofundar neste momento: o silenciamento do tema da morte em meio às crianças, a vasta indústria de filmes de terror, a sofisticação do arsenal bélico e biológico e a potente capacidade de destruição e morte, a crescente opção pelas práticas de eutanásia e cremação, as formas como foram conduzidos os óbitos e sepultamentos em meio à Pandemia do Coronavírus (COVID-19), entre outros. Ressalto ainda que as questões da morte e do morrer requerem abordagens e compreensões globais, inter e multidisciplinares.

tolerados e foram transferidos para o centro das cidades, ao lado e até no interior das igrejas; posteriormente, na época moderna, mediante posturas higienistas e da implementação de tecnologias de controle, os cemitérios foram rechaçados das proximidades das populações, relegados a regiões afastadas e cercados por muros. Mediante a expansão urbana e a necessidade de moradias, as populações passaram novamente a conviver e a vizinhar com os cemitérios e, atualmente, os cemitérios públicos, em sua maioria, encontram-se incorporados à paisagem urbana das cidades.

Tendo em mente que a maior parte dos cemitérios, criados entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, encontram-se com a capacidade de sepultamentos e a abertura de novos jazigos esgotadas e observando as legislações que tratam das cidades, constatei que os profissionais do urbanismo, bem como as autoridades do poder público municipal, contam com escassos parâmetros, subsídios e orientações em nível internacional e/ou nacional para atender demandas relacionadas à ampliação, abertura, deslocamento e gestão de cemitérios, criação de alternativas de destino dos restos mortais, entre outros.

Isso não garante que as propostas de novos espaços de destino dos restos mortais humanos estejam menos propensas e condicionadas aos estratagemas da biopolítica, do poder disciplinar, da governamentalidade e de demais desígnios do poder soberano; também não estão salvaguardados de idiossincrasias e excrecências, dos governos e gestores locais, assim como, na mesma proporção, de virem a ser acomodadas conforme os interesses de grupos privilegiados, em especial, da iniciativa privada, que almejam diversificar e ampliar o nicho e o campo dos próprios negócios.

Dito de outro modo, tendo em vista a perspectiva pela qual a morte tem sido percebida e compreendida, o modo como os espaços dos cemitérios tem sido dispostos e conduzidos na trajetória das sociedades ocidentais, presume-se que a ‘sorte’ de que o contexto de inexistência de parâmetros favoreça que as questões da morte, os espaços dos cemitérios e os locais/formas de destino de restos mortais venham a ser pensados e refletidos por integrantes e lideranças das comunidades, representantes das associações e tradições religiosas, em consórcio com os profissionais do urbanismo e os responsáveis pelo poder público, acaba sendo remota. E no que tange estas questões, tem-se o que advertia Benjamin (1987), ‘o inimigo não tem cessado de vencer’.

SEGUNDO CAPÍTULO

TECNOLOGIAS DE CONTROLE DO TERRITÓRIO E DA POPULAÇÃO NO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE INDAIAL/SC¹¹⁰

A disciplina concentra, centra, encerra.

Foucault

Neste capítulo, descrevo e analiso o processo de criação dos cemitérios públicos no Brasil, como se deu o processo de criação do Cemitério Municipal de Indaial, o potencial de atividades que se encontram circunscritas no espaço do cemitério, o conteúdo das legislações que regem os cemitérios públicos da cidade e as respectivas implicações destas para com o uso desses locais por parte da população.

Como abordei no capítulo anterior, cabe às autoridades municipais a gestão e a deliberação dos espaços dos cemitérios públicos. A legislação em vigor que rege o Cemitério Municipal de Indaial é a Lei Ordinária nº 5379 de 16 de dezembro de 2016, que foi alterada por meio da Lei Ordinária nº 5987 de 08 de dezembro de 2021¹¹¹. Ambas acabam sendo responsáveis por estabelecer um conjunto de normas e determinações para o referido espaço, versando sobre a entrada e a saída de restos mortais; a edificação e a manutenção dos jazigos; a circulação de indivíduos, de materiais e mercadorias relacionadas aos serviços funerários; e a realização de rituais fúnebres, homenagens, entre outros.

O conteúdo da legislação e a natureza das atividades que estão previstas para o espaço do cemitério foram confrontadas, problematizadas e refletidas com os pressupostos teórico-analíticos presentes na obra de Michel Foucault (1999, 2008ab,

¹¹⁰ Quero destacar que, conforme mencionado na introdução deste estudo, ainda não existem outras dissertações e/ou teses e/ou estudos que tenham sido apresentados à comunidade científica, por outros pesquisadores, que contemplem especificamente o Cemitério Municipal de Indaial/SC. Outro fator que endosso é que a importância e a singularidade deste estudo está também no referencial teórico-analítico e a problemática que foram elencadas, os quais encontram-se pautados nos constructos de Michel Foucault (1999, 2008ab, 2003).

¹¹¹ As alterações que foram feitas por meio da nova Lei se referem apenas ao Artigo 12 da Lei Ordinária nº 5379 de 16 de dezembro de 2016. A alteração consistiu na revogação do Artigo 12 e na sobreposição de um novo conteúdo, o qual enfatiza que a legislação se refere tanto aos cemitérios públicos como aos particulares, dá destaque aos cuidados e às medidas diante de situações de acúmulo de água nos recipientes para flores e floreiras, tendo em vista a proliferação do mosquito transmissor da dengue. O conteúdo da referida Lei está disponível na íntegra em: INDAIAL. Lei Ordinária nº 5987 de 08 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/i/indaial/lei-ordinaria/2021/599/5987/lei-ordinaria-n-5987-2021-altera-a-lei-n-5379-2016-e-da-outras-providencias> Acesso em: 10 mar. 2022.

2003), em especial no diz respeito às noções de ‘território’, ‘tecnologias de controle’ e ‘poder disciplinar’. A partir desses constructos, problematizo que as legislações que recaem ao cemitério enquanto território, instituição e equipamento público urbano amparado em legislações específicas, podem ser responsáveis por atribuir e implementar, nesses locais, estratégias do poder disciplinar e tecnologias de controle e segurança das populações.

Foucault (2008b) aponta que o território constitui uma noção jurídico-política adequada aos modelos de Estado de direito, que se encontra apoiado em leis e regimentos; que funda uma noção administrativa que envolve uma territorialidade de tipo fronteiriça e que se baseia em regimentos e disciplinas; bem como é uma noção de governo, no qual acaba sendo exercido o poder disciplinar que almeja esquadrihar o espaço e exercer o controle da população que dele se vale, nele vive e nele morre.

Explica Foucault (2008a) que as tecnologias de controle permitem normatizar o território, a circulação das mercadorias e da população, o comportamento e a conduta dos indivíduos por meio de tecnologias de poder traduzidas em permissões, proibições, regras e obrigações; que têm por finalidade obter o controle e a sujeição sobre todos, bem como eliminar qualquer anomalia, desvio e alteridade. Já o poder disciplinar consiste em métodos e técnicas que permitem o controle minucioso sobre o corpo, que empreendem a sujeição das forças que visam, como resultado, obter corpos dóceis e úteis (Foucault, 1999). Dito de outro modo, consiste em uma coerção calculada que perpassa todas as partes do corpo até a automação dos hábitos e a transformação do corpo em uma máquina de produção¹¹².

Em face do exposto, Foucault (2003) qualifica as medidas de urbanização, de saúde e de higiene pública, empreendidas desde o século XVIII, a partir da Europa, discutidas no primeiro capítulo com mais profundidade, como uma espécie de medicina urbana que, por meio do poder disciplinar e as tecnologias de controle, almejavam e almejam reorganizar e repartir, nos âmbitos espacial e temporal, todo território, em vista de alcançar, de medir, de contabilizar, de calcular e de prever toda e qualquer multiplicidade. Nas palavras de Foucault (2008b, p. 16):

¹¹² Foucault (2008b) compreende que as tecnologias de controle podem ser efetivadas por meio dos mecanismos de segurança e da disciplina. A segurança é exercida no interior e nos limites de um dado território e almeja proporcionar circulação controlada, enquanto a disciplina é aplicada com a repartição espacial do espaço e a tecnologia sobre o corpo dos indivíduos, numa relação que se retroalimenta e fortalece.

a disciplina escolar, a disciplina militar, a disciplina penal também, a disciplina nas fábricas, a disciplina operária, tudo isso é uma determinada maneira de administrar a multiplicidade, de organizá-la, de estabelecer seus pontos de implantação, as coordenações, as trajetórias laterais ou horizontais, as trajetórias verticais e piramidais, a hierarquia etc.

Considerando os escritos de Foucault (2003, 2008ab), ousei pensar e transpor que o nascimento da medicina urbana e as tecnologias de controle se estende também ao território interno dos cemitérios, no espaço contido entre os muros e portões, na subdivisão em lotes, ruas e quadras, dispostos no campo e em regimento, ordenados em fileiras, nos jazigos reservados para cada indivíduo e/ou família, uns ao lado dos outros, onde é inscrito o nome de cada um.

A partir dos pressupostos foucaultianos, considerei como hipóteses de trabalho que as legislações que regem os territórios dos cemitérios constituem mecanismos de poder e tecnologias de controle e foram instrumentalizadas pelos governantes que tinham em vista o controle de seus governados; de que essas legislações e ações governamentais normatizaram/normatizam esses territórios e permitiram/permitem controlar a conduta dos indivíduos e regularam/regulam a manipulação dos materiais destinados às práticas ritualísticas.

Ressalto que o quadro teórico descrito anteriormente e os desdobramentos advindos dele, bem como as informações e análises que serão apresentadas na sequência deste e dos próximos capítulos, referem-se em específico ao Cemitério Municipal de Indaial, que é um cemitério laico e público, criado na primeira metade do século XX e que hoje se encontra numa região densamente urbanizada e nobre da cidade. Não é recomendado que outros cemitérios, que se encontram fora desse contexto, tais como cemitérios de comunidades rurais/agrícolas e/ou que sejam circunscritos à administração das comunidades religiosas, sejam interpretados à luz estrita desta abordagem.

1. A CRIAÇÃO DOS CEMITÉRIOS PÚBLICOS NO BRASIL E DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE INDAIAL/SC

A historiadora brasileira Rodrigues (2013) analisa que o processo de separação entre Igreja e Estado deve ser situado no século XVIII, em meio aos desdobramentos do contexto do processo revolucionário francês e demais países europeus, e em meados do

século XIX nos países ibero-americanos. A autora detalha que tal processo se deu nos anos finais da década de 1860, em meio à conjuntura de crise do Antigo Regime, no qual foi registrado também o advento do liberalismo e das posições laicistas, cujas posturas já preconizavam o fim do controle eclesiástico sobre a sociedade, em especial com relação aos cemitérios, aos enterramentos e aos registros paroquiais. Entre os principais questionadores da hegemonia eclesiástica nas questões da morte e do morrer, é possível considerar adeptos do protestantismo, do republicanismo, do liberalismo, da maçonaria, do socialismo, do darwinismo, do positivismo e outros.

No Brasil, a criação e a administração de cemitérios, por parte do poder público, passaram a ocorrer no final da primeira metade do século XIX, em pleno período imperial, e de forma mais sólida e efetiva a partir das primeiras décadas do século XX, já no contexto do período político republicano. A solução encontrada pelas autoridades para a criação dos cemitérios públicos se deu a partir da criação de novos cemitérios e/ou com a encampação de cemitérios já existentes, os quais, por sua vez, eram geridos pelas comunidades religiosas.

Por outro lado, ocorreu também a ponderação de que as associações religiosas poderiam permanecer com os respectivos cemitérios em funcionamento, bastando, conforme houvesse necessidade, realizar sepultamentos independentemente do credo religioso e estar alinhadas com as autoridades municipais. Porém, os processos, as relações entre Estado, instituições religiosas, sociedade e indivíduos nem sempre resultaram de consensos e aceitações unânimes; antes foram responsáveis por promover processos de recepção e assimilação distintas, intercalando tanto experiências de conciliação como de resistência, conflito, bem como de outros e novos arranjos entre as partes envolvidas¹¹³.

Para dirimir e dar solução a essas querelas, ocorreu a elaboração e a publicação de legislações específicas que prescreviam desde o funcionamento, a disposição dos jazigos, a circulação da população e as práticas ritualísticas no interior dos cemitérios. Conforme exposto no primeiro capítulo, as legislações que se destinavam aos cemitérios públicos foram elaboradas a partir das legislações que haviam sido postuladas pelos profissionais do urbanismo, da saúde pública, da vigilância sanitária e da administração pública

¹¹³ A exemplo deste processo, faz-se necessário mencionar novamente a famosa Revolta da Cemiterada, que ocorreu no final do século XIX, na cidade de Salvador, na Bahia, quando a população de Salvador, em ato de protesto contrário às novas previsões para os sepultamentos, destruiu o que viria a ser o novo cemitério público da cidade. Para informações mais detalhadas sobre o ocorrido, vale consultar a obra de Reis (1991).

européia que, desde o século XVIII, almejaram promover a desobstrução e a otimização das vias de acesso e a circulação de mercadorias nas regiões centrais das cidades e se estendia a prescrições higiênicas e salubres dos ambientes de moradias, dos espaços de convivência pública, medidas que convergiriam à concretização dos objetos de promover uma sociedade laica e secularizada¹¹⁴.

O município de Indaial está localizado no estado brasileiro de Santa Catarina; encontra-se a 160 km de distância da capital Florianópolis, situa-se na mesorregião do Médio do Vale do Itajaí e faz parte da microrregião de Blumenau. Faz divisa com os municípios de Timbó, Rodeio, Presidente Nereu, Blumenau e Apiúna e é cortado pela Rodovia BR-470. No mapa a seguir, é possível observar a localização da cidade de Indaial no estado de Santa Catarina.

Mapa 01: Localização de Indaial no estado de Santa Catarina.



Fonte: Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Indaial#/media/Ficheiro:SantaCatarina_Municip_Indaial.svg Acesso em: 30 mar. 2022.

A região contava, desde tempos mais longínquos, com a presença de populações originárias/indígenas dos grupos Xoklengs (também conhecidos como Botocudos) e Kaingang. Por volta dos anos de 1858 e 1859, foi registrada a presença de colonizadores de origem germânica. Em 1875, chegaram levas de imigrantes italianos e, em 1876, de poloneses. Com a presença de colonizadores europeus, também foi registrada a presença de populações negras na região.

¹¹⁴ Como discutido no capítulo anterior, a partir das diretrizes os cemitérios passam a representar uma vizinhança perigosa e indesejável às cidades e à população. Para reforçar tais orientações, resalta-se o documento da Carta de Atenas de 1933, também já mencionado, que constituiu o principal documento de referência e orientação aos projetos de urbanidade e, em especial, a edifícios e equipamentos públicos modernos.

Neuert e Struve (2022) descrevem que não ocorreu um processo de colonização específico para a cidade de Indaial. A região foi sendo ocupada por imigrantes europeus a partir do processo de colonização que foi empreendido a partir da colônia de Blumenau, administrada pelo imigrante germânico Dr. Blumenau que, desde o ano de 1852, vinha fazendo a demarcação de terras e vendendo os primeiros lotes na região. Os autores especificam que:

na proporção do aumento do número de imigrantes, a Colônia ia se estendendo para o oeste, estabelecendo-se lotes ao longo do Itajaí-Açu e seus afluentes: rio Benedito, ribeirão do Texto, Mulde, Kellermann, Encano, das Areias, Arapongas, Warnow e demais áreas. [...] a base econômica fundou-se na agricultura e posteriormente na pecuária, sobretudo, a leiteira. As características fundiárias foram as da pequena propriedade. A estrutura social formou-se com base no tripé *igreja-cemitério-escola*, [...]. A esse tripé muito cedo irá agregar-se às sociedades de tiro (*schützenverein*) e, em seguida, às sociedades culturais. (NEUERT; STRUVE, 2022, p. 88)

No ano de 1934, o território de Indaial foi desmembrado do município de Blumenau. A partir de então, a região ficou composta por três distritos: Indaial, Apiúna e Acurra, os quais, no decorrer da segunda metade do século XX, também foram desmembrados. Acurra foi desmembrada em 1963 e Apiúna em 1989.

Até as duas primeiras décadas do século XX, o município de Blumenau abarcava a grande área de terras que compunha a atual região do Médio Vale do Itajaí. Ao longo do século XIX, por conta da relação de proximidade entre o governo imperial e a igreja católica, o poder público local não havia feito maiores intervenções no sentido de criar cemitérios municipais junto às vilas mais afastadas, o que possibilitou que, naquelas regiões, as comunidades de moradores e religiosas (católicas e luteranas) desfrutassem de ampla autonomia junto às paróquias e, em especial, sobre os trabalhos da morte e do morrer para com os respectivos moradores e fiéis.

A partir de 1930, já em pleno cenário republicano, instaurado desde 1889, passaram a ocorrer diversos desmembramentos dos territórios municipais. Como a emancipação da cidade de Indaial ocorreu em 1934, estimo que o cemitério municipal de Indaial tenha sido criado entre os últimos anos da década de 1930 e os primeiros de 1940¹¹⁵.

¹¹⁵ Ainda não foi possível encontrar documentos que informam a data exata da criação do Cemitério Municipal de Indaial. Em 05 de julho do ano de 1938 o prefeito em exercício sancionou a Lei nº 14/1938 que *Dispões sobre a municipalização dos cemitérios e estabelece medidas sobre o sepultamentos de cadáveres*, cujo conteúdo menciona a municipalização de 15 cemitérios no perímetro do município assim como nos dois distritos, trata do valor das taxas de sepultamento e situações de gratuidade e as medições dos terrenos para edificação de túmulos, porém em nenhum momento

As pessoas que participaram das entrevistas Entrevista F (2021) e Entrevista J (2021) relatam que, antes da criação do cemitério municipal, encontravam-se em funcionamento na região central da cidade, ao lado das respectivas igrejas, um cemitério católico e dois luteranos. Com a criação do novo cemitério, os sepultamentos que se encontravam junto aos três cemitérios antigos foram exumados e transferidos para o Cemitério Municipal de Indaial; em seguida, ambos foram desativados¹¹⁶.

Na tentativa de encontrar evidências sobre a criação do cemitério municipal, como por exemplo de comunicados sobre a inauguração e do funcionamento do novo cemitério, de como se daria a venda de terrenos, das atividades em comemoração ao 02 de novembro e de outros conteúdos, busquei por reportagens de jornais junto ao Arquivo Histórico Municipal Theobaldo Costa Jamundá, localizado na cidade de Indaial. Pesquisei nas coleções de jornais que abrangem o período de 1934 e 1945, período que estimo que ter ocorrido a criação do cemitério em questão.

Pesquisei o jornal A Comarca¹¹⁷ que circulou na cidade de Indaial e região nos anos de 1939, 1940 e 1945. Ainda nesse intento, naveguei junto ao sítio virtual da Hemeroteca Digital Catarinense¹¹⁸, na qual foram encontradas edições dos jornais Correio do Norte -

menciona a criação de um novo cemitério, que seria o Cemitério Municipal de Indaial. A inexistência de documentos específicos também se deve ao fato de que, nos anos de 1980, ocorreu uma inundação na cidade que acometeu os documentos que se encontravam dispostos no subsolo do prédio da Prefeitura Municipal, onde funcionava o arquivo documental. Outro fato é que, nos anos de 1990, a sede administrativa do cemitério, que funcionava em seu interior, sofreu um incêndio que foi responsável por destruir os arquivos e documentos lá armazenados. A estimativa da criação do Cemitério Municipal de Indaial é de que tenha ocorrido no final da década de 1930 e primeiros anos da década de 1940 — afiro isso mediante relatos contidos na Entrevista F, pessoa que nasceu em 07 de abril de 1925, e por meio de conversas informais com a pessoa da Entrevista J, que nasceu em 09 de maio de 1945. No caso do conteúdo das duas entrevistas, a primeira testemunhou o deslocamento dos sepultamentos dos antigos cemitérios e acompanhou a realização dos primeiros sepultamentos no cemitério municipal; já a segunda pessoa mencionada relembra as narrativas dos pais, familiares e conhecidos que viveram no período e que testemunharam todo esse processo.

¹¹⁶ Nos locais onde se estima que existiam os antigos cemitérios, hoje existe um posto de atendimento de saúde do poder público municipal, na rua São Francisco, sem número, e o Centro de Educação Infantil Bom Pastor, na rua Desembargador Alves Pedrosa, número 80.

¹¹⁷ No acervo do Arquivo Histórico Municipal Theobaldo Costa Jamundá, constam os livros que compilam as publicações do jornal A Comarca de janeiro a dezembro dos anos de 1939, 1940 e 1945. Essas edições do jornal contaram com a direção geral de Silvio Borigo e foram editadas na íntegra em língua portuguesa. Trata-se de um jornal que possuía diversas sessões como, por exemplo, que noticiavam os principais acontecimentos políticos e econômicos em nível internacional, nacional, estadual e municipal, bem como publicações legais do poder público dos municípios de Indaial, Timbó, Rodeio e notícias de demais cidades da região. As reportagens que se referiam a Indaial e às cidades da região informavam sobre as atividades das comunidades religiosas e associações, anúncios publicitários e comerciais, colunas sociais e esportivas, comunicados de nascimentos, batizados, aniversários, editais de casamento e notas de falecimentos, avisos gerais, artigos de opinião assinados pela redação e por colaboradores, que geralmente abordavam os mais diferentes temas em voga no momento.

¹¹⁸ O sítio virtual consultado é Hemeroteca Digital Catarinense. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/HEMO.html> Acesso em: 19 ago. 2022.

O Arauto das Aspirações do Povo Colonial/Indaial¹¹⁹, duas edições, uma de janeiro, nº 9 e outra, nº 10 de fevereiro de 1938; e *Die Gurke/Indaial (O Pepino)*¹²⁰, editado na língua alemã, as publicações referentes ao mês de janeiro de 1932, de janeiro de 1934 e de janeiro de 1935.

A leitura desses três jornais não resultou em achados específicos sobre o cemitério municipal, foi encontrado apenas, no jornal A Comarca, edição de julho de 1939 e de abril de 1940, a descrição de ‘cemitérios públicos’, junto ao ‘Balancete da despesa orçamentaria’ da cidade¹²¹. Nas imagens das figuras 04 e 05, é possível observar que, em ambas, os gastos efetuados com os cemitérios públicos foram enquadrados como ‘Verba 13^a’ e descritos como ‘despesas patrimoniais’:

Figura 04: Recorte do balancete da despesa orçamentária de julho de 1939.

12a. — DESPESAS POLICIAIS E JUDICIARIAS:				
1 — Gratificação ao carcereiro	600\$000	100\$000	700\$000	1.200\$000
2 — Transporte e outras despesas com o serviço policial e judiciário	352\$000	15\$000	367\$000	500\$000
3 — Percentagem ao encarregado da cobrança da dívida ativa	—	—	—	500\$000
3 — Percentagem ao encarregado da cobrança da dívida ativa	600\$000	100\$000	700\$000	1.200\$000
13 ^a DESPESAS PATRIMONIAIS:				
— Manutenção dos cemitérios públicos —:	576\$000	217\$000	793\$000	2.000\$000
Pessoal	—	—	—	1.000\$000
Material	—	—	—	—
14 — DESPESAS INDUSTRIAIS:				

Fonte: Jornal A Comarca, 31 de julho de 1939, p. 4. Livro 1939.
Acervo do Arquivo Histórico Municipal Theobaldo Costa Jamundá/FIC.
Registro fotográfico realizado pela autora, 2022.

Figura 05: Recorte do balancete da receita e despesa de abril de 1940.

¹¹⁹ Na Hemeroteca Digital Catarinense, para as edições do jornal Correio do Norte constam apenas as edições de número 9 e 10, referente aos meses de janeiro e fevereiro do ano de 1938, nas quais consta como diretor/gerente do jornal a pessoa de Raul Dutra. O jornal apresentava uma pauta muito semelhante a que foi descrita para o A Comarca, porém identifiquei um menor número de publicações oficiais do poder público de Indaial e das cidades da região; sobressaiu-se o fato da presença de algumas matérias na língua alemã. Ênfase esse aspecto pois, nesse período, encontrava-se em vigor em todo o Brasil a política do Estado Novo (1937-1945), que possuía forte teor de nacionalização e censurava publicações em língua que não fosse a portuguesa.

¹²⁰ Na Hemeroteca Digital Catarinense está disponível apenas o número 01, de janeiro de 1932, o número 3, de janeiro de 1934, e o número 4, de janeiro de 1935, do jornal *Die Gurke*, editado na íntegra da língua alemã. Como responsável pela direção e edição do jornal, foi identificado o nome de Prinz Carnaval — entende-se que se trata de um pseudônimo. O número 1 do jornal, de janeiro de 1932, apresentava matérias alusivas às festividades de carnaval, que geralmente ocorriam no mês de fevereiro; o número 3, de janeiro de 1934, conta com uma pauta que apresenta centralmente matérias sobre a acontecimentos da cidade e da região; e no número 4 de janeiro de 1935, ocorre uma combinação entre notícias e comunicados oficiais do poder público e demais aspectos alusivos às festas e comemorações de carnaval.

¹²¹ Compreendi que os balancetes eram publicados com uma periodicidade de três meses, que estavam subdivididos ordenadamente pelas categorias de: 1^a Títulos, 2^a Administração e Fiscalização, 3^a Expediente e Despesas Diversas, 4^a Viação e Obras Públicas, 5^a Obras Novas e Desapropriações, 6^a Serviços de Utilidade Pública, 7^a Fomento Agrícola e Pastoril, 8^a Educação, Cultura e Publicidade, 9^a Higiene e Assistência Social, 10^a Contribuições e Auxílios, 11^a Dívida Passiva, 12^a Despesas Policiais e Judiciárias, 13^a Despesas Patrimoniais, 14^a Despesas Industriais, 15^a Despesas Eventuais e 16^a Verba de Aplicação Variável.

VERBA 13a. — DESPESAS PATRIMONIAIS		
— Manutenção do Cemitério Público		
Pessoal em geral	227\$200	
Material em geral	124\$400	351\$600

Fonte: Jornal A Comarca, 30 de abril de 1940, p. 2. Livro 1940.
Acervo do Arquivo Histórico Municipal Theobaldo Costa Jamundá/FIC.
Registro fotográfico realizado pela autora, 2022.

Na imagem da Figura 05, consta o recorte referente ao mês de julho do ano de 1939, que descreve as despesas patrimoniais para ‘Manutenção dos cemitérios públicos’, subdivididas em ‘Pessoal’ e ‘Material’. Penso que, por ter sido descrito como ‘Manutenção dos cemitérios públicos’, poderia estar se referindo tanto aos cemitérios de Indaial como também aos cemitérios dos distritos de Ascurra e Apiúna. Já na Figura 05, que apresenta a descrição da despesas patrimoniais para o mês de Abril do ano de 1940, consta como ‘Manutenção do Cemitério Público’, subdivididas em ‘Pessoal em geral’ e ‘Material em geral’ pode estar se referindo em específico ao cemitério público da sede do município, ou seja, estimo que nesse momento se trataria propriamente do Cemitério Municipal de Indaial¹²².

Diante da inconsistência dos dados obtidos junto às fontes jornalísticas, busquei os livros de registros de óbitos da paróquia da Igreja Católica e da Igreja Luterana da cidade¹²³. Na secretaria da Paróquia Santa Inês¹²⁴, que é de orientação católica, a informação recebida foi a de que os livros de registros de óbitos já não estavam mais guardados ali, de que seria necessário procurar pela secretaria da catedral São Paulo Apóstolo, na cidade de Blumenau. Já na Paróquia da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil/IECLB de Indaial¹²⁵, foi possível encontrar o livro de registros de óbitos ocorridos na paróquia.

¹²² Os cemitérios públicos estavam inseridos na categoria 13^a, que se referia a ‘Despesas Patrimoniais’, e contava com a discriminação da verba subdividida em ‘Pessoal’ e ‘Material’. Diante disso, chama a atenção o fato de que os cemitérios públicos não foram classificados em outras variáveis como, por exemplo, a 4^a, que se destinava à ‘Viação e Obras Públicas’, e/ou na 9^a, destinada à ‘Higiene e Assistência Social’; por outro lado, desperta suspeita também o fato de ter sido listada logo abaixo da variável 12^a que se refere às ‘Despesas Policiais e Judiciárias’ e antes da 14^a que se referia às ‘Despesas Industriais’.

¹²³ Para essas tarefas, contei com a ajuda e apoio de Luiz Cláudio Altenburg, historiador do AHMTCJ/FIC, que auxiliou nos contatos e visita às secretarias das respectivas paróquias. A intenção do historiador esteve também em verificar a possibilidade de realizar o escaneamento dos livros para disponibilização deles junto ao acervo do Arquivo.

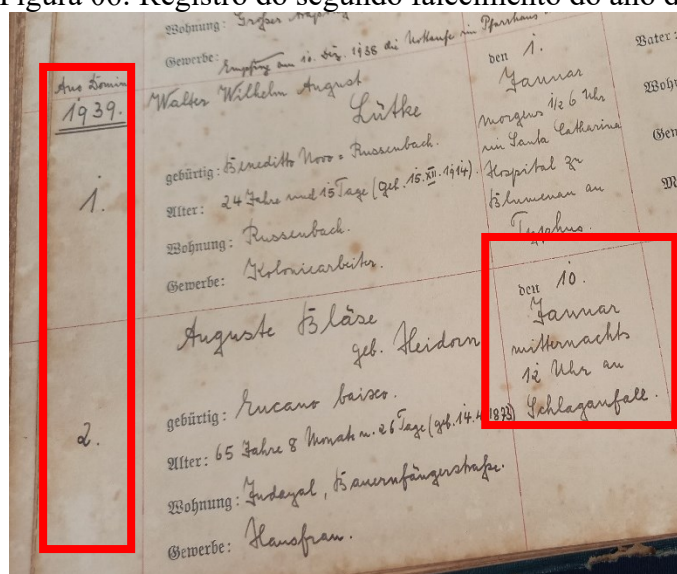
¹²⁴ A Paróquia Santa Inês está localizada na rua Marechal Floriano Peixoto, nº 362, na região central da cidade.

¹²⁵ A Paróquia da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil/IECLB de Indaial foi fundada em 27 de outubro de 1889. Encontra-se em pleno funcionamento e atende no endereço rua Doutor Osvaldo Cruz, 98, centro. Trata-se da mesma igreja que teve os sepultamentos removidos para o cemitério municipal mencionado anteriormente.

No manuseio do Livro de Óbitos da Paróquia da Igreja Evangélica, observei que os itens que formam o cabeçalho do livro foram preenchidos na língua alemã e, com a ajuda da secretária administrativa da paróquia, Sandra F. Isleb, foi possível traduzir as nomeclaturas pelas quais estava organizado o livro, que são: número do sepultamento no ano, nome completo, cidade de nascimento, data de nascimento, idade, cidade de moradia, ocupação, dia do falecimento e causa da morte, nome dos pais (cidade de residência e ocupação apenas do pai), nome da esposa, nome dos filhos e a idade (o nome dos filhos homens foram separados dos nomes de filhas mulheres), dia do sepultamento e o horário, cemitério e o nome do pastor responsável pela condução¹²⁶.

Observou-se que ocorriam registros de sepultamentos nos cemitérios da igrejas dos bairros da cidade, das cidades vizinhas e até em cidades de outros estados. A pesquisa foi centrada nos registros de óbitos ocorridos entre os anos de 1930 e 1940. Identifiquei que o segundo falecimento ocorrido no ano de 1939, no dia 10 de janeiro, que teve o sepultamento realizado no dia 11 de janeiro, deu-se junto ao ‘*Municipal fiedhof am Rio Beneditto*’ (Cemitério Municipal em Rio Benedito), conforme é possível identificar nas imagens das figuras abaixo, grifado com os retângulos vermelhos:

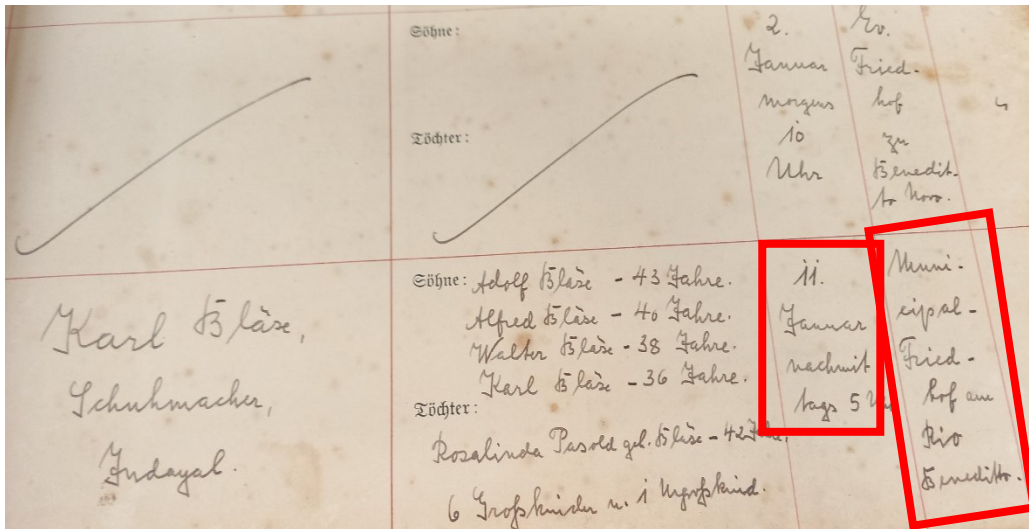
Figura 06: Registro do segundo falecimento do ano de 1939.



Fonte: Livro de registros de óbitos da Paróquia Evangélica/IECLB de Indaial/SC, p. 19.
Registro fotográfico realizado pela autora, 2022.

Figura 07: Registro do local de sepultamento do 2º falecimento do ano de 1939.

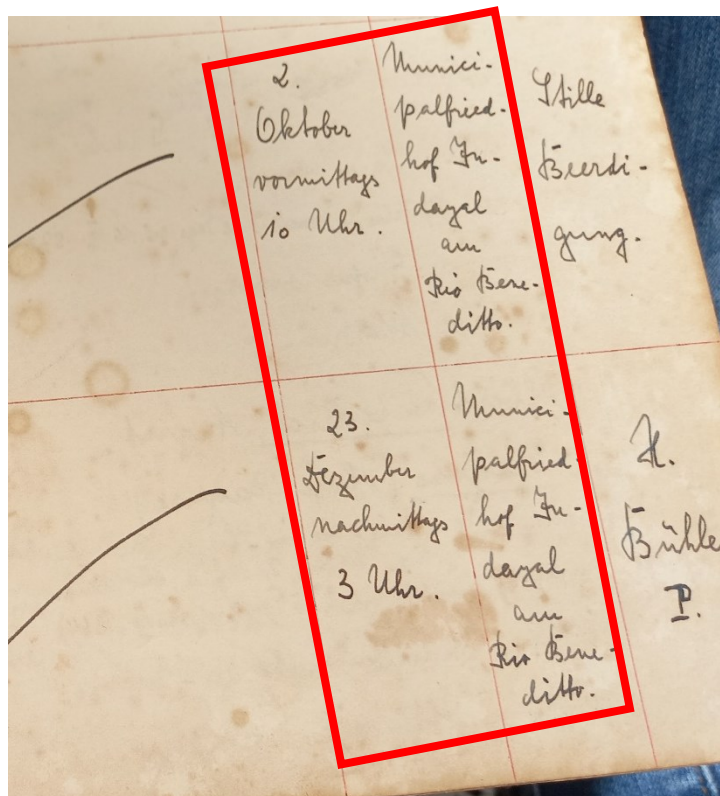
¹²⁶ O registro dos falecimentos foi disposto em um livro cujas dimensões são de 30 cm de largura por 50 cm de altura e foram utilizadas duas páginas do livro aberto para dispor os itens que deveriam ser preenchidos.



Fonte: Livro de registros de óbitos da Paróquia Evangélica/IECLB de Indaial/SC. p. 19.
 Registro fotográfico realizado pela autora, 2022.

Foi o primeiro registro de sepultamento ocorrido na cidade de Indaial, realizado pela Paróquia Evangélica, que apresentou como destino a denominação de ‘Municipal do Rio Benedito’, descrição que sugere, por meio da referência natural, o Rio Benedito, rio que geograficamente encontra-se próximo ao local onde está situado o cemitério. Na sequência dos falecimentos sucedidos no ano de 1939, outros sepultamentos foram feitos no mesmo cemitério, até que, no sepultamento do dia 02 de outubro e do dia 23 de dezembro, identifiquei a denominação do cemitério de *Municipal Friedhof Indaial am Rio Beneditto* (Cemitério Municipal de Indaial no Rio Benedito), como é possível observar na imagem da Figura 08 :

Figura 08: Registro de sepultamentos no dia 02/10 e 23/12 de 1939.



Fonte: Livro de registros de óbitos da Paróquia da Igreja Evangélica /IECLB de Indaial/SC, p. 20.
Registro fotográfico realizado pela autora, 2022.

As evidências acima apresentadas permitem estimar que o Cemitério Municipal foi preparado ao longo do ano de 1938, aberto a sepultamentos a partir do final daquele ano e realizou o primeiro sepultamento em janeiro do ano de 1939. Todavia, mesmo com as buscas feitas, que resultaram na identificação de indícios e menções publicadas em jornais de época, bem como com os testemunhos e conteúdos dos relatos orais de pessoas que testemunharam de forma direta e indireta a criação do Cemitério Municipal de Indaial e com os registros no livro de óbitos da Paróquia da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil/IECLB, ainda não é possível apresentar informações precisas e específicas sobre o processo de criação do Cemitério Municipal de Indaial. Sendo assim, essa questão permanece em aberto, e poderá vir a ser desenvolvida e aprofundada a partir de pesquisas futuras.

2. A DISPOSIÇÃO ATUAL DO CEMITÉRIO

Como prescreviam as determinações da medicina urbana, em voga desde o século XIX, o poder público da cidade de Indaial tratou de intervir no território, liberando os locais de atividades consideradas insalubres, que, conforme descrito anteriormente,

evoluíram da criação do cemitério municipal à remoção dos cemitérios das comunidades religiosas, católica e protestante, que estavam instalados e em funcionamento na região central da cidade.

Transpondo esse processo aos constructos foucaultianos (2008), a remoção dos cemitérios foi responsável por liberar espaço para outras atividades e interesses de segurança higiênica e de circulação de pessoas e mercadorias. Em contrapartida, o governo municipal dispôs os antigos cemitérios em uma região que ainda não possuía a presença de população. Tais deslocamentos acabam sendo cabais por traduzir a concepção e postura de que os espaços dos cemitérios eram indesejados nos locais urbanizados e nas regiões centrais das cidades. Nesse aspecto, é possível apontar de que se tratou de uma relação de ocorrência e determinação que partia da esfera global e que era efetivada e implementada na dimensão local.

O Cemitério Municipal de Indaial foi criado num terreno próximo às principais vias de acesso e saída da cidade, numa região distante do centro urbano e que não contava com o entorno povoado. O povoamento nas redondezas do cemitério se deu e de forma gradual, mais intensivamente a partir da segunda metade do século XX, quando o cemitério também já acumulava um maior número de sepultamentos. Assim, entende-se que as dinâmicas populacionais brasileiras na segunda metade do século XX, por necessidades de alternativas de habitação e moradia, favoreceram que a relação com os espaços dos cemitérios e a urbanidade fossem sendo toleradas. Esse fenômeno sugeriu uma dinâmica de relações e atitudes que foram sendo processadas e expressadas tanto na esfera local quanto nacional.




A imagem da Figura 09 ilustra que, na parte superior, onde o terreno possui elevação acentuada, sinalizado por um retângulo vermelho, é o local onde foram dispostos os jazigos e os restos mortais oriundos dos três cemitérios que funcionavam na região central da cidade; já na parte inferior, área plana, constam os sepultamentos que foram realizados diretamente no novo cemitério. Nessa parte, destaco que a região rente ao terreno elevado, circulada em amarelo, é o local que foi destinado especificamente aos sepultamentos de crianças, que integra uma faixa de terra que atravessa transversalmente os dois lados do cemitério e ao longo das primeiras quadras de jazigos. Por fim, na parte inferior, mais distante da região elevada, sinalizada por uma seta azul, constam os sepultamentos familiares, dispostos geralmente em jazigos individuais ou em dupla:

Figura 09: Disposição dos jazigos transferidos e sepultamentos do cemitério.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2017.

LEGENDA:

-  Jazigos e restos mortais dos cemitérios transferidos.
-  Sepultamentos de crianças.
-  Sepultamentos feitos diretamente no cemitério.

O terreno do cemitério municipal hoje vizinha direta e indiretamente com moradias, estabelecimentos comerciais, pequenas indústrias, oficinas mecânicas e pavilhões nos quais são guardados equipamentos da própria prefeitura. Atualmente, o Cemitério Municipal de Indaial reúne aproximadamente 19 mil sepultamentos, distribuídos em 8 mil jazigos e 400 casas. O cemitério conta com duas salas mortuárias, que também podem ser utilizadas para velórios mesmo quando o destino do corpo não é a inumação no interior do cemitério.

2.1 ACESSOS, VIZINHANÇA E ALOCAÇÕES

Foucault (2013) descreve que os espaços dos cemitérios constituem locais de alocação, lugares para onde serão destinados materiais, no caso, primordialmente restos mortais humanos. O autor explica que:

De maneira ainda mais concreta, o problema do local ou da alocação se propõe para os homens em termos demográficos. E este último





problema da alocação humana não é simplesmente a questão de saber se haverá espaço suficiente para o homem no mundo — problema que é, afinal, bem importante —; mas é também o problema de saber quais relações de vizinhança, qual tipo de armazenamento, de circulação, de identificação, de classificação dos elementos humanos devem ser adotados preferencialmente, nesta ou naquela situação, para atingir este ou aquele fim. (FOUCAULT, 2013, p. 114)

Transpondo os condicionantes apresentados pelo autor para o contexto do Cemitério Municipal de Indaial, em especial ao conteúdo presente na Entrevista N (2022), que foi uma pessoa que atuou na administração do cemitério municipal entre os anos de 2018 a 2021, consta que, quando o cemitério foi criado, o principal portão de acesso ficava no extremo leste, onde localiza-se a avenida Carlos Schroeder, rua que, por muitos anos, foi o principal caminho de entrada e saída da cidade — sinalizada com a seta azul junto à imagem da Figura 10:

Figura 10: Cemitério Municipal de Indaial e região limítrofe.



Fonte: Disponível em: <https://shp.icu/stats/Wvvu> Acesso em: 18 out 2022.

- LEGENDA:**
-  Rua Carlos Schroeder.
 -  Rua Maria Simão. Principal via de entrada da cidade.
 -  Rua Manoel Simão. Principal via de saída da cidade.
 -  Região em que está inserido o cemitério.

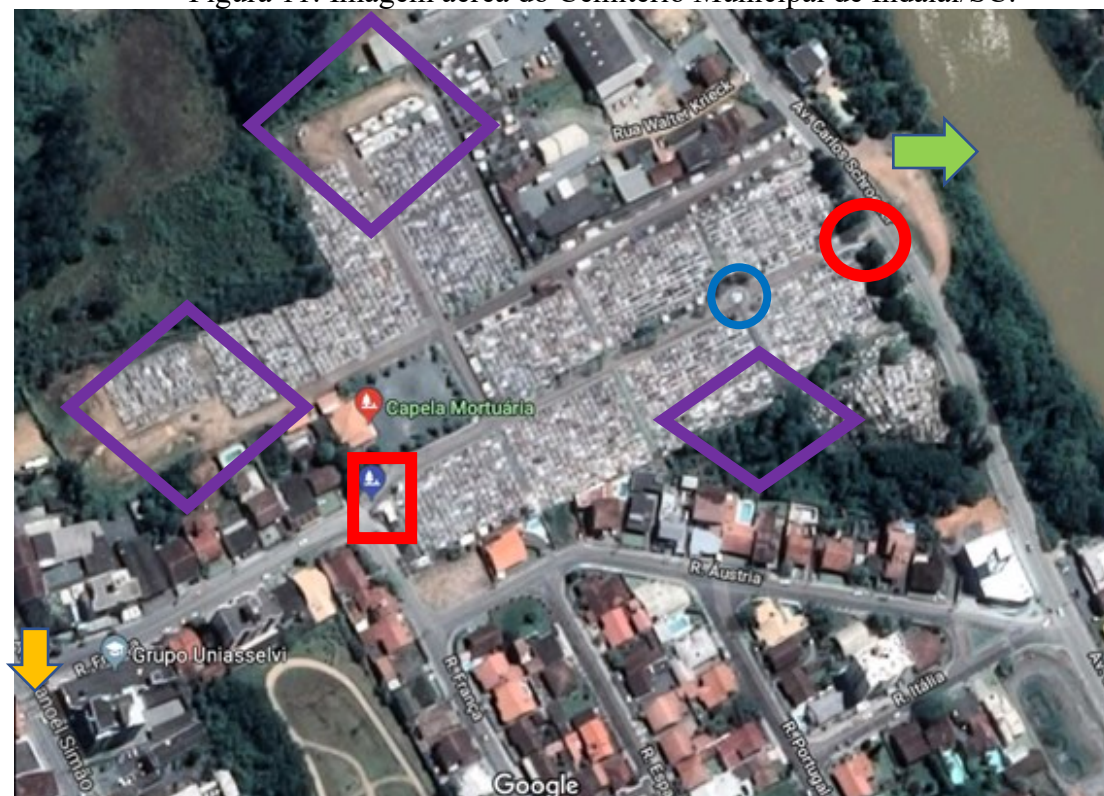
Atualmente, a rua Carlos Schroeder representa um caminho secundário e alternativo, tanto de entrada como de saída da cidade, que acaba sendo utilizada com frequência para momentos de trânsito intenso e lento nas vias centrais. O motivo desse deslocamento se deve ao fato de que, nos anos 1960 e 1970, mediante a pressão da

expansão urbana e da necessidade de otimizar o trânsito da cidade, o acesso principal foi modificado para outras duas ruas: a Maria Simão, transformada em via exclusiva para entrada, sinalizada com seta vermelha, e a Manoel Simão, exclusiva de saída da cidade, sinalizada em com seta amarela.



Essa mudança também impactou na entrada principal do cemitério. Hoje, o principal acesso do cemitério se dá pelo portão do lado extremo oeste, que fica na rua França, número 280, sinalizada pelo quadrado vermelho na imagem da Figura 11. A rua França possui comunicação direta com a rua Manoel Simão, que está sinalizada pela seta amarela, principal via de saída da cidade. Quero dizer com isso que a circulação, no que diz respeito ao acesso e à saída da população do cemitério municipal, foi afetada e modificada conforme foram ocorrendo alterações na dinâmica da urbanidade e do trânsito da cidade.

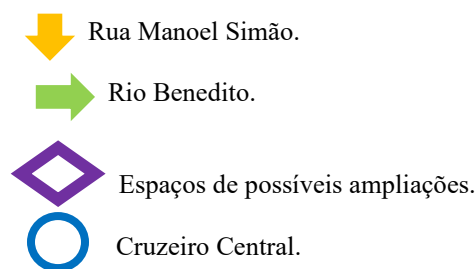
As mudanças de entrada e saída do cemitério podem ser identificadas com a sinalização do círculo e do quadro em vermelho feitos na imagem da Figura 11, conforme legenda:

Figura 11: Imagem aérea do Cemitério Municipal de Indaial/SC.



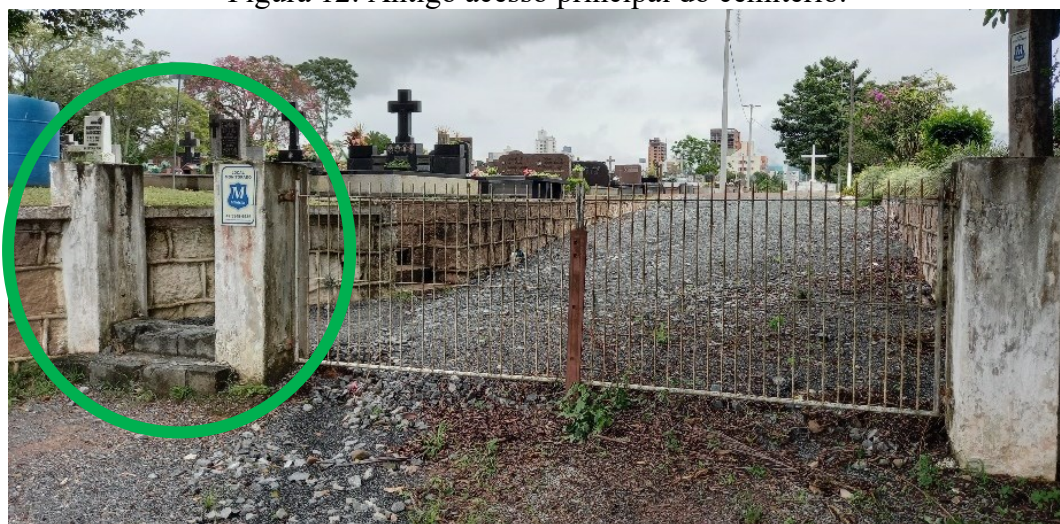
Fonte: Google Maps. Acesso em: 18 fev. 2018.

- LEGENDA:**  Antiga entrada principal do cemitério.
 Nova entrada principal do cemitério.



Hoje, o antigo acesso principal do Cemitério Municipal de Indaial encontra-se disponível por meio de dois portões, porém apenas o menor deles, que acaba sendo uma espécie de portinhola (circulada em verde na imagem da figura), encontra-se regularmente aberto, servindo somente para otimizar o trânsito de pessoas que visitam o cemitério ou a pedestres e ciclistas que almejam encurtar caminho para acessar as demais vias da região, conforme é ilustrado na Figura 12.

Figura 12: Antigo acesso principal do cemitério.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

LEGENDA:  Portinhola para acesso.

A maior parte da circulação de entrada e saída de pessoas e automóveis se dá pelo novo acesso do cemitério, que é estruturado como um portal que permite acesso até por carros com carroceria e cabinados, de acordo com o que consta na Figura 13¹²⁷:

Figura 13: Atual entrada principal do cemitério.

¹²⁷ É de salutar importância pensar e refletir sobre como a alteração no acesso principal do cemitério pode ter afetado as relações e as referências simbólicas que a população estabelecia com ele. Neste momento não conto com as condições apropriadas para me debruçar sobre estes aspectos, assim como esta questão não vai de encontro ao escopo central proposto nesta tese, mas registro esta questão para que, quem sabe, possa ser acolhida e desenvolvida em futuros estudos e pesquisas, inclusive por outras pesquisadoras e pesquisadores.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

As imagens da Figuras 10 e 11 permitem observar ainda que o Cemitério Municipal de Indaial está disposto próximo às margens do Rio Benedito, a menos de 100 metros de distância, um dos principais rios que cruzam a cidade. A vizinhança com o rio indica que o cemitério foi criado em um local que não atende às previsões e recomendações higienistas da urbanização moderna, pois, segundo tais preceitos, a disposição do cemitério acaba sendo condenável pelo fato de que as águas pluviais facilmente movimentariam o necrochorume oriundo da decomposição dos corpos no interior do cemitério para dentro do leito do rio.

Esse aspecto pode ser agravado pelo fato de que, em relação ao nível do mar, a cidade de Indaial encontra-se a pouco mais de 60 metros de altitude, ou seja, um relevo de baixa elevação. Na região do cemitério, conforme ilustrado na imagem da Figura 09, é registrada uma leve inclinação no terreno, entretanto, pode ser que não seja suficiente para os casos de inundação de maior proporção — que já foram e costumam ser registrados na cidade e em toda a região.

No interior do território do cemitério municipal, existem 15 quadras ocupadas com sepultamentos, uma quadra reservada para as duas capelas mortuárias, sala de administração, pátio para a realização de eventos e estacionamento de veículos. As quadras são comunicadas e conectadas por pequenas ruas, nas quais é possível tanto o trânsito de pedestres como de automóveis. Conforme é possível observar na imagem da Figura 14:

Figura 14: Ruas que possibilitam veículos e pedestres.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Nesse aspecto, a pessoa entrevistada na Entrevista N, que atuou por quatro anos na administração do cemitério, conta que: “[...]o pessoal exige chegar com o carro até próximo ao túmulo e a gente está usando esses espaços para otimizar espaço para pessoas que venham a falecer, Indaial tem a cultura de que eu posso entrar com o carro e chegar perto do túmulo[...]” (ENTREVISTA N, 2022, p. 3).

A imagem da Figura 11 ainda permite observar que o terreno ocupado pelo cemitério compõe um grande retângulo e a que expansão tende a ocorrer em direção à região norte, noroeste e sudeste do cemitério, conforme foi indicado pelos losangos roxos. As imagens das Figuras 15, 16 e 17 ilustram a região oeste do cemitério, onde há a presença de máquina retroescavadeira realizando obras de ampliação do terreno, espaços com carneiras¹²⁸ em espera e sepultamentos recém-feitos.

Figura 15: Máquina usada na ampliação da área de sepultamentos.

¹²⁸ Carneira acaba sendo o local onde é depositado o caixão com os corpos e a partir de onde é edificado o jazigo.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

O conteúdo da Entrevista N (2022) e a imagem da Figura 15 sugerem que se reflita no sentido de que a gestão administrativa do Cemitério Municipal de Indaial, diante da necessidade de obter espaço para abrir novas carneiras e continuar realizando sepultamentos, optou por remover a vegetação existente e garantir a circulação da população com seus automóveis no interior do cemitério. Dito de outra forma: no sentido de evitar embates e desgastes de teor político com os munícipes, bem como de distanciar-se de maiores comprometimentos para com o desenvolvimento de projetos e ações de conscientização sobre a otimização do espaço no interior do cemitério, mediante o uso prudente do transporte individual/privado e tendo em vista o salvaguardo da natureza, hábitos e costumes dispendiosos e insustentáveis foram resguardados e favorecidos enquanto a presença da natureza foi apossada e sacrificada.

Figura 16: Carneiras/covas em espera e sepultamentos recente.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Figura 17: Sepultamentos de 2022 na região oeste do cemitério.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Cabe ressaltar ainda que nas imagens das Figuras 16 e 17 é possível identificar também que os sepultamentos foram realizados, que os jazigos ainda não constam com lápides ou demais paramentos, apenas flores e coroas que fizeram parte da cerimônia de velório e do cumprimento dos ritos fúnebres. Observa-se ainda que os familiares procuraram registrar a identificação do ente falecido e indicar a datação de forma manual,

depois que os funcionários do cemitério haviam fechado a carneira e que o cimento ainda se encontrava fresco.

Na Entrevista X (2022), realizada com uma pessoa que trabalha nas atividades de escavação, preparação e montagem das carneiras, na limpeza e manutenção geral do cemitério, esta relata que o Cemitério Municipal de Indaial [...] “enfrenta a superlotação” [...] “ainda não vi nada sendo feito, nenhum, ainda não vi nenhuma atitude nessa questão assim pra tar solucionando esse problema, talvez seria fazer gavetas, ossários, coisas assim, mas por enquanto nada” (Entrevista X, 2022, p. 2).

O conteúdo da Entrevista X (2022), ainda sugere que a retirada de vegetação e a desobstrução da região limítrofe do terreno do cemitério não proporcionará solução eficaz nem resolverá de forma efetiva o problema de falta de espaço no cemitério municipal. Como mencionado anteriormente, consta no primeiro parágrafo da Lei 5379/2016 um segundo cemitério de responsabilidade da prefeitura, o Cemitério do Bairro Mulde, que seria uma espécie de cemitério parque ou cemitério jardim, onde seriam realizados apenas sepultamentos junto à terra, sem a edificação de jazigos. Porém, esse cemitério não chegou a ser criado pelo poder público, conforme relatou informalmente o entrevistado N (2022), quando disse que o projeto não avançou e que havia sido cogitada a privatização dele, ou seja, a concessão para que empresas do setor privado que atuam no ramo funerário e ofereçam o serviço. Até o presente momento, nada se concretizou.

Recentemente, o poder público municipal passou a utilizar o espaço do cemitério daquela localidade como destino para os novos sepultamentos dos munícipes. A partir do conteúdo da Entrevista W (2023), de uma pessoa que nasceu na comunidade/bairro Mulde e que exerceu e exerce funções de liderança junto à paróquia da Igreja Luterana Paróquia do Cristo Salvador/ IECLB, foi possível compreender que o cemitério da Mulde foi e é utilizado pelos moradores da comunidade do bairro Encano do Norte e do bairro Mulde desde o final do século XIX, que nele foram realizados sepultamentos de moradores da comunidade, tanto de pessoas de confissão luterana, como católica e/ou de qualquer outro credo. O terreno é fruto de uma doação do poder público, no qual foram instalados, além do cemitério, uma escola e um clube de caça e tiro. Com o passar do tempo, o clube de caça e tiro foi deslocado para outro local. A propriedade do terreno, assim como as edificações e benfeitorias nele realizadas, pertenciam à Associação de Pais e Professores da Escola Isolada de Mulde Baixa.

Sobre as condições em que o cemitério do bairro Mulde se encontrava antes de passar a ser utilizado pelo poder público municipal, o conteúdo da Entrevista W (2023)

explica que há muitos anos a comunidade não contava com voluntários para abrir as carneiras, realizar os sepultamentos e fazer a manutenção necessária, e que para atender as situações de sepultamentos que ocorriam naquele cemitério, vinha sendo solicitado à prefeitura o deslocamento de funcionários e equipamentos do cemitério municipal. Outro fato está em que o terreno do cemitério passou a sofrer invasões, apropriações e usos indevidos, o que preocupava ainda mais a comunidade.

Nos documentos legislativos da cidade, foi possível identificar que desde o ano de 1992 havia ocorrido a oficialização da doação da área de terras que faziam parte do respectivo cemitério e que a partir do ato da doação, o poder público municipal se responsabilizaria em transformar o cemitério da comunidade Mulde em um cemitério público, deste modo assumindo o ônus de administração e manutenção que ele demandasse¹²⁹. Contudo, somente no ano de 2020, quando da ocorrência da pandemia do Coronavírus (COVID-19), a prefeitura passou a utilizar o espaço do cemitério para realizar sepultamentos dos munícipes, bem como passou a fazer trabalhos de limpeza, arrumação e demais atividades de manutenção no local.


O cemitério da Mulde funciona junto à Rua Uberaba, s/n; na região sudeste, possui como limites uma pequena fábrica; na região leste, uma grande área de terra utilizada para atividades agropecuárias; na região norte, a Escola Básica Mulde Baixa, no prolongamento da mesma uma via, que dá acesso ao distrito industrial da cidade de Timbó/SC; na região oeste, uma grande área de vegetação nativa; e na região sudoeste, pavilhões de uma indústria e algumas moradias, conforme é possível observar na imagem da Figura 18:

Figura 18: Cemitério da Mulde.

¹²⁹ A doação das terras do Cemitério da Mulde ficou registrada por meio da publicação da Lei nº 2100 de 30 de março de 1992. Nela constam informações sobre a metragem do terreno, a relação de sócios do Cemitério que permaneceriam com direito à sepultamentos no local sem custos, como deveria ser encaminhado o desmatamento da área e o uso que poderia ser feito do local. Caso queira, a referida Lei pode ser consultada na íntegra, está disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/sc/i/indaial/lei-ordinaria/1992/210/2100/lei-ordinaria-n-2100-1992-autoriza-receber-por-doacao-area-de-terras-destinada-a-cemiterio-municipal> Acesso em: 22 abr. 2023.



Fonte: Disponível em: <https://shp.icu/stats/7r1d> Acesso em: 18 out. 2022.

LEGENDA:  Região em que está instalado o Cemitério da Mulde.

Na imagem da Figura 19, grifado com um círculo vermelho, é possível identificar o acesso principal do cemitério da Mulde, que conta apenas com a presença de traves que, supostamente, haveriam sustentado algum portão, mas que não mais se encontra no local.

Figura 19: Acesso principal do cemitério Mulde e jazigos nas proximidades.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CM, 2022.

LEGENDA:  Portão principal de acesso do cemitério.

A imagem da Figura 19 possibilita identificar ainda como está ocorrendo a disposição dos novos sepultamentos em meio aos sepultamentos preexistentes do cemitério, a presença de sepultamentos antigos que remontam ao final do século XIX que

estão ladeados por sepultamentos recentes. Junto aos jazigos mais antigos, é possível perceber, pela presença de incrustações, sujidades, pátinas que demonstram a passagem do tempo, inscrições com grafia, o uso da pedra lousa nas lápides, elementos ornamentais e decorativos de época e a presença de uma cruz no alto da lápide dos jazigos. Já nos jazigos recentes, superfícies mais limpas, caracterizadas pela presença de materiais como piso granilite, padrões retangulares, horizontais e verticais, de lápides e flores de plástico dispostas sobre os jazigos¹³⁰.

Retomando a questão dos problemas e situações relacionadas ao espaço do Cemitério Municipal de Indaial, no conteúdo da Entrevista N (2022) consta que, além da questão do esgotamento do espaço para a realização de novos sepultamentos, a questão da opinião pública, em especial a que acaba sendo manifestada e veiculada nas e pelas mídias sociais, tem sido responsável por causar situações incômodas aos administradores, nos termos da pessoa entrevistada (ENTREVISTA N, 2022, p. 3):

não entendem o que é um cemitério, quando você, quando você não tem ninguém sepultado no cemitério, você acaba, quando acontece, você acaba comprando um espaço, no cemitério para ser sepultado, a pessoa tem que entender que este espaço é de responsabilidade da família, da pessoa que adquiriu esse espaço, a manutenção, a limpeza, a organização é dela, o que que acontece, as pessoas confundem muito, que a prefeitura ela é obrigada a fazer a limpeza desse espaço, a prefeitura é responsável sim pelos corredores e não pelo espaço. Por que é assim, você compra um terreno, a limpeza do terreno é de tua responsabilidade, eu posso ser teu vizinho, ter uma casa maravilhosa, mas você tem mato, é feio pra quem, é feio pra quem deixa o mato crescer, a mídia pensa assim que as pessoas mais humildes que não tem condição de fazer algo que possa, uma tampa de mármore, se tu coloca alguma coisa de pedra enfim, que não tem condições de manter, tem outra situação que é as pessoas que vão embora do município, eu mesmo sou um exemplo que saí com 16 anos, e hoje se eu vier a falecer, vou ser sepultado em Indaial, então quer dizer que meus parentes de outra cidade não vem aqui limpar meu túmulo, então tem 'n' situações, então a mídia, ela não entende muito a 'n' situações. [...] muita gente reclama de pó, vou até te adiantar, tem gente que quer que corte as árvores ali dentro porque cai folha nos túmulos [...] (ENTREVISTA N, 2022, p. 3)

¹³⁰ No que tange a gradual transferência dos sepultamentos dos munícipes para o Cemitério da Mulde, no interior do bairro da Mulde, sugere-se pensar e refletir sobre a possibilidade de que possa vir a ocorrer e/ou ser atribuído certa discriminação e percepção de 'desprestígio' para com os sepultamentos feitos neste cemitério. Apresenta-se esta questão tendo em vista que o Cemitério Municipal de Indaial encontra-se localizado numa região e bairro nobre da cidade, que é o bairro das Nações, bem como, é responsável por concentrar a agenda de atos religiosos alusivos ao Dia de Finados.

Consta na entrevista também que, entre os principais problemas que recaem ao cemitério municipal, tem-se os jazigos que não recebem mais manutenção por parte dos responsáveis e familiares, que se encontram abandonados, passam a acumular sujidades, assim como ocorre o crescimento de vegetação junto ao terreno, o que acaba causando um certo ‘enfeimento’ também dos demais jazigos que se encontram nas proximidades e, a seu turno, acaba sendo motivo de queixas e reclamações por parte dos demais usuários do cemitério.

Em outro momento da entrevista, quando perguntado sobre situações inusitadas, engraçadas e curiosas presenciadas no interior do cemitério, o entrevistado relatou que já presenciou casos de brigas de família por desavenças e herança, a presença de viúva e amante ao mesmo tempo no velório e no sepultamento, pessoas que no momento da descida do caixão na carneira acabaram caindo dentro da cova do defunto, de consumo de drogas e entorpecentes, prática de atos sexuais, entre outros.

2.2. PRINCIPAIS DEMANDAS RELACIONADAS AO CEMITÉRIO

Considerando o conteúdo das legislações que regem o Cemitério Municipal de Indaial e pela finalidade a qual ele se destina, foi possível identificar quatro principais dinâmicas, vias, com sentidos e fluxos de atividades e serviços que podem ser solicitados ao setor de serviços funerários e ao espaço do cemitério. Tais dinâmicas podem ser categorizadas da seguinte forma: ‘de fora para dentro’, ‘no interior’, ‘de dentro para fora’ e ‘no entorno’ do cemitério.

Como atividades que acabam sendo deslocadas ‘para dentro’ do espaço do cemitério, é possível relacionar o recebimento de documentos referentes à solicitação de serviços funerários, seja de velórios, inumação e/ou exumação, entrada dos restos mortais seja para velórios ou sepultamentos, entrega de materiais para realização de práticas ritualísticas, prestadores de serviços para trabalhos na edificação de jazigos e na organização das atividades em torno das comemorações do dia 02 de novembro e a entrada regular dos visitantes no interior do cemitério.

Como atividades que ocorrem e/ou se deslocam ‘no interior’ do espaço do cemitério, escavação e a montagem de carneiras, a edificação de jazigos; manipulação de materiais; realização de homenagens e práticas ritualísticas; trabalhos das empresas que realizam obras de edificação de jazigos e/ou capelas e embelezamentos; inumação e exumação de restos mortais, tanto nas situações previstas em lei como os que são de

ordem/solicitação judicial; organização, manutenção e limpeza do espaço; organização das atividades em torno das comemorações do dia 02 de novembro; circulação dos visitantes no interior do cemitério; e o zelo pela segurança dos jazigos e dos restos mortais sepultados.

Como atividades que ocorrem ‘para fora’ do espaço do cemitério, é possível discriminar a saída de visitantes, de restos mortais e de materiais; deliberação de documentos referentes à autorização de prestação de serviços; remoção dos restos mortais após o velório para sepultamentos em outros cemitérios; exumação de restos mortais, como nas situações previstas em lei; retirada de estruturas e itens utilizados nas comemorações do dia 02 de novembro e a circulação dos visitantes para fora do cemitério.

Como atividades que ocorrem ‘no entorno’ do espaço do cemitério, é possível mencionar a organização das atividades em torno das comemorações do dia 02 de novembro; organização da comercialização de itens destinados às práticas ritualísticas, bebidas e alimentos; estacionamento de viaturas, públicas e particulares e a circulação de pessoas e do trânsito nas imediações do cemitério.

No quadro 01, procuro sistematizar as dinâmicas e as atividades que se circunscrevem à rotina administrativa e de funcionamento do Cemitério Municipal de Indaial¹³¹:

Quadro 01: Síntese das dinâmicas e das atividades relacionadas ao cemitério.

DINÂMICA	NO INTERIOR	PARA DENTRO	NO ENTORNO	PARA FORA
ATIVIDADES	Expedição de documentos; Escavação e montagem de carneiras; Edificação de jazigos e embelezamentos; Depósito e manipulação de materiais; Realização de homenagens; Inumação e Exumação de restos mortais;	Recebimento de documentos; Entrada de restos mortais; Prestadores de serviços; Entrada de materiais; Entrada de visitantes.	Organização das atividades de homenagens; Organização da comercialização de itens funerários e demais necessidades; Organização do estacionamento e do trânsito nas imediações.	Retirada de materiais; Remoção de restos mortais; Envio de documentos; Saída de visitantes.

¹³¹ A disposição dos serviços funerários, como foi apresentada anteriormente, está no sentido de melhor reconhecer e abordar a dinâmica das atividades. Frisa-se que elas não se dão de forma isolada ou independente; antes, encontram-se em correlação e interdependência. Essa divisão foi feita no sentido de melhor discernir e tornar inteligíveis as atividades realizadas no que tange ao espaço/território do cemitério.

	Organização, Manutenção e limpeza; Circulação de visitantes; Zelo pelos restos mortais e pelos jazigos.			
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--

Fonte: Criado pela autora, 2022.

Observando a gama de atividades e de serviços descritos acima para cada uma das dinâmicas que foram estipuladas, acaba sendo possível deduzir que existe uma demanda maior por serviços com relação às ocorrências e aos itens que são deslocados ‘para dentro’ e ‘no interior’ do espaço do cemitério. Por outro lado, há um menor volume de atividades que ocorrem no sentido ‘para fora’ e dos deslocamentos e atividades que ocorrem ‘no entorno’ do cemitério, no espaço que o circunda.

Para compreender de forma mais prática o que essas atividades todas implicam, no conteúdo da Entrevista N (2022), cuja pessoa entrevistada atuou no setor administrativo do cemitério, há a descrição das principais tarefas realizadas pelos funcionários alocados naquele espaço:

Organização, limpeza, atendimento aos familiares e dúvidas de pessoas que vem visitar e perguntar de diversos tipos, por exemplo o espaço, posso comprar um túmulo?... Posso comprar um terreno?... Onde eu encontro a pessoa tal?... Mas basicamente o que é mais atendimento aqui é quando falece alguém de alguma família do município de Indaial basicamente e a manutenção do cemitério. (Entrevista N, 2022, p. 1).

Entendo que a dinâmica dessas variáveis é perpassada por toda uma multiplicidade de circunstâncias contingentes que, por fim, acaba sendo disciplinada e normatizada por meio das legislações que se encontram em vigor. As legislações, ao mesmo tempo, prescrevem as orientações ao trabalho de funcionários e representantes do poder público municipal que atuam à frente do setor de administração e serviços do cemitério; em especial, normatizam, controlam e disciplinam a conduta da população que busca os serviços e dos prestadores que atuam no cemitério e, conseqüentemente, recaem sobre os restos mortais sepultados, aos jazigos, às casas e aos paramentos ali dispostos.

3. O FUNCIONAMENTO DO CEMITÉRIO E A CIRCULAÇÃO DAS PESSOAS

O poder público municipal acaba sendo responsável pela elaboração das normas de uso e pela administração dos espaços dos cemitérios que se encontram sob sua jurisdição, pelo fornecimento de recursos e condições de funcionamento, bem como pelos serviços de distribuição de água, iluminação, casa mortuária, acesso interno, circulação da população e da segurança do cemitério, dos jazigos e dos restos mortais.

No Artigo nº 26 da Lei 5379/2016, tem-se que o horário de visitação às dependências dos cemitérios é das 07h às 18h, em todos os dias da semana, inclusive feriados. Tal disposição sugere interpretar que o horário recomendado para visitação pode estar associado ao horário de funcionamento e atendimento dos espaços e serviços públicos e dos estabelecimentos comerciais, o que permite problematizar que se trata de uma herança das recomendações dos projetos de modernização das cidades e dos equipamentos urbanos do século XIX, conforme descrito no capítulo anterior. A prescrição do referido horário privilegia o período diurno, no qual prevalece a luz do sol e o horário de expediente dos funcionários alocados no cemitério que, por seu turno, favorecem a garantia ‘da ordem, da limpeza e da higiene’, pois, no período noturno, perde-se a visibilidade e, com ela, as possibilidades de controle e da segurança, sendo mais propício para que ocorram atos ilícitos e indevidos¹³².

Os conteúdos das entrevistas orais possibilitam compreender de forma mais ampla as situações que compõem o espectro de problemas relacionados a um espaço de cemitério, que prevê a inumação de restos mortais e a edificação de jazigos. De acordo com o que já foi mencionado, nos relatos da Entrevista N (2022) consta o uso do espaço para o consumo de drogas, práticas de atos sexuais, vandalismos e roubos. No conteúdo da Entrevista I (2021, p. 3-4), quando a pessoa foi perguntada sobre o destino que gostaria de dar ao corpo após o falecimento, revelou forte preocupação com o sepultamento em

¹³² Informalmente, funcionários do cemitério municipal de Indaial relatam que, no período noturno, por vezes, o cemitério é usado para o consumo de bebidas e entorpecentes, bem como para práticas sexuais e prostituição, mas que, até então, não ocorreram incidentes que exigissem investigações e intervenções maiores por parte da polícia ou do poder judiciário no local. Todavia, em outras cidades de Santa Catarina, têm sido noticiado diversos casos de incidentes, como na cidade de Joinville *Vandalismo em cemitério em Joinville revolta moradores*, disponível em: <https://ndmais.com.br/seguranca/vandalismo-em-cemiterio-em-joinville-revolta-moradores/> acesso em: 12 maio 2021; na cidade de Lages, no Cemitério Cruz das Almas, *Cemitério em Lages (SC) sofre vandalismo de grandes proporções*, disponível em: <http://destaquecatarina.com.br/noticias/ambientalismo/5830/cemiterio-em-lages-sc-sofre-vandalismo-de-grande-proporcoes> acesso em 12 maio 2021; e no cemitério da cidade de José Boiteux, *Túmulo é depredado e crânio é roubado em cemitério de SC*, disponível em: <https://pleno.news/brasil/cidades/tumulo-e-depredado-e-cranio-e-roubado-em-cemiterio-de-sc.html> acesso em 12 maio 2021.

cemitério convencional e que até cogita outra forma de destino do corpo mediante esta questão:

Eu não tenho como te afirmar ainda, mas eu gostava de ter o sepultamento, mas eu acredito que eu vá acabar optando pela cremação, porque hoje existe uma coisa muito triste no mundo que é a maldade, a maldade já vem de muitos anos assim, mas a gente ouve dentro das religiões, não vou também falar de religiões por que vou estar sendo ignorante, mas a gente ouve falar dentro do ocultismo, de pessoas que mechem com coisa pesada, de pessoas que mechem com coisa que as vezes nem sabem o que é, que existe muita violação de túmulo, existe muita violação de túmulo pra pegar canela, pra pegar isso e aquilo, e eu não gostaria que meu túmulo fosse violado e sabe, por que eu sou um pai de santo aí de repente vai lá pra pegar alguma coisa minha para fazer alguma coisa mal pra outra pessoa, se eu em vida, eu luto pra não fazer mal ao próximo, eu também não gostaria que fosse utilizado alguma coisa minha pra isso, em prol disso. Por ter a certeza de que a gente corre um grande risco de ter o túmulo violado, pra finalidades de magia negra, eu gostaria de ser cremado.

Para exercer o controle sobre tais circunstâncias potenciais na cidade de Indaial, o artigo nº 24 da Lei prevê que os cemitérios devem conter 1 (um) responsável/administrador, 1 (um) auxiliar administrativo, 1 (um) guarda/vigia e 2 (dois) auxiliares de serviços gerais. O conteúdo da Entrevista N (2022, p. 1) ilustra também sobre como está composta a equipe de funcionários que atuam no cemitério:

atualmente são quatro funcionários, o administrador Rafael, que está do nosso lado, os dois efetivos da prefeitura, são três efetivos, desculpa, entre aspas são auxiliares de serviços gerais, mas popularmente eles são conhecidos aqui como coveiros, e a senhora que é da varrição, e uma pessoa terceirizada no auxílio e também foi assim no passado. (ENTREVISTA N, 2022, p. 1).

Ou seja, existem cinco pessoas que estão lotadas no cemitério, uma que é designada por meio de cargo comissionado (leia-se cargo de confiança), três que são efetivos/concursados como funcionários da prefeitura e uma pessoa que é alocada por meio de contratação de serviços terceirizados — esta atua na ronda e vigia no período noturno. A pessoa entrevistada informou ainda que o setor e os funcionários designados aos serviços funerários encontram-se vinculados à Secretaria de Urbanização e Meio Ambiente da prefeitura.

Tendo em mente o quadro anterior, que discriminava as principais atividades que se desenvolvem no âmbito do cemitérios, os funcionários descritos acima podem atender atividades como emissão e recebimento de documentos referentes aos serviços solicitados

e prestados, acomodar restos mortais destinados a velórios e/ou inumações e/ou exumações, escavar e montar carneiras, fazer manutenção e limpeza do espaço; ordenar as práticas ritualísticas e homenagens, atender a empresas que realizam obras em jazigos e casas/capelas, organizar as atividades alusivas ao Dia de Finados, garantir o acesso regular de visitantes no interior do cemitério; zelar pela segurança dos sepultamentos e dos restos mortais junto aos jazigos e casas, entre outros.

Conforme já apresentado, as atividades como expedição de documentos, escavação de túmulos, edificação de jazigos e capelas, depósito de materiais e realização das práticas ritualísticas, inumação e exumação de restos mortais, manutenção e limpeza do espaço, embelezamento de jazigos e casas/capelas, comemorações do dia 02 de novembro, circulação dos visitantes e segurança dos sepultamentos constituem as atividades que demandam o maior volume de serviços aos funcionários dos cemitérios¹³³.

O poder público municipal acaba sendo autorizado a normatizar e disciplinar a multiplicidade de eventos que podem ser causados pela circulação da população visitante e dos prestadores de serviços, das mercadorias e de materiais ritualísticos nos mais diferentes contextos e situações. Para tanto, o conteúdo da Lei 5379/2016 prescreve o ir e o vir, a conduta de todo e qualquer indivíduo, para toda e qualquer forma de acesso, de serviços, de visitação e de realização de práticas ritualísticas e homenagens, seja de modo individual ou familiar, reforçando o imperativo tecnológico de controle e de segurança de populações ao delimitar, enquadrar, orientar e regulamentar um território e, nesse caso, o espaço cemiterial.

Considerando os escritos de Foucault (2008b) sobre a aplicação da medicina urbana, problematizo que as táticas em favor de uma sociedade disciplinar e de controle, de fato, foram implementadas no Cemitério Municipal de Indaial, tais como o regulamento e o esquadramento, no sentido de possibilitar a circulação dos serviços, dos indivíduos e dos materiais destinados à edificação de jazigos, aos embelezamentos, às práticas ritualísticas e homenagens. Foucault (2008a) descreve que a disciplina analisa e decompõe os lugares, os tempos, os indivíduos, os gestos, os atos, as operações. Ela os decompõe em elementos suficientes para percebê-los, identificá-los e modificá-los e normatizá-los.

¹³³ Nas visitas ao cemitério municipal e nos contatos feitos para a preparação das entrevistas orais com as pessoas que trabalham no cemitério, percebi que estes podem ser responsáveis por muitas atribuições e uma jornada de trabalho exaustiva, o que revela que o número de funcionários lotados é pequeno diante das demandas que recaem ao local.

Logo, acaba sendo diante dessa multiplicidade de circunstâncias, de variáveis e de atividades que a legislação atua como norma e tecnologia das ações e dos trabalhos de funcionários/representantes do Estado/poder público para com os serviços funerários, em específico para com o controle e a disciplina da conduta dos indivíduos em relação ao território dos cemitérios, aos sepultamentos e aos respectivos jazigos e às casas.

3.1. O DIA DE FINADOS NO CONTEXTO DO CEMITÉRIO

No que diz respeito aos espaços dos cemitérios, considerando os hábitos e os costumes ocidentais mais frequentes, é possível considerar que a circulação de pessoas, cuja finalidade acaba sendo a manipulação de itens e materiais referentes ao cumprimento das práticas ritualísticas e homenagens, dá-se em situações individuais, familiares e coletivas. Em situações individuais e privadas ocorre quando o indivíduo, espontaneamente ou por motivação própria, procura o cemitério, motivação essa que ocorre na ocasião da passagem de aniversários de nascimento, de falecimento e de casamentos com os entes sepultados. Em situações familiares e com público restrito, pode-se dar nos momentos de velório e nos trabalhos de inumação e exumação; por motivação familiar e compartilhando com um público amplo, ocorreria no domingo de Dia das Mães, no domingo do Dia dos Pais e no Dia das Crianças, que costuma ser comemorado no dia 12 de outubro; por motivação de crença compartilhada e em meio à um público amplo — caso das tradições religiosas associadas ao cristianismo —, quando se dá a passagem de datas como a Sexta-Feira Santa, o domingo de Páscoa, a quinta-feira de Corpus Christi e em especial o Dia de Finados, que é comemorado no dia de 02 de novembro (data que também costuma ser chamada de Dia de Todas as Almas).

Para o Dia de Finados em específico, no artigo 10 da Lei 5379/2016, as previsões versam que:

Art. 10 Do dia 25 de outubro ao dia 2 de novembro de cada ano, não será permitida a realização de obras e serviços junto aos cemitérios municipais, tendo em vista a execução de atividades de limpeza geral e organização pela administração do cemitério, em virtude do Dia de Finados. Salvo os trabalhos de inumação. (INDAIAL, 2016).

Nos dias que antecedem o Dia de Finados, 02 de novembro, acaba sendo comum que a circulação de pessoas que realizam os trabalhos de limpeza e preparação dos jazigos familiares se intensifiquem. Como mencionado, a legislação prevê tal movimentação e,

para tanto, estabelece a interdição de atividades como obras de maior volume que costumam ser realizadas por empresas do ramo funerário e marmorarias, favorecendo assim que os familiares e/ou responsáveis pelos jazigos possam se dirigir e transitar no interior do cemitério para realizar atividades de limpeza, embelezamento e a preparação do local ao recebimento de práticas ritualísticas e homenagens.

As imagens das Figuras 20, 21, 22 e 23 ilustram a presença de pessoas, de automóveis, de materiais de limpeza e de embelezamento, que acabam movimentando o interior do cemitério nos dias que antecedem ao Dia de Finados:

Figura 20: Interior do cemitério municipal em 23 de outubro de 2022.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Figura 21: Região do cruzeiro central em 29 de outubro de 2022.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Figura 22: Interior do cemitério em 29 de outubro de 2022 a.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Figura 23: Interior do cemitério em 29 de outubro de 2022 b.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

O período referido no Artigo 10 também acaba sendo o período em que o poder público municipal possui para dispor sobre as estruturas necessárias à realização das atividades e dos atos religiosos alusivos ao Dia de Finados. Na visita ao cemitério no dia 1º de novembro, encontrei a pessoa que administra os cemitérios e os respectivos funcionários fazendo acabamentos em termos de limpeza e organização. Lixeiras foram dispostas nas regiões de maior circulação e passagem, foi realizada a pintura dos bancos e das beiradas das calçadas nas regiões centrais, o corte de grama, a varrição de folhas de

árvores; a fixação de placas ilustrando e orientando sobre vasos e floreiras permitidos e proibidos com relação à proliferação do mosquito da dengue, entre outras atividades.

No pátio, no estacionamento da administração e nas salas mortuárias do cemitério, já estavam dispostas quatro tendas de lona, com equipamentos de som, palco, mesas e aproximadamente 500 cadeiras. Na imagem da Figura 24 e 25, é possível identificar parte dessas estruturas:

Figura 24: Estrutura para os atos religiosos, registro no dia 1º/11/2022.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Figura 25: Estrutura de atendimento, registro no dia 02/11/2022.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Na manhã do dia 02 de novembro, Dia de Finados, um número significativo de funcionários da prefeitura municipal esteve distribuído nas duas entradas do cemitério — um maior número informando sobre os riscos da proliferação da dengue e um menor número junto ao cruzeiro central garantindo certo suporte ao controle e à normalidade

durante a realização de oferendas e homenagens. Foi identificada também a presença do Departamento Municipal de Trânsito e Transporte de Indaial (Demuttin), atuando na orientação da circulação de pessoas, no acesso de automóveis autorizados no interior do cemitério, assim como na entrada e na liberação de carros para pessoas com idade avançada e cadeirantes; a presença de cones sinalizadores e faixas de passagem interrompidas, e a presença de unidade de pronto-socorro do Corpo de Bombeiros da cidade. A estrutura disponibilizada pela prefeitura e a presença dos demais órgãos públicos se estendeu até aproximadamente às 16h30min. A partir desse horário, os portões foram liberados, o acesso ficou livre para automóveis e motocicletas. A partir das 17h, gradualmente o cemitério começou a esvaziar.

A disposição dos funcionários públicos mencionados acaba sendo responsável por evidenciar preocupações de controle, circulação, disciplina, segurança, salubridade e higiene. Foucault (2008a) explica que a disciplina também estabelece procedimentos de adestramento progressivo e de controle permanente e, a partir daí, estipula a demarcação e distinção do que é o normal e do que é anormal. Nos termos de Foucault (2008a, p. 75):

A normalização disciplinar consiste em primeiro colocar um modelo, um modelo ótimo que é construído em função de certo resultado, e a operação de normalização disciplinar consiste em procurar tornar as pessoas, os gestos, os atos, conformes a esse modelo, sendo normal precisamente quem é capaz de se conformar a essa norma e o anormal quem não é capaz.

Os escritos do referido autor ainda sugerem que é chegado um dado momento que já não importa mais estabelecer e demarcar o território, e sim deixar as circulações ocorrerem; a partir disso, controlar e normatizar as circulações, separar as boas das ruins, fazer as coisas se mexerem, deslocarem-se de um ponto a outro, mas de uma maneira a que a multiplicidade e os perigos mobilizados sejam instantaneamente anulados.

3.2. PREVISÕES AOS DEMAIS DIAS DO ANO

Como evidência da problematização aferida por Foucault (2008a), de modo regular e permanente no espaço do cemitério, para além do volume maior de funcionários assim como de públicos, de acordo com o que costuma ser registrado no dia 02 de novembro, o Dia de Finados, é possível problematizar também a placa que está fixada na entrada principal do cemitério, vide imagem da Figura 26:

Figura 26: Placa na principal entrada do cemitério.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

A placa está disposta num local de visibilidade estratégica, logo na entrada do cemitério e no acesso do portão principal. Ela se destina a apresentar informações acerca do horário de funcionamento do cemitério, grifando em tamanho e cor diferente dados como ‘PORTÃO ABERTO’, em cor vermelha, ‘das 07:00 às 18:00h’, em cor preta. Logo abaixo descreve as implicações que recaem sobre quem descumprir aquele horário, nos termos de que, grifado em cor vermelha, ‘AVISO’, e grifado em cor preta ‘Não nos responsabilizamos com a presença de visitantes e veículos no interior do cemitério após o fechamento do portão. Agradecemos a compreensão de todos. A direção’, em seguida, cita a legislação vigente na qual o conteúdo se encontra amparado, com a frase ‘Lei Vigente do Cemitério Municipal nº 5379 de 22 de dezembro de 2016’¹³⁴.

Foucault (2008b) ainda reforça que a disciplina só existe na medida em que há uma multiplicidade e um fim, um objetivo ou um resultado para obter, extrair a partir dessa multiplicidade. A partir disso, é possível compreender como multiplicidade a conduta e

¹³⁴ Verificou-se que no conteúdo descrito na placa que está fixada na entrada principal do Cemitério consta um equívoco na data de publicação da Lei. Na placa consta que a Lei Nº 5379 foi de 22 de dezembro de 2016, porém a data correta de publicação da Lei é 16 de dezembro de 2016. O aviso sobre a não responsabilização da presença de veículos no interior do cemitério após o horário de funcionamento não está propriamente descrito na legislação, o que sugere que os administradores do cemitério, em virtude das circunstâncias e dos fatos da circulação e permanência de pessoas no interior do cemitério, por conta própria, acrescentaram tal conteúdo. Cabe ainda registrar que o conteúdo da placa conta erros de ortografia nas palavras ‘responsabilizamos’ e ‘compreensão’.

o comportamento das pessoas no interior do cemitério, para toda e qualquer época do ano, para além dos atos alusivos ao Dia de Finados, e que para tal a legislação prevê o seguinte conteúdo:

Art. 11 Fica expressamente proibido nos cemitérios municipais e em suas dependências:

I - Obstruir, dilapidar ou sujar, de qualquer forma, as passagens, ruas e vias de circulação interna.

II - Fixar quaisquer anúncios e cartazes de qualquer natureza ou finalidade.

III - Realizar trabalhos aos sábados e domingos, salvo em casos urgentes, os quais deverão ser solicitados pelos interessados e autorizados por escrito pelo servidor responsável pelo cemitério.

IV - Prejudicar, estragar ou sujar quaisquer jazigos, edificações, benfeitorias ou bens instalados no cemitério.

V - Praticar atos que perturbem, prejudiquem ou violem as normas legais, a disciplina ou as pessoas presentes.

VI - Adentrar aos cemitérios municipais acompanhado de animais. (INDAIAL, 2016).

É possível identificar que o tema da circulação acaba sendo destacado logo no primeiro parágrafo do Artigo 11, no sentido de que, em hipótese alguma, a circulação e a movimentação dos indivíduos, da população e dos materiais deveriam ser comprometidas ou obstruídas; logo no segundo parágrafo, é apresentada restrição às atividades publicitárias, tendo em vista que a paisagem do cemitério e dos jazigos não pode sofrer alterações e interferências. O conteúdo, em especial dos parágrafos V e VI, aponta para a noção de que é vedado utilizar o espaço do cemitério para qualquer outra finalidade que incorra no descumprimento da normatização.

Ainda sobre o Artigo 11, em especial no que concerne ao parágrafo VI, ocorrem situações que, como registrado nas Figuras 27 e 28, sugerem reflexões, nos termos de que descumprem, fogem, quebram a heteronomia das regras impostas:

Figura 27: Jovens e animal de estimação no interior do cemitério.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Figura 28: Pessoas adultas e animal de estimação no interior do cemitério.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Na oportunidade do registro dessas fotografias, não foi observado nenhuma forma de orientação e advertência pronunciada por parte dos funcionários da prefeitura a essas pessoas. A presença de animais no interior do cemitério, no caso, cachorros, levados pelos seus tutores, como ficou ilustrada nas Figuras 27 e 28, também foi identificada em outros momentos no interior do cemitério, em situações em que as pessoas realizavam não só visitas, como também praticavam exercícios físicos, como caminhadas, e atravessavam a região central do cemitério para acessar as ruas paralelas.

Nos últimos tempos, a convivência de pessoas com animais de estimação em locais públicos tem sido amplamente tolerada e praticada. Para além de locais como praças, parques, praias, entre outros, costuma ser possível encontrar as pessoas acompanhadas de seus animais de estimação em estabelecimentos comerciais, *shoppings centers*,

restaurantes, salões de beleza, cafés, etc. Acredita-se que as pessoas que foram e vão ao espaço do cemitério com seus animais desconheçam o que versa a legislação do cemitério, assim como associam e deduzem que a flexibilização da convivência entre pessoas e animais de estimação, que é experimentada nos demais espaços públicos, também abranja os espaços dos cemitérios.

De maneira geral, a prescrição da legislação versa no tom de que a circulação das pessoas não pode ser afetada por qualquer situação que seja, porém de que ela precisa ser prevista, enquadrada, disciplinada e normatizada. A normatização imposta pela legislação sugere que as visitas sejam silenciosas, que a presença no interior do cemitério seja contemplativa e direcionada aos jazigos e casas familiares, em torno dos quais podem ser toleradas as comoções referentes aos trabalhos de velórios, sepultamentos, elaboração do luto, realização de homenagens e oferendas.

A partir disso, faz-se necessário problematizar que as atividades que se caracterizam como não convencionais podem ser enquadradas pelos legisladores como multiplicidades entendidas como responsáveis por colocar em risco a ordem, o controle, a disciplina, a soberania do poder para com as práticas ritualísticas, os sentimentos e as emoções e o próprio espaço/território do cemitério e dos jazigos, sugerindo também que a administração pública não consentiria e não consentirá em gerir, bem como não toleraria atividades de natureza múltipla e diversa.

Dessa maneira, deduzo que, nos termos como se encontram descritos os conteúdos dos artigos anteriormente analisados, perpassa um exercício de normatização, controle e interdição que acabam por coibir também possibilidades de desfrute e fruição espontâneas, tais como práticas de atividades físicas de forma coletiva, atividades recreativas e filantrópicas, apresentações artísticas, exposições, performances, instalações, atividades culturais com maior solidez e continuidade, etc.

4. CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

Não foram localizados registros documentais que atestam a criação do Cemitério Municipal de Indaial/SC. Isso se deve ao fato de que esses documentos podem ter sido destruídos numa situação de inundação e/ou outra de incêndio que se abateu nos locais em que poderiam estar armazenados. A partir dos resultados das pesquisas realizadas no jornal de circulação local A Comarca, para publicações do poder público municipal, e no registro de óbitos da Paróquia Evangélica de Confissão Luterana em Indaial, suponho que

o Cemitério Municipal de Indaial tenha sido criado no final da primeira metade do século XX. O cemitério passou a funcionar em um território novo e isento de qualquer referência religiosa preexistente; para lá foram deslocados os sepultamentos que já existiam em outros três cemitérios que funcionavam na região central da cidade e que eram gerenciados pelas respectivas comunidades religiosas.

Nos termos em que se encontram descritos os conteúdos dos artigos das legislações abordadas, estes acabam por circunscrever os espaços dos cemitérios como equipamentos urbanos regidos pelo poder público apenas na esfera do poder local, ou seja, da municipalidade. Como discutido no capítulo anterior, o fato de que não se encontram inseridos, amparados e contemplados em códigos e diretrizes legislativas administrativas e/ou do planejamento e da urbanidade em nível regional e/ou nacional e/ou internacional, torna-os vulneráveis a investidas por parte dos governos locais.

A título de discussão para com esses aspectos, fica evidente a concatenação desses fatores nos termos de que os parques instrumentos existentes a nível internacional, associados aos desígnios exclusivos da deliberação do poder pela municipalidade, incorrem em fatos como o de que o terreno escolhido para a criação do Cemitério Municipal de Indaial se encontra a menos de 100 metros de distância de um dos principais rios que corta a cidade, que é o Rio Benedito. Dito de outra maneira, ambas as instituições que se pretendem como orientadoras das diretrizes da urbanidade moderna e da gestão dos equipamentos urbanos da municipalidade corroboraram com a disposição do espaço do cemitério em um local de fácil vasão do necrochorume, oriundo da decomposição dos corpos, para junto do leito de um dos principais rios da cidade.

A lei municipal nº 5379, de 16 de dezembro de 2016, que foi alterada em 08 de dezembro de 2021 pela Lei nº 5987/2021, representa uma tecnologia de controle (FOUCAULT, 2008) que se destina a um local e um contexto de circunstâncias e de situações variáveis e múltiplas, constituídos pelos territórios do Cemitério Municipal de Indaial e ao Cemitério da Mulde, que estão sob a administração do poder público municipal.

O poder público municipal passou a atuar em nome de instituições religiosas e comunitárias, implementando agora toda uma maquinaria de normatizações, disciplinas e tecnologias próprias que visam exercer poder disciplinar e obter o controle e enquadrar as atividades que ocorrem e podem vir a ocorrer no interior do Cemitério Municipal de Indaial e do Cemitério da Mulde. A legislação prescreve, normatiza, disciplina e controla desde a abertura ao fechamento, à circulação, à entrada e à saída dos visitantes, de

prestadores de serviço, o contato com os jazigos, a manipulação de materiais, a realização de práticas ritualísticas e homenagens. Conforme observou-se, o teor das legislações estabelece um imperativo negativo, de coação, inibição, submissão e proibição e indica a imputação de punições e penalidades ao descumprimento das prescrições.

É de salutar importância destacar que, para além disso, as prescrições legais elaboradas pelas autoridades da municipalidade, que contemplam os cemitérios e os jazigos, referem-se a esses locais como equipamentos incorporados ao planejamento territorial e urbano das cidades — na qual acabam sendo imputadas disciplinarizações e tecnologias de controle que favorecem e dinamizam a circulação de mercadorias e governamentalidades às populações. Todavia, seguem negligenciando e obstruindo o potencial que os espaços dos cemitérios possuem no sentido de confortar e reconciliar as necessidades dos indivíduos e da sociedade diante da vida, da morte, do luto, ou seja, da existência e da finitude humana, assim como que esses locais possam favorecer o desfrute e a fruição de forma criativa e que favoreça a convivência coletiva.

TERCEIRO CAPÍTULO

PREVISÕES LEGAIS, CONTINGÊNCIAS POPULACIONAIS, SUPORTES DE MEMÓRIA E DE IDENTIDADE

A memória está presente em tudo e em todos. Somos tudo aquilo que lembramos; somos a memória que temos. A memória não é só pensamento, imaginação e construção social, mas também uma determinada experiência de vida capaz de transformar outras experiências a partir de resíduos deixados anteriormente. A memória, portanto, excede o escopo da mente humana, do corpo, do aparelho sensitivo e motor e do tempo físico, pois ela também é o resultado de si mesma, ela é objetivada em representações, rituais, textos e comemorações.

Myrian Sepúlveda dos Santos

De acordo com os escritos do primeiro e do segundo capítulos, ao longo do século XX cada vez mais os cemitérios passaram a ser criados e administrados pelo poder público municipal, retirando das instituições religiosas e das comunidades de moradores o domínio exclusivo sobre esses locais. Em decorrência disso, os cemitérios públicos adquiriram teor e caráter laico, o que favoreceu a coexistência das mais diversas tradições e referências religiosas, assim como o aparecimento de conteúdos oriundos do repertório leigo, liberal, secular no interior dos espaços dos cemitérios, em especial sobre os jazigos, no interior das casas e junto às lápides.

Neste capítulo, darei prosseguimento à análise das legislações municipais, as Leis Nº 5379/2016 e da Lei Nº 5987/2021, entendidas como tecnologias de controle, no que versam sobre a edificação de jazigos e como podem ser realizados os rituais fúnebres, as homenagens e as oferendas, tais como o oferecimento e o depósito de flores, a queima de velas e outros itens; assim como as previsões que se referem à manutenção dos jazigos de maneira geral.

Na pesquisa de mestrado, estudei o Cemitério Municipal de Joinville/SC, que se constitui como um cemitério que nasceu laico, que não foi administrado ou gerido por comunidades religiosas; nele, desde o princípio, foram realizados sepultamentos de toda e qualquer tradição religiosa e espiritual, possibilitando que um amplo repertório de referências (leigas, liberais, religiosas, entre outros) fizessem e façam parte da ritualística, das homenagens fúnebres e dos paramentos que compõem os jazigos, etc. Agora, tendo como campo de pesquisa o Cemitério Municipal de Indaial/SC, que compartilha do mesmo contexto de criação e de funcionamento do Cemitério Municipal de Joinville/SC,

em especial me importa compreender como tais componentes operam enquanto suportes de memórias e constituintes de identidade. Para tanto, as tecnologias de controle e os suportes de memória e identidade serão ilustrados e enriquecidos com a utilização de registros fotográficos realizados no interior do cemitério, dos conteúdos dispostos sobre os jazigos, no interior das casas e junto às lápides e com os relatos fornecidos pelas pessoas entrevistadas, e tudo isso será, gradualmente, contrastado e ponderado com o referencial teórico-conceitual apresentado na introdução desta tese.

1. ASPECTOS HISTÓRICOS, RELIGIOSOS E CULTURAIS DOS CEMITÉRIOS DE INDAIAL

Uma vez que o poder público municipal de Indaial passou a ser responsável pela administração dos cemitérios municipais, condição que se estende por quase um século, tem-se que até o momento a cidade conta com apenas um cemitério público criado especificamente para a finalidade de sepultamentos dos munícipes. O cemitério público municipal de Indaial funda o território e o equipamento da municipalidade para onde acabam sendo encaminhadas e realizadas as atividades referentes aos serviços funerários.

O Cemitério Municipal de Indaial não passou a funcionar em meio a estruturas preexistentes de cemitérios de nenhuma das comunidades ou igrejas da cidade. Os sepultados no cemitério, independente da confissão religiosa, passaram a ocorrer em terra/solo nova, o que significava que se tratava de uma espécie de campo ‘neutro’ em termos de referências e identidades religiosas. Essa condicionante sugere que o processo de criação do Cemitério Municipal de Indaial pode ter favorecido maior consenso e aceitação do novo local à realização dos sepultamentos¹³⁵.

Todavia, em conversas com as pessoas entrevistadas, a exemplo da Entrevista F (2021) e da Entrevista J (2021), cujos familiares antecessores possuíam jazigos e sepultamentos no cemitério que datam da primeira metade do século XX, informam que inicialmente o cemitério sofreu uma espécie de clivagem, no sentido de que o cemitério foi dividido em duas partes, uma destinada aos sepultamentos católicos e outra aos

¹³⁵ À exemplo da Cemiterada, que ocorreu em Salvador na Bahia, o caso do Cemitério Municipal de Indaial sugere a ideia de um certo ‘consenso’ também pelo fato de que não foram encontrados registros nos jornais consultados e/ou nas entrevistas realizadas no sentido de que houvessem ocorrido manifestações e contestações por parte da população sobre o processo de fechamento dos antigos cemitérios que funcionavam no centro da cidade e diante da abertura do cemitério municipal. Porém, para se ter condições mais apropriadas para abordar a possibilidade de contestações seria prudente aprofundar os estudos e pesquisas nesse sentido.

protestantes luteranos. Em termos de distribuição e localização espacial, considerando como referência o antigo acesso do cemitério, que foi o principal quando da criação e das primeiras décadas do seu funcionamento, ter-se-ia que o lado esquerdo foi reservado para sepultamentos de católicos e o lado direito para o de luteranos.

Com o passar do tempo, em especial com a crescente necessidade de novos espaços para sepultamentos, as ampliações do cemitério e, nas últimas décadas, a proliferação de grupos religiosos conhecidos como cristãos renovados e/ou neopentecostais, a partição inicial foi, gradualmente, flexibilizada, e a ocupação passou a ser indiscriminada para todo o espaço do cemitério. Dessa forma, os munícipes passaram a frequentar e conviver em um espaço que não sustentou a ocupação segmentada entre as tradições religiosas e, com o decorrer da segunda metade do século XX, tornou-se um espaço de uso indiscriminado, múltiplo e diverso.

No ano de 1992, foi aprovada a criação de um cemitério parque, inclusive consta na legislação conteúdo específico que se refere a esse cemitério¹³⁶. De acordo com relatos dos administradores do cemitério, a gestão do poder executivo municipal em exercício cogitou que essa opção de espaço de cemitério e serviço poderia ser oferecida por meio do processo de terceirização/privatização, porém, até o momento nada dessa natureza foi realizado.

Com relação às previsões prescritas aos sepultamentos que podem ser realizados junto ao cemitério parque, faz-se necessário ressaltar as problemáticas e as discussões realizadas no primeiro e no segundo capítulos, que versam sobre as previsões das tradições religiosas, bem como dos costumes das populações para com o destino dos corpos e os locais de sepultamento convencional, assim como os possíveis desejos dos moribundos e dos familiares que desejam edificar jazigos, dispor paramentos e embelezar aqueles espaços.

Outros aspectos estão em que adeptos das tradições religiosas do cristianismo, em especial católicos, costumam demonstrar apreço e fazer amplo uso de imagens de santidades e de símbolos religiosos, embelezar os jazigos com flores, fazer a queima de

¹³⁶ No Artigo 1º, Parágrafo 1º e inciso I do conteúdo da Lei 5379 de 16 de dezembro de 2016, consta que, no Cemitério do Bairro Mulde, um cemitério parque, os jazigos devem ser sinalizados apenas com pedras de mármore, pedras cujas dimensões não podem ultrapassar 50 cm x 40 cm, que não é permitido qualquer outro adorno ou construção e que no entorno dos jazigos obrigatoriamente deve ocorrer o plantio de grama. Ou seja, conforme versa a legislação, não é possível edificar jazigos, dispor estatuárias, paramentos e demais embelezamentos que interfiram na paisagem e na visualidade do local. Entre as pessoas entrevistadas, a da Entrevista Z (2022) demonstrou vontade convicta pela opção de cemitério parque, justificando que esse é o que lhe confere maior agradabilidade em termos de estética visual e paisagística. (ENTREVISTA Z, 2022, p. 4).

velas, entre outros; assim como junto aos jazigos mais recentes e com sepultamentos de evangélicos renovados costuma ser comum encontrar a inscrição de frases bíblicas nas lápides ou nas tampas dos jazigos. Também há jazigos em que, independentemente da orientação religiosa, ocorre a presença de outras inscrições, tais como da trajetória de vida, das atividades profissionais e/ou dos *hobbies* praticados em vida pelos entes sepultados¹³⁷.

A criação do cemitério parque no bairro Mulde, nos moldes conforme prescreve a legislação e no sentido de constituir o novo destino dos sepultamentos dos munícipes, implica um contrassenso diante das tradições e práticas religiosas cristãs, em especial no que se refere aos costumes e hábitos fúnebres da grande maioria da população, que consistem em edificar jazigos, ornamentar, paramentar, dispor homenagens sobre eles e realizar visitas com relativa frequência.

Ainda no que concerne a essa questão, tem-se que, no que diz respeito aos recentes combinados entre o poder público municipal e a comunidade Mulde, conforme descrito no segundo capítulo, ocorre que esse cemitério está em funcionamento desde o final do século XIX e recebia sepultamentos exclusivamente de falecimentos de pessoas que residiam naquela comunidade e congregavam nas instituições religiosas que lá funcionavam. Todavia, a partir do ano de 2022, quando ele foi encampado pelo poder público municipal, passou a receber sepultamentos de pessoas que residem nas mais diferentes regiões do município e que podem ser adeptas das mais diferentes tradições religiosas, assim como as que não possuem religião.

Pode ser possível pensar que a nova dinâmica que está sendo veiculada ao cemitério da Mulde cause impactos naquele espaço. Até o momento, o número de sepultamentos realizados pelo poder público municipal no cemitério da Mulde ainda não chega a ser superior em relação ao montante de sepultamentos preexistentes, mas já é possível perceber contrastes, conforme ilustra a imagem da Figura 29:

Figura 29: Jazigos antigos e recentes no cemitério Mulde a.

¹³⁷ Na dissertação de mestrado *Morte, Cemitérios e Jazigos: um estudo do Cemitério Municipal de Joinville/SC*, em especial no capítulo 5 “Jazigos: formas e conteúdos”, descreve-se com mais detalhes os itens e paramentos que costumam ser depositados juntos aos jazigos e/ou casas no interior de cemitérios. Outro aspecto pertinente neste momento está em que os sepultamentos de cristãos luteranos à opção de edificação de jazigos, uso de paramentos e embelezamentos, prevalecem o despojamento e a sobriedade.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CM, 2022.

Na imagem da Figura 29, circulado em vermelho consta um jazigo que remonta às primeiras décadas do século XX, o qual possui, em sua edificação, além dos aspectos da passagem do tempo como a incrustação de sujidades, a lápide verticalmente disposta na cabeceira, confeccionada em pedra lousa e ornada com elementos artísticos¹³⁸, assim como, na cabeceira do respectivo jazigo, encontra-se fixada a cruz latina, confeccionada em ferro vazado. Ainda na Figura 29, grifado pelo quadrado amarelo, há um jazigo edificado recentemente, todo revestido em granilite cinza, contendo uma lápide levemente inclinada junto à cabeceira e, sobre a tampa do jazigo, consta uma pequena floreira com flores de plástico coloridas.

No conteúdo da Entrevista V (2022), cuja pessoa atuou até se aposentar como liderança pastoral na Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, há o relato: “para nós, é o símbolo máximo a Cruz livre, a Cruz limpa, que aponta também para a ressurreição” (ENTREVISTA V, 2022, p. 2). Dito de outro modo, em meio à comunidade de fiéis luteranos, a cruz possui valor simbólico e emblemático. Cabe ressaltar ainda que em especial a tradição religiosa ‘evangélica luterana’, que não faz uso de imagens decorativas que ilustrem santidades, seja no interior dos templos ou em espaços abertos, preza pela sobriedade e modéstia nas edificações dos respectivos jazigos.

¹³⁸ Os elementos artísticos se assemelham aos perfis da *art déco* (do francês, termo que abrevia as palavras ‘arte decorativa’), internacionalmente em uso naquele período. Conforme explica Ducher (2001), por ser um estilo de arte que apresenta formas geométricas e despojamento nas superfícies; é originária dos anos de 1920 e marcou as próximas décadas do século XX, arte que também sofreu influência do movimento cubista que lhe foi contemporâneo.

Já na imagem da Figura 30, da esquerda para a direita, consta um jazigo com elementos construtivos e decorativos das primeiras décadas do século XX. No topo da lápide, foi acrescentada uma cruz latina, ornada com elementos artísticos vegetais e florais¹³⁹.

Figura 30: Jazigos antigos e recentes no cemitério Mulde b.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CM, 2022.

A partir do centro da imagem à lateral direita da Figura 30, observa-se a presença de elementos construtivos e decorativos contemporâneos, tais como revestimentos em granilites vermelhos, lápides arredondadas e retangulares, suportes decorativos com duas e três hastes retangulares verticais, floreiras, flores de plástico coloridas, velários diversos, presença de palavras metálicas sobrepostas às lápides informando os dados biográficos dos sepultados, entre outros.

Esses aspectos sugerem que o uso do espaço com os sepultamentos tem se dado de forma desordenada e orgânica, possibilitando que se indague como os membros da comunidade Mulde e os demais munícipes se relacionarão com as configurações preexistentes e como serão resolvidas as demandas solicitadas pelos novos sepultamentos em termos de edificação de jazigos, confecção de lápides e ornamentos, inclusão de esculturas, imagens, símbolos, realização de homenagens e oferendas. Estimo que as circunstâncias de acomodação entre antigos e novos sepultamentos possam implicar

¹³⁹ Os elementos artísticos florais e vegetais lembram os padrões do estilo da *art nouveau* (arte nova), tendência nos últimos anos do século XIX e nos primeiros anos do século XX.

continuidades, rupturas, hibridismos, tensionamentos, sobreposições, apagamentos, ojerizas, entre outras relações e manifestações¹⁴⁰.

De outra parte, faz-se necessário ressaltar que existem mais dez cemitérios em funcionamento na cidade, que acabam sendo administrados exclusivamente pelas comunidades de moradores e/ou religiosas. Indaial ainda não conta com opções de cemitérios privados, ou seja, sem vínculo administrativo com o poder público ou com as instituições religiosas, bem como não há crematórios. A população de Indaial tem suprido a demanda pela prática de cremação em cidades como Blumenau, Jaraguá do Sul, Florianópolis e até em outros estados, como no estado do Paraná, na cidade de Curitiba, o que possibilita identificar a presença de urnas com cinzas mortuárias dispostas no interior do cemitério, conforme é possível identificar na imagem da Figura 31:

Figura 31: Urna com cinzas mortuárias no interior do CMI.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Na parte inferior da imagem da Figura 31, observa-se a presença de flores amarelas junto a uma caixa retangular confeccionada em granilite cinza, com a parte da frente revestida em vidro, dividida em duas partes; na parte inferior, consta uma pequena escultura de Nossa Senhora Aparecida e, na superior, que é ladeada por flores coloridas, uma urna funerária branca, sobre a qual está disposto um terço religioso.

¹⁴⁰ O cemitério da Mulde, que pertencia exclusivamente à comunidade de moradores e às respectivas associações religiosas, agora, a partir do uso que costuma ser feito pelo poder público municipal de Indaial e pelo fato de estar recebendo sepultamentos de toda a municipalidade, constitui-se um campo primordial, potencial e sugestivo a estudos e pesquisas.

É possível pensar que podem existir outras urnas com cinzas mortuárias que se encontram no interior dos jazigos e/ou no interior das casas das respectivas famílias. Ressalto que em momento algum as legislações (INDAIAL, 2016/2021) mencionam ou prescrevem qualquer conteúdo para com cinzas mortuárias e a disposição de urnas no interior do espaço do Cemitério Municipal de Indaial ou dos demais cemitérios. Ou seja, a situação tem sido conduzida e resolvida conforme o julgamento da pessoa que se encontra no exercício da função na administração do cemitério diante dos respectivos familiares que assim almejam dispor os restos mortais dos seus entes.

O fato de existir a presença de urnas funerárias com restos mortais no interior do cemitério e de que ainda existam 10 cemitérios que são administrados pelas comunidades de moradores e/ou religiosas no interior da cidade sugere problematizar que, muito embora estivesse em funcionamento o Cemitério Municipal de Indaial há quase cem anos, e dotado de todo um aparato estatal de base laica e secular, o poder público municipal não haveria e não tem mobilizado esforços para impedir ou ordenar e normatizar tais atividades. Como defende Souza (2019), é possível pensar que as relações entre o poder público municipal, as instituições religiosas e os interesses dos municípios foram amistosos e conciliadores, constituindo estratégias ou, melhor dizendo, tecnologias de controle, que visavam resultados e fins políticos maiores.

Rodrigues (2005) sugere também que se pense que a discussão sobre a secularização dos espaços dos cemitérios foi proposta e se circunscreveu basicamente em espaços e instâncias privilegiadas, tais como grupos de intelectuais, movimentos anticlericais, elites políticas e econômicas — ou seja, longe de representar uma iniciativa, uma vontade e um consenso por parte da população propriamente dita.

Outro aspecto reside no fato de que o poder municipal, responsável por levar a cabo as previsões dos sepultamentos nos cemitérios públicos, demandava dispor de espaços apropriados, bem como estrutura física, equipamentos e recursos, equipe de funcionários, entre outros, o que poderia nem sempre se configurar como questão colocada em pauta; somam-se a isso os interesses em manter relações em consórcio com as instituições eclesásticas. Sendo assim, o poder público acabou por não requerer o controle para si, de forma exclusiva, para tais atividades, assim como até consentiu na não observação pelo cumprimento das previsões em diretrizes que estavam em voga no debate internacional.

1.1. OS ITENS DESTINADOS ÀS HOMENAGENS E AOS RITUAIS

Retomando a discussão proposta por Foucault (2008b), o autor detalha que a disciplina funciona na medida em que os espaços do território são isolados e segmentados. O gesto fundamental da disciplina é o de circunscrever os espaços do território no qual os mecanismos do poder possam funcionar plenamente e sem limite; a disciplina determina o que é e o que não é permitido, separa a boa e a má circulação, informa e atribui responsabilidade sobre os perigos e os riscos potenciais à segurança dos jazigos, dos sepultados e dos indivíduos que lá circulam e do uso que se deve fazer dos materiais ritualísticos.

Entre as formas de manipulação dos itens destinados às práticas ritualísticas e/ou homenagens, é comum a queima de velas, o depósito de flores naturais e/ou artificiais, a presença de imagens e esculturas religiosas, crucifixos, terços e demais simbologias oriundas das referências religiosas ou dos costumes e gostos familiares. Com relação à manipulação específica de flores, a nova redação para o Artigo 12 da Lei Nº 5379/ 2016, agora como Artigo 12 da Lei nº 5987/2021, estabelece que¹⁴¹:

Art. 12. Nos cemitérios públicos ou particulares, é proibida a entrada de vasos de flores com pratos, ou envolvidos em papéis plastificados, que possam acumular água, sendo permitida somente a utilização de vasos fixos, floreiras ou quaisquer outros ornamentos ou recipientes, desde que devidamente perfurados e preenchidos com areia até a borda evitando a possibilidade de acúmulo de água. § 1º Nos cemitérios públicos ou particulares, os responsáveis pelos túmulos e capelas são obrigados a colocar areia grossa em todos os vasos, floreiras ou quaisquer outros ornamentos ou recipientes de qualquer natureza ou guardá-los vazios no interior das capelas ou local apropriado. § 2º A Administração Municipal, de acordo com o órgão competente, fica autorizada a apreender, remover e inutilizar os vasos, floreiras, ornamentos ou recipientes mencionados neste artigo, que não estejam devidamente perfurados e preenchidos com areia, de modo a evitar o acúmulo de água.

O Artigo 12 expressa a latente preocupação com o acúmulo de água, que favorece a proliferação do mosquito *Aedes Aegypti*, principal vetor responsável pela transmissão de doenças como a dengue e a febre amarela. Logo, pratos, embalagens plásticas e vasos que não estejam preenchidos com areia são os alvos primordiais do artigo; todo e qualquer

¹⁴¹ O conteúdo da Lei Nº 5379, de 16 de dezembro 2016 para o artigo 12 era apenas: “Art. 12: Os vasos ou demais ornamentos deverão conter furos a fim de evitar o acúmulo de água no seu interior e de maneira a não permitir a proliferação de mosquitos e outros insetos transmissores de doenças”.

descumprimento autoriza os funcionários e responsáveis pelo cemitério a remover esses itens¹⁴².

Nos preparativos ao Dia de Finados de 2022, foram dispostas placas nos principais acessos e nos locais de maior visibilidade no interior do cemitério. A placa possui conteúdo ilustrativo e estabelece comparativos do que é permitido e do que é proibido, vale-se de imagens de vasos e recipientes que se encontram no interior do próprio cemitério, assim como o conteúdo descrito na placa evidencia a necessidade do cumprimento da legislação municipal em vigor, que é a Lei nº 5379/2016, bem como do decreto estadual 1897/2022, que versa sobre normas a fim de evitar a propagação de doenças transmitidas por vetores de febre amarela (*Aedes albopictus*) e dengue (*Aedes aegypti*) no estado de Santa Catarina¹⁴³.

Figura 32: Placa ilustrativa e orientativa no CMI.



Fonte: Arquivo da autora, CMI, 2022.

Nos Artigos 14, 15 e 20 da Lei Municipal nº 5379/2016, é abordado sobre a remoção dos materiais manipulados no interior do cemitério, nos termos de:

Art. 14 As flores, coroas e demais ornamentos usados em funerais, bem como aqueles colocados sobre os jazigos, quando em estado de

¹⁴² O mosquito *Aedes aegypti* costuma colocar seus ovos em recipientes em que ocorre o acúmulo de água, tais como pneus, calhas, caixas d'água descobertas, latas, garrafas e, em especial, pratos de vasos de flores, além de locais naturais como bambus, bromélias e buracos em árvores. O inseto prolifera e sobrevive melhor em regiões de baixas e médias altitudes e em climas subtropical e tropical.

¹⁴³ SANTA CATARINA. Governo do Estado de Santa Catarina. Decreto nº 1897, de 4 de maio de 2022. Florianópolis, 4 de maio de 2022. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/sc/decreto-n-1897-2022-santa-catarina-regulamenta-a-lei-no-18-024-de-2020-que-estabelece-normas-para-evitar-a-propagacao-de-doencas-transmitidas-por-vetores-febre-amarela-aedes-albopictus-e-dengue-aedes-aegypti-no-estado-de-santa-catarina> Acesso em: 27 dez. 2022.

deterioração ou de mau estado de conservação, serão automaticamente retirados pela administração do cemitério, sem que haja direito a qualquer tipo de reparação ou indenização.

Art. 15 Fica a administração dos cemitérios municipais responsável pela manutenção da limpeza e higiene dos cemitérios, intimando quando necessário for os proprietários ou responsáveis pelos jazigos e lápides que necessitem de manutenção e/ou limpeza.

Art. 20 A limpeza e manutenção dos túmulos são de inteira responsabilidade dos seus proprietários.

Os três artigos tratam das práticas ritualísticas, tendo em vista a responsabilização pelos aspectos da higiene e da limpeza dos túmulos e jazigos. Os conteúdos dos Artigos 12, 14, 15 e 20 demonstram apenas preocupação com a limpeza e a higiene dos jazigos, pois não estabelecem outros cuidados a serem tomados como, por exemplo, em relação às informações históricas, artísticas e culturais que existem e/ou são depositadas junto aos jazigos e no interior das capelas. Os referidos artigos não tratam de como podem e/ou como não podem ser feitas atividades de manutenção e limpeza dos jazigos. Ademais, não fazem referência aos materiais que podem e/ou não ser utilizados, a fim evitar danos ou até mesmo a remoção daquelas informações.

A imagem da Figura 33 ilustra os trabalhos de limpeza empreendida no interior do cemitério:

Figura 33: Jazigos dos sepultamentos transferidos.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2018.

Os jazigos da Figura 33 se encontram na região mais antiga do cemitério, ou seja, a área que é ocupada com os jazigos e as lápides que foram trazidos dos três cemitérios desativados no centro da cidade para a criação do cemitério municipal.

As informações contidas nas lápides informam que os falecimentos ocorreram nas últimas décadas do século XIX e na sua grande maioria nas primeiras décadas do século XX. Considerando essas informações, os jazigos deveriam possuir a superfície coberta por incrustações, pátinas, sujidades, entre outros aspectos que são típicos da ação do tempo e da natureza e que seriam responsáveis por lhes conferir uma aparência mais esverdeada, terrosa e escura, diferente da qual é observada na figura, que é a de jazigos com a superfície lisa e polida, denotando que nos trabalhos de limpeza foi feito o uso de materiais como detergentes e alvejantes, os quais possuem em sua composição substâncias abrasivas e que, manipulados com escovas, escovões e vassouras, são responsáveis por promover o descascamento e a retirada dos conteúdos impregnados ao longo do tempo.

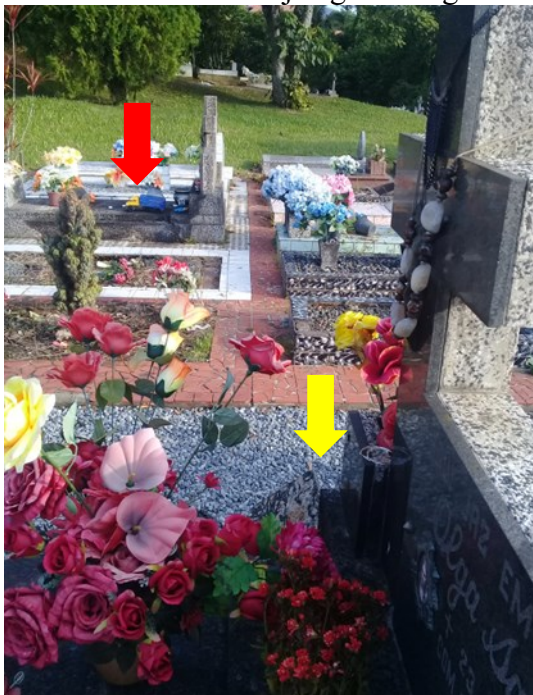
A superfície que os jazigos apresentam na forma como estão ilustrados na imagem da Figura 33 aponta para o contexto da biopolítica e das tecnologias de controle, além do esforço na remoção e eliminação dos elementos que haviam sido dispostos pelos familiares quando da visitação e de homenagens feitas junto aos jazigos, assim como dos conteúdos impressos pela passagem do tempo e da dinâmica da natureza que, por sua vez, foram entendidos como insalubres, indesejados e desviantes. Agora a superfície que se apresenta está higienizada, disciplinarizada e controlada, atestando e demonstrando a presença do poder, a capacidade e o alcance da coação, a eficiência da maquinaria e da potência de sua soberania.

Em outras palavras, esses jazigos já haviam sido alvo da deliberação biopolítica e das tecnologias de controle que os enquadraram juntamente com os cemitérios antigos em funcionamento na região central da cidade, e agora novamente voltam a ser alvo dos mesmos estratagemas para com os conteúdos e as inscrições do tempo, da natureza, da história, da arte e da cultura que existiam sobre eles. Essa configuração permite observar a proporção e a capilaridade que a biopolítica adquire e atinge, assim como quando foi empregada uma máquina retroescavadeira para nivelar o terreno, remover a vegetação e quaisquer outros empecilhos que existam no local, de acordo com ilustração na imagem da Figura 14, e nos materiais e equipamentos com que as próprias pessoas se dirigem aos jazigos dos familiares a fim de realizar a manutenção e o embelezamento no Dia de Finados, conforme ilustrado nas imagens das Figuras 21 e 22 do capítulo anterior.

1.2. HOMENAGENS E OFERENDAS NO JAZIGO DA ‘CIGANA’ E DO ‘NETO DA CIGANA’

No interior do Cemitério Municipal de Indaial, existem dois jazigos que são motivo de contínuo depósito e manipulação de itens destinados às oferendas e práticas ritualísticas. Tratam-se dos jazigos que são popularmente conhecidos como o ‘túmulo da cigana’ e do ‘neto da cigana’. Os dois jazigos se encontram numa distância razoavelmente próxima, em torno de 05 metros entre um e outro, conforme é possível observar na imagem da Figura 34, na qual o jazigo do ‘neto da cigana’ está sinalizado com a seta vermelha e o ‘jazigo da cigana’ com seta amarela:

Figura 34: Proximidade entre o jazigo da ‘cigana’ e do ‘neto’.



Fonte: Arquivo da autora, CMI, 2022.

As informações biográficas dispostas junto à lápide dos dois jazigos são semelhantes e confeccionadas com os mesmos materiais e estilos. No alto da lápide, consta a frase ‘Aqui jaz em Deus’; logo abaixo, no centro da lápide, constam os nomes e sobrenomes de ambos; seguidos da data de nascimento (dia, mês e ano) e a data de falecimento e, por fim, a palavra/expressão ‘Saudades’.

No caso dos dados de nascimento e falecimento, na lápide do jazigo da ‘cigana’ ocorre uma situação peculiar, que é o fato de haver apenas a data de falecimento, 23/09/1965, e a idade que ela possuía quando do falecimento, 48 anos, o que indica que

o nascimento deve ter ocorrido no ano de 1917 — fato que ilustra ela não portava documentos tais como certidão de nascimento, registro geral, título eleitoral, entre outros. Já na lápide do ‘neto da cigana’, os dados biográficos sumários estão completos, sendo que a data de nascimento é informada como 28/02/1968 e a de falecimento é 11/01/ 1975, indicando que o falecimento do neto ocorreu aos sete anos de idade.

Outro aspecto está em que os materiais depositados sobre os dois jazigos demonstram contextos e intencionalidades distintas. No jazigo da ‘cigana’ costumam constar itens como velas, pulseiras, colares, brincos, anéis, lenços, xales, batons, esmaltes, flores, cigarros, tabacos e bebidas alcoólicas, ou componentes que dizem respeito a rituais específicos, tais como facas cravadas na floreira acompanhada de moedas, garrafas de cidra/espumantes abertas e porções servidas em copos, entre outros.

As imagens das Figuras 35 e 36 ilustram parte dos itens mencionados:

Figura 35: Jazigo da ‘cigana’ a.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2017.

Figura 36: Jazigo da ‘cigana’ b.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2020.

Na imagem da Figura 35 é possível observar que junto ao jazigo constam itens de acessórios como colares, um esmalte e flores diversas. Na imagem da Figura 36 constam itens como um colar, flores diversas e bebidas, tais como cidras/espumantes e coquetel a base de vodca. A imagem da Figura 35 foi realizada no ano de 2017 e a da Figura 36 em maio de 2020.

O jazigo do ‘neto da cigana’ encontra-se na região que foi destinada ao sepultamento de crianças, na lateral direita do cemitério, próximo aos sepultamentos mais antigos. No que diz respeito aos itens que são depositados junto ao jazigo, há brinquedos diversos, chupetas, mamadeiras, doces, biscoitos e também flores, velas, entre outros.

As imagens das Figuras 37 e 38 ilustram parte desses itens:

Figura 37: Jazigo do ‘neto da cigana’ a.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2020.

Figura 38: Jazigo do 'neto da cigana' b.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2021.

Na imagem da Figura 37 encontram-se itens como uma chupeta, miniaturas de diversos meios de transporte, miniaturas de répteis e flores. Na imagem da Figura 38 há alimentos tipo *waffer* e chocolates, miniaturas de meios de transporte e animais que compõem o que seria uma fazenda. A imagem da Figura 37 foi realizada em 2020 e a da Figura 38 em 2021.

A partir das imagens dessas figuras, nota-se que não tem ocorrido acumulação dos itens de homenagens e oferendas, que estes são alterados com frequência, que não ocorre a sobreposição, salvo no caso de algumas peças no jazigo do ‘neto da cigana’, como a chupeta, alguns carrinhos e miniaturas de répteis. Diante disso, cogita-se que essas oferendas tenham sofrido e sofram das ações do tempo, tais como vento, sol e chuva, assim como possam ter sido (e sejam) alvo de furtos e roubos, e da retirada deles em virtude dos trabalhos de limpeza e manutenção do espaço do cemitério, conforme está previsto e autorizado genericamente no Artigo 14 da Legislação e que foi mencionada anteriormente. Pode ser também que as oferendas depositadas no jazigo estejam sofrendo atos de intolerância religiosa e/ou étnica praticada por pessoas que frequentam ou passam pelos jazigos¹⁴⁴.

Andrade (2012) sugere que os ‘jazigos da cigana’ e do ‘neto da cigana’ representam sepultamentos não cristãos e podem ser motivo, ao mesmo tempo, tanto de culto de devotos da tradição cristã como da não cristã. Entende-se também que esses jazigos no interior do cemitério representam um tipo de referência e de acesso ao modo de vida, à identidade e à tradição do povo cigano, em especial às mulheres que praticam atividades relacionadas ao esoterismo, tais como a taromancia (leitura de cartas) e a quiromancia (leitura das linhas das mãos), o que pode ser um dos principais motivos e de intenções das oferendas, no caso do ‘jazigo da cigana’. Por outro lado, percebe-se que os sepultamentos de integrantes do povo cigano catalisam o aspecto de que o cemitério, o jazigo, representariam o ponto final, a morada definitiva, talvez a experiência mais expressiva de sedentarização de uma tradição que se caracteriza por ser nômade e/ou seminômade.

2. DADOS ESTATÍSTICOS RELIGIOSOS E AS CONTINGÊNCIAS POPULACIONAIS

O último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE (2010) registrou que a população residente em Indaial é de 54.854 e a estimativa para o ano de 2021 foi de 72.346 habitantes. Segundo o IBGE, no ano de 2019, o número de óbitos foi

¹⁴⁴ A suspeita sobre o que estaria ocorrendo com as oferendas deixadas junto aos jazigos dos respectivos sepultados requer maior atenção, observação, acompanhamento, questionamentos e reflexões, bem como aprofundamentos sobre o que os dois sepultamentos representam em relação aos demais jazigos do cemitério, sobre as práticas ritualísticas e oferendas que lhe são dedicadas, entre outras questões.

de 359, sendo 192 homens e 167 mulheres¹⁴⁵. No que diz respeito à confissão religiosa da população, o censo de 2010 registrou as seguintes informações:

Tabela 01: Confissão religiosa da população de Indaial/SC.

RELIGIÃO/CREDO	NÚMERO DE PESSOAS
Sem religião	842
Budismo	9
Católica Apostólica Romana	38.683
Católica Ortodoxa	28
Espírita	258
Evangélica	14.221
Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias	12
Não determinada e múltiplo pertencimento	67
Novas Religiões Orientais	37
Testemunhas de Jeová	530
Outras religiões cristãs	133
Não sabe	25

Fonte: IBGE/Cidades. Indaial. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/indaial/pesquisa/23/22107?detalhes=true> Acesso em: 24 abr. 2022.

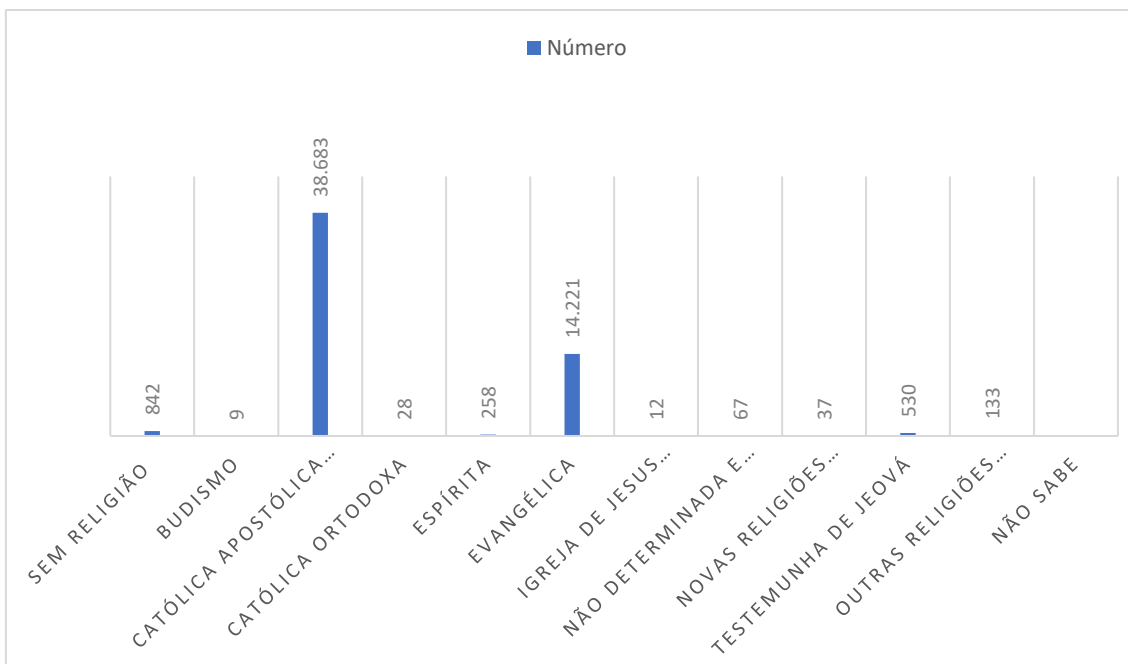
O censo de 2010 evidencia que 38.683 pessoas se declararam católicas apostólicas romanas, 14.221 evangélicas, 842 sem religião, 530 testemunhas de Jeová e 258 espíritas¹⁴⁶. No intuito de melhor visualizar e compreender a proporção e a relação dos números da confissão religiosa da população de Indaial, ilustrou-se os dados no formato de gráfico de barras e gráfico de setores, conforme é possível observar a seguir:

Gráfico 01: Confissão religiosa da população de Indaial a.

¹⁴⁵ Dados obtidos em: IBGE. INDAIAL. Disponível em:

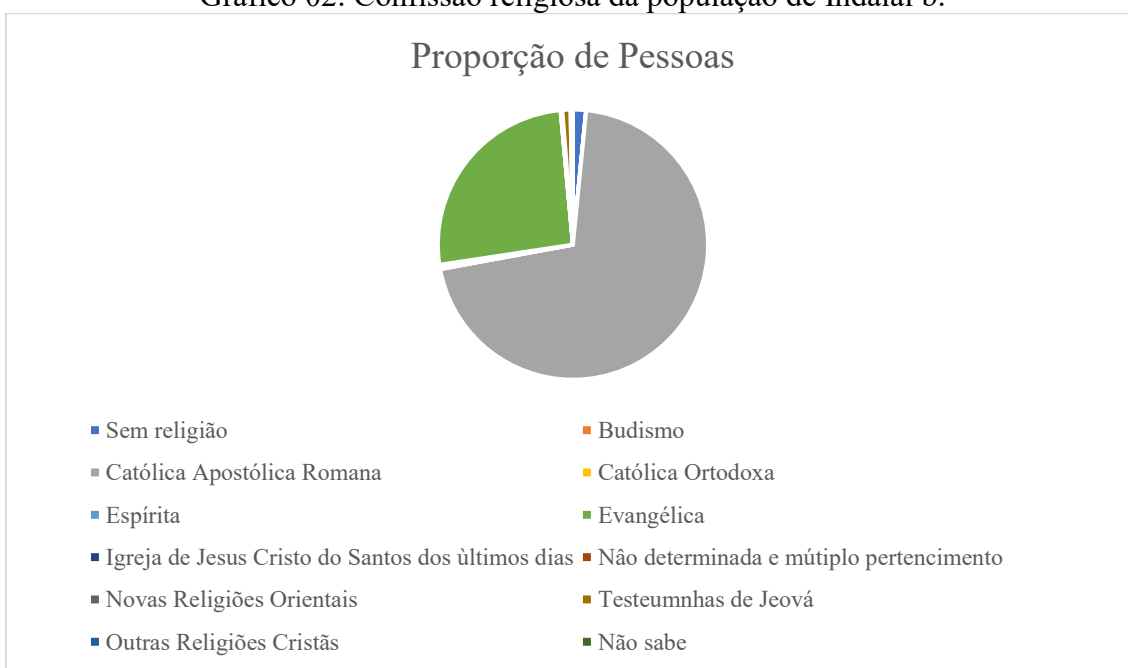
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/indaial/pesquisa/17/15752> Acesso em: 25 fev. 2023.

¹⁴⁶ No *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), consta que a população de Indaial, em 2021, estava em torno de 72.346 mil habitantes. Todavia, esse número acaba sendo uma estimativa apenas para o número habitantes, não está acompanhado da atualização das informações sobre a declaração religiosa da população, assim como para demais informações populacionais do município. Cabe aqui registrar que o IBGE realizava censos populacionais com uma periodicidade de 10 anos. No ano de 2020 deveria ter ocorrido a publicação dos resultados de um novo censo, que atualizaria de forma completa os dados para todas as cidades brasileiras; porém, a gestão do governo federal 2018-2022 deu início à realização da coleta de dados pelos recenseadores apenas no segundo semestre do ano de 2022 e, até o momento, não divulgou os dados completos. Fonte: INDAIAL/SC. IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/indaial/panorama> Acesso em: 24 fev. 2022.



Fonte: IBGE/Cidades. Indaial. Adaptado pela autora, 2022.

Gráfico 02: Confissão religiosa da população de Indaial b.



Fonte: IBGE/Cidades. Indaial. Adaptado pela autora, 2022.

Os números assim dispostos possibilitam compreender que a grande maioria dos munícipes são adeptos das tradições religiosas pertencentes ao cristianismo, que seria composta pelos percentuais da população que se declarou como católicos, evangélicos, testemunhas de Jeová e espíritas. O censo, em especial, o instrumento de registro para as confissões da população de Indaial, ainda não computou o número de pessoas confessas das tradições religiosas afro-brasileiras como a umbanda, o candomblé e a quimbanda,

entre outras¹⁴⁷. Todavia, por meio das entrevistas orais, foi possível conhecer pessoas que são adeptas a essas tradições, entre elas a umbanda e o candomblé. Conforme relatam os entrevistados, existem pelo menos cinco terreiros em pleno funcionamento na cidade. Ao longo da realização dos estudos, visitou-se dois terreiros. Um deles é o Templo de Umbanda Guerreiros de Ogum/TUGO¹⁴⁸, conforme consta na imagem da Figura 39:

Figura 39: Com Pai e Mãe de Santo no Templo de Umbanda Guerreiros de Ogum/TUGO.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, Indaial/SC, 2021.

Na imagem da Figura 39, no interior do terreiro, no plano principal, da esquerda para a direita, em pé e em posição frontal, estou de braços dados com Mãe Nedi e Pai Marco. O terreiro está paramentado com balões coloridos suspensos nas laterais do teto e, na parede, ao fundo, constam inúmeras esculturas, em diferentes tamanhos, para diversas entidades, bem como velas, plantas, adornos e adereços como colares e chapéus dispostos em suportes junto ao chão ou suspensos e fixados à parede.

Nesse contexto, torna-se pertinente apresentar conteúdo da Entrevista I (2021), em que a pessoa entrevistada exerce a função de Pai de Santo e relata os desafios que os

¹⁴⁷ Os fatos e aspectos, mencionados anteriormente, que se referem em específico à realização do censo, ao instrumento de coleta de dados e as estatísticas divulgadas sobre a população da cidade de Indaial, sugerem que se problematize e reflita sobre a realização de pesquisas e a divulgação aos resultados gerados em quaisquer âmbitos e esferas em que sejam aplicados.

¹⁴⁸ O Templo de Umbanda Guerreiros de Ogum possui ampla divulgação dos trabalhos e atividades do terreiro por meio de um perfil próprio no Instagram. O perfil no Instagram do TUGO é <https://www.instagram.com/tugoguerreirosdeogum/> O terreiro fica localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1520, bairro Centro, na cidade de Indaial/SC.

frequentadores e praticantes da religião encontram, no contexto familiar e social, para com o respeito e à aceitação pela escolha religiosa:

[...] a gente vê muita objeção, inclusive filhos que eu tenho na casa, que sabe que na hora que morrer a gente não vai poder chegar porque a família é contra, que não sei quem é contra, então a gente sabe que, jamais vai poder fazer por ele aquilo que ele também gostaria, a gente sabe disso, eu graças a deus, tenho a minha mãe que é da umbanda, se eu morrer antes que ela, tomara que não, eu sei que ela vai fazer, vai respeitar, a minha mulher, que é mãe de santo também, também vai, se ela estiver comigo também vai fazer[...]. (ENTREVISTA I, 2021, p. 3).

O conteúdo da entrevista evidencia especificamente que as pessoas frequentadoras do templo não podem solicitar nem usufruir dos rituais fúnebres prescritos pela tradição da umbanda quando do próprio falecimento. Tal aspecto sugere pensar num quadro geral e amplo de que, em muitos casos, os frequentadores das tradições afro-brasileiras acabam silenciando e omitindo sobre a vida religiosa praticada tanto aos familiares como às demais pessoas do ambiente de trabalho, de lazer e demais espaços de sociabilidade. Condicionados por esses fatores, tais pessoas experimentam uma espécie de identidade interrompida, não completa no que tange à totalidade da tradição religiosa e, ao mesmo tempo, ambivalente, pelo fato de se tratarem de ritos fúnebres que são reconhecidos e praticados pelos familiares.

Ainda atrelado ao conteúdo da Entrevista I (2021) apresentada acima, a programação oficial do dia 02 de novembro, de Dia de Finados, do ano de 2021 e de 2022, divulgada pelo setor administrativo do Cemitério Municipal de Indaial aos meios de comunicação locais e da região, previa os seguintes cultos e horários: a) Atividades de 2021: 07h30min, Culto da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil; 09h, Missa da Igreja Católica Paróquia Nossa Senhora de Fátima; 13h30min, Culto da Igreja Assembleia de Deus e 15h, Missa da Igreja Católica Paróquia Santa Inês¹⁴⁹; b) Atividades de 2022: 07h30min, Culto da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil; 09h, Missa da Igreja Católica Paróquia Nossa Senhora de Fátima; 14h, Culto da Igreja Assembleia de Deus; 15h, Missa da Igreja Católica Paróquia Santa Inês.

Na programação oficial para o Dia de Finados dos anos de 2021 e 2022 constaram quatro cultos, todos de matriz religiosa cristã e, destes, dois oferecidos por paróquias

¹⁴⁹ Informações publicadas pela administração do Cemitério Municipal de Indaial no site MISTUREBAS. Administração do Cemitério Municipal de Indaial orienta moradores sobre uso do espaço no Dia de Finados. Disponíveis em: <https://misturebas.com.br/2021/10/27/administracao-do-cemiterio-municipal-de-indaial-orienta-moradores-sobre-uso-do-espaco-no-dia-de-finados/> acesso em: 10 set. 2022.

católicas, um pela Igreja Luterana e outro pela Assembleia de Deus, o que acaba sendo responsável por evidenciar maior presença e influência da Igreja Católica na composição da agenda religiosa das atividades alusivas ao Dia de Finados, aspecto que também reflete os dados de confissão religiosa dos munícipes apresentados e discutidos anteriormente.

As agendas da programação do Dia de Finados permitem ainda identificar que os cultos das tradições religiosas como espíritas, afro-brasileiras e orientais não constaram na programação oficial organizada pelo setor de administração do cemitério; entretanto, Mãe e filhos de santo do Templo Religiosos de Oxum, Mamãe Carolina de Oxum Panda¹⁵⁰, por volta das 18h, realizaram rituais e homenagens coletivas, tanto no ano de 2021 como no ano de 2022, conforme é possível observar nas imagens das Figuras 40 e 41 a seguir:

Figura 40: Homenagem no Dia de Finados de 2021.



Fonte: Carolina de Oxum. *Fanpage*. Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=3572161326241837&set=pb.100003440158882.-2207520000.&type=3>

Acesso em: 11 set. 2022.

Figura 41: Homenagem no Dia de Finados de 2022.

¹⁵⁰ As atividades realizadas no Dia de Finados dos anos de 2021 e 2022 e demais trabalhos conduzidos pela Mãe Carolina podem ser acompanhados pela *fanpage* no Facebook <https://www.facebook.com/maecaroldeoxum/> e pelo perfil no Instagram https://www.instagram.com/mae_carolina_de_oxum_panda/



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

As imagens das Figuras 40 e 41 possibilitam observar que a cerimônia de homenagem às almas no Dia de Finados realizada nos dois anos pelo Templo Religiosos de Oxum, Mamãe Carolina de Oxum Panda, foi conduzida por uma mulher, a própria mãe de santo Mãe Carolina, e que os integrantes do terreiro estavam todos vestindo indumentárias específicas e personalizadas.

A imagem da Figura 42 foi realizada no dia 02 de novembro por volta das 18h30min e ilustra a diversidade de oferendas que foram acumuladas no cruzeiro central do cemitério e pelas mais diferentes tradições religiosas:

Figura 42: Cruzeiro central no Dia de Finados de 2022.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Entre os principais itens de homenagens e oferendas, a imagem da figura permite identificar a presença de alimentos, bebidas diversas, flores, velas, entre outros. No dia 03 de novembro de 2022, por volta das 17h30min, quando retornei ao Cemitério Municipal de Indaial, observei que as oferendas que haviam sido deixadas junto ao cruzeiro central, ao longo dos dias anteriores e ao próprio Dia de Finados, já haviam sido removidas. Restavam apenas algumas velas acesas que, conforme as evidências indicavam, haviam sido dispostas e acesas há poucas horas, conforme mostra a imagem da Figura 43:

Figura 43: Cruzeiro central do CMI no dia 03 de novembro de 2022.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

A queima de velas e a realização de homenagens e de oferendas, quando praticada em um espaço compartilhado como ocorreu no espaço do velário do Cemitério Municipal de Indaial, tende a potencializar a possibilidade de acidentes e o comprometimento dos materiais ali dispostos. Porém, ocorre que nenhuma das legislações em vigor mencionam esses espaços, assim como não fazem orientações acerca do uso deles, o que, por outro lado, possibilita ampla liberdade e diversidade de acesso e uso.

É importante ressaltar que as estruturas do cruzeiro central e do velário do cemitério constituem espaços de uso compartilhado, tanto por parte dos munícipes como pelas demais pessoas que queiram fazer uso do local; que, em momento algum, o conteúdo da legislação menciona esses locais; que os aspectos apontados na dinâmica das imagens das Figuras 38 e 39 sugerem compreender que o juízo da pessoa que está no exercício da administração do espaço do cemitério, que representa o poder público municipal, imperou sobre até quando as homenagens e as oferendas destinadas aos entes dos respectivos familiares poderiam ser mantidas ou não no interior do espaço do cemitério.

O que foi verificado por meio da imagem da Figura 43 encontra-se numa relação semelhante ao que foi descrito e discutido anteriormente, na imagem da Figura 33, que trata dos jazigos que sofreram a remoção dos conteúdos do tempo e da natureza. Agora, tem-se que os itens que faziam parte das homenagens e oferendas ao Dia de Finados e foram ligeiramente removidos, novamente denotando a implementação de estratégias da biopolítica e de tecnologias de controle, nos termos de que os diversos elementos depositados junto ao cruzeiro central, à luz da racionalidade governamental, foram tratados como insalubres, indesejados e desviantes; logo, o tratamento designado foi o

de remoção, eliminação, higienização e controle, atestando e demonstrando mais uma vez a presença indelével do poder, a capacidade e o alcance de seus desígnios, bem como a eficiência dos tentáculos e interlocutores, da maquinaria e do alcance de sua soberania.

3. ASPECTOS DE IDENTIDADES E MEMÓRIAS NO INTERIOR DO CEMITÉRIO

Considerando a trajetória de criação do Cemitério Municipal de Indaial, é possível pensar que boa parte dos cemitérios administrados pelo poder público municipal de outras cidades brasileiras também podem ter se originado a partir da remoção de antigos cemitérios que pertenciam às comunidades de moradores e das paróquias religiosas que se situavam nas regiões centrais das cidades, geralmente de tradição cristã, sendo, pois, católicos e/ou protestantes.

Além dessa forma e configuração de cemitérios e sepultamentos, tem-se também os cemitérios que pertenciam às comunidades de moradores e religiosas e que foram apenas encampados pelo poder público municipal, isto é, não sofreram alteração de local, apenas passaram a receber sepultamentos de outras tradições religiosas, além da qual já vinham recebendo, como é o caso do cemitério da Mulde, que pertencia à comunidade de moradores e que passou a ser utilizado pelo poder público municipal de Indaial como alternativa diante do esgotamento do cemitério público municipal.

Com o transcorrer do século XX, agora, no interior dos cemitérios públicos municipais, de caráter laico, as referências religiosas cristãs, como do catolicismo e do protestantismo, passaram a dividir espaço com outras tradições religiosas, tais como o espiritismo, a umbanda, o candomblé, etc.; assim sendo, é de se esperar que a proporção das homenagens, das oferendas e dos rituais da mesma forma passaram a variar.

À luz dos escritos nos capítulos anteriores, é possível pensar que os hábitos e os costumes ocidentais mais frequentes em cemitérios, cuja finalidade acaba sendo a manipulação de itens e materiais para a realização de práticas ritualísticas e de homenagens e oferendas, tanto podem ocorrer em situações individuais e familiares quanto em coletivas.

De modo individual, ocorre quando o indivíduo, espontaneamente ou por motivação própria, procura pelo cemitério, o que geralmente ocorre na ocasião da passagem de datas como o aniversário de nascimento, de falecimento ou de casamento dos entes sepultados; de modo familiar, nos momentos de velórios, nos processos de

inumação e exumação, nos trabalhos de limpeza e na preparação dos jazigos em períodos que antecedem homenagens do Dia de Finados; de modo coletivo e de motivo compartilhado, na passagem das datas como o Dia das Mães, dos Pais e das Crianças, a Sexta-Feira Santa, o domingo de Páscoa, a quinta-feira de Corpus Christi e, em especial, o dia 02 de novembro, que é o Dia de Finados.

Tendo em vista a problematização apresentada por Nora (1993) como ‘vigilância comemorativa’, esta pode ser reconhecida em meio à mobilização que ocorre com relação aos espaços de cemitérios que os fiéis das tradições religiosas cristãs costumam realizar nos preparativos, nas visitas e nas homenagens que realizam na véspera e/ou na passagem das datas mencionadas acima, como as significativas no contexto de cada família, tais como nascimentos, casamentos, aniversários, entre outros. Logo, as motivações são múltiplas e diversas, ora compartilhadas com um coletivo amplo, ora com um coletivo reduzido, mas também de modo individual.

No conteúdo da Entrevista N (2022), a pessoa entrevistada, que exerceu função na administração do cemitério municipal entre os anos de 2017 e 2021, relata que a experiência na função ao longo dos quatro anos possibilitou-lhe observar que a procura pelo cemitério de modo individual costuma ser mais frequente no período das primeiras semanas e dos primeiros meses em que ocorreu o falecimento/sepultamento do familiar; que, com o passar do tempo, conforme vai ocorrendo distanciamento em relação à data do falecimento, pode ser percebida uma diminuição significativa na frequência dos enlutados junto aos jazigos, que esse quadro progride para intervalos cada vez maiores entre uma visita e outra, e que tende a se estabilizar e concentrar nas datas comemorativas elencadas anteriormente.

A partir desse relato, pode-se compreender que o processo de vivência e os trabalhos do luto que envolvem o espaço do cemitério são vivenciados de uma forma mais intensa e frequente de forma individual, e que esse estágio acaba sendo gradualmente sucedido por uma experiência/convivência em momentos de homenagens coletivas, nas datas oficialmente consagradas. Interessa agora compreender como esse processo transcorre no que diz respeito aos aspectos da identidade e da memória junto aos jazigos de forma mais estrita.

Para tanto, novamente os escritos de Foucault (2003, 2008ab) são úteis, nos termos de que o nascimento da medicina urbana e as tecnologias de controle se estenderam ao território interno, no tocante ao espaço contido entre os muros e portões, na subdivisão em lotes, ruas e quadras, dispostos no campo e em regimento, ordenados em fileiras, nos

jazigos reservados para cada indivíduo e/ou família, uns ao lado dos outros, junto à lápide onde é inscrito o nome de cada um. Como o jazigo e/ou a casa é o suporte a partir do qual acaba sendo disposta a lápide, ele passa a ser decorado com paramentos como floreiras, esculturas, símbolos, imagens, frases, entre outros. Nesse sentido, compreendo que as lápides, os jazigos e/ou as casas representam ‘suportes de memória’, dos quais os indivíduos se utilizam como meios a fim de inscrever os conteúdos que desejam expressar e comunicar referente a determinados sentidos e significados.

3.1. LUGARES E CONTEÚDOS DE MEMÓRIAS COLETIVAS

A potência da memória consiste em sensibilizar o que está à beira do esquecimento e trazer à tona o que se encontra em processo de ofuscamento, perda do brilho em meio à dinâmica do tempo. Isso favorece a elaboração de genealogias e o enriquecimento narrativo na redação de biografias e pode ser feito a partir dos lugares topográficos, monumentos ou símbolos funcionais onde a sociedade deposita suas lembranças. Morin (1970, p. 10-11) corrobora no sentido de que:

A existência da cultura, isto é, dum patrimônio coletivo de saberes (saber, fazer, normas, regras, organizações, etc.) só tem sentido porque as gerações morrem e é constantemente preciso transmiti-la às novas gerações. Só tem sentido como reprodução, e este termo assume o seu sentido pleno em função da morte.

Halbwachs (1990) descreve que a memória compreende o vivido, o concreto, o múltiplo, o sagrado, a imagem, o afeto, o mágico; enfim, tudo o que flutua, oscila em torno de um objeto ou lugar. Segundo Nora (1993, p. 22), a “[...] razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, bloquear o esquecimento [...] e imortalizar a morte [...]”. Sendo assim, o desejo e o sentimento de continuidade e permanência tornam-se residuais aos locais de memória.

Nesse sentido, Tedesco (2001, p. 14) explica que:

Os lugares de memória promovem a cristalização da memória social; atestam a ruptura da memória social/grupal partilhada pelas vivências; manifestam o desvio da passagem no tempo pela tradição e pelo costume; representam o estoque material, o vestígio que a memória perdeu e que poderá significar o amanhã. Os lugares e os grupos são objetos de lembrança que originam fluxos de memória e que denotam expressões de identidades sociais do informante.

Pollak (1992) explana que a memória, quando forjada e compartilhada a partir de experiências em lugares públicos, possui melhores condições de apoio, de suporte, de continuidade e transmissão. Com isso, pode-se pensar que os jazigos no interior dos cemitérios, o cruzeiro central e a paisagem do cemitério como um todo podem servir de base à sensibilização de lembranças de perdas, à elaboração do luto ou à realização de homenagens por parte de pessoas que não residem e/ou não se encontram nas mesmas cidades em que seus familiares e amigos faleceram e/ou foram sepultados.

O autor problematiza também que, por se tratar de uma ‘operação coletiva’, a memória permite que, conforme o tempo passe, haja a continuidade e a institucionalização desses e de outros rituais, que estabelecem as bases do que é conhecido como tradição (POLLAK, 1989, p. 9). No que concerne aos espaços dos cemitérios, cito as datas comemorativas como, por exemplo, a Sexta-Feira Santa; o domingo de Páscoa; a quinta-Feira de Corpus Christi; o Dia de Finados, na data de 02 de novembro, o Dia das Mães, no segundo domingo do mês de maio; o Dia dos Pais, no segundo domingo do mês de agosto; e o Dia das Crianças, no dia 12 de outubro.

No Cemitério Municipal de Indaial, assim como deve ser na grande maioria dos cemitérios, o Dia de Finados constitui a data de maior procura e circulação no interior desses locais. A preparação do Cemitério Municipal de Indaial para o Dia de Finados de 2022 contou com toda uma programação especial, conforme apresentado anteriormente; em determinados horários, as diferentes tradições religiosas realizariam atos de homenagem aos finados¹⁵¹. No pátio/estacionamento da administração e das salas mortuárias do cemitério, foram dispostas quatro tendas de lona e aproximadamente 500 cadeiras¹⁵².

As principais comunidades religiosas, acompanhadas de seus simpatizantes, fizeram-se presentes, cada qual, ao seu modo, a partir de suas concepções e ritualísticas

¹⁵¹ De acordo com escritos anteriores, a programação religiosa prevista foi: 07h30 min: Culto da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil; 09h: Missa da Igreja Católica Paróquia Nossa Senhora de Fátima; 14h: Culto da Igreja Assembleia de Deus; 5h: Missa da Igreja Católica Paróquia Santa Inês.

¹⁵² As comemorações desse ano foram realizadas com poucas restrições e barreiras ao vírus Coronavírus (COVID-19). Identificou-se um número significativo de funcionários da prefeitura nas duas entradas do cemitério, um maior número informando sobre os riscos da proliferação da dengue e um menor junto ao cruzeiro central, garantindo suporte e normalidade na realização de oferendas e homenagens; a presença do Departamento Municipal de Trânsito e Transporte de Indaial/Demuttin, atuando na circulação de pessoas e no acesso de automóveis autorizados no interior do cemitério, assim como na entrada e na liberação de carros para pessoas de idade avançada e cadeirantes; a presença de cones sinalizadores e faixas de passagem interrompidas, de equipamento de som, palco, mesas; e a presença de unidade de pronto-socorro do Corpo de Bombeiros da cidade.

acerca da compreensão da morte, dos mortos, dos cemitérios, dos jazigos e da passagem do Dia de Finados, realizaram as respectivas homenagens.

Nas imagens das Figuras 44, 45, 46, 47 e 48 é possível acompanhar um pouco de como transcorreu a realização dos atos religiosos:

Figura 44: Culto da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Figura 45: Missa da Igreja Católica Paróquia Nossa Senhora de Fátima.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Figura 46: Missa da Igreja Católica Paróquia Santa Inês.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Estimo que no culto da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil compareceram em torno de 200 pessoas; na missa da Igreja Católica Paróquia Nossa Senhora de Fátima, mais de 500 pessoas; e na missa da Igreja Católica Paróquia Santa Inês, em torno de 400 pessoas. Os fiéis participavam do evento religioso e, quando encerrado, dispersavam-se para o interior do cemitério no sentido do cruzeiro central e/ou rumo aos jazigos familiares.

Paralelamente à programação anunciada, na parte da manhã ocorreu uma apresentação musical cruzeiro central com instrumentos de sopro. Conforme é possível observar na Figura 47, os instrumentistas ficaram abrigados junto à estrutura de um jazigo familiar que consta no local:

Figura 47: Apresentação de música instrumental.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Por volta das 17h30min ocorreu também os trabalhos de homenagens às ‘Santas Almas’ por parte do grupo de umbanda Mãe Carolina de Oxum, conforme imagem da Figura 48:

Figura 48: Homenagens do grupo de Umbanda.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

As homenagens ficaram concentradas no cruzeiro central, sendo que faziam parte do grupo aproximadamente 20 pessoas, entre mulheres e homens, adultos, jovens e crianças vestindo indumentária específica. Eles entoaram hinos, manipularam elementos como flores, velas, alimentos e bebidas e, em seguida, os devotos se dispersaram pelo interior do cemitério.

Cabe destacar que o Culto da Igreja Assembleia de Deus, previsto para o horário das 14h, não foi realizado porque não houve o comparecimento de seus representantes oficiais nem dos respectivos fiéis no local montado exclusivamente para tal. Com relação a esse fato, o conteúdo da Entrevista Y (2022) e da Entrevista Z (2022), de duas pessoas de orientação evangélica, fornecem subsídios ao entendimento das motivações pela ausência do ato religioso evangélico alusivo ao Dia de Finados.

O conteúdo da Entrevista Y (2022), pessoa que exerce a função de liderança pastoral em um templo religioso evangélico, ilustra e entendimento que acaba sendo tido e transmitido com relação às homenagens e oferendas realizadas no interior de cemitérios:

[...] então, em sentido de cemitério, é um local comum, como uma residência onde tem uma vida, porém ali tem a morada de alguém que não tem mais o respirar, e sim a lembrança, então prestar homenagem ao cemitério não e nem levar ou acender uma vela nesse sentido, prestar uma homenagem ao morto, também não é feito, porque automaticamente, mediante ao que a gente ministra e a gente acredita pela Bíblia Sagrada, quando você partiu dessa vida, as escolhas foram feitas, não tem mais como alguém interceder por aquele que já partiu, então a decisão é hoje para você viver uma eternidade amanhã, por isso a gente não faz nem um tipo de homenagem [...]. (ENTREVISTA Y, 2022, p. 2-3).

O conteúdo da Entrevista Z (2022) apresenta a compreensão por parte de uma pessoa que é adepta e frequentadora de um templo evangélico:

Eu acho que esse corpo é um hospedeiro de uma alma e de um espírito e a gente tem que se fazer presente, prestar homenagem, fazer alguma coisa enquanto a gente tem vida, porque quando a gente parte, este corpo ele fica inacessível, não adianta eu ir visitar, eu ir levar alguma coisa, porque ele não recebe mais nada, ele vai estar em estágio de decomposição [...] mas na minha opinião não tem a necessidade de se dirigir até o cemitério, prestar alguma homenagem ou levar alguma coisa, está na minha lembrança, os momentos vividos, os bons e os arrependimentos, os ruins, as arrependimentos [...]. (ENTREVISTA Z, 2022, p. 2).

Considerando o posicionamento contido no conteúdo da Entrevista Y e da Entrevista Z, o entendimento que se sobressai é o de que as homenagens e as oferendas aos entes falecidos são desnecessárias e em vão, pois o cemitério, os sepultamentos e os jazigos apenas cumprem a função e a finalidade de servir de local e depósito de corpos em decomposição.

Com relação à compreensão do espaço dos cemitérios por parte das tradições religiosas afro-brasileiras, no caso a umbanda, a Entrevista H (2021), feita com uma pessoa que exerce a função de Mãe de Santo, revela a seguinte percepção do espaço do cemitério:

[...] onde é um chão sagrado, onde pedimos licença para entrar, onde pedimos licença para sair, digamos ao nosso pai Omolu o que vamos fazer na terra dele, e ele nos permite a entrar, então a gente entra, é enterrado a pessoa que está lá ou visitamos e viemos embora. Saindo de lá, não trazemos barro do cemitério nos chinelos, batemos bem o nosso chinelo, chegando em casa retiramos a nossa roupa colocamos lavar, e então seguimos a nossa vida. Porque o cemitério é uma das..., é o maior respeito que um umbandista tem. [...] (ENTREVISTA H, 2021, p. 2).

É expressiva a relevância que costuma ser atribuída ao espaço do cemitério pelas tradições religiosas afro-brasileiras, no caso, pela umbanda. Essa compreensão poderia ser considerada pelo setor administrativo do cemitério e ser motivo de consulta junto às lideranças dos terreiros, assim como aos adeptos sobre o interesse e a possibilidade de também dispor de um horário específico na programação feita oficialmente para os atos religiosos na passagem do Dia de Finados no Cemitério Municipal de Indaial.

Quero ressaltar que essas opiniões não são unânimes, que existe ampla liberdade de interpretação e pregação em relação aos espaços dos cemitérios por parte dos representantes e de adeptos das tradições religiosas afro-brasileiras, assim como de evangélicos. Para ilustrar esses aspectos, apresento outros dois depoimentos que apontam nessa direção. No conteúdo da Entrevista U (2022, p. 2), cuja pessoa é praticante de tradição evangélica, consta que: “de vez em quando eu costumo levar flores para ela”. No conteúdo da Entrevista S (2022, p. 3), pessoa que exerce função de pai de santo em terreiro de tradição religiosa do candomblé:

eu vejo o cemitério como um depósito de corpos, a partir do momento que nós desencarnamos, nós desencarnamos o nosso espírito ele passa a ser um espírito desencarnado então ele não habita o cemitério, mas o sim o corpo é depositado no cemitério para que o corpo se decomponha, então hoje o sistema que existe ainda de visitação do cemitério é uma forma de comércio, porque não adianta você ir lá chorar em volta de um túmulo, aonde o espírito do seu ente querido não está, sim me entende, levar flores para quem, ele não está ali, ali só está a forma de uma sepultura, mas nada mais, então eu não visito cemitério, então nós temos dentro dos nossos rituais de umbanda, de candomblé, nós temos os nossos rituais destinados ao cemitério, mas nós fazemos os nossos rituais em casa, então tudo é feito dentro da nossa casa.

Além das opiniões não serem unânimes sobre os espaços dos cemitérios e as práticas de homenagens e oferendas aos mortos ilustradas em especial pelo conteúdo das entrevistas S (2022), Y (2022) e Z (2022), sobre os locais de memória é possível encontrar na literatura alguns contrapontos. Nesse sentido, Hobsbawm (1997) problematiza que o que se tem, nesse contexto, acaba sendo uma espécie de ‘invenção das tradições’, a qual se dá nas seguintes condições:

um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWM, 1997, p. 9).

Pollak (1989) e Hobsbawm (1997) explicam que se trata de uma invenção de uma sociedade que busca nos ritos e tradições certo conforto, sentido e significado, retorna às memórias e às lembranças de uma forma romântica e idealizada, uma vez que se dá o

rompimento dos vínculos reais com o passado, causa um sentimento de vazio, frustração e não há perspectiva de consolo.

Nora (1993), imerso numa abordagem densamente crítica e muito próxima às problematizações apresentadas anteriormente nos escritos de Baudrillard (1996), em certa medida diverge de Pollak (1989) e de Hobsbawm (1997) quando explica que a aceleração do tempo na história foi responsável por promover a percepção de que o passado e a memória estão cada vez mais distantes, perdidos e mortos; que só resta o fugaz momento presente. Nora (1993) adverte que, ao abordar a memória pela ótica do que deve e pode ser lembrado, comemorado e festejado, faz-se necessário não perder de vista os seguintes aspectos:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, é preciso criar arquivos, é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notoriar atas, porque essas operações não são naturais. [...] Sem vigilância comemorativa, a história depressa as varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de constituí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que elas envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, salvá-los e petrificá-los, eles não se tornariam lugares de memória. É este vai e vem que os constitui. [...] Museus, arquivos, cemitérios, coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade (NORA, 1993, p. 13).

Cabe aqui também rerepresentar o que Nora (1993) problematizou em termos de aparato de ‘vigilância comemorativa’, quando adverte que esses empreendimentos e movimentos oficiais/festivos possuem caráter nostálgico, no sentido de que todos esses ‘atos’ de piedade e devoção com a memória e com a história nada mais são do que os rituais de uma sociedade sem rituais, sacralizações passageiras de espíritos dessacralizados, de diferenciações que almejam o nivelamento, particularismo de uma sociedade que procura aplainar e homogeneizar o diferente e o peculiar. O autor chega a ser ainda mais incisivo ao ponto de defender que só há locais de memória porque já não há mais meios de memória¹⁵³.

¹⁵³ As análises e as críticas proferidas por Nora (1993) convergem para o que sustenta Baudrillard (1996, p. 244), nos termos de que: “Contra nosso sonho de tudo perder, de tudo esquecer, erigimos uma muralha inversa de relações, de conexões, de informações, uma memória artificial densa e inextricável, e nos enterramos vivos dentro dela com a esperança fóssil de ser descobertos um dia”.

Diante desse debate, como um todo entendo que as ruínas do passado, mesmo parecendo desconectadas do momento presente, ainda são capazes de acalentar e confortar as angústias dos indivíduos, pois, naqueles lugares, mesmo interrompidos e esfacelados pelo presente, persiste um sentimento residual da tradição e da cultura. A morte, sem sombra de dúvida, é a experiência irreversível que põe fim à trajetória de vida de qualquer ser vivo, ou seja, estabelece a experiência limite em relação à intervenção direta no mundo, bem como aos aspectos da identidade.

Como mencionado no primeiro capítulo, a morte, o pós-morte e a finitude humana representam questões que geralmente sugerem um campo frutífero de especulações filosóficas, religiosas e existenciais, a ponto de serem responsáveis por motivar a formulação de inúmeras teorias, formar e diferenciar grupos religiosos. O adoecimento final e a morte propriamente dita costumam resultar no momento em que os indivíduos se sensibilizam de forma mais estrita para com essas questões, muitas vezes tornando esses aspectos tangíveis ao fazer registros junto às lápides, aos jazigos e no interior das casas.

As imagens das Figuras 49, 50 e 51 possibilitam identificar outras ocorrências no interior do espaço do cemitério municipal, uma espécie de compartilhamento e de espelhamento de referências. Na sequência de imagens da Figura 48, abaixo, procuro apresentar esculturas de santidades do cristianismo que podem ser encontradas com facilidade no interior do cemitério junto aos jazigos e em regiões relativamente próximas:

Figura 49: Conjunto de imagens com esculturas religiosas cristãs.





Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Tratam-se de imagens de santidades tais como Jesus Cristo, Nossa Senhora Aparecida e Madre Paulina. As imagens que se referem a Jesus Cristo podem ser encontradas representadas de diversas formas, mas, em sua grande medida, com Cristo já na vida adulta e, a imagem mais frequente, com Cristo crucificado junto à cruz. Pode-se dizer que Jesus Cristo constitui a entidade central e fundadora das tradições religiosas cristãs, além do que um dos momentos mais emblemáticos da sua trajetória de vida reside no ato da crucificação, morte e renascimento, o que, por seu turno, justifica a frequência com que pode ser encontrado no interior do espaço do cemitério.

Percebi que a segunda representação que está mais presente no interior do cemitério é a de Nossa Senhora Aparecida, a qual também costuma ser representada das mais diferentes maneiras, seja no formato de esculturas, de diversos tamanhos e materiais, até como imagens gravadas ou fixadas sobre os jazigos e nas lápides. A forte presença de Nossa Senhora Aparecida no interior do cemitério em grande parte se deve ao fato de ela

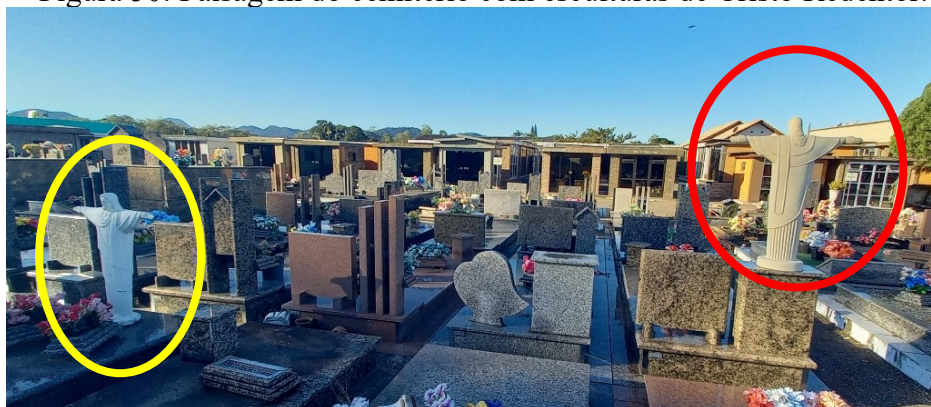
estar diretamente associada a Maria de Nazaré, mãe de Jesus, amplamente consagrada no interior do catolicismo e nas tradições religiosas derivadas — em especial, pelo fato de ela ser a padroeira do Brasil, é reverenciada desde o século XVIII e a data de 12 de outubro, no calendário oficial do país, é destinada a ela, momento em que se comemora feriado em todo território nacional.

A terceira imagem mais representada no interior do cemitério é a de Madre Paulina, que costuma ser reconhecida como um fenômeno religioso regional e nacional. Madre Paulina (1865-1942) é a primeira religiosa canonizada como santa no Brasil. A canonização ocorreu em 2002, ato em que recebeu o nome de Santa Paulina do Coração Agonizante de Jesus. Madre Paulina iniciou seus trabalhos religiosos na cidade de Nova Trento, em Santa Catarina, que fica aproximadamente a 100 km da cidade de Indaial. Com a beatificação de Madre Paulina, inúmeros fiéis passaram a visitar a cidade, na qual foi edificado o ‘Santuário de Santa Paulina’, inaugurado no ano de 2006¹⁵⁴.

As imagens das Figuras 49 podem servir de suporte e âncora a um vasto público, de maneira geral, aos cristãos que reconhecem em Jesus Cristo o grande messias renascido, aos devotos do catolicismo que reconhecem Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil e Madre Paulina como a sendo a santa catarinense beatificada.

Na imagem da Figura 50, é possível identificar na paisagem do cemitério a presença de duas esculturas que representam o Cristo Redentor. Ambas estão dispostas em dois jazigos que se encontram relativamente próximos:

Figura 50: Paisagem do cemitério com esculturas de Cristo Redentor.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2021.

A escultura do jazigo da lateral direita da Figura 50, circulado em vermelho, está sobreposta a uma caixa em granilite cinza ao lado da lápide. A escultura do jazigo

¹⁵⁴ Mais informações sobre Madre Paulina podem ser obtidas em *Madre Paulina*. Religiosa ítalo-brasileira. Disponível em: https://www.ebiografia.com/madre_paulina/ Acesso em: 21 mar. 2023.

disposto na lateral esquerda da imagem, circulado em amarelo, está disposta junto à tampa do jazigo, o que se pode denominar como sendo ‘nos pés do jazigo’.

As esculturas de Cristo Redentor possuem ampla versatilidade, abrangência e alcance, pois podem ancorar referências pertencentes à orientação e à crença religiosa de toda a família sepultada, além de funcionar como um amplo suporte ao demais visitantes do cemitério, que se identificam com as tradições religiosas do cristianismo, que reconhecem no Cristo Redentor o messias ressuscitado e que representa o principal símbolo turístico da cidade do Rio de Janeiro e de diversas cidades do interior do Brasil.

Na imagem da Figura 51, constam três jazigos, muito próximos um do outro, com lápides confeccionadas no formato de instrumentos de corda, nos quais foram inscritos os dados biográficos e incluídos retratos das pessoas falecidas.

Figura 51: Três lápides no formato de violão.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Tratam-se de três lápides confeccionadas em granilite cinza destinadas ao sepultamento de três homens adultos, que ilustram o instrumento musical do violão, denotando as atividades artísticas musicais que os sepultados praticavam, ou seja, a referência, a identidade pública, social e artística que exerciam e pela qual eram reconhecidos e/ou desejaram ser reconhecidos. Os demais paramentos que compõem os três jazigos são distintos.

Com relação às imagens das Figuras 50 e 51, cabe ressaltar que existe um certo comportamento mimético, de espelhamento, semelhança, consonância e convergência que acaba sendo favorecido pela proximidade em que os jazigos se encontram. Isso pode ser observado também com relação aos padrões das lápides e aos materiais empregados na edificação dos respectivos jazigos.

Neste momento, remonta-se aos escritos de Halbwachs (1990) nos termos de que a memória individual não acaba sendo inteiramente individual e fechada, pois remete a pontos de referência que existem fora dela e que são fixados pela própria sociedade. A existência da memória individual acaba não sendo possível sem a dimensão social de referência, uma vez que o social funciona como um órgão legitimador da memória individual, sem o qual a memória seria somente uma invenção resumida e esquemática.

Tedesco (2001) explica que a corrente da memória, seja ela pela ótica da nostalgia, do ufanismo, da comoção religiosa ou não, contribui para engajar um *ethos* no agir social e cotidiano presente, assim como para redefinir e cristalizar laços sociais internos e externos, juntando-se ao surgimento de injunções sociais reconstruídas pelas novas dinâmicas.

3.2. INSCRIÇÕES DE MEMÓRIAS E IDENTIDADES JUNTO AOS JAZIGOS

Para favorecer a descrição e a abordagem deste tópico, além do conteúdo da legislação, utilizei-me de imagens que foram realizadas no interior do cemitério. A partir delas, descrevo os elementos decorativos que possuem a dimensão tangível mais evidente e, em seguida, os elementos de dimensão intangível. Para enriquecer a compreensão de ‘um quadro geral’ do que é possível encontrar no interior dos cemitérios, apresentarei alguns trechos das entrevistas orais¹⁵⁵.

No Cemitério Municipal de Indaial, conforme consta no Artigo 05 da Lei 5379/2016, é obrigatória a edificação da carneira:

Art. 5º Toda a sepultura deverá ser revestida, constituindo desta forma uma carneira.

Parágrafo único. Entende-se por carneira a cova com fundo, paredes laterais e tampa, revestidas com placas de concreto armado, tijolos ou material de natureza similar que garanta total vedação.

As pessoas lotadas como funcionárias no cemitério são as responsáveis pela preparação da carneira. A legislação não informa sobre a profundidade que a carneira deve possuir, mas ela costuma conter entre 50 e 70 centímetros aproximadamente, o que

¹⁵⁵ Como apresentado anteriormente, no que diz respeito à percepção dos entrevistados para com os espaços dos cemitérios, os conteúdos dos depoimentos revelam as mais diversas formas de se relacionar com esse espaço, bem como de fazer homenagens. A pergunta que gerou as respostas que são apresentadas a seguir foi: “O que consta no jazigo de seus familiares (lápide, imagens, esculturas, mensagens, símbolos)?”.

corresponderia a sete palmos abaixo da superfície do terreno. Na imagem da Figura 52 é possível identificar sepultamentos recentes, nos quais as informações biográficas, de ambos os sepultados, foram inscritas sobre a própria tampa da carneira.

Figura 52: Incrições na tampa das carneiras.



Fonte: Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

É a partir da confecção da carneira que se torna executável a edificação do jazigo e/ou da casa. Na legislação vigente, a lápide não chega a ser mencionada como obrigatória, todavia, costuma ser possível identificá-la na maior parte dos jazigos e, dependendo do tipo de sepultura, geralmente é disposta na cabeceira da carneira, do jazigo ou no interior da casa.

Os dados que nela usualmente constam são o nome e o sobrenome da pessoa e os numerais referentes ao dia, mês e ano da data de nascimento e de falecimento. Essas informações correspondem ao conteúdo que quase todos os jazigos compartilham, salvo os casos de sepultamentos de pessoas desprovidas de documentos de registros, tais como certidão de nascimento e registro geral, como verifica-se na parte inferior direita do sepultamento registrado na Figura 52¹⁵⁶.

A legislação não prescreve as dimensões que a edificação dos jazigos e/ou das casas pode receber, o que, por sua vez, possibilita ampla liberdade aos desejos e interesses da população e, claro, da disponibilidade financeira. Dessa maneira, costuma ser possível encontrar no interior do cemitério jazigos como o que foi ilustrado na imagem da Figura

¹⁵⁶ É válido mencionar o caso do 'jazigo da cigana', em que na lápide consta apenas seu nome e sobrenome, a data de sepultamento e a idade que ela possuía quando do falecimento, ou seja, a data do nascimento não foi informada. Como alternativa para compor essa informação, foi utilizada a idade que foi declarada e/ou lhe foi atribuída, a qual indica o ano em que ela teria nascido.

52, assim como edificações que tendem a monumentos, a exemplo do presente na imagem da Figura 53:

Figura 53: Jazigo junto ao cruzeiro central do cemitério.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Na imagem da Figura 53, é possível observar, ao fundo do cruzeiro central, um jazigo que mede aproximadamente 10 metros de extensão. Ele possui um frontão piramidal sobre a laje que, por sua vez, está sustentada por quatro colunas prolongadas nas duas laterais, cujos prolongamentos ficam dispostos em cima de outras quatro colunas. Na parte interna da estrutura do jazigo, no espaço central onde consta o frontão em cima, o espaço está vago, como uma espécie de vão livre, que favorece o uso tanto como abrigo e de passagem. Em cada uma das alas laterais, constam edificados dois jazigos, totalizando quatro jazigos.

Além da localização privilegiada junto ao cruzeiro central, o jazigo desfruta de uma volumetria de amplo contraste e assimetria em relação aos demais jazigos e às casas dispostos no interior do cemitério. O frontão, a laje e as colunas foram edificadas em concreto com pintura no revestimento; já os jazigos com granito Humaitá amarelo, 100% natural. A volumetria do jazigo como um todo sugere distinção por meio do artifício da monumentalidade, o padrão arquitetônico e os materiais utilizados na edificação das sepulturas — no caso, o granito puro, que sugere a diferenciação mediante a nobreza do material empregado.

Das pessoas que foram entrevistadas, 13 declararam que, sobre os jazigos em que os familiares se encontram sepultados, constam apenas informações biográficas e, entre esses, nem todos foram complementados com fotografias. Ressalto que a grande maioria dos jazigos do Cemitério Municipal de Indaial também não estão dotados de dados, além

dos sumários. As demais oito pessoas relataram a presença de paramentos nos jazigos dos familiares, conforme transcrevo os principais trechos a seguir.

Entrevista J (2021, p. 1), cujos familiares são adeptos da religião evangélica luterana, informa que:

Nos túmulos não falta a tradicional cruz – símbolo do cristianismo. A lápide inicia – pelo menos nos mais antigos, em alemão: *Hier Ruht In Gott* (Aqui jaz em Deus), ou *Hier ruht in Frieden* (Aqui descansa em paz), seguido do nome, datas de nascimento e falecimento. Alguns ainda trazem uma frase bíblica, seguida de *Ruhe Sanft* (Descanse em Paz). Em geral, os túmulos dos meus familiares, apesar de não serem tão modestos, são desprovidos de imagens ou esculturas [...] (ENTREVISTA J, 2021, p. 1).

A pessoa da Entrevista V (2022, p. 2) relata que no jazigo do familiar falecido consta “[...] a Cruz limpa [...]. No jazigo dos meus pais [...] ‘Aqui Jaz em paz’, que é ‘Aqui descansa em paz’, e nos jazigos dos meus sogros [...] tem uma palavra do Apóstolo Paulo”; o conteúdo da Entrevista R (2022, p. 3) informa que nos jazigos dos familiares “existem fotos né, no da minha mãe e do meu pai, tem um livro, que não é a Bíblia, com uma frase”.

No conteúdo da Entrevista Q (2021, p. 3), em que os familiares paternos praticavam a tradição religiosa evangélica luterana e os avós maternos a religião católica, a pessoa entrevistada informa: “[...] nos meus avós em Rio do Sul não tem inclusive foto, por desejo da minha vó, minha vó dizia que não queria foto [...] no túmulo dos meus avós e da minha mãe então tem a foto deles e a identificação e tem uma imagem de Santo Antônio, que minha avó era devota de Santo Antônio [...]”.

No conteúdo da Entrevista C (2022, p. 1) consta que “[...] nesse da minha mãe tem uma imagem de Nossa Senhora Aparecida [...]”; no conteúdo da Entrevista D (2022, p. 1) a pessoa entrevistada informa que “[...] uma foto em porcelana e o nome. No do meu pai, como ele era músico e pintor, daí, até inclusive eu que fiz, gravado na pedra, um violão e um pincel que eu reproduzi a assinatura dele e daí terminando a assinatura um pincel [...]”.

O conteúdo da Entrevista L (2020, p. 4), informa, sobre o jazigo dos familiares: “Ele é de mármore, então tem os vasos, tem as fotos deles, as datas de nascimento dos dois, porque o meu sogro não queria que colocasse nada, exceto as fotos, os nomes, as datas de nascimento dos dois [...]”. No conteúdo da Entrevista P (2020, p. 2-3), cuja pessoa é oriunda de família de tradição evangélica luterana, consta:

No da minha vó que está enterrada junto do meu avô, eles estão enterrados em Presidente Getúlio né, lá no cemitério da Igreja Luterana, lá somente consta o nome deles e a data de nascimento e falecimento, não tem foto e também não tem cruz e nem mensagem. No do meu pai, a minha mãe fez questão de colocar um versículo da Bíblia que ele gostava né, então tem o nome dele, sem foto também, data de nascimento e falecimento e esse versículo da Bíblia, que é algo como que, eu nunca me lembro de cor, mas eu sempre leio, algo como “as águias voam alto nos céus alguma coisa assim né que era uma coisa que ele gostava muito e falava muito de águias, de voar, então ela fez questão de colocar isso... e também não tem cruz, não tem nem um outro símbolo, nada.

Entre os principais paramentos que foram relatados pelas pessoas entrevistadas estão cruzes, fotografias, frases fúnebres, frases bíblicas, esculturas que remetem a livros e vasos, que ilustram santidades consagradas no catolicismo, gravação de instrumentos musicais e a assinatura pessoal utilizada em vida. É possível perceber que o maior volume de paramentos, religiosos ou não, encontra-se nos jazigos de pessoas sepultadas da tradição religiosa católica.

Os relatos contidos nos fragmentos das entrevistas, como foram descritos acima, instruem sobre a trajetória de vida (nome, sobrenome, data de nascimento, data de falecimento) e compõem os indicativos sumários da identidade dos sepultados. A partir dos dados que constam nas lápides, é possível encontrar também informações que versam sobre a trajetória de vida pública dos sepultados, como foi indicado pelo conteúdo da Entrevista D (2022). Para ilustrar a variedade de paramentos e homenagens que é possível encontrar no interior do cemitério e sobre os jazigos, apresento a seguir registros fotográficos que foram realizados de lápides, jazigos e casas, os quais revelaram-se mais expressivos às problemáticas elencadas neste capítulo.

A imagem da Figura 54 mostra o interior de uma casa na qual costuma ser possível identificar a presença flores e plantas vivas diversas, um porta-retrato com uma fotografia de um homem usando terno, escultura e velas com emblemas de santidades católicas:

Figura 54: Composição no interior de uma casa.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2020.

A imagem da Figura 54 apresenta a ornamentação que acompanha os jazigos que estão dispostos no interior de uma casa a que apenas os familiares e amigos próximos podem ter acesso; contudo, possui a frente fechada com grades, o que permite que se visibilize e identifique o conteúdo disposto no lado de dentro. Os elementos dispostos no interior da casa, tais como as velas acesas e as flores vivas indicam que o local costuma ser visitado e recebe manutenção com frequência.

A imagem da Figura 55 corresponde a um jazigo a céu aberto, no qual os principais conteúdos foram inscritos junto à lápide:

Figura 55: Lápide com ilustração de motociclista e frase.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2020.

Nessa imagem da Figura 55, a inscrição da lápide versa sobre o esporte/*hobby* praticado pelo sepultado, no caso, motociclismo, seguida da mensagem ‘saudades da família’, a qual demonstra e ilustra os sentimentos depositados pelos familiares em relação à pessoa falecida, um homem jovem.

Na imagem da Figura 56, observa-se o sepultamento de um jovem que se encontrava servindo o Exército Brasileiro e que veio a falecer devido a um acidente em meio aos treinamentos de rotina¹⁵⁷.

Figura 56: Lápides em jazigo de soldado do Exército.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

No sepultamento da imagem da Figura 56, duas lápides se encontram na cabeceira do jazigo. Na parte inferior da figura, da esquerda para a direita, consta uma foto em que o jovem está em pé, vestido com a farda oficial e em posição de continência, seguida de uma frase que conforto. O conteúdo da lápide superior mostra um retrato em que o falecido está sorrindo abertamente; no centro, uma estrela indicando a data (numerais para dia, mês e ano) de nascimento e uma cruz, indicando a data de falecimento; no alto da lateral direita, uma medalha com o escudo do exército; abaixo do retrato, dos dados biográficos e do brasão do exército, há a frase “Teu sorriso é a luz que nos guia’ para a ponte de amor que nos une. Te amamos (Neni)’¹⁵⁸. O tom da frase sugere ter sido motivada pelos familiares e se destinar ao jovem falecido.

¹⁵⁷ G1/GLOBO. Veja quem são os mortos no acidente com caminhão do exército no Vale do Itajaí. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/03/16/veja-quem-sao-os-mortos-no-acidente-com-caminhao-do-exercito-no-vale-do-itajai.ghtml> Acesso em: 25 fev. 2023.

¹⁵⁸ ‘Neni’ é uma expressão que costuma ser utilizada para abreviar a palavra ‘neném’. É empregada para designar carinhosamente o último filho homem nascido na família.

Ao lado esquerdo da lápide consta um caixa em granilite, com a frente revestida em vidro, a partir da qual é possível identificar um quepe verde militar, com o brasão do exército utilizado pelos soldados e, na parte inferior, pequenas estatuetas ilustrando santidades católicas e uma pequena cruz com Jesus Cristo crucificado.

Figura 57: Jazigo de soldado do Exército.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

As imagens das Figuras 56 e 57, que pertencem ao mesmo jazigo, para além das inscrições usuais de nascimento e falecimento e de identificação do falecido, ilustram o apreço familiar a referida pessoa, manifestado por meio das mensagens, das referências religiosas cristãs católicas por meio dos recursos escultóricos, cadenciado pela forma trágica da morte; assim como ilustram as honras oficiais por meio de brasões e acessórios oficiais de uma das instituições das forças armadas, no caso o Exército Brasileiro, que deve, em operações terrestres, atuar em prol da defesa do país e da Constituinte.

Na imagem da Figura 58, pode-se identificar uma lápide na qual estão inscritos dois sepultamentos, aparentemente irmãos. Não foram utilizados retratos ou imagens para compor a lápide. Ao fazer uma descrição, tem-se que na parte superior consta a inscrição do primeiro sepultamento, o nome, segundo nome abreviado e o sobrenome; possui a data de nascimento indicada com um sol e a data de falecimento com uma lua crescente, elementos que pertencem à astronomia/astrologia, referenciados em inúmeras tradições religiosas pagãs. Os dados biográficos são acompanhados pela frase ‘Ao general do Q.

G. da Paz'. Observa-se que o conteúdo da mensagem não permite saber ao certo a quem se destina, intui-se que a mensagem se refere como 'General' à pessoa falecida e que entre os traços da personalidade deste estava o de uma pessoa pacífica e apaziguadora.

Figura 58: Lápide de sepultamento de irmãos.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Na parte inferior da lápide da imagem da Figura 58, encontra-se a descrição do segundo falecimento, com o nome e o sobrenome, a data de nascimento sinalizada com o símbolo da clave de sol, que, no universo musical, costuma ser utilizada para posicionar a nota sol na pauta de uma partitura musical; e a data de falecimento com a clave fá, que costuma ser utilizada para representar as notas mais baixas e graves de uma partitura. Por fim, as inscrições biográficas estão complementadas pela seguinte frase “...Serei breve! Mas não tão breve que a eternidade escape do coração...”. Destaco que esse conteúdo parece ter sido motivado pela pessoa falecida e se destina aos enlutados, assim como às demais pessoas que possam passar pelo jazigo, e possui certo teor filosófico existencial que reflete sobre a finitude humana.

As cinco imagens das figuras apresentadas acima demonstram sepultamentos masculinos, que possuem conteúdos complementares aos dados biográficos sumários, ou seja, além dos conteúdos como o nome e sobrenome, a data de nascimento e a de falecimento, as inscrições e os paramentos possibilitam, em certa medida, reconhecer e situar socialmente as pessoas sepultadas a partir de vestimentas e equipamentos presentes nas lápides e nos retratos para com atividades junto a instituições oficiais, atividades

desportivas, artísticas e festividades solenes; no campo religioso por meio das inscrições e simbologias sagradas (santidades do catolicismo) e profanas (paganismo).

Dito de outro modo, instruem para além dos dados da trajetória de vida (nome, nascimento e morte) e de sua orientação religiosa, trazem evidências que compõem os indicativos da identidade social e coletiva dos sepultados, do que representam e de como são lembrados pelos familiares e como os familiares querem que os sepultados sejam reconhecidos e lembrados publicamente por tais aspectos.

Borges (2003) ajuda a situar e compreender como a diversidade de paramentos e simbologias funcionam e operam desde o âmbito individual e familiar ao coletivo dos significados e das representações:

Elas valem por si mesmas e sua presença é suficiente para integrar-se ao inconsciente coletivo da comunidade vigente. Como mantêm um compromisso com as representações do luto, alicerçadas no discurso religioso, moral e econômico do grupo social de que procedem, sua abrangência é mais ampla do que se supõe. (BORGES, 2003, p. 86).

Os conteúdos das imagens das Figuras 54, 55 e 56 evidenciam que a família esteve presente na confecção dos conteúdos inscritos nas lápides, assim como ainda está presente na manutenção dos paramentos e das homenagens dispostos nos jazigos. Em relação à presença da família, Perrot (2005), explica que:

Sobre a importância da família, instância de regulação fundamental, há unanimidade. Átomo da sociedade civil, ela é a administradora dos "interesses privados", cuja boa manutenção é essencial para a marcha dos Estados. Pedra angular da produção, ela garante o funcionamento econômico e a transmissão dos patrimônios. Célula de reprodução, ela engendra os filhos, aos quais dá uma primeira socialização. Fiadora da consciência nacional, ela vela sobre a sua pureza e sua saúde. Cadinho da consciência nacional, ela transmite os valores simbólicos e a memória fundadora. A "boa família" é o fundamento do Estado: daí a atenção crescente que ele lhe dá e sua intervenção em caso de incapacidade das famílias pobres, as mais controladas. A família enfim garante a mediação entre indivíduo, sociedade civil e Estado, "como sublinha Hegel (Princípios da Filosofia do Direito, 1821)". Por sua natureza dual, a família instaura a comunicação entre o público e o privado, pois ela pertence aos dois. (PERROT, 2005, p. 458-459).

Tedesco (2001) defende que o trabalho e a vida familiar são centralidades que, mesmo redefinidas, permanecem como símbolo social e como racionalizações de estratégias ético-morais e econômicas. Ele explica que o quadro da memória familiar

assegura a identidade e o valor no interior do grupo, assim como no quadro coletivo da memória. A esfera do simbólico, a propriedade psíquica, moral, a normatividade e a genealogia expressam um grupo baseado na afetividade, na consanguinidade e no sobrenome¹⁵⁹.

Em tese, a intervenção da família na vida de seus integrantes cessaria com a ocorrência dos falecimentos, porém é possível observar a permanência e a continuidade de sua tutela como, por exemplo, na confecção dos testamentos e na manutenção dos conteúdos que dizem respeito aos entes falecidos. Nesse sentido, o conteúdo da Entrevista V (2022), cuja pessoa é de tradição religiosa luterana, consta que:

é tradição enfeitar a sepultura, levar flores, algum arranjo [...] a gente quando enfeita, ou respeita, a sepultura dos antepassados a gente na verdade está demonstrando respeito a si mesmo, e está consolando a si mesmo, mesmo que isso ainda não reverta mais em benefício algum para os falecidos, mas faz bem para quem faz esse bem. [...] a gente passa pelo cemitério, é costume também fazer uma prece, uma oração, na verdade é uma oração pessoal, buscando recordar, relembrar a história da qual a gente faz parte [...] (ENTREVISTA V, 2022, p. 2).

Percebe-se forte sentimento de respeito e reverência no conteúdo da Entrevista V (2022), sentimento que repousa tanto em relação ao ato de fazer homenagens aos entes falecidos e à sua memória quanto aos demais familiares antecessores. O conteúdo da entrevista possibilita identificar também como transcorre o processo de paramentação da sepultura, o depósito de flores e, de forma intangível a realização de preces, orações, lembranças e recordações de maneira geral.

Nesse sentido, Pollak (1990, p. 3) afirma que a memória possui “função fantástica de eufemismo, que ignora a decadência e a morte, afronta o tempo, alisa e disfarça as marcas físicas/conceituais e transveste o passado com uma aura idealizada e romântica”. Os escritos de Bourdieu (1996) apontam no sentido de que as inscrições e os paramentos depositados nos jazigos e nas lápides podem ser reconhecidos como um exercício de resistência que se esforça em situar e fixar um eu em um mundo em movimento, em uma

¹⁵⁹ O autor ainda apresenta que os encontros de famílias fornecem múltiplas ocasiões para evocar o passado mais ou menos recente; levam a pensar sobre sua origem e natureza, as quais acabam de influenciar suas lembranças e a maneira como podem ser contadas. A casa da família, por exemplo, costuma ser o centro da família conjugal. As casas acabam sendo testemunhos edificadas do grupo familiar, de sua dimensão mais íntima, dos ritmos diários e dos rituais, das rupturas e discontinuidades e da sucessão de gerações.

experiência compartilhada que é a finitude, a morte que tende a reduzir todos ao mesmo fim.

O conteúdo da Entrevista R, pessoa de tradição religiosa luterana, possibilita compreender que até mesmo a simples presença no interior do espaço do cemitério pode proporcionar experiências de foro íntimo: “[...] o cemitério para mim é um ambiente que eu gosto, ele não é ruim, por causa do hábito que eu com a minha mãe, ela ia ao cemitério, sentava ao lado da lápide do marido e chorava um pouco e eu tenho a impressão que ela fazia pequenas catarses [...]” (2022, p. 5).

Tanto o pensador alemão Fromm (1987) quanto Hennezel e Leloup (2009) indicam que o medo de morrer não é verdadeiramente o que preocupa os indivíduos; o medo estaria em parar de viver e perder as propriedades e as faculdades; medo de perder o corpo, o eu, as posses e a identidade, o medo de enfrentar o abismo da ‘inidentidade’. O medo de perder o controle das coisas, de ficar dependente e à mercê dos outros, de perder a autonomia, a dignidade; do medo de deixar a vida, de se abandonar/entregar-se à morte, de ser abandonado/esquecido pelos outros; medo do desconhecido, do incerto e do mistério do qual a morte se encontra investida. Os escritos dos autores sugerem pensar que existe, também, além do medo da perda do domínio, do controle e do poder sobre as coisas, um certo horror em relação à degeneração do organismo¹⁶⁰.

3.3 INSCRIÇÕES DE MEMÓRIAS E IDENTIDADES JUNTO ÀS LÁPIDES

Na imagem da Figura 59, cujas inscrições foram feitas na lápide do jazigo, consta a Estrela de Davi, simbologia que é comumente utilizada por praticantes da tradição religiosa do judaísmo. A estrela está acompanhada do versículo bíblico: ‘Disse-lhe Jesus: Eu sou a ressurreição e a vida; quem crê em mim, ainda que esteja morto, viverá; E todo aquele que vive, e crê em mim, nunca morrerá. João 11: 25-26’, conforme é possível identificar a seguir:

Figura 59: Lápide com Estrela de Davi e versículo bíblico.

¹⁶⁰ A destruição e a decomposição do corpo acabam não sendo sentidas, realmente, pelo fato de que o processo acontece de forma lenta e gradual ao longo dos anos, a não ser em situações de doenças específicas. Ao contrário, a morte mesmo, para o sujeito, consiste apenas quando a consciência cessa, pois quando ocorre a parada das outras partes do organismo já seria propriamente um fenômeno posterior à morte.

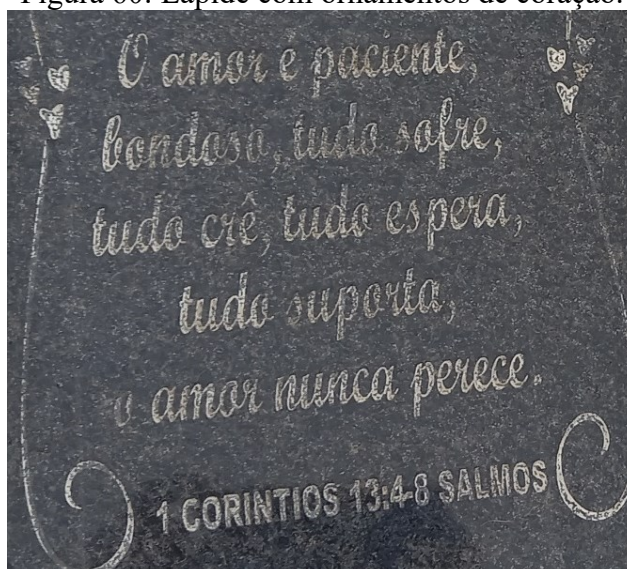


Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

O conteúdo do versículo utilizado na lápide não permite reconhecer se trata-se da vontade e intencionalidade da pessoa falecida ou de seus familiares e amigos, se destina-se a um deles e/ou se dirige-se ao público que passa pelo jazigo de maneira geral — encontra-se em aberto para todos os sentidos —; assim como conta com forte teor de conforto e conformação, em especial ressaltando a necessidade de crença e de fé em Jesus Cristo como possibilidade de transpor a experiência de morte imediata, tendo em vista a vida eterna.

Na imagem da Figura 60, observa-se inscrito, junto à lápide e ornado com corações, o seguinte versículo bíblico: ‘O amor é paciente, bondoso, tudo sofre, tudo crê, tudo espera, o amor nunca perece. 1 Coríntios, 13: 4-8 Salmos’:

Figura 60: Lápide com ornamentos de coração.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Igualmente não é possível identificar de quem foi a motivação pelo conteúdo dessa frase ou a quem ela se destina, seja à pessoa falecida, aos familiares e/ou ao público que

possa passar pelo jazigo. A passagem do referido versículo sugere que o amor é o sentimento capaz de apaziguar as dores da vida e da morte, no sentido de que o amor é a fonte da eternidade.

Na imagem da Figura 61, no jazigo de um homem sepultado, consta uma lápide no formato de livro aberto que tem a primeira metade, no alto da lateral esquerda, diversas imagens do falecido com um caminhão e o trecho textual ‘Meus faróis iluminaram minha estrada, agora Deus ilumina meu caminho’ e, na segunda metade do livro, na lateral direita, apenas o texto ‘A dor nos faz verter lágrimas, a fé em Deus a enxugara. Deus o criou, Deus o levou. Tudo por sua vontade. Sentiremos saudades’:

Figura 61: Lápide no formato de livro aberto com imagem de caminhão.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

O teor do texto, a partir de frases formuladas do conhecimento popular, de maneira ampla, refere-se a Deus. A primeira parte da lápide evidencia um conteúdo no qual o falecido se dirige aos seus familiares e amigos; já a segunda parte da lápide denota algo que os familiares e amigos remetem ao falecido, evidenciando a convicção de que após a morte o destino é estar junto a Deus.

Na imagem da Figura 62, no jazigo do sepultamento de um homem, consta uma lápide com a imagem de uma motocicleta e o retrato da pessoa falecida, seguida de uma frase composta com palavras metálicas que versam: ‘Deus viaja comigo, e se num dia eu não voltar, é porque eu viajei com ele’:

Figura 62: Lápide de motociclista.

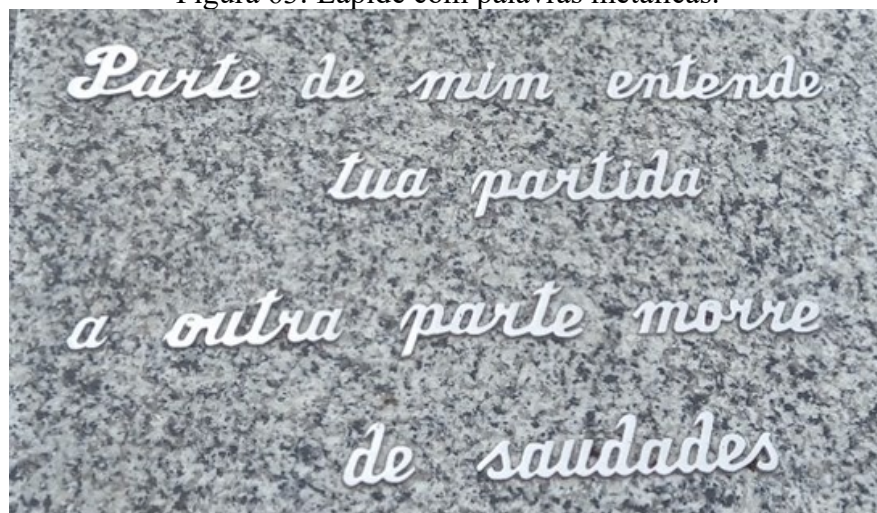


Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

O conteúdo evidencia que é uma mensagem de intencionalidade da pessoa falecida dirigindo-se aos familiares e aos amigos, revelando a mensagem de que Deus foi o principal guia responsável pela sua vida e ressaltando que o falecido foi em direção e está viajando com Deus.

Na imagem da Figura 63, com palavras metálicas fixas na lápide, encontra-se a seguinte frase 'Parte de mim entende tua partida, a outra parte morre de saudades'. Esse conteúdo ilustra claramente uma mensagem intencionada pela pessoa enlutada à sepultada e expressa o paradoxo e a dualidade dos sentimentos vivenciados com a perda, indicando um esforço na tentativa de superar a dor sentida:

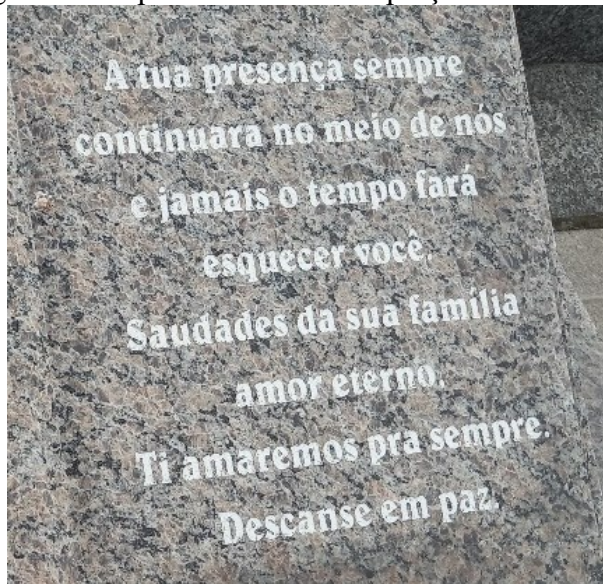
Figura 63: Lápide com palavras metálicas.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Na imagem da Figura 64, consta, junto à lápide, a gravação da seguinte frase: ‘A tua presença sempre continuará no meio de nós e jamais o tempo fará esquecer você. Saudades da sua família amor eterno. Ti amaremos pra sempre. Descanse em paz’:

Figura 64: Lápide com frase de apreço dos familiares.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

O conteúdo evidencia que se trata de uma mensagem deixada pelos familiares em homenagem à pessoa falecida, cujo conteúdo denota o apreço dos familiares e explicita a dor da partida, além de registrar os juramentos e as promessas de que não permitirão o esquecimento, assim como evidenciam certa conformação e fazem votos benevolentes para que a pessoa falecida desfrute da condição de paz a partir de sua morte.

Na imagem da Figura 65, no jazigo do sepultamento de uma mulher, encontra-se escrita a seguinte frase: ‘Nena. Aqueles que amamos nunca morrem, apenas partem antes de nós’¹⁶¹:

Figura 65: Lápide com esfinge de leão, frase, cruz e lamparina.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

A frase inscrita na lápide foi intencionada pelos familiares e o conteúdo apresenta que a morte faz parte da condição e que recai a todos, o que, de certa forma, expressa o

¹⁶¹ ‘Nena’ costuma ser uma expressão carinhosa utilizada por pais e demais familiares para as filhas mulheres, geralmente as que permanecem ao núcleo familiar de nascimento.

sentido de conformação em relação à finitude e à morte. A frase é acompanhada, na lateral esquerda, pela representação de uma cabeça de leão, na qual chega a estar escrito ‘LEO’ e, na lateral direita, na parte superior, de uma cruz latina; na parte inferior, de uma lamparina.

Na imagem da Figura 66, no jazigo do sepultamento de um homem, consta uma lápide que, na parte superior da lateral direita, possui gravada uma placa em cerâmica com a frase ‘Sejam FELIZES como EU fui.’:

Figura 66: Lápide com imagem de homem andando de charrete e cavalos.



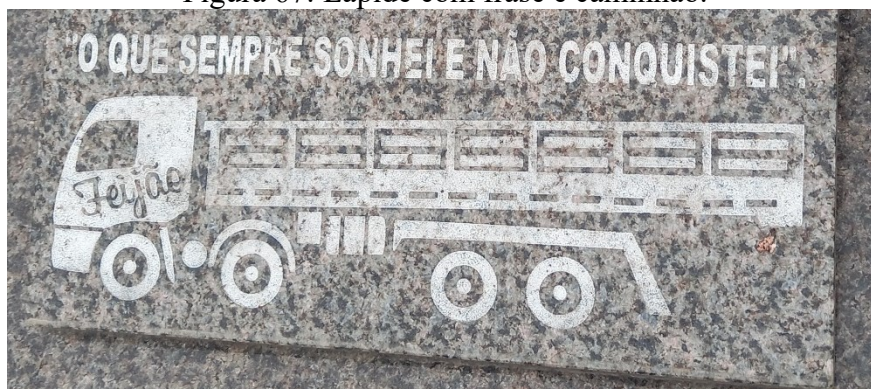
Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

A lápide está acompanhada de, na lateral direita superior, uma imagem de um homem que passeia sozinho com sua charrete puxada a cavalo; na parte inferior da lateral esquerda, uma escultura em metal que ilustra um Cristo crucificado; e outra com três cavalos que estão soltos a passear. De maneira geral, a composição de frase, imagem e esculturas denotam que a liberdade e a felicidade na vida residem nos modos simples e despojados de viver, bem como na convivência com os animais e no desfrute da liberdade.

O conteúdo da frase expressa que a intencionalidade da pessoa sepultada é a de se reportar a qualquer pessoa que possa se deparar com a lápide do jazigo, isso fica evidente pelo emprego da palavra ‘sejam’ que se remete a ‘vocês’. Existe também certo tom crítico e moralizante do que é certo, do que é errado, da vida simples na companhia de animais em relação à vida experimentada por meio de bens materiais tais como automóveis e à vida urbana.

Na imagem da Figura 67, no sepultamento de um homem, foi inscrita, diretamente na lápide, a seguinte frase: ‘O que sempre sonhei e não conquistei’:

Figura 67: Lápide com frase e caminhão.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

A frase encontra-se acompanhada pelo desenho de um caminhão com carroceria e cabine e, na parte de cabine, na lateral esquerda da imagem, está inscrito ‘Feijão’. É possível identificar que a frase foi uma intencionalidade da pessoa falecida e que se destina ao público geral que possa se deparar com ela. O conteúdo denota teor catártico, da experiência e sentimento de fracasso, frustração e ressentimento diante dos objetivos/desejos da vida, no caso o da aquisição de um meio de transporte, o caminhão, que possibilitaria o exercício da profissão de caminhoneiro no transporte de grãos.

É perceptível que as frases das lápides apresentadas compõem um misto de textos que possuem tanto motivação/fundamentação religiosa como de dizeres do conhecimento popular, tais como aprendizados ao longo da trajetória da vida. Entendo que essas frases possuem forte teor moralizante, seja diante da vida ou da morte. Quando foi possível identificar com clareza de quem partia a intencionalidade de destino das mensagens, observei que as pessoas sepultadas tanto se dirigiam aos familiares como ao público visitante do cemitério. Quando foi identificado que a intencionalidade partia dos familiares, percebi que o conteúdo se destinava à pessoa falecida propriamente dita.

Halbwachs (1990) descreve que o ser humano é um ser social; assim, as definições que formulou para memória são que ela só pode ter sentido quando interpretada em um quadro coletivo. Ou seja, a relatividade da memória é condizente com os quadros sociais e temporais que o indivíduo viveu e vive, estabeleceu e estabelece com a sociedade, tais como a família, os amigos, a religião, o trabalho, os esportes, entre outros¹⁶². Halbwachs

¹⁶² Todavia, o autor não despreza a existência de uma memória individual, o que chama de ‘memória individual relacionada’, a qual reintegra as lembranças no tempo e no espaço.

(1990) ainda sugere que o grupo social é responsável por transformar as lembranças em fenômenos sociais. Diante disso, é importante que se conheçam os símbolos e suas significações no tempo, seu intercâmbio e a forma como são tecidas e forjadas, tanto no trânsito do coletivo ao individual e vice-versa. Nas palavras do autor:

[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios (HALBWACHS, 1990, p. 51).

E especificamente aos conteúdos dispostos no interior dos espaços de cemitérios, nas lápides, nos jazigos e/ou nas casas, Carneiro (2016) explica que:

A utilização dos mortos em âmbito social permite a conciliação da rede de relações pessoais em torno dos mesmos e de sua memória, porque com a finitude os mortos imediatamente passam a ser concebidos como exemplos e orientadores de posições e relações sociais. Diante disso, o espaço cemiterial é privilegiado para a expressão das práticas culturais de um determinado meio social, visto que a individualização das sepulturas e os valores expressos nestas demonstram o desejo de preservar a identidade e a memória dos mortos, servem à demonstração e/ou transmissão dos valores culturais e à própria reconstituição do sentido existencial para os que ficam. (CARNEIRO, 2016, p. 22).

Os conteúdos dispostos sobre os jazigos e as lápides dispostas ao ar livre, e com menor capacidade os que se encontram no interior das casas, possuem a capacidade de alcançar e sensibilizar um amplo público, mesmo quando a intencionalidade e o conteúdo se circunscrevem ao contexto familiar apenas, pois os jazigos e as lápides estão ali, dispostos para quem quiser ver. Em outras palavras, existe uma memória pela qual, por mais que a linguagem seja fechada e claramente orientada num círculo de diálogo entre enlutados e sepultados, o conteúdo fica disponível, pode ser utilizado e servir a qualquer pessoa que por ele seja capturado.

Ressalto, com isso, o que Ricoeur (1999 *apud* OBERTI, 2006) sugere quando explica que, embora a memória seja essencialmente individual, é possível falar em memória coletiva, porque não é lembrada sozinha, mas com a ajuda das memórias dos outros, porque nossas memórias são frequentemente memórias emprestadas de histórias contadas por outros, porque nossas memórias estão inscritas em histórias coletivas que, por sua vez, são reforçadas por comemorações e celebrações públicas.

Halbwachs (1990) defende que a memória coletiva se desenvolve sob a influência de leis próprias, que podem ser entrecruzadas pelas lembranças individuais, bem como

alteradas quando recolocadas novamente no conjunto, na coletividade. Para Tedesco (2001), a memória coletiva possui atributos de normatividade — como a família, o religioso, o *habitus* de classe —, simbologias, extemporaneidades, noções sociais ou experiências — linguagem, classe social, lembranças e outros. Assim como Perrot (2005), o autor explica que a família é responsável por grande parte do processo de mediação da memória:

Nela cristaliza-se memórias afetivas e sociais; constrói-se personagens centrais, responsáveis por guardar a memória e transmiti-la no tempo. Há museus de família e há museus na família. Os avós reconstróem suas vidas, relembrando a trajetória familiar e estabelecendo, na lembrança, o espaço familiar, a representação da família e suas relações internas. Os avós, ao reconstruírem as suas histórias de vida, reconstróem também a história do modelo familiar, através de caminhos já marcados por lembranças suas e de seu grupo familiar. O sobrenome, por exemplo, não é apenas uma identificação pessoal que se esgota no indivíduo que o carrega; há imagens, há contatos com a história, com formas de comunicação temporal, integridades e persistências. (TEDESCO, 2001, p. 32).

Nesse aspecto, as casas edificadas no interior do cemitério são os locais mais propícios para a reunião dos mais diversos elementos que ilustram a história e a trajetória dos integrantes da família. O interior das casas proporciona um certo recuo em relação aos agentes da natureza, de ventos, sol e chuva; bem como ao acesso humano, impedindo, dessa maneira, possíveis danos como furtos e roubos¹⁶³. Esses modelos de edificações, no formato de casa, costumam apresentar as dimensões de dois metros de largura, por dois metros de comprimento e dois metros de altura. As famílias podem decidir como usar e preencher o espaço e cada casa pode comportar até seis jazigos, ou seja, três jazigos sobrepostos em cada parede lateral. As casas do Cemitério Municipal de Indaial, em sua maioria, foram edificadas ladeando os muros do cemitério e nas laterais das principais vias de circulação interna do cemitério.

Na imagem da Figura 68 são ilustradas diversas casas. A partir da esquerda para a direita, há uma casa que apresenta revestimento em granilite marrom, o acabamento do teto que lembra elementos arquitetônicos de abóbadas circulares, assim como assemelha-se a uma casa por apresentar porta, vidros escuros que bloqueiam a passagem de luz e a visualidade de fora para dentro, janela em cada lateral e floreira em cada uma delas:

Figura 68: Casas com diferentes estruturas e materiais.

¹⁶³ Observou-se que as casas que contam com a estrutura de paredes mais fechadas costumam apresentar um maior número de elementos dispostos junto aos jazigos e às lápides dos familiares falecidos.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

A partir da primeira casa, descrita acima, constam outras casas com edificações mais simples. A segunda casa da imagem da Figura 68, por exemplo, conta com três paredes edificadas, uma laje em granilite cinza, a frente da casa não foi fechada e é possível identificar a disposição de dois jazigos/sepultamentos. Na sequência, a terceira casa conta com três paredes revestidas de piso cerâmico, laje no teto e a parte da frente fechada com grades. Diferenciações e distinções que também podem, facilmente, ser observadas no interior da cidade dos vivos.

A imagem da Figura 69 ilustra uma casa revestida num misto de granilite, azulejo cerâmico e vidro; no interior dela consta um banco disposto para que os visitantes possam se acomodar.

Figura 69: Casa com banquinho para sentar-se.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Abaixo, na imagem da figura 70, é possível identificar, na lateral esquerda, sobre o jazigo, um porta-retrato com imagem da pessoa falecida, inúmeros vasos de flores artificiais e junto à parede uma lápide com dois sepultamentos; na parte do centro inferior, uma escultura de livro aberto com inscrições de frases fazendo alusão à Bíblia Sagrada; ao alto, uma cruz com Cristo crucificado; no alto da lateral direita, uma lápide com outros dois nomes inscritos, sobre o jazigo, na parte inferior, diversos vasos de flores artificiais, dois porta-retratos e um pequena escultura de cavalo. No teto, ainda é possível identificar dois móveis ‘mensageiro dos ventos’ suspensos.

Figura 70: Interior de casa I.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Na imagem da Figura 71 há dois jazigos. O que está disposto na lateral esquerda conta com diversos vasos de flores artificiais; ao alto, na parede, consta uma lápide com os registros de dois falecimentos ilustrados com fotografias, nome completo, data de nascimento e falecimento de cada um; ao centro, na parte inferior, uma mesa com diversas esculturas miniaturas de imagens de santidades cristãs e objetos de decoração doméstica; ao alto, uma cruz e um crucifixo:

Figura 71: Interior de casa II.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Na lateral esquerda, na mesma parede, encontra-se outra lápide com a identificação de um sepultamento, com foto, nome completo, data de nascimento e de falecimento; na parede lateral direita consta, suspensa na parede, aproximadamente, 20 medalhas e uma guirlanda de Natal e, na parte inferior, em cima do jazigo, diversos vasos de flores artificiais, troféu, um vaso vazio e demais itens decorativos.

A imagem da Figura 72 está um tanto quanto ofuscada, pois não foi possível colocar a câmera pelo lado de dentro da casa, apenas fotografar através da porta de vidro que compõe sua frente. Na lateral esquerda inferior, está um jazigo no qual constam diversos itens sobrepostos, tais como arranjos natalinos, guardanapos, vasos com flores artificiais, porta-retratos de diversos integrantes da família, uma placa de homenagens, esculturas de anjos e objetos de decoração:

Figura 72: Interior de casa III.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Na parede ao fundo, há duas lápides com os respectivos falecimentos, ao centro delas, uma cruz; abaixo no centro, numa espécie de mesa na mesma altura dos jazigos, na qual está disposto um retrato de um familiar, acompanhado de um presépio, uma escultura de Nossa Senhora Aparecida; junto ao chão, um prato e um tapete que se estende até a entrada da casa; na parede da lateral direita consta uma lápide com as informações de uma pessoa falecida; logo abaixo, junto ao jazigo, diversos retratos de diferentes pessoas, decorações, miniaturas de brinquedos, vasos com flores de plástico e uma escultura de São Jorge montado no cavalo.

Considerando os conteúdos identificados pelas imagens das Figuras 70, 71 e 72, tem-se que as casas possuem em seu interior objetos que ilustram as inscrições tradicionais que estão presentes em sepultamentos, tais como lápides, dados biográficos, retratos, flores de plástico e, em seguida, itens que são diversificados com conteúdos do amplo repertório das referências religiosas, fúnebres, sagradas e/ou profanas.

Cabe ressaltar ainda a presença de itens decorativos do mobiliário doméstico que se referem às comemorações especiais como o Natal e os objetos que foram de uso e posse pessoal das pessoas falecidas, os quais são responsáveis por promover não apenas certa distinção entre os sepultados no interior de cada casa, de cada família, como também aludem ao apreço emocional afetivo e sugerem a presença e a manutenção da confraternização em festividades que popularmente se caracterizam pela reunião da família, numa forma de como se fosse possível dar continuidade a esses momentos

também junto à casa, no interior do cemitério, ilustrando a necessidade de embelezar, requintar, de tornar familiar e afetuoso aquele espaço.

É perceptível que existem investimentos financeiros para com os itens dispostos, assim como de disponibilidade de tempo na organização, na decoração e na manutenção do local como um todo. É possível pensar que a edificação da casa pode ser considerada um local em que se instala, cria-se uma espécie de pequeno museu familiar e, ao mesmo tempo, um pequeno altar, templo e santuário, no qual costuma ser gerido um misto amplo e estrito da identidade e memória individual, da memória familiar e coletiva das pessoas sepultadas.

3.4. A MEDIAÇÃO DOS CONTEÚDOS DE MEMÓRIA E IDENTIDADE

A morte encerra o conteúdo e o rastro de identidade que foi iniciado com o nascimento e continuado com o batismo; com os registros civis, escolares e de propriedades, entre outros, bem como as oscilações que foram impingidas pelos processos biológicos e sociais, assim como pelo tempo e espaço. Porém, costuma ser o momento em que ocorre o processo de mediação e transmissão desses conteúdos.

Por muito tempo, os familiares e as pessoas amigas, que se encontravam acompanhando os familiares adoecidos e/ou em processo de elaboração do luto, contaram com a presença de lideranças religiosas e com redes de apoio comunitário. A partir dos processos de laicidade e secularização, tem-se que médicos, enfermeiros, psiquiatras, advogados e funcionários de funerárias passaram a compor as pessoas com que os familiares e envolvidos poderiam acionar e contratar.

A partir do momento em que a morte de uma pessoa é anunciada, o hospital comunica os familiares e expede a respectiva certidão de óbito. Munidos desse documento, os familiares contratam uma agência funerária que providenciará o tratamento e a preparação do corpo, que será conduzido ao funeral. Quando o funeral é realizado em casas mortuárias veiculadas ao poder público municipal, os familiares contatam os funcionários dos cemitérios na função que, por sua vez, informam e conduzem os tramites para a realização do velório. Quando o sepultamento é realizado

no cemitério público, os coveiros são acionados para preparar o respectivo espaço e a carneira, onde o corpo será depositado¹⁶⁴.

Findados os trabalhos do funeral e do sepultamento, passam a ser resolvidas as questões de testamento, inventário, propriedades, registros, seguros e, quando ainda não existem, a edificação de jazigos, casas, a confecção de lápides e dos paramentos, entre outros. A família, de maneira geral, foi quem passou os últimos momentos com a pessoa moribunda, dessa maneira, acaba sendo quem ouviu suas últimas vontades e seus desejos, e é a quem foi confiada a tarefa de encaminhar e realizar tais desígnios.

Na imagem da Figura 73, é possível identificar três gerações de mulheres: da esquerda para direita, a neta, a mãe e a avó. Elas se dirigem ao jazigo que, conforme ilustra a aproximação e a postura curvada da mãe, sugere estar narrando à filha sobre o sepultamento que ali se encontra, que possivelmente pode ser do próprio pai ou do avô.

Figura 73: Três gerações de mulheres: neta, mãe e avó.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

¹⁶⁴ A título de curiosidade, a pessoa depoente na Entrevista N (2022), que atuou por quatro anos no setor administrativo do cemitério municipal de Indaial/SC, relata que, acompanhando o desenvolvimento dos trabalhos de velórios e sepultamentos, já testemunhou situações tais como de brigas por heranças, disputas pelo merecimento entre os integrantes da família, conforme se lê nas palavras do entrevistado: “[...] discussão do tipo assim, de irmão dizer pro irmão, tu nunca veio visitar agora que morreu tu vem, vai embora porque aqui tu não vai entrar”; questões conjugais tais como: “[...] tem briga de viúva, que está sepultando o marido a aparecer a amante, inclusive com filho” (ENTREVISTA N, 2022, p. 4). No conteúdo da entrevista consta ainda que, nesse processo, existem dois momentos em que as emoções se avultam e que a comoção costuma se generalizar, quando ocorre o fechamento da tampa do caixão e o momento da descida deste, com o corpo, junto à carneira. A pessoa entrevistada relata também que no decorrer desses dois momentos já testemunhou situações inusitadas como, nas palavras do entrevistado, “tem pessoas caindo no buraco, na hora de jogar a florzinha cai dentro do buraco” (ENTREVISTA N, 2022, p. 4).

Na imagem da Figura 74, é possível distinguir duas gerações. Da esquerda para a direita, a filha, a mãe e o pai; ambas se dirigem à cabeceira do jazigo, onde consta a lápide com as informações dos familiares sepultados.

Figura 74: Duas gerações: filha, mãe e pai.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Na imagem da Figura 75, tem-se a presença de duas gerações; da esquerda para a direita, um homem, que seria o pai, a mulher ao centro, que seria a mãe, e a terceira mulher que seria a filha. Na imagem, é possível observar que a filha conduz os respectivos pais pelo interior do cemitério, os quais se aproximam de uma pequena escada.

Figura 75: Filha que conduz os pais no interior do cemitério.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Compreende-se que as três pessoas sejam pai, mãe e filha, sendo que a filha conduz os pais na visitação no interior do cemitério, pois estes aparentam limitações na

locomoção motora e sustentação física. O registro fotográfico foi realizado em 29 de outubro de 2022, próximo das 10 horas. Provavelmente, estavam realizando uma visita alusiva ao Dia de Finados, observando-se o horário favorável à rotina dos envolvidos, assim como a presença do sol e calor, e num dia em que ainda costuma ser registrada pouca presença de pessoas no interior do cemitério.

A imagem da Figura 76 sugere que se compreenda que existem duas gerações que estão diante do jazigo familiar. Da esquerda para a direita, está a mãe, seguida da filha, ao centro, e por último um homem, que viria a ser o genro. O registro fotográfico foi realizado no dia 30 de outubro, por volta das 10 horas.

Figura 76: Mãe, filha e genro junto a um jazigo.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

A imagem sugere pensar que a mãe é, de certa forma, dependente da filha em termos de deslocamento, assim como, também, eles escolheram o horário de visitação ao cemitério pelos mesmos motivos descritos na imagem da Figura 75. As imagens das Figuras 73, 74, 75 e 76, foram realizadas nos dias que antecedem o Dia de Finados; sobre elas, é possível observar que em cada uma se constitui de um núcleo familiar central de diferentes gerações nos momentos de visitação e mediação das memórias e da identidade familiar. Em especial, notou-se que as mulheres estão presentes em maior número e de que se encontram numa disposição mais inclinada e disponível para acompanhar, conduzir, ouvir e narrar.

Para as situações registradas nas imagens das Figuras mencionadas acima, Oberti (2006, p. 73-74), socióloga e pesquisadora argentina, explica que “os laços que unem a

sucessão das gerações são o vínculo de transmissão de histórias, tradições e crenças, assim como também o lugar onde se produzem identificações e se criam identidades”. Halbwachs (1990) corrobora que as memórias familiares não são estagnadas e unânimes, antes sofrem oscilações, que a memória familiar compõe um quadro que tende a se conservar intacto. Para tanto, a ela acaba sendo forjada uma espécie de armadura que tende a dominar e ultrapassar incólume o curso do tempo¹⁶⁵. Hassoun (1996 *apud* OBERTI, 2006 p. 74), psicanalista francês, explica que a genealogia costuma ser central no processo de legado da memória familiar:

Todos nós estamos inscritos em uma genealogia, a vida de cada um de nós é devedora desse conjunto de objetos, que vai de hábitos a ideais, e que constitui a herança daqueles que nos precederam; somos todos depositários e transmissores do que nos legaram, uma vez que a transição de uma geração para outra envolve a construção de uma transmissão como uma atividade e não como algo que ocorre naturalmente. Ao mesmo tempo, a recepção do que é transmitido não ocorre em um ser passivo, mas é também uma atividade de reconhecimento para quem realiza a transmissão. Esse processo de transmissão e reconhecimento faz parte da construção do vínculo social, pois garante a continuidade e garante a cada geração o vínculo com o passado. É, então, um processo de identificação. Não no sentido de uma tentativa desesperada de criar uma identidade — rastreamento entre predecessores ou descendentes, mas na maneira de um discurso que seria processado — clandestinamente, como um contrabando — do que é oferecido como herança. (HASSOUN, 1996 *apud* OBERTI, 2006 p. 74).

Oberti (2006) narra ainda que a transmissão leva em conta a nova situação, menos será uma transposição pura e simples do passado e mais ela poderá inscrever o sujeito em uma genealogia da vida para fazer, não uma rota circular em torno de um enclave petrificado, mas uma jornada, provavelmente criará um campo de influência, um triângulo onde são articuladas culturas heterogêneas que se revitalizam, e sugere que “talvez o mais impressionante seja que, assim como a memória, a transmissão é um trabalho que produz transformações na vida social” (OBERTI, 2006, p. 103).

4. CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

¹⁶⁵ Halbwachs (1990) explica que, no caso especial das pessoas com idade avançada, estas não se contentam em esperar passivamente que as lembranças despertem, mas buscam precisá-las. Ao atribuir aos idosos a função de conservar os traços de seu passado, encoraja-os e os estimula a empregar tudo o que lhes resta de energia espiritual em lembrar e não esquecer.

Neste momento, faz-se necessário retomar e endossar o que foi discutido na introdução e no segundo capítulo deste estudo no que diz respeito ao fato da governamentalidade implementada em meio à população que se usa e se vale do espaço do Cemitério Municipal de Indaial, através da ação de agentes públicos, autorizados e legitimados pelos conteúdos que constam na legislação municipal Lei Nº 5379/2016 e da Lei Nº 5987/2021, as quais são investidas de poder disciplinar e tecnologias de controle. O conteúdo dessa legislação versa essencialmente sobre aspectos de limpeza, higiene e controle das condutas dos indivíduos no interior do espaço do cemitério, no sentido de controlar e normatizar as homenagens fúnebres que ocorrem e podem vir a ocorrer no interior dos cemitérios municipais — que essas sejam apenas a da edificação e ornamentação dos jazigos, a adaptação de floreiras e o oferecimento de flores.

Tendo em vista as mais diferentes tradições religiosas praticadas pelos residentes na cidade (catolicismo, luteranismo, espíritas, umbandistas, candomblecistas, entre outros), bem como a diversidade que acaba sendo possibilitada pelo fato de se tratar de um cemitério público, isento da tutela das instituições religiosas, o documento se apresenta de natureza parcial e reducionista, pois em momento algum faz menção a quaisquer homenagens, oferendas e práticas de rituais aos mortos que não sejam a de oferenda de flores. Cabe também ressaltar que ainda, em nenhum momento, foram mencionadas nas duas leis as estruturas do cruzeiro central e do velário, bem como não foram citadas as atividades de ocorrem nesses locais, tais como a realização de homenagens, o depósito de oferendas e a queima de velas, as casas/salas mortuárias, a sala da administração e os banheiros que funcionam no interior do cemitério municipal, muito menos a gestão que deve ser feita desses espaços.

Os procedimentos de limpeza e arrumação empreendidos no interior do cemitério municipal, nos jazigos e nas lápides, têm implicado a remoção dos conteúdos arquitetônicos, artísticos, históricos e culturais, assim como dos que são impingidos pela própria natureza e pela passagem do tempo, acarretando assim o silenciamento e o apagamento de referências de memória, identidade e do patrimônio cultural, religioso e fúnebre do cemitério e das famílias que nele possuem sepultamentos.

Ao analisar as imagens realizadas no interior do cemitério, dos conteúdos dispostos sobre os jazigos e no interior das casas, em especial junto às lápides, foi identificado que os jazigos são paramentados com elementos religiosos tais como cruzes, imagens e/ou esculturas de santidades, pombos, livros abertos, decorações domésticas; além de possuírem a gravação de trechos bíblicos, frases literárias, etc. Sobressai-se que os

cemitérios constituem ‘lugares de memória’; que os jazigos, as lápides e os paramentos adquirem o *status* de ‘suportes de memória’; que as datas comemorativas e os trabalhos de manutenção do cemitério e dos jazigos configuram práticas de ‘vigilância da memória’ e que datas como Sexta-Feira Santa, Páscoa, Corpus Christi, Dia de Finados, Dia dos Pais, das Mães e das Crianças são responsáveis por demandar trabalhos e investimento da parte do poder público municipal e dos familiares que possuem entes sepultados. As datas mencionadas são responsáveis por atrair público significativo, configurando momentos oportunos, de ampla visibilidade dos conteúdos que se encontram inscritos e dispostos nos jazigos.

Dito de outra maneira, a partir dos paramentos depositados nos jazigos e nas lápides, é possível compreender que estes exercem funções muito além dos dados básicos da trajetória de vida como nome e sobrenome, data de nascimento e falecimento das pessoas sepultadas; versam também sobre aspectos da vida privada, do repertório cultural e artístico, assim como aspectos da vida pública, profissional, social e política — principalmente atividades sociais —, formando um conjunto de elementos que situam e comunicam a identidade das pessoas falecidas. De modo geral, é possível considerar que as distinções entre os grupos sociais podem ser percebidas pelos aspectos como da volumetria e pelo uso de materiais nobres no revestimento dos jazigos quando se referem às famílias abastadas economicamente, e de paramentos que expressam conteúdos afetivos/sentimentais quando se tratam de jazigos de grupos menos favorecidos economicamente.

Já é possível sugerir, com expressiva clareza, que o maior número de jazigos que se destacam em termos de itens e conteúdos dispostos são os que possuem sepultamentos de homens; assim como foi possível compreender que recai à família atividades como a confecção, a organização, a manutenção, a visitação e a mediação dos conteúdos de identidade e de memória das pessoas falecidas; em especial, que as mulheres vinculadas às famílias das pessoas sepultadas têm sido as principais responsáveis pela realização de tais demandas. Todavia, esses aspectos serão abordados com mais profundidade no próximo capítulo.

QUARTO CAPÍTULO

RELAÇÕES DE PODER, SUJEIÇÃO DE GÊNERO E FABRICAÇÃO DE SUBJETIVIDADES

O compromisso multiplica por dois as obrigações familiares
e todos os compromissos sociais.
Simone de Beauvoir

No terceiro capítulo, abordei os cemitérios públicos municipais, em específico o Cemitério Municipal de Indaial em sua configuração contemporânea, no que se refere aos conteúdos históricos e o repertório de referências (leigas, liberais, religiosas, espirituais, entre outros) junto às lápides e/ou sobre os jazigos e/ou no interior das casas, observando os elementos que fazem parte da ritualística, das oferendas, das homenagens, dos paramentos, etc.; em seguida, como tais aspectos constituem suportes de memórias e identidades.

Nesse sentido, os escritos de Bourdieu (1989; 1996) são oportunos ao entendimento de que os significados que os indivíduos atribuem para si, para sua vida e para sua morte, podem ser entendidos como agentes em um espaço de inserções em uma estrutura social, econômica e cultural. Isso significa que a unidade e a força da identidade dos indivíduos e dos familiares dependem significativamente dos trabalhos de organização e manutenção dos jazigos no interior dos cemitérios. A partir dessas colocações, almejo discutir e compreender como as atividades de manutenção dos conteúdos dispostos sobre os jazigos e/ou no interior das casas ilustram e forjam relações de poder, de gênero, sujeição de mulheres, assim como fabricam subjetividades.

Entendo que da mesma forma como é consenso entre os estudiosos e as lideranças dos movimentos de mulheres, por maiores que tenham sido os avanços e os espaços conquistados nas últimas décadas, existem sistemas que pouco foram alterados, e entre eles está o de gênero. Apesar do ingresso maciço de mulheres no mercado de trabalho, da sanção da lei do divórcio, da aquisição de maior nível de escolaridade, da participação nos pleitos eleitorais e na ocupação de cargos políticos, os homens ainda são maioria na ocupação das posições de poder e de cargos mais bem remunerados.

Esse cenário sugere que se faz necessário ultrapassar a percepção sobre as consequências e os elementos mais visíveis e superficiais em que reverberam tais práticas, de levar em conta a sujeição e a dominação como práticas diluídas em meio a conjunturas de média e longa duração, emaranhadas e escamoteadas no interior de sistemas, tradições

e ideologias que forjam mentalidades e visões de mundo, bem como permeiam e tecem subjetividades, fazendo com que pouco ou quase nada seja alterado na ordem das coisas.

Ao longo deste capítulo, apresento elementos centrais das relações de poder e do patriarcado, este último entendido como um sistema longo de sujeição de mulheres que, por sua vez, requer que se identifique um todo complexo, oriundo de diferentes instâncias, mas que, nesse caso, está centralizado no âmbito do privado, da vida doméstica e familiar e, por seu turno, acaba sendo responsável por fazer com que seja imputado às mulheres a responsabilização pela manutenção dos jazigos e dos itens de memória familiar dispostos no interior dos cemitérios. Também discuto como as inscrições e os paramentos depositados junto aos jazigos e às lápides são responsáveis por estabelecer relações de poder e fabricar padrões subjetivos e, por fim, como se dá a constituição subjetiva do sujeito e o caráter ambivalente desse processo.

Para tanto, utilizarei imagens do interior do cemitério que ilustram os conteúdos dos paramentos e das homenagens junto às lápides dos jazigos e/ou das casas, dos trabalhos de manutenção que costumam ocorrer na véspera do Dia de Finados, da visitação no interior do cemitério no Dia de Finados, os conteúdos das entrevistas orais, que serão problematizados e refletidos com base nos constructos teóricos-conceituais no que compete às temáticas das relações de poder, da sujeição de gênero, do patriarcado e da fabricação de subjetividades.

1. RELAÇÕES DE PODER E DE GÊNERO

Os estudos desenvolvidos por Foucault (1926-1984) favorecem o entendimento de que o ‘poder’ reside na capacidade que ‘alguns’ possuem e exercem sobre e em relação a ‘outros’; o poder, para operar, demanda que existam estruturas permanentes e no que diz respeito ao outro, ‘o outro’ seja livre, numa espécie de ocorrer ‘uma ação sobre ações’. A partir dessas condições, as relações de poder se articulam, fomentam a ação entre as duas partes, numa dinâmica em que ambas se incitam, assediam e lutam reciprocamente¹⁶⁶.

Nos termos do autor:

¹⁶⁶ Nas relações de poder, o aspecto de incitação e luta é explicado por Foucault (1995) no sentido de que “toda estratégia de confronto sonha em tornar-se relação de poder; e toda relação de poder inclina-se, tanto ao seguir sua própria linha de desenvolvimento quanto ao se deparar com resistências frontais, a tornar-se a estratégia vencedora” (FOUCAULT, 1995, p. 248).

O exercício do poder é um conjunto de ações sobre ações possíveis, ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage, ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são conceptíveis de agir. (FOUCAULT, 1995, p. 243).

A relação de poder não age direta e imediatamente sobre os outros, age sobre sua própria ação; ela força, ela submete, fecha as possibilidades. Conforme abordou-se nos segundo e terceiro capítulos, por meio do poder disciplinar e das tecnologias de controle costuma ser realizada a ordenação das probabilidades, a partir desta acaba sendo promovida a condução das condutas — a ‘conduta’ é, ao mesmo tempo, o ato de ‘conduzir’ os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) — e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades.

Dito de outra forma, o exercício do poder consiste em conduzir ‘condutas’, em ordenar probabilidades e, uma vez assim estruturadas e articuladas, arregimentar relações de poder no conjunto das redes sociais (FOUCAULT, 1995). Da ordenação das condutas, facilmente obtém-se o que se pode chamar de ‘dominação’ que, nas palavras de Foucault (1995), configuram:

[...] uma ação global de poder cujas ramificações e consequências podemos, às vezes, encontrar, até na trama mais tênue da sociedade; porém, ao mesmo tempo, é uma situação estratégica, mais ou menos adquirida e solidificada num conjunto histórico de longa data entre os adversários. [...] Porém, o que torna a dominação de um grupo, de uma casta ou de uma classe, ou as resistências ou as revoltas às quais ela se opõe um fenômeno central na história das sociedades é o fato de manifestarem, numa forma global e maciça, na escala do corpo social inteiro, a integração das relações de poder com as relações estratégicas e seus efeitos de encadeamento recíproco. (FOUCAULT, 1995, p. 249).

Foucault (1995) ressalta ainda que “[...] as relações de poder foram progressivamente governamentalizadas, ou seja, elaboradas, racionalizadas e centralizadas na forma ou sob a caução das instituições do Estado” (FOUCAULT, 1995, p. 247). Dessa maneira, entende-se que quando as relações de poder, já assimiladas no interior da vida social, passam a contar com a legitimidade e o arcabouço estatal, e que toda uma maquinaria de poder e de controle acaba sendo investida de estruturas e eficiências profundamente arregimentadas, passam a ganhar envergadura de ‘dispositivo’.

Foucault (2003, p. 244) analisa que por dispositivo pode-se considerar “um conjunto heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” e que o dispositivo “está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que nele nascem mas que igualmente o condicionam”. De outro modo, o autor ainda explica que se tratam de “estratégias de relação de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por ele” (FOUCAULT, 2003, p. 246).

Organiza-se assim como um poder múltiplo, automático e anônimo; pois se é verdade que a vigilância repousa sobre indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações [...]; essa rede sustenta o conjunto e o perpassa de efeitos de poder que se apoiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados. O poder na vigilância hierarquizadas das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina. E se é verdade que sua organização piramidal lhe dá um chefe, é o aparelho inteiro que produz poder e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo (FOUCAULT, 1987, p. 201).

Entretanto, essas operações não recaem, não se restringem e não afetam apenas as esferas política, coletiva, pública e social; também repercutem e reverberam no que tange à corporalidade e a dimensão constitutiva e subjetiva das pessoas. Foucault (1987) descreve que:

[...] o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem, no entanto, ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror, e, no entanto, continuar a ser de ordem física. (FOUCAULT, 1987, p. 29).

Também de acordo com os escritos de Foucault, Scott (2017, p. 91) ressalta que “as estruturas hierárquicas dependem de compreensões generalizadas das assim chamadas relações naturais entre homem e mulher”. A autora apresenta ainda que “a atenção dada ao gênero não é explícita, mas constitui, não obstante, uma parte crucial da organização da igualdade e da desigualdade”, as quais proporcionam percepções das “conexões explícitas entre gênero e poder”. Outro aspecto que Scott (2017) destaca é que o Estado não tinha nada de imediato ou de material a ganhar com o controle das mulheres e que essas ações não fazem sentido a menos que sejam integradas numa análise da construção e consolidação do poder.

Perrot (2005) ressalta que, desde os escritos de Foucault¹⁶⁷, é possível compreender a crescente importância da família como reguladora da moral e da razão, bem como uma articulação nodal do privado e do público, dos pais e dos filhos, dos indivíduos e do Estado, e do protagonismo das mulheres nos processos de mediação. Com relação à noção de gênero, Scott (2017) propõe que ela seja compreendida como duas partes diversas e diferenciadas, mas interrelacionadas. Nas palavras de autora, “o núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 2017, p. 86).

A partir dessas definições introdutórias, Scott (2017, p. 86-87) descreve que a noção de gênero implica em quatro elementos relacionados entre si. O primeiro refere-se aos “símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas”, que comportam até representações contraditórias, no caso das mulheres tais como luz e escuridão, pureza e poluição, inocência e corrupção, encarnados na tradição judaico-cristã ocidental de Eva e Maria. O segundo engloba “conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas”. O terceiro contempla a “concepção de política bem como uma referência às instituições e à organização social”, e o quarto aspecto é o da identidade subjetiva, que pode enveredar pelo campo da sexualidade, da arte, da espiritualidade, dos modos e dos costumes.

¹⁶⁷ Perrot (2005, p. 495) informa que na contracapa da obra *História da Sexualidade - A vontade de saber*, publicada por Michael Foucault pela primeira vez no ano de 1976, já se anunciava que o quarto tomo da obra se chamaria *A mulher, a mãe e a histeria*; porém, a publicação não ocorreu devido ao seu adoecimento e o falecimento no ano de 1984.

2. A SUJEIÇÃO DAS MULHERES E O PATRIARCADO

Desde a segunda onda feminista, um dos sistemas que vem sendo reconhecido, descrito e problematizado é o patriarcado¹⁶⁸. Aguiar (2000), pesquisadora brasileira, explica que as feministas passaram a usar o termo patriarcado a partir da década de 1970 para fazer referência à dominação dos homens sobre as mulheres em todas as esferas da sociedade, incluindo o cotidiano, o privado, a vida conjugal, matrimonial, entre outros¹⁶⁹.

Apesar de haver diferenças entre o patriarcado tradicional, de tipo weberiano, e o moderno, que surge com o advento da sociedade civil contratual (PATEMAN, 1992) ou contemporâneo (MACHADO, 2000), é possível perceber que as raízes do patriarcado estavam presentes em várias sociedades tradicionais, mas que foi estruturado na Europa moderna, intensificando-se no período industrial e, desde então, vem sendo utilizado para compreender e explicar as mais diferentes transformações pelas quais as sociedades ocidentais atravessaram.

A literatura que contempla o conceito de patriarcado¹⁷⁰ o aponta como um sistema que fez e faz uso de violências como ferramentas de controle para justificar a separação e ocupação das esferas públicas/políticas e privadas/domésticas de maneira desigual e

¹⁶⁸ Entendo que a sujeição das mulheres diz respeito a um complexo emaranhado de elementos que, na maioria das vezes, encontra-se naturalizado em meio a costumes e práticas em vigor tanto no âmbito público quanto privado das relações humanas. Considerando esses aspectos, foi publicado um artigo no qual o patriarcado é abordado de forma central. Ele pode ser consultado na íntegra em: FOCHI, Graciela Márcia; ZIRBEL, Ilze. Patriarcado e sujeição das mulheres. In: *Revista Desenvolvimento, Fronteiras e Cidadania*. Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul/UEMS, vol. 4, n. 6, p. 56-74, junho de 2020. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/fronteiracidadania/article/view/5342> Acesso em: 10 abr. 2022. Frações desse artigo serão apresentadas ao longo do texto e das discussões.

¹⁶⁹ O uso do termo (ou o conceito de) patriarcado não representa um consenso entre o movimento feminista e a comunidade científica e, seguidamente, costuma ser alvo de debates e objeções. Entre os principais problemas apontados para o uso do termo estão uma certa falta de coerência teórica e o anacronismo que o conceito pode sugerir. Ele se confunde, por exemplo, com a noção weberiana usada para um tipo de dominação em que o pai de família (geralmente o mais velho do grupo familiar) representa a lei no espaço das comunidades domésticas ou unidades sociais mais simples, anteriores à formação do Estado. A legitimidade da autoridade e poder do pai assenta-se na tradição dos grupos e não diz respeito apenas ao controle e poder de homens sobre as mulheres (do pai sobre as filhas, do marido sobre a esposa, do irmão sobre a irmã), mas também de alguns homens sobre outros (WEBER, 1968). A partir das abordagens e problematizações feitas pelo feminismo, ele se deslocou do sentido primeiro “para firmar-se como uma referência implícita e sistemática da dominação sexual” (CASTRO; LAVINAS, 1992, p. 238). Porém, isso tudo não representa motivo suficiente para rechaçar o seu uso, pois ele segue sendo utilizado e vem ganhando cada vez mais espaço no cenário brasileiro, em especial em meio às discussões sobre o uso da terminologia ‘sistema de gênero’ e ‘sistema do patriarcado’.

¹⁷⁰ Na literatura brasileira, o patriarcado foi discutido inicialmente por Raymundo Faoro, Gilberto Freyre, Antônio Cândido, Sérgio Buarque de Holanda, Nísia Floresta, Florestan Fernandes, Boris Fausto, entre outros, em estudos que se debruçavam sobre formações e estruturas sociais e políticas do Brasil, especialmente em análises da sociedade escravista e na constituição do Estado burocrático e patrimonialista brasileiro.

sexuada. O termo patriarcado etimologicamente é oriundo da língua grega e significa ‘a regra do pai’, ‘a lei do chefe da família’ sobre os demais, considerados fracos e sem poder. O patriarcado exercido por homens sobre mulheres e filhos foi, costuma ser e está estruturado em meio às relações matrimônios e familiares, e estendeu-se às demais esferas de vida e atividades consideradas públicas, como as atividades religiosas, econômicas e culturais e os espaços decisórios da política e da vida coletiva.

hooks¹⁷¹ (2021), escritora e ativista norte-americana do feminismo negro, afirma que é na transmissão do patriarcado que ocorre a adequação de gênero e de identidade de cada indivíduo, seja homem ou mulher¹⁷². Esse aspecto pode ser observado na confecção do enxoval dos bebês, nas brincadeiras da infância e no decorrer das demais fases do desenvolvimento da pessoa, na indução e predileção dos círculos de amizades, entre outros, implicando a forma de como deve se relacionar e expressar emocionalmente. A autora argumenta que uma forte redoma costuma ser criada para garantir que cada um cumpra seu papel de maneira condizente com o sexo biológico com que nasceram, foram e são identificados. Diante de qualquer desvio do padrão estabelecido, atos de reprovação e ridicularização entram em cena, caracterizados por forte violência perpetrada pelas autoridades patriarcais. A violência acaba sendo utilizada como um corretivo e tais atos são invocados como ‘pedagógicos’, devendo educar e forjar a aceitação junto aos demais¹⁷³.

Saffioti (2004, p. 101-102), socióloga brasileira, apresenta que o patriarcado invadiu todos os espaços da sociedade, desde a esfera privada à pública, da sociedade civil ao Estado, e possui uma base material de natureza econômica que assegura aos homens os meios de produção e uma boa parte da reprodução da sociedade¹⁷⁴. Conforme

¹⁷¹ bell hooks é o nome artístico utilizado por Gloria Jean Watkins (1952-2021). A grafia com as iniciais do nome e sobrenome em minúsculo resultam de uma prática e escolha da própria autora que ainda em vida assim o fazia. A autora argumentava que esta era uma forma de atribuir maior importância ao conteúdo de seus escritos, do que à autoria e a sua personalidade propriamente dita.

¹⁷² hooks também alerta para o fato de que não falar do patriarcado quando se discute a sujeição de mulheres é não permitir que se repense e mude essa forma de dominação. O sistema patriarcal geralmente confere mais benefícios e privilégios aos homens. Qualquer identidade sexual rígida (de classe e/ou gênero) almeja exercer hegemonia e dominação, enveredando facilmente para atos e práticas nefastas que ferem a dignidade das demais pessoas.

¹⁷³ A antropóloga argentina Rita Segato, após um extenso trabalho de pesquisa na penitenciária de Brasília com homens julgados por crimes de estupro, observa que esses homens veem a si mesmos como moralizadores. Nesse sentido, Edelstein (2017) interpreta que a mulher que tem um comportamento julgado como desviante ou que é entendido como um desacato a uma lei patriarcal é alvo da punição e que legítimas práticas como a do estupro.

¹⁷⁴ Heleieth Saffioti (1934-2010) observou que o conceito de gênero foi elaborado pela antropóloga norte-americana Gayle Rubin (1975), a primeira pesquisadora a conceituá-lo de maneira feminista de forma pretensamente neutra, numa perspectiva de que, como ele poderia estar a serviço da opressão, também

explicam os pesquisadores brasileiros Medrado e Lyra (2008, p. 829), a dominação dos homens sobre as mulheres e sobre o feminino não possui uma única fonte, mas uma constelação de fatores e atores, e isso inclui, além dos homens, os meios de comunicação e mídias, a educação, a religião, as mulheres e as próprias políticas públicas, o que permite pensar que o patriarcado se faz presente em todas as instâncias da vida social.

3.1. A OPERACIONALIZAÇÃO DO PATRIARCADO

Pateman (1993), filósofa britânica, defende que, na história da maioria das sociedades humanas, os indivíduos trocaram a insegurança da liberdade tribal e comunitária pela liberdade civil, salvaguardada pelo Estado. Esse contexto acaba sendo muito semelhante ao que Scott (2017) descrevia como sendo favorecedor da legitimação da guerra, da aceitação do sacrifício de vidas jovens e do apelo explícito à virilidade, justificado diante de uma espécie de condição necessária para defender o Estado, as mulheres, as crianças e demais pessoas em condição de vulnerabilidade.

A filósofa explica que, entretanto, a composição dos cargos de poder dentro do Estado foi efetuada por homens que ocupavam posições atreladas à segurança, à caça e aos rituais, nos seus grupos de origem e em um estágio no qual essas posições possuíam um *status* superior e resultavam em privilégios dentro de um sistema com características patriarcais. Assim, de acordo com Pateman (1993), as sociedades modernas lançam a ideia de uma associação coletiva pautada em uma ideia de contrato social para garantir a segurança, a liberdade e a igualdade de todos os indivíduos.

A linguagem contratual também foi usada, no caso das mulheres, para produzir o efeito contrário, uma vez que foi aplicada para um modelo de contrato de casamento que submetia a mulher casada ao seu marido em meio a um sistema geral que impedia as jovens de seguirem solteiras ou de estabelecerem outras formas de relações afetivas que não fossem reguladas pelo contrato de casamento. Para Pateman (1993), atrás do contrato social encontrava-se um contrato de cunho sexual, por meio do qual os homens

poderia estar a serviço de relações igualitárias. Tudo dependeria das relações sociais. Além disso, ele teria a vantagem de ser mais amplo que o de patriarcado, visto poder ser aplicado a todas as formas de sociedade e todos os tempos históricos. Por sua vez, o patriarcado diz respeito a um sistema de gênero específico, desigual e opressor. Saffioti vai além (2004, p. 136): para ela, o conceito de gênero, no fundo, não é neutro, mas acaba servindo ao patriarcado, a fim de encobri-lo. É possível questionar essa afirmação, mas, neste estudo, considero suficiente o entendimento de que o patriarcado consiste um tipo hierárquico de sistema de gênero responsável por produzir relações de sujeição, opressão e violência contra as mulheres enquanto indivíduos e enquanto grupo, bem como de inferiorização e deslegitimação do que acaba sendo considerado feminino e do universo das mulheres.

pactuavam entre si para controlarem e terem acesso ao corpo das mulheres. Quando os arautos da modernidade foram anunciados, a essência da fórmula não havia sido modificada, a noção de família nuclear moderna foi impregnada pela antiga organização e intensificada, visto que a nova fórmula confinava as mulheres ao espaço doméstico e garantia aos homens o domínio sobre sua vida, sua sexualidade e suas atividades produtivas.

Pateman (1993) esclarece que uma das principais contradições nas relações entre homens e mulheres reside ainda no contrato original, pois nele acaba sendo firmado um contrato de ordem sexual para o sistema de casamento, nos termos de que homem e mulher compartilhem e exercem desígnios sexuais e de convivência antes de constituírem uma família propriamente dita: são marido e esposa, antes de se tornarem pai e mãe; e tal aspecto foi negligenciado pelas previsões contratuais modernas.

Zirbel (2017), filósofa brasileira, explica que os teóricos responsáveis pelos escritos dos tratados e contratos progressistas até defendiam a substituição do antigo sistema por novas formas de organização, pautadas em acordos livres, todavia, as mulheres (filhas e esposas) deveriam permanecer na condição de inferioridade e sujeição aos pais e aos maridos¹⁷⁵. “Ao invés de se dedicarem ao fim da subordinação humana, os teóricos do contrato social lançaram as bases da sujeição civil moderna e se eximiram de discutir questões de dominação de gênero”, racial, etária, entre outras (ZIRBEL, 2017, p. 107).

Oyèwùmí (2004), socióloga nigeriana, explica que a família nuclear ocidental está centrada na relação conjugal de um homem patriarca e uma mulher subordinada, acompanhada de filhos. Nesse modelo, o homem provê o sustento e a mulher os trabalhos domésticos, a maternagem e os cuidados solicitados nesse núcleo. Em meio a essa estrutura familiar, o ser humano do sexo feminino acaba sendo transformado em um tipo específico de mulher: a esposa, que possui um *habitat* também específico: o lar. O *habitat* da mulher-esposa é marcado pelo domínio e pela sujeição¹⁷⁶.

¹⁷⁵ No artigo *O problema do padrão duplo de cidadania das teorias políticas modernas*, Zirbel (2017) discute a maneira como teóricos políticos e morais, como John Locke (1632-1704) e Immanuel Kant (1724-1804) fundamentaram a sujeição das mulheres ao casamento, em uma época que já não era mais aceito que a tradição ou a religião fossem evocadas para sustentar a posição de superioridade ou a inferioridade política de qualquer pessoa.

¹⁷⁶ Oyèrónké Oyèwùmí, que estuda a formação das famílias iorubás do sudoeste da Nigéria, observa que, antes da colonização desse território pelos europeus, não havia uma organização social binária, baseada nos papéis de gênero. O tipo sexuado do corpo não era o elemento que determinava os lugares de prestígio em meio à sociedade. Para ela, o apelo a um determinismo biológico na África também tinha por função impor um modelo de produção de conhecimento que privilegiava, simultaneamente, os homens e o modelo de mundo europeu. A colonização inseriu no sistema educacional uma ideia de divisão da sociedade que permitiu a instalação de estado patriarcal na Nigéria (OYÈWÙMÍ, 2017).

Transpondo essas problemáticas para o espaço dos jazigos no interior do cemitério, tem-se que a grande maioria dos jazigos, seja a céu aberto ou no interior das casas, constam com os dados biográficos dos sepultados, como nome e sobrenome, data de nascimento e data de falecimento. Destes, acaba sendo comum também encontrar retratos que se referem a cada pessoa sepultada de modo separado, e isso geralmente costuma ser feito conforme ocorrem propriamente cada falecimento e a edificação dos respectivos jazigos. Porém, em diversos jazigos, foi identificada a presença de um único retrato que ilustra o casal, o homem e a mulher junto à lápide, como é possível observar nas imagens agrupadas na Figura 77.

Figura 77: Fotografias de casais em um único retrato.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Nas imagens da Figura 77 ocorre que, nas lápides, com os dados biográficos das pessoas sepultadas, é disposto em um mesmo retrato homem/pai e da mãe/esposa, indicando a condição conjugal. Pode ser que a inclusão dos retratos dos casais tenha sido feita a pedido dos familiares ainda em vida e/ou pelos integrantes da família, quando da confecção do jazigo familiar ou na realização de reformas do lugar. É possível observar ainda que a posição ocupada por cada pessoa no retrato costuma ser variável, ora o

homem/marido foi disposto na lateral esquerda e a mulher/esposa na lateral direita e vice-versa.

Nesse aspecto, Sontag (2004, p. 26) corrobora nos termos de que “fotos não podem criar uma posição moral, mas podem reforçá-la [...]” e que “[...] as fotos foram arroladas a serviço de importantes instituições de controle, em especial a família e a polícia, como objetos simbólicos e como fontes de inspiração” (*Op. cit* p. 32). Nesse contexto, considerando os aspectos colocados por Pateman (1993) e Oyěwùmí (2004), a família, pré-organizada por gênero, passa a ser o princípio sustentador da hierarquia familiar e das demais formas de hierarquização presentes nas relações sociais. Ela também costuma ditar os conteúdos de conversas e diálogos dos quais as mulheres são autorizadas a participar. De mulher à esposa, de esposa à mãe, os casamentos dentro do modelo nuclear de família consolidam também a hierarquia que ampara a divisão sexual e social do trabalho, além de restringir a percepção dos filhos em relação à identidade social que as mulheres podem exercer e a que eles mesmos desejam experimentar¹⁷⁷.

Nesse sentido, no interior do Cemitério Municipal de Indaial/SC, como foi apontado anteriormente, são poucas as lápides e/ou paramentos em jazigos e no interior das casas que apresentam conteúdos relacionados à trajetória de vida das mulheres. Numa relação próxima ao contexto que foram identificados nas imagens da Figura 77, que se circunscrevem unicamente ao casamento, à hierarquia e ao núcleo familiar, foi identificado também o contexto e o enquadramento que consta na imagem da Figura 78:

Figura 78: Lápide em jazigo de mulher.

¹⁷⁷ Oyěwùmí (2004) aponta para o fato de a família nuclear binária, responsável por sujeitar o feminino ao masculino, não é um modelo universal. Para ilustrar essa tese, ela apresenta o exemplo da formação familiar das sociedades iorubás do nordeste da Nigéria, que estruturam grande parte da sociedade e possuem uma estrutura matrifocal. Nesse modelo, a mãe costuma ser o eixo em torno do qual as relações familiares acabam sendo delineadas e organizadas. Por consequência, a relação entre os adultos é marcada pela experiência compartilhada de ventre: a irmandade é o centro e não a binaridade de uma família nuclear pautada em diferenças de gênero.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Na imagem da Figura 78, lê-se: ‘Filha, esposa, amiga e mãe guerreira, que deu a vida aos filhos, mas o tempo cercou sua estrada e o cansaço lhe dominou suas vistas escureceram e o final da corrida chegou’. O conteúdo da frase versa sobre a trajetória de vida de uma mulher que se dedicou de forma exclusiva e exaustiva à família, a prole; em especial, sugere que tenha falecido antes que os próprios pais, em especial como a frase ‘mas o tempo cercou sua estrada e o cansaço lhe dominou suas vistas escureceram e o final da corrida chegou’, que é um trecho da música da dupla sertaneja Milionário e José Rico, gravada no ano de 1976, que acaba por sugerir que a mulher falecida teve uma vida marcada por sucessivas adversidades, que o montante de atribuições e tribulações lhe causaram o adoecimento e o respectivo falecimento. Outro aspecto está em que a motivação da frase parece ter partido da família (pai, mãe, cônjuge e filhos) e que se destina ao público que possa se deparar com o jazigo e com a lápide; sugere também uma espécie de esforço em reparar o sentimento de culpa e remorso por parte dos familiares.

Perrot (2005, p. 493), à luz dos escritos de Foucault, defende que “no enquadramento disciplinar, descrito por vigiar e punir, a família é um ponto nodal de articulação do público e do privado, dos pais e dos filhos, dos indivíduos e do Estado”. A autora contribui de forma salutar ao debate quando explica que:

A distinção do público e do privado é, ao mesmo tempo, uma forma de governabilidade e de racionalização da sociedade no século XIX. Em linhas gerais, as "esferas" são pensadas como equivalentes dos sexos e

jamais a divisão sexual dos papéis, das tarefas e dos espaços foi levada tão longe. Aos homens, o público, cujo centro é a política. Às mulheres, o privado, cujo coração é formado pelo doméstico e a casa. (PERROT, 2005, p. 459).

O conteúdo descrito junto à lápide da imagem da Figura 78 sugere ainda considerar o que descreveu Saffioti (2001), em concordância com Oyèwùmí (2004), de que o patriarcado faz parte de uma estrutura das sociedades modernas ocidentais que assume características imperialistas ou colonialistas, assim como se encontra imbricado ao racismo e ao capitalismo, no sentido de que existe um projeto de ‘dominação-exploração’ em funcionamento, semelhante às relações entre senhor e escravo, suserano e vassalo, patrão e empregado, e o do patriarcado, por sua vez, pautado na exploração das mulheres¹⁷⁸.

Inicialmente, o processo de ‘dominação-submissão’ teria conferido privilégios sexuais aos homens por meio de contratos de casamento e propriedade, na esfera pública e política do poder, na ocupação dos espaços no interior das instituições, na redação das legislações, na participação dos processos eletivos e representativos. Em seguida, a ‘exploração’ passou a ocorrer no campo econômico, por meio das desigualdades salariais no exercício de cargos. O não reconhecimento e a baixa remuneração das mulheres sustentaria a segunda e a terceira jornada de trabalho, que incluem a organização da vida doméstica, da rotina familiar e da disponibilidade para os cuidados da saúde, seja dos filhos ou demais familiares agregados (FOCHI; ZIRBEL, 2020).

A primeira forma de dominação garantiu a transferência e a continuidade da propriedade privada (por meio do matrimônio e do controle da sexualidade feminina), ao mesmo tempo que tirou das mulheres seu protagonismo no âmbito do público, confinando-as no espaço considerado privado, separando-as e isolando-as umas das outras (REED, 2008). De igual forma, garantiu uma economia domesticamente

¹⁷⁸ Nesse sentido, Foucault (1987) explica que nas sociedades de que o regime feudal é apenas um exemplo, pode-se dizer que a individualização é máxima do lado em que a soberania é exercida e nas regiões superiores do poder. Quanto mais o homem é detentor de poder ou de privilégio, tanto mais é marcado como indivíduo, por rituais, discursos, ou representações plásticas. O ‘nome de família’ e a genealogia que situam, dentro de um conjunto de parentes, a realização de proezas que manifestam a superioridade das forças e que acabam sendo imortalizadas por relatos, as cerimônias que marcam, por sua ordenação, as relações de poder, os monumentos ou as doações que dão uma outra vida depois da morte, os faustos e os excessos da despesa, os múltiplos laços de vassalagem e de suserania que se entrecruzam, tudo isso constitui outros procedimentos de uma individualização ‘ascendente’ (FOUCAULT, 1987, p. 217).

organizada que assegurou aos homens um conjunto de atividades necessárias à manutenção diária da vida e à sua reprodução¹⁷⁹.

Para Saffioti (1987), o patriarcado não é o único sistema estruturante da sociedade, mas ele se funde com o capitalismo e o racismo que, juntos, retroalimentam-se, ainda que isso ocorra de maneira divergente e conflitante. Nas palavras da autora:

É impossível isolar a responsabilidade de cada um dos sistemas de dominação-exploração fundidos no patriarcado-racismo-capitalismo pelas discriminações diariamente praticadas contra as mulheres. De outra parte, convém notar que a referida simbiose não é harmônica, não é pacífica. Ao contrário, trata-se de uma unidade contraditória (SAFFIOTI, 1987, p. 62).

Embora os três sistemas (ou eixos) perpassassem toda a estrutura social, ninguém escapa do sistema do patriarcado que estabeleceu uma visão binária e hierárquica dos seres humanos (entre homens e mulheres), absorvida na política, no direito, na religião e nas relações familiares. Saffioti (2001; 2004) argumenta, igualmente, que os homens, imbuídos de sua função patriarcal e protegidos por uma sociedade falocrática, efetivam sua vontade de poder e dominação de forma muito intensa, por meio da violência que costuma ser autorizada para corrigir os casos desviantes e de insubordinação.

Essa violência e sujeição das mulheres pode ser exercida também por indivíduos com ou sem vínculo sanguíneo para com a mulher que oprimem. Assim, familiares (mais velhos ou mais jovens, esposos, pais, irmãos ou filhos), bem como cônjuges, namorados, parceiros (entre outros), que são amalgamados por sentimentos e afetos, também podem atuar de maneira opressora¹⁸⁰.

Britto da Motta (2011), cientista social brasileira, descreve que as mulheres que se encontram na faixa etária a partir dos 60 anos já não são mais enquadradas dentro das estatísticas como mulheres em fase produtiva e reprodutiva; sejam viúvas ou solteiras, pouco conseguem manter-se com vida ativa social ou econômica. São preteridas mais

¹⁷⁹ O campo jurídico também costuma estar organizado em torno da figura do sujeito de direito, uma figura masculina no plano idealizado e, na prática, que goza de direitos políticos. Desde então, a igualdade se dá a partir desse modelo com o qual as mulheres precisam se comparar, e o direito tradicionalmente ignora as relações que se dão no ambiente privado.

¹⁸⁰ Saffioti (2004) descreve que, infelizmente, essa prática de associação entre domínio e *status*, ou de domínio em meio às relações afetivas, também pode ser exercida por mulheres. Por uma espécie de delegação (na condição de mãe, responsável, cuidadora, professora...), elas podem vir a desempenhar as funções do patriarca, exercendo poder e aplicando a violência disciplinar para com crianças, adolescentes, idosos, alunos, empregadas ou indivíduos com idade e condição social inferior à delas. Uma vez que a constante ameaça de possíveis agressões masculinas funciona como mecanismo de sujeição das mulheres aos homens, sua possibilidade é estendida para fora dele.

facilmente do que os homens que, por sua vez, a partir dessa faixa etária passam a ocupar cargos de direção, presidência, conselhos, entre outros, no interior dos espaços de trabalho ou da vida pública. É importante frisar que, geralmente, a essas mulheres, além de suprirem as suas próprias necessidades, é imputado, por via das manobras do familismo, os deveres do cuidado, da organização e da manutenção da rotina alimentar, escolar e médica de netos, sobrinhos e demais familiares agregados.

Britto da Motta (2011) explica que:

O protótipo dessa imagem/papel de cuidadora é atualmente materializado na figura ambígua da avó, vista ao mesmo tempo, ou alternadamente, como a que vive ajudando a família e/ou, pela “idade”, “pesando” sobre a família. Reconhecida, enfim, e só muito recentemente, pela premência dos fatos a se repetirem, numerosos, em um papel de apoio diretamente “materno”, na criação ou cuidado fundamental de netos (quase) sem mães. [...] (BRITTO DA MOTTA, 2011, p. 75).

As discussões apresentadas por Britto da Motta (2011) também foram percebidas por Bessin (2016) quando discute as expectativas e as imputações que são feitas às mulheres nos termos de que se espera das mulheres a predisposição nos cuidados dos demais integrantes da família, desde crianças, idosos, doentes ou deficientes, o que acarreta impactos no que diz respeito à participação e ao desenvolvimento social, político, econômico, cultural ou em qualquer outra área ou atividades que as mulheres desejam participar.

Para ilustrar esses aspectos, os conteúdos das entrevistas orais podem ser salutares, pois quando os entrevistados foram perguntados sobre o envolvimento nos cuidados dos familiares moribundos, a grande maioria respondeu que se envolveu no adoecimento e o falecimento dos pais e dos avós, porém as mulheres entrevistadas mencionavam que haviam estado presentes acompanhando as internações hospitalares, os processos de convalescença e de todo o processo, e os entrevistados homens mencionavam que quem havia acompanhado o adoecimento dos familiares, salvo algumas exceções, foram a esposa, as irmãs ou as demais mulheres da família, como as cunhadas e tias¹⁸¹.

¹⁸¹ As perguntas que motivaram as respostas foram ‘Quais foram os falecimentos que já ocorreram na sua família?’, ‘Qual era a sua relação de convívio com estes entes?’, ‘Quais foram os que você mais participou/envolveu?’. O fato de as mulheres serem e estarem mais presentes no acompanhamento quando do adoecimento de familiares também poderia ser percebido nos espaços hospitalares, nas salas de atendimento e triagem, nas salas de espera, bem como nos quartos de internação. Um aspecto que não foi possível perceber com expressiva clareza, por meio dos conteúdos das entrevistas — quem sabe pela abordagem das perguntas —, foi em relação aos cuidados dos familiares adoecidos, se isso chegou a ser tema discutido pela família propriamente dita e, se sim, como foi conduzido/resolvido.

No conteúdo da Entrevista L (2020, p. 1), que é uma mulher casada, que teve filhos e que atuou por alguns anos no setor administrativo de uma empresa multinacional, é possível identificar que esteve presente nos cuidados do adoecimento e no falecimento do pai, da mãe, de dois cunhados e do sogro, assim como no acidente sofrido pelo marido. Nas palavras da pessoa entrevistada, “[...] foi do meu pai, que eu e o meu cunhado, que também faleceu, nós cuidamos dele à noite, sempre era um dia sim e outra não, uma noite ele, a outra eu, a minha mãe cuidava durante o dia, porque as minhas outras irmãs, tiveram bebês bem nessa época [...]” (ENTREVISTA L, 2020, p. 1).

Conforme esse relato, é possível observar que no adoecimento do pai, ela e a mãe foram as principais responsáveis pelos cuidados (do pai e do esposo) e que contaram com a ajuda de um cunhado, o que se caracteriza por ser de caráter atípico, pelo fato de que o cunhado não constitui parentesco consanguíneo de fato, mas agregação externa sustentada em relações afetivas. Com os demais familiares como a mãe, os dois cunhados, o sogro e o esposo, a sorte não foi a mesma. Sobre o adoecimento dos cunhados, a entrevistada relata que: “[...] o meu cunhado que sempre se auxiliou bastante também, que foi bem difícil pra nós, foi uma morte bem estúpida assim e o meu cunhado dos Estados Unidos que veio se tratar aqui, acabou não conseguindo mais voltar. Eu cuidei dele durante três anos [...]” (*Op. cit.*, p. 2). No caso dos falecimentos dos cunhados, o primeiro pertencia ao grupo familiar da pessoa entrevistada e o segundo cunhado do grupo familiar do esposo.

Na sequência das atividades de acompanhamento de adoecimento e falecimento que a pessoa entrevistada participou, constam o do sogro, pai do esposo, sobre o qual ela relata:

“[...] Com o meu sogro também foi assim, eu fui com ele pro hospital porque ele tinha enfisema e eu ia vir embora, ele ficou internado no Santa Isabel, na hora que eu ia ir pro quarto ele disse assim “mas que quarto grande, mas eu vou ficar sozinho aqui? Daí eu disse “o vô quer que eu fico”, ele disse claro que eu quero! [...]” (*Ibidem*).

Nesse relato, é possível observar que já havia toda uma disponibilidade da nora no acompanhamento do sogro adoecido, desde o traslado ao hospital, nos trâmites de entrada no hospital, e que estava sendo solicitada, por meio de um diálogo indutivo, também no processo de internação. Conforme ainda é possível encontrar na narrativa da entrevistada “[...] e com o meu marido também, ele teve um acidente muito grave há uns anos atrás, e foi bem assim também [...]” (*Op. cit.* p. 3). Cabe ressaltar ainda que em

momento algum a pessoa entrevistada demonstrava que se sentia explorada ou usada pelos familiares, denotava uma compreensão semelhante como a de que ‘tenho jeito, vocação’, ‘fui escolhida’ e ‘assim o fiz’, ‘assim servi’¹⁸².

No conteúdo da Entrevista V (2022, p. 1), homem que atuou ao longo da vida como liderança pastoral, quando se refere ao envolvimento no adoecimento dos familiares, explana que “[...] a minha mãe, com um destaque, na verdade a gente sempre morou longe dos pais, então na verdade foi mais no final, na sua necessidade de ajuda, de socorro, que a gente esteve mais presente, inclusive a esposa acompanhou, mais a minha esposa do que eu pessoalmente [...]”.

No conteúdo da Entrevista V (2022), consta que a esposa/nora do entrevistado havia cuidado da mãe/sogra, ilustra fato semelhante ao que ocorreu com a pessoa da Entrevista I (2020) quando realizou cuidados do sogro e dos cunhados. Os dois casos expressam que os cuidados foram realizados por mulheres e que estas nem possuíam vínculos sanguíneos propriamente ditos, apenas agregações por meio de relações afetivas com membros da família. Para situações nessa mesma relação familiar, a pessoa da Entrevista E (2020, p. 1), um homem, ocorreu que “[...] no meu aniversário de 18 anos, foi bem no enterro do meu tio, de um outro tio por parte de pai, né casado com a irmã do meu pai, e aí foi a primeira oportunidade que eu tive de carregar um caixão [...]”. A mesma pessoa entrevistada relata ainda que, além do fato de carregar o caixão, o maior envolvimento foi nos adoecimentos e nos falecimentos familiares “[...] que eu estive presente o tempo todo no velório, depois no enterro [...]” (*Ibidem*).

A partir desses relatos, é possível compreender que o envolvimento e a participação nos processos de adoecimento e falecimento dos familiares costuma ser de maior presença por parte das mulheres, assim como sugere que as mulheres permanecem junto aos familiares adoecidos por mais tempo, o que geralmente vai desde o adoecimento até o falecimento. Por outro lado, a participação e o envolvimento dos homens costumam se dar em momentos e situações pontuais, como por exemplo no favorecimento do deslocamento das mulheres envolvidas com os cuidados dos familiares, nos velórios e no momento de conduzir o caixão à sepultura.

O relato da Entrevista N (2022), de uma pessoa que desenvolveu trabalhos por diversos anos na administração do Cemitério Municipal de Indaial, experiência que

¹⁸² Esta forma de justificar o envolvimento com relação aos adoecimentos e falecimentos ocorridos no contexto familiar pode sugerir que a pessoa esteja procurando se justificar, em especial, qualificar sua atuação num contexto e relação de gênero que é desigual.

possibilitou acompanhar a rotina de visitação da população no interior do espaço do cemitério, corrobora com o que foi exposto:

tem pessoas aqui que visitam o cemitério quase que diariamente, algumas delas, que a gente percebe, são que perderam algum filho, que ainda ficam vinculada a esse filho, uma mãe, mas a gente percebe que com o tempo, também acabam se desvinculando, hoje não dá por que chove, hoje não dá por isso, a tem pessoas que, isso é mais da parte da mais, não é da melhor idade, os mais idosos, que são a maioria, eu chuto mais de 90%, que fazem visitas, que fazem limpeza no túmulo, que fazem uma oração no túmulo, que fazem um ato de silêncio no túmulo (ENTREVISTA N, 2022, p. 2).

O conteúdo da Entrevista N (2022) explicita que a presença no interior do cemitério costuma ser mais evidente por parte de mulheres, como ‘mãe que perdeu um filho’ e em atividades de visitação e manutenção mais frequentes ‘pessoas com idade avançada’. Quando foi perguntado sobre qual é a maior presença, entre homens e mulheres dessas pessoas, com idade avançada, que realizam as atividades de visitação e manutenção dos jazigos no interior do cemitério, a resposta foi enfática e sem hesitações: “Sem dúvida nenhuma, mulheres” (ENTREVISTA N, 2022, p. 2).

No que diz respeito em específico ao processo de envelhecimento e adoecimento, que tanto mulheres quanto homens experimentam, acaba sendo um processo de independe, que costuma ser compartilhado, porém, no que se refere à questão de gênero, as atividades, as vivências, as oportunidades e as realizações são significativamente diferenciadas¹⁸³. Nas palavras de Britto da Motta (2011), a mulher idosa:

¹⁸³ As condições que podem ser comuns a homens e mulheres, que sintetizam muito de como costuma ser a vida dos idosos no Brasil hoje, ainda se centram no fato de constituírem um segmento populacional sem um lugar social reconhecido, sendo assim, alvos de preconceitos, oportunismos e cerceamentos sociais. Britto da Motta (2011, p. 79-82) detalha que, no Brasil, nos grupos sociais mais populares, a população idosa é cada vez mais alijada do mercado de trabalho, o que compromete a aquisição, a prazo, de bens e mercadorias de maior valor, como casas e carros, bem como tomar empréstimos bancários. Ademais, encontram-se ameaçados por uma mitigante política de seguridade social, a Previdência Social. Devido aos poucos proventos e pensões, acabam sendo vistos como dependentes da família, muitas vezes até como arrimos. As mulheres idosas e viúvas, quando possuem casa, geralmente devem colaborar com o abrigo de filhos e netos desempregados, solteiros ou descasados. Nos grupos sociais mais abastados, em contrapartida, no âmbito da economia, no setor de produção, os idosos estão começando a permanecer mais longamente ou, sobretudo, retornar, com mais frequência, depois de aposentados, atuando agora como consultores ou em atividades quase sempre de *status* e salários inferior ao dos seus empregos anteriores; assim como têm representado uma destacada fatia do mercado, principalmente, da indústria do turismo e lazer, via clubes e viagens ‘para a terceira idade’, e atividades de qualidade de vida, autocuidado, cuidados de saúde; envolvimento e circulação em atividades extrafamiliar, por meio de grupos de convivência e voluntariados que, por sua vez, têm colaborado à sociabilidade intrageracional.

como personagem do real imediato, embora já saindo de cena: desgastada e sem muitos recursos próprios, vivenciando perdas, principalmente corporais e de saúde, e necessitando de cuidados. Como os homens. Neste ponto, aparentemente, sem diferenças de gênero. Mas eles são – como minoria demográfica – ainda menos conhecidos que as mulheres; embora, contraditoriamente, com lugar social definido, status melhor situado. (BRITTO DA MOTTA, 2011, p. 74).

Problematizar a experiência e a trajetória de mulheres, que se referem à condição etária das mulheres ‘idosas’ ou fora da faixa etária reprodutiva ou produtiva, assim como as demais gradações identitárias como a etnia, a classe social, a religiosidade, entre outros aspectos, significa contemplar questões e anseios de mulheres que são silenciadas, pouco ouvidas, possuem baixa representatividade ou não são representadas¹⁸⁴.

Britto da Motta (2011) elucida que, no tocante à discussão dos aspectos da participação de atividades de sociabilidade e de autodesenvolvimento das populações idosas, existem os grupos menos abastados economicamente que habitualmente não participam da programação de atividades da ‘terceira idade’ ou dos ‘clubes de viagens’; possuem apenas uma sociabilidade convencional e tradicional, como por exemplo eventos e datas familiares, religiosas e das amizades remanescentes. Nesse ponto, é importante ressaltar que, em consonância com as observações da autora, é possível pensar que a grande maioria das mulheres que foram vistas no interior do cemitério e/ou realizando atividades de manutenção junto aos jazigos e casas dos familiares seriam viúvas ou solteiras, filhas, mães, netas, tias, oriundas desses grupos¹⁸⁵.

¹⁸⁴ Britto da Motta (2011) ressalta que mundialmente as mulheres acabam sendo mais numerosas que os homens, constituindo quase 60% da população que envelhece; diferença essa que tende a se ampliar significativamente nas faixas etárias mais avançadas, aspecto que possibilita que se pense numa espécie de fenômeno como ‘feminização da velhice’.

¹⁸⁵ Esse panorama em muito se deve às transformações que ocorreram no padrão, na estrutura e sistema social da família nuclear descrito por Parsons (1951), na década de 1950, quando prescrevia a família composta por pai (homem) e mãe (mulher), acrescida da prole; as famílias agora se encontram cadenciadas pela reestruturação produtiva e pelas atuais recomposições familiares, como por exemplo família monoparental, que é composta por apenas um ascendente, podendo ser mãe ou pai, devido a situações de falecimento de um dos cônjuges, por separação/divórcio ou pai ou mãe solteiros; homoparental, em que os dois ascendentes são do mesmo sexo, homens ou mulheres; e, por fim, nas combinações multigeracional e extensa, composta por avós, tios, primos e demais parentes em níveis e graus amplos e estendidos.

3. SUJEIÇÃO DE GÊNERO E A FABRICAÇÃO DAS SUBJETIVIDADES

Na segunda metade do século XIX, quando vigoravam debates e reivindicações pela igualdade de direitos civis entre homens e mulheres, o casal de filósofos britânicos Harriet Taylor (1807–1858) e John Stuart Mill (1806–1873)¹⁸⁶ criticou a forma como a sociedade estava estruturada e combateu as desigualdades entre os sexos, que favorecia largamente os homens na esfera educacional, pública, política e jurídica. Na obra *A sujeição das mulheres*, o casal discutiu o fato da criação de os contratos e tratados modernos embasarem relações civis de exploração em meio às relações contratuais, ao ponto de as mulheres serem pensadas e tratadas como indivíduos atrelados aos homens, no que diz respeito à esfera pública/política e, em grau mais agravado, na esfera privada/doméstica.

Mill e Taylor (2006)¹⁸⁷ teciam críticas aos contemporâneos e conterrâneos que acreditavam estar vivendo um período de grande modernização e mudanças em termos de direitos individuais e coletivos, no sentido de que não haveria mais argumentos plausíveis e sustentáveis para a permanência das mulheres em condição da subjugação e subordinação. Para tal, o casal fez analogia entre a situação de sujeição imposta às mulheres como em um regime de escravidão. Além disso, eles apontavam para o fato de que esse regime havia sido internalizado, em especial, pelas mulheres. Nas palavras dos autores:

Todas as causas, sociais, naturais, se conjugam para minimizar as possibilidades de as mulheres se rebelarem coletivamente contra o poder dos homens. A sua posição é desde logo diferente da de todas as outras classes subjugadas pelo fato de os seus senhores pretenderem delas algo mais do que um simples serviço. Os homens não querem unicamente a obediência das mulheres, querem também os seus sentimentos. Todos os homens, à exceção dos mais grosseiros, desejam ter, na mulher a quem estão intimamente ligados, não uma escrava forçada, mas uma escrava voluntária, e não somente uma escrava, mas uma favorita. Recorreram, por conseguinte, a todas as estratégias para

¹⁸⁶Apontaremos aqui o texto produzido pelo filósofo e economista britânico John Stuart Mill, em colaboração com sua esposa Harriet Taylor: *A sujeição das mulheres*, que foi publicado originalmente no ano de 1869. A escolha por esse texto se faz pelo *status* que esse filósofo-economista tinha entre os grandes pensadores e políticos de sua época o que pode ser um indício da consciência que esses teóricos-legisladores possuíam da questão e do fato de que não queriam implementar políticas verdadeiramente igualitárias.

¹⁸⁷ O texto em questão costuma ser creditado apenas a Stuart Mill, apesar de Mill dizer explicitamente que o material resultou do trabalho e de reflexão em conjunto com a esposa, Harriet Taylor. Na bibliografia final, consta a referência a ambos como autores responsáveis pela obra, mesmo que isso não conste oficialmente no material editado e publicado.

escravizar suas mentes. [...] Os donos das mulheres quiseram mais do que simples obediência — seja medo deles próprios, ou medos de natureza religiosa. [...] Todas as mulheres são, desde a mais tenra infância, criadas na crença de que o seu ideal de caráter é diametralmente oposto ao dos homens: não vontade própria e capacidade de se governarem autonomamente, mas submissão e rendição ao controle dos outros (MILL, 2006, p. 59-60).

Os escritos de Mill e Taylor (2006) sugerem que o nível de servidão e sujeição envolviam as mulheres em relações a instâncias cada vez mais profundas, desde as esferas sociais aos níveis psíquicos-mentais; bem como de que os homens mais jovens foram convencidos de que exercer a dominação sobre as mulheres lhes garantia benefícios; por outro lado, romper com esse jogo acarretaria discriminações e inferiorizações, consequentemente, poderiam ser vistos como fracos e sem poder.

É salutar considerar que o tipo de conhecimento produzido pela ciência do século XIX também foi responsável por agravar a sujeição das mulheres. Circulavam naquele período, assim como ainda hoje, teorias e explicações sobre a inferioridade da mulher. Em geral, essas explicações pautavam-se na diferença de força física e, com ela, afirmavam uma inferioridade biológica de maneira geral¹⁸⁸.

A explicação fornecida pelo casal Mill-Taylor (2006) pode ajudar a compreender a procedência e a justificativa de ditos populares ‘antigos’ como ‘nessa casa mando eu’ (proferido geralmente por homens) e ‘em briga de marido e mulher não se mete a colher’. Em ambas as situações, o espaço doméstico e privado é reclamado como domínio do homem e nele nem o Estado nem ninguém da sociedade civil poderia interferir. Dito de outro modo, no seio doméstico, nas questões conjugais, o homem estava a salvo da jurisdição e da interdição das leis, governos e demais mandos e encargos públicos, podendo se valer da violência que havia sido vítima nas instâncias político/públicas.

Como pontuou a filósofa brasileira Oliveira (2013, p. 499), “nas questões que confirmariam a manutenção do estado de sujeição e jugo feminino existe uma razão subjetiva, mas ao mesmo tempo coletiva e psicológica, ou seja, existe no inconsciente coletivo um sentimento de obrigação do gênero feminino para com o gênero masculino”. Para o casal Mill-Taylor, a escravização das mulheres costuma ser um tipo de

¹⁸⁸ A fragilidade do corpo encontraria paralelo em uma suposta fraqueza emocional e sentimental considerada nefasta à vida política e pública, o que demonstrava o fascínio e a ambição dos homens por poder, homens esses que controlavam a política e o perigo de outro modelo para a sociedade — não pautado na força que as mulheres poderiam representar caso a hierarquia não fosse mantida. Para uma discussão sobre a força física como argumento usado por filósofos morais e políticos da modernidade, ver os escritos de Zirbel (2011).

escravização consentida, uma vez que foi implementada como ‘natural’ e ‘inerente’ à condição da mulher.

Os escritos atuais de hooks (2017) sobre o patriarcado também estão no sentido de que essas práticas e ideias encontram-se como que naturalizadas. Segundo a autora, elas podem ser veiculadas e inculcadas desde a infância e a mensagem central costuma ser a de que os homens são inerentemente dominantes e superiores a tudo e a todos, por isso acabam sendo dotados do direito de dominar os considerados fracos, especialmente as mulheres. Tudo justifica a manutenção do domínio, tanto valem formas de terrorismo psicológico como formas de violência física.

A autora sugere pensar que, além disso, religiões de matriz judaico-cristã estão igualmente impregnadas pelos desígnios do patriarcado, o que permite refletir nas representações de que Deus é masculino, que esse Deus criou o homem, que criou a mulher a partir da costela do homem, que o homem foi colocado em tentação por influência da mulher, que criou os homens para governar e as mulheres para desempenhar um papel de submissão e obediência, assim como as demais instituições sociais como escolas, tribunais, clubes, arenas de esporte, entre outros. Em conjunto, essas instituições e suas práticas produzem a crença de que o patriarcado constitui a maneira ‘natural’ e correta de organizar a vida.

É importante rerepresentar aqui os aspectos discutidos por Scott (2017) quando se refere as simbolizações e representações atribuídas às mulheres contidas em documentos e dogmas da tradição judaico-cristã ocidental, em especial no da de ‘Eva’, a desobediência, a corrupção, o pecado, a escuridão e a ruína; e à ‘Maria’, a luz, a castidade, a inocência e a pureza, perfis que tendem a ser empregados como normatizadores, porém sem a reflexão do forte teor limitador e contraditório que comportam.

Esses aspectos sugerem que se problematize as representações, esculturas e os paramentos que estão dispostos junto às lápides, sobre os jazigos e no interior de casas, devido ao fato de que os espaços dos cemitérios, conforme já abordado, podem ser considerados como responsáveis por catalisar significativo espectro de referências religiosas oriundas do cristianismo. Diante disso, nas próximas páginas, a partir das imagens das Figuras 79, 80 e 81, procuro refletir nesse sentido:

Figura 79: Jazigo com duas esculturas.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Na imagem da Figura 79, constam duas esculturas dispostas em cima a tampa do jazigo. Ambas estão associadas, uma que representa um homem, Jesus Cristo, em pé, e a outra, um homem, todavia debruçado no chão, aos pés de Cristo. O jazigo com as duas esculturas foi edificado na região mais antiga do cemitério, na ala em que, inicialmente, havia sido destinada aos sepultamentos católicos quando da criação do cemitério municipal. Não foi possível identificar a autoria e nem a data ou o ano em que o jazigo foi edificado nem a data em que as esculturas foram confeccionadas, constam apenas os dados das pessoas falecidas e ali sepultadas.

Para além desses dados, é relevante informar que Jesus Cristo foi representado com corpo adulto, joelhos semiflexionados e a parte superior do corpo curvada; vestido com diversas camadas de roupas, que são arrematadas com uma grande túnica que vai até o chão e é fechada na parte da frente do peito. A cabeça encontra-se descoberta; nela foram representados cabelos ondulados compridos até os ombros, com os ossos da face salientes e a presença de barba na região do queixo.

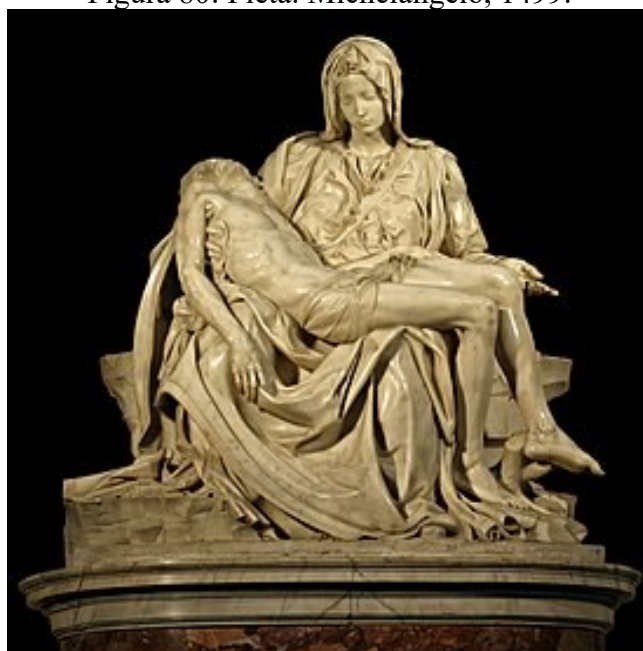
Já o homem com o corpo debruçado no chão foi representado como um jovem de meia-idade que se esforça para apoiar a mão esquerda no joelho de Cristo. Encontra-se vestido apenas com uma peça de roupa, algo como que um lenço disposto na parte inferior do corpo, cobrindo as partes íntimas, deixando as pernas e a parte superior expostas, permitindo a visualização das costas e da silhueta do corpo como um todo.

Em grande parte, a escultura sugere o entendimento de Jesus Cristo ressuscitado, acolhedor, pastor, guia dos desgarrados; Cristo que não abandona, que está junto de quem peca, decai e sofre; que acolhe, perdoa, conforma e conduz ao destino, ou seja, um redentor que se compadece. A segunda escultura sugere que se pense num homem pecador, fraco, errante, que suplica por ajuda, por perdão, mas já não tem condições nem forças suficientes para se erguer e sustentar.

A composição das duas esculturas contidas na imagem da Figura 79 sugere que se acione e acesse outras imagens e narrativas do cristianismo, nos termos de que a representação da segunda escultura não se refere à representação de uma mulher propriamente dita, mas aponta para a figura de Adão que, sob a influência de uma mulher, no caso Eva, caiu em tentação, pecou, e ambos foram expulsos do paraíso.

Ainda refletindo sobre imagem da Figura 79, tomando-a como um todo, sugere que se estabeleça relação comparativa e complementar com a clássica escultura de Michelangelo¹⁸⁹, a Pietà, que consta imagem da Figura 80:

Figura 80: Pietà. Michelangelo, 1499.



¹⁸⁹ Carneiro (2016) explica que os primeiros registros do tema 'Pietà' remontam ao final do século XIII na Alemanha, quando esta costumava ser confeccionada em pequenas dimensões, em madeira pintada, gesso ou argila; e cujo nome faz alusão ao momento em que Cristo foi deposto da cruz e entregue aos braços de sua mãe Maria. A mãe se compadece com o sofrimento e a morte do filho, sugerindo a noção de *mater dolorosa*, que do latim é traduzida como 'a mãe de luto'; por outro lado, sugere a noção de véspera, transição, tempo intermediário, entre um estado e outro, entre a vida terrena e a ressurreição para a vida eterna. A imagem da Pietà está associada também à noção de devoção, que ancora tanto as noções de danação como de salvação. A Pietà de Michelangelo está exposta na Basílica de São Pedro, na Cidade do Vaticano, em Roma, na Itália. Trata-se de uma obra comumente replicada e disposta no interior de cemitérios cristãos, em especial, católicos.

Fonte:

[https://en.wikipedia.org/wiki/Piet%C3%A0_\(Michelangelo\)#/media/File:Michelangelo's_Pieta_5450_cut_out_black.jpg](https://en.wikipedia.org/wiki/Piet%C3%A0_(Michelangelo)#/media/File:Michelangelo's_Pieta_5450_cut_out_black.jpg) Acesso em: 25 abr. 2022.

A cena esculpida por Michelangelo se refere ao momento em que Cristo, após ter sido crucificado, foi retirado da cruz e entregue aos braços da sua mãe Maria. Observa-se Jesus Cristo no colo de Maria, desfalecido, com o corpo coberto por poucas vestes, contendo apenas um lenço que cobre os órgãos genitais na parte inferior; já Maria encontra-se sentada com o Cristo nos braços, com o corpo e a cabeça cobertos por várias camadas de vestes.

A representação que as duas esculturas possuem, das imagens das Figuras 79 e 80, sugerem estabelecer uma relação complementar nos termos de que, nas duas imagens, quem acode e acolhe encontra-se com o corpo coberto de vestes e quem é acolhido encontra-se com poucas vestimentas. Numa analogia simples e direta, existe certa imperfeição entre as duas esculturas, nos termos de que o Jesus Cristo de Michelangelo estaria para o homem jovem debruçado na escultura no interior do cemitério; e a Pietà, Maria, estaria para o Jesus Cristo, pastor, compassivo, redentor. Entretanto, numa percepção continuada e complementar, pode-se compreender que Jesus Cristo desfalecido de Michelangelo estaria renascido e triunfante no Jesus Cristo redentor da escultura no interior do cemitério. Já o homem debruçado, na escultura no interior do cemitério, não teria correlação alguma para com a Maria de Michelangelo, em especial, que a representação de Maria não possui versão redentora e vitoriosa no interior do espaço do cemitério, apenas compadecida e acolhedora.

Com a identificação desses elementos do repertório cristão, é possível perceber que transcorre a mobilização e a fabricação da subjetividade na qual operam valores e concepções que standardizam Jesus Cristo, homem como protagonista, que foi sacrificado, é acolhido nos braços de Maria, mãe compadecida, e que renasce como pastor, redentor e acolhedor no mundo dos mortos. Já a imagem da Pietá sugere que a mulher, mãe Maria, apenas aceite, receba e acolha apaticamente Cristo nos braços, sendo assim a vitória que lhe cabe, que lhe resta.

A exemplo dessa percepção, na verificação e no prolongamento da análise, tem-se a imagem da Figura 81, que pertence à composição da lápide de um jazigo, que fica localizado na área mais antiga do cemitério, onde se encontram os sepultamentos transferidos dos cemitérios que foram desativados na região central da cidade.

Figura 81: Jazigo com frontão e paredes laterais com altos-relevos.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

O jazigo como um todo se encontra incrustado por pátinas oriundas da ação do tempo e por pichações, as quais foram responsáveis por sombrear a nitidez e a visualidade dos elementos que o compõem. Aqui também não foi possível identificar autoria nem data/ano da edificação da lápide e do jazigo. Observando os elementos que compõem o monumento, existe no centro uma lápide com inscrições biográficas dos sepultados na língua alemã, que está emoldurada por uma réplica de frontão e colunas greco-romanas e que são ladeados por duas paredes na qual estão inscritas duas cenas em alto-relevo. Cabe ressaltar ainda que a lápide foi alvo de pichação feita com tinta *spray* preta.

A cena representada no lado direito da lápide ilustra um homem em pé e de perfil, com a perna direita semiflexionada, coluna inclinada para frente, coberto por vestes rente ao corpo e com acessório de boné, uma espécie de quepe, à cabeça. A cena representada ao lado esquerdo ilustra uma mulher, na postura de perfil, cuja parte de trás do corpo está coberta por vestes que caem e envolvem o corpo pela frente, deixando o braço e o seio direito à vista; a mulher foi representada de forma curva, apoiando o cotovelo do braço em uma bancada, no prolongamento do antebraço, apoiando a cabeça junto à mão, que se acentua para baixo.

A imagem que se refere ao homem sugere que ele se deslocou de um espaço de trabalho, formal ou público, que esteja expressando reverência e homenagens de forma equilibrada e racional à pessoa falecida; já a representação que se refere à mulher é oriunda do espaço privado e íntimo, está no sentido de que expressa a sensualidade e a erotividade do corpo, as emoções e sentimentos de lamento e pesar de forma comovida e pesarosa.

Tomando as imagens das Figuras 80 e 81 à luz dos escritos de Scott (2017) e Perrot (2005), considerando agora a representação das mulheres no interior do cemitério e nos momentos das despedidas fúnebres, ambos sugerem a presença de mulheres condicionada como em outros espaços da sociedade, tais como no interior de palácios, nas assembleias, nos templos, nas igrejas e em demais ocasiões da vida política e pública. Representando-as com emoções exaltadas e com partes íntimas expostas, no caso da imagem da Figura 81, ou compadecidas, resignadas e em silêncio, como na imagem da Figura 80; todavia, ambas cabisbaixas. Por seu turno, representando homens com emoções controladas, racionalmente orientados e redentores¹⁹⁰.

Ambas as representações, no contexto da arte funerária, tanto de ‘Maria’ como de ‘Eva’, podem ser responsáveis por desqualificar a presença das mulheres, em especial ilustram que a fabricação de subjetividades e a sujeição de gênero operam para além da mobilização do repertório religioso estrito, exasperam por meio da composição do panejamento, das posturas e expressões corporais e gestuais e, dessa maneira, desqualificando as mulheres, tolhendo protagonismos e sujeitando-as aos desígnios dos homens.

Considerando as imagens das figuras abordadas e dos conteúdos das entrevistas orais apresentadas anteriormente, que por seu turno possibilitam perceber com significativa clareza que, de modo geral, as mulheres atuam em maior número, maior presença/frequência e veemência no que diz respeito à manutenção e ao salvaguardo dos conteúdos de memória e identidade familiar, nada disso importa, significa. Ou seja, mesmo que as mulheres tenham, reiteradamente, colaborado com os mecanismos da biopolítica, do poder disciplinar, das tecnologias de controle, dos estratagemas da governamentalidade, por meio da manutenção da disciplina, higiene e ordem, consensuado em meio ao jogo das relações de poder e sujeição de gênero, promovendo continuidade e a afirmação do sistema do patriarcado, não lhes é possibilitada uma

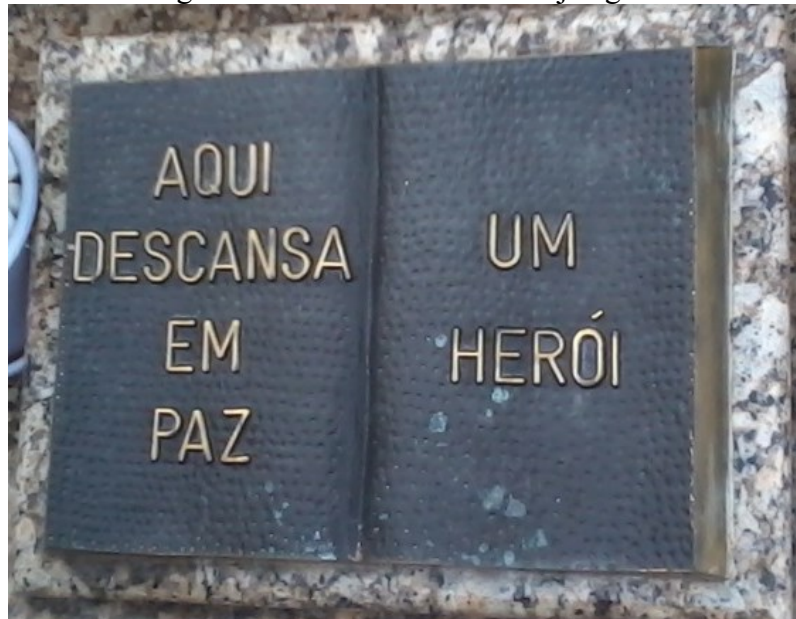
¹⁹⁰ Nesse contexto, é possível remontar às réplicas que existem no interior do cemitério para a imagem de ‘Cristo redentor’, como foi apresentado no capítulo anterior.

representação em que o protagonismo seja, sequer, aproximado, quiçá paritário, simétrico e proporcional ao dos homens.

3.1 POSSIBILIDADES E SUBJETIVIDADES DE HOMENS E MULHERES

No sentido de evidenciar de forma mais contundente esses aspectos, tem-se a imagem da Figura 82, que consta em um jazigo ao ar livre, sobre o qual encontra-se depositada uma escultura de livro aberto em que está gravada a seguinte frase: ‘Aqui descansa em paz um herói’. Tal conteúdo sugere que a confecção da lápide foi encomendada por parte dos familiares; ao mesmo tempo, ilustra a reverência que eles atribuem à pessoa sepultada, um homem, e como querem que as demais pessoas que passam pelo cemitério, ao se deparar com o jazigo e com a lápide, o reconheçam:

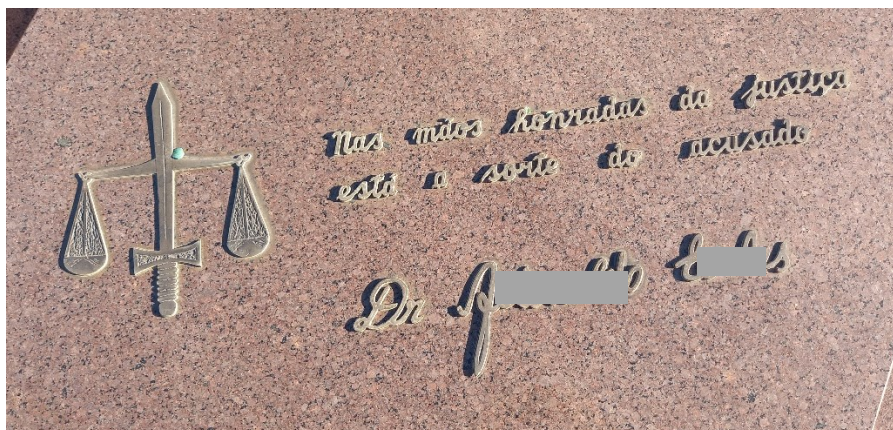
Figura 82: Livro aberto sobre o jazigo.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2020.

A imagem da Figura 83 ilustra uma inscrição feita na tampa do jazigo, palavras confeccionadas em metal e, na lateral esquerda, uma espada que atravessa a balança ao meio suspendendo os dois lados:

Figura 83: Frase sobre tampa de jazigo.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

O conteúdo da frase é ‘Nas mãos honradas da justiça, está a sorte do acusado’, seguida da assinatura manuscrita da pessoa falecida, antecedida pelo título de ‘Dr’, ilustrando o nome da pessoa sepultada, no caso, um homem. É possível observar que a intencionalidade da frase pode ter partido da pessoa sepultada. O conteúdo do texto não possui destinatário evidente, mas não está se referindo à família ou às pessoas de vínculo afetivo em específico, mas a qualquer pessoa que possa se deparar com o jazigo.

Além da autoidentificação e da autorreferência com nominação que indica o exercício profissional no campo do direito e do poder judiciário constante na simbologia e no conteúdo da frase, entende-se que a pessoa sepultada, quando em vida, obteve acesso e participação na vida de inúmeras pessoas, o que lhe confere representatividade social e que, agora, mesmo após a morte, está sendo afirmado e solicitado reconhecimento e validação por meio das inscrições, numa espécie de desejo de continuar operando e orientando o entendimento e da conduta das pessoas vivas mesmo após o falecimento — quem o conheceu o reconhecerá, quem não o conheceu, saberá quem foi.

O conteúdo da lápide sugere compreender também que, a exemplo da demonstração da maquinaria e da capacidade de coação da multiplicidade e da diversidade observadas nas imagens das Figuras 15 da presença da retroescavadeira no interior do cemitério; das figuras 22 e 23 que ilustram os insumos e utensílios de limpeza utilizados na manutenção dos jazigos; das placas orientativas que citam as legislações vigentes das imagens das Figuras 26 e 32; pela limpeza das superfícies dos jazigos antigos da imagem da Figura 33; e na ligeira remoção dos itens de homenagens e oferendas de Dia de Finados ilustrados na imagem da Figura 43, nos capítulos anteriores, aqui, na imagem da Figura 83, novamente a soberania acaba sendo testemunhada, evidenciando que o poder, no caso, o judiciário, encontra-se acima de todos e detém a capacidade de governar sobre o destino das pessoas.

Na imagem da Figura 84, identifica-se uma lápide e uma caixa com itens dispostos no interior. Na lateral esquerda, está disposta a caixa, que possui a parte da frente em vidro; na parte superior, uma réplica, em menor escala, de um caminhão de bombeiros e acessórios que compõem as vestimentas utilizadas no exercício profissional junto ao Corpo de Bombeiros. Já na lateral direita, na lápide propriamente dita, há diversos retratos que ilustram diferentes momentos da trajetória da vida profissional e social da pessoa sepultada, assim como o nome completo e as datas de nascimento e falecimento.

Figura 84: Lápide com fotos e itens que ilustram a atuação profissional.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Na imagem das Figuras 83 e 84 constam ilustrações que evidenciam a posição e a atuação profissional das pessoas falecidas, duas pessoas do sexo masculino, adultas, que atuam em funções que exigem e possibilitam ampla exposição, reconhecimento e prestígio no interior da sociedade, por meio das instâncias e instituições na qual atuam.

Na imagem da Figura 85, consta uma lápide no formato de peixe, na qual está disposta uma placa com o nome e o sobrenome da pessoa falecida, as datas de nascimento e falecimento, uma fotografia que ilustra a pessoa em uma região açudes de pesca, segurando, mostrando, um peixe de tamanho grande nas mãos.

Figura 85: Lápide no formato de peixe e placas de homenagem.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Abaixo da lápide, sob a cabeceira do jazigo, estão duas placas que ilustram os concursos e prêmios obtidos pela pessoa falecida, sendo que um dos títulos foi de ‘maior peixe’ pescado e outro de ‘2º lugar’ no torneio de duplas para pescaria de traíras.

Na imagem da Figura 86, consta uma lápide com duas imagens emolduradas como se fossem retratos, como se estivessem substituindo a fotografia da pessoa sepultada. Na primeira imagem, na lateral esquerda, encontra-se o brasão do time de futebol brasileiro Flamengo e, na segunda, a imagem de um automóvel camionete preta 4X4, em seguida, a palavra ‘Jango’, que se estima que seja o apelido pelo qual a pessoa sepultada foi conhecida:

Figura 86: Lápide com apelido do falecido.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

As imagens das Figuras 85 e 86 ilustram duas pessoas sepultadas do sexo masculino, adultas. A primeira foi reconhecida socialmente, por meio das premiações, na

prática de esportes; a segunda pelo forte apreço ao clube de esporte do futebol, dos automóveis e do apelido atribuído. Não é possível reconhecer ao certo de quem partiu a intencionalidade dos conteúdos das duas lápides, mas acaba sendo perceptível que eles se dirigem no sentido de situar a identidade junto às pessoas que estão para além do grupo familiar, de um grupo social mais amplo que pode ter conhecido as duas pessoas ou podem apenas se identificar na prática do esporte ou na paixão pelo time de futebol e por automóveis.

Na imagem da Figura 87, novamente em uma caixa retangular em granilite e vidro, de baixo para cima, constam uma placa de homenagem e diversos porta-retratos com fotografias que ilustram inúmeros momentos da vida da pessoa falecida:

Figura 87: Lápide com diversos itens da tradição gaúcha.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

As imagens ilustram a pessoa falecida do sexo masculino em momentos desportivos na infância, adolescência e juventude, a prática de esportes relacionados a cavalos e o uso de indumentária alusiva à tradição gaúcha que, por sua vez, acaba sendo reforçada pela presença de itens para preparar a bebida típica do chimarrão (erva-mate, cuia e bomba). Ressalta-se que o sepultado nasceu em 30 de outubro de 2003 e faleceu em 12 de junho de 2021, com 17 anos e oito meses.

Na imagem da Figura 88, há uma lápide que foi composta, na lateral esquerda, por um retrato da pessoa falecida agachado e segurando uma melancia em meio a uma

lavoura; na lateral direita, na parte superior, consta a seguinte frase: ‘Esposo, pai, avô, filho e irmão amado! Amigo que para sempre será lembrado. Exemplo de fé, amor, simplicidade e doação. Homem de bondoso coração. Para sempre te amaremos! Saudades Eternas!’ Logo abaixo, localizam-se nome e sobrenome, data de nascimento e de falecimento e, no canto direito inferior, a imagem de uma retroescavadeira.

Figura 88: Lápide com retrato, conteúdo descrito e equipamento de trabalho.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Trata-se de uma lápide que ultrapassa o tamanho e o formato da grande maioria das lápides presentes no interior do cemitério, assim como está disposta de uma maneira que pode ser facilmente reconhecida na paisagem da região em que se encontra. É possível observar que a lápide foi composta de uma forma que o maior espaço foi ocupado pela trajetória de vida do falecido enquanto trabalhador da agricultura e operador de máquinas, a dimensão pública, em especial da esfera econômica de obtenção da renda, e que o conteúdo escrito, que demonstra os vínculos familiares e afetivos, ocupa o menor espaço. Observa-se ainda que o conteúdo da frase foi fruto da motivação dos familiares aos possíveis leitores da lápide, conteúdo que almeja enaltecer a importância da pessoa sepultada no que concerne à atuação no contexto familiar, das amizades e da religiosidade.

A imagem da Figura 89 ilustra um jazigo que conta com a tampa revestida com grama sintética, sobre a qual foi disposta uma caixa confeccionada em granilite e vidro que, no interior, exhibe uma réplica, em menor escala, tamanho brinquedo, de uma patrula, confeccionada em plástico amarelo e preto, ao fundo acompanhada com flores e enfeites natalinos.

Figura 89: Réplica de instrumento de trabalho em jazigo de homem.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Na imagem da Figura 89, é possível observar um amplo destaque aos elementos da trajetória profissional do falecido, seguido de elementos decorativos para uma das festas, como foi mencionado anteriormente, possui forte significado familiar e religioso. Acaba sendo evidente que os itens dispostos em cima do jazigo almejam situar o sepultado no interior do cemitério e em relação aos possíveis visitantes. É importante ressaltar ainda que o maior destaque é dado à atuação no campo do trabalho, ou seja, a esfera da aquisição de renda e a esfera pública da vida.

Os conteúdos dispostos junto às lápides e sobre os jazigos ilustrados pelas Figuras 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88 e 89 comportam dados e informações de homens sepultados que são nominais, fixos e intransferíveis, que almejam posicionar socialmente os falecidos e instruir as pessoas vivas que possam passar pelos jazigos acerca das trajetórias de vida de cada um.

Na imagem da figura 90, é possível identificar o sepultamento de uma mulher jovem, com 17 anos. Na lápide, constam as informações do nome e do sobrenome, uma foto, a data de nascimento e a de falecimento e uma frase cujo conteúdo é: 'Fui para o céu mas não me esquecerei daqueles a quem amei na terra'. O conteúdo da frase revela o sentimento da pessoa falecida, uma mulher, em relação à separação dos familiares e amigos (céu e terra).

Figura 90: Jazigo com fotos, frase e itens pessoais femininos.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Sobre a tampa do jazigo está disposta uma caixa de vidro, dentro da qual consta um porta-retrato com uma fotografia da falecida e um item pessoal no formato de coração, com olhos, nariz e boca sorridentes, com braços e pernas, que lembra um ursinho de pelúcia; ou seja, tanto na frase como nos paramentos que compõem o jazigo, evidências apenas dos vínculos afetivos e emocionas da sepultada. Ressalta-se que a sepultada, quando do seu falecimento, contava com 17 anos e 08 meses¹⁹¹.

Cabe ressaltar ainda que as frases presentes nos jazigos das Figuras 82 e 88, respectivamente, denotam que os familiares enaltecem os homens sepultados; em contrapartida, o conteúdo da frase que foi analisada na Figura 78 anteriormente, e agora da jovem mulher que se volta aos familiares, como quem expressa sentimento de remorso pelo fato de que, com o seu falecimento, privará os familiares do amor que poderia proporcionar a eles, denotando pesar, sofrimento, ressentimento, remorso.

Na imagem da Figura 91, no jazigo de sepultamento de uma mulher, consta uma caixa retangular que foi edificada em granilite e vidro. Na parte inferior, possui três imagens religiosas, duas delas de Nossa Senhora Aparecida; ao fundo, uma réplica, em menor escala, de máquina de costura e tesoura e, logo acima, adornos com flores de plástico brancas.

¹⁹¹ A imagem dos componentes deste jazigo e lápide ainda sugerem estabelecer paralelo comparativo com o sepultamento da Figura 87, apresentada anteriormente, na qual consta lápide e jazigo para o sepultamento de um homem, com diversos itens alusivos à prática de atividades da tradição gaúcha, uma vez que aquele sepultado possui o mesmo tempo de vida, 17 anos e oito meses, que a sepultada ilustrada na imagem da Figura 90, na qual constam, junto à lápide e o jazigo, apenas fotos, frase e itens do universo feminino infanto-juvenil.

Figura 91: Imagens religiosas e máquina de costura em jazigo de mulher.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Os itens escolhidos para compor as homenagens à pessoa falecida se referem, em primeiro plano, com mais importância à vida religiosa de devoção ao catolicismo, nas imagens de Nossa Senhora Aparecida, e, num segundo plano, à trajetória de vida profissional, no caso costureira. O trabalho de costureira pode ter sido exercido tanto de forma autônoma, no espaço doméstico, como de forma contratada/prestação de serviços junto a fábricas de confecção têxtil. Nesse aspecto, é possível compreender que, depois dos compromissos familiares, dos afazeres domésticos, da vida religiosa, a costura, ser costureira consistiria numa das profissões mais autorizadas e toleradas socialmente, bem como seria uma das atividades em que a mulher poderia obter proventos e compor a renda familiar propriamente dita.

Na imagem da Figura 92, visualiza-se, no jazigo de uma mulher, uma caixa retangular, edificada em granilite com a frente em vidro, que está disposta ao lado da lápide, na qual, na parte inferior, há itens como fitas, um carretel de linha, uma boneca que representa uma vovó/avó e flores artesanais, confeccionadas em tecido, isopor e arame; na parte superior também existem flores artesanais, mas o principal destaque está para as esculturas que ilustram santidades religiosas do catolicismo.

Figura 92: Itens de artesanato e esculturas religiosas em jazigo de mulher.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Na imagem da Figura 93, é possível identificar, na lateral esquerda da imagem, sobre o jazigo, uma placa decorativa com a descrição ‘Mãe’, que é acompanhada por diversos vasos de flores e plantas vivas; na parte superior, um retrato; no centro da lápide, constam o nome, o sobrenome, a data de nascimento e a data de falecimento; na lateral direita, no alto, uma imagem que ilustra um pão com talheres sobrepostos na parte interior; e na parte inferior da lateral direita, um crucifixo.

Figura 93: Lápide com ilustração de cozinheira.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

A partir do conjunto dos elementos citados, acaba sendo possível compreender que a disposição dos itens pode ter sido feita pelos familiares, a placa de ‘Mãe’, em especial

pelos filhos; as flores naturais evidenciam que o jazigo recebe manutenção frequente; o item que ilustra cozinha e/ou panificação evidencia a atividade exercida pela pessoa falecida, que tanto poderia ser a partir do espaço doméstico, como em algum espaço comercial ou industrial. Assim também a imagem da máquina de costura e os itens de artesanato, na imagem da Figura 92, indicam incerteza de onde as atividades eram desenvolvidas (no espaço doméstico e/ou público).

Na Figura 94, constam na lateral esquerda da lápide a imagem da pessoa falecida, uma mulher, acrescida de nome e sobrenome, data de nascimento e data de falecimento; na lateral direita, ao fundo, diversos vasos com flores e, na parte da frente, em destaque, um vaso de orquídea florescida, com flores cor rosa-escuro, o que sugere que se trata de uma espécie de *hobby* praticado pela pessoa falecida.

Figura 94: Lápide com imagens que ilustram flores.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

As imagens das Figuras 90, 91, 92, 93 e 94 pertencem ao que acaba sendo comum e tradicional das tarefas e afazeres desempenhados pelas mulheres e considerados femininos. A composição das Figuras 91 e 92 possuem um contexto semelhante e complementar, que sugere o exercício de uma profissão e que envolve a aquisição de renda por meio das atividades de costura. A imagem da Figura 93 pode se referir a uma atividade que se restringia ao contexto doméstico, apreciada pelas pessoas que compartilhavam momentos de refeições e/ou que dependiam dos trabalhos do preparo das refeições da pessoa falecida. Na imagem da Figura 94, a atividade associada à mulher sepultada ilustra uma atividade relacionada a um *hobby*, um passatempo ou uma atividade terapêutica.

Esses aspectos possibilitam pensar que, nas Figuras 91 e 92, a devoção religiosa se encontra enfatizada, assim como aquelas mulheres poderiam desfrutar de uma margem de maior independência e autonomia. Isso se deveria, em especial, ao fato de que o

exercício profissional poderia promover a obtenção de renda, assim como promover um maior prestígio e reconhecimento social em relação às mulheres das Figuras 93 e 94.

Com a descrição das Figuras anteriores, em que foram representadas a filha, a mãe, a esposa, a cozinheira e a cultivadora de flores, quer-se demonstrar que há poucas narrativas que ilustram histórias e trajetórias de mulheres, representam mulheres em contextos e cenários da vida privada, religiosa de fraco alcance na vida pública, quando muito, do trabalho, entendido como extensão das atividades desenvolvidas na esfera doméstica.

As imagens das Figuras 90, 91, 92, 93 e 94 sugerem que se apresente os escritos de Perrot (2005, p. 33) quando afirma que “no teatro da memória, as mulheres são uma leve sombra”. No interior dos cemitérios, no palco, sobre os jazigos, os aspectos da trajetória de vida das mulheres acabam sendo uma leve sombra, pois ursinhos de pelúcia, flores vivas ou secas, os artesanatos, as miniaturas, as imagens religiosas, os bibelôs, as caixinhas, itens de costura, da cozinha, da maternidade, da religiosidade, entre outros, ilustram apenas aspectos da vida, do trabalho e dos círculos de amizades delas. Esses aspectos podem ser também responsáveis por ilustrar e reforçar uma tese antiga, a de que a ‘cidade dos vivos’ encontra-se numa relação de espelhamento para com a ‘cidade dos mortos’, e vice-versa.

Todavia, com base nos escritos de Foucault (1987), compreende-se que as estratégias colocadas em ação no interior das relações de poder, pelo poder disciplinar, pelas tecnologias de controle e de sujeição, operam numa dinâmica de expansão e dominação que almeja a totalidade em todos os sentidos e direções. Todavia, a operacionalização de toda essa maquinaria opressora acaba sendo falha, assim como é responsável por promover experiências de luta, dissidência, resistência e subversão junto aos contextos e cenários subordinados e investidos. Considerando tais aspectos no interior do espaço do cemitério, os jazigos e as lápides não poderiam ser preteridos como locais potenciais de verificação de tal dinâmica.

Nesse sentido, a imagem da Figura 95, que ilustra uma lápide de um jazigo no qual está sepultada uma mulher, possui o formato de instrumento musical de cordas, que é composta por um retrato da pessoa falecida, pelo nome e sobrenome completo, data de nascimento e data de falecimento.

Figura 95: Lápide no formato de instrumento musical em jazigo de mulher.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

A presença de uma escultura que ilustra um instrumento musical como lápide no jazigo de uma mulher sugere discutir aspectos tais como a atuação dessa pessoa para além das atividades domésticas e do lar, para além dos espaços religiosos e do trabalho convencionalmente tolerado a mulheres; na esfera pública, para além das hierarquias convencionais, na qual as mulheres se encontram atreladas aos seus familiares (esposos, filhos, netos), com um instrumento, em um ramo do entretenimento e das atividades artísticas e culturais que foram e ainda são, historicamente e majoritariamente, ocupados e protagonizados por homens.

Porém, Perrot (2005, p. 37) adverte, esses ‘mil nada’s foram utilizados para traduzir o campo de atuação e as atividades realizadas pelas mulheres ao longo de suas vidas. Esses aspectos podem ser responsáveis por circunscrever mulheres ao espaço privado e da esfera da vida doméstica, de pouca circulação, intercâmbio e referência às esferas da vida de raso alcance e efeito. Até mesmo o instrumento de cordas da imagem da Figura 95 caracteriza a ausência de elementos da presença e da atuação das mulheres de forma real e integral, que abrangeria necessariamente o contexto da vida familiar, os círculos de amizades, os movimentos comunitários e sociais, a religiosidade, a economia e renda, a política, a cultura, etc.

3.2 PRESENÇA E PARTICIPAÇÃO RELACIONADA AO DIA DE FINADOS

Prosseguindo às análises que o espaço do cemitério e os conteúdos dos jazigos proporcionam para com as problemáticas de tecnologias de controle, a fabricação de subjetividades, as relações de gênero e agora, em específico, a presença e a participação de homens e mulheres no cemitério relacionada ao Dia de Finados, a imagem da Figura 96 apresenta duas mulheres paradas em meio às fileiras de jazigos onde conversam espontaneamente:

Figura 96: Mulheres conversando no interior do cemitério I.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Essas mulheres se encontravam nas proximidades fazendo limpeza, preparando os jazigos dos familiares e, na ocasião, interromperam os trabalhos que estavam realizando; ambas aparentam estar na faixa etária dos 50 e 60 anos, parecem ser antigas conhecidas e/ou vizinhas. O registro fotográfico foi realizado no dia 23 de outubro de 2022, próximo às 18 horas.

Na imagem da Figura 97, é possível identificar três mulheres conversando, as quais se encontram no entorno de um dos jazigos, os utensílios que carregam demonstram que estavam ocupadas com a limpeza dos jazigos nas proximidades e, ao fundo, é possível visualizar um homem que está parado observando algo. O registro foi realizado no dia 23 de outubro de 2022, por volta das 18 horas.

Figura 97: Mulheres conversando junto ao jazigo II.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Na imagem da Figura 98, é possível ver duas mulheres sentadas em um banco de espera do cemitério, na qual se alimentam e conversam. Próximo a elas, estão dispostas ao chão diversas sacolas e materiais para realizar a limpeza dos jazigos. Cogito a hipótese de que elas haviam sido ordenadas pelos seus patrões e/ou contratadas para realizar serviços no interior do cemitério em jazigos familiares. Esse registro fotográfico foi realizado no dia 29 de outubro de 2022, próximo às 17 horas.

Figura 98: Mulheres conversando e se alimentando no interior do CMI.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

As imagens das Figuras 96, 97 e 98 foram realizadas nos dias que antecedem o Dia de Finados. Isso implica que as pessoas que foram fotografadas compartilham de um mesmo motivo e de mesma atribuição para estarem no interior do cemitério, que é a

preparação dos jazigos familiares às comemorações do dia 02 de novembro. Nas três imagens, fica evidente que a presença de mulheres é predominante. Enfatizo esse aspecto pelo fato de que os horários em que estive no interior do cemitério realizando os registros fotográficos foram a partir das 17h até por volta das 18h30min, horário que ultrapassa os expedientes convencionais de trabalho, sendo assim, os compromissos de trabalho não poderiam simplesmente justificar a presença inferior de homens no local.

As imagens das Figuras 99 e 100 se referem ao Dia de Finados, 02 de novembro propriamente dito, nas quais é possível identificar um número maior de pessoas no interior do cemitério, em especial um maior número de homens do que observado nos dias anteriores.

Figura 99: Presença de homens no cruzeiro central no dia 02/11/22.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

A imagem da Figura 99 permite observar também a reunião de pessoas de diferentes faixas etárias, estipulo que a partir dos 30 anos, que se encontram junto ao cruzeiro central. O número de homens e mulheres chegou quase a ser equivalente, ambos estão acompanhados por familiares. Alguns estão junto ao cruzeiro central dispendo homenagens, outros conversam entre si, outros estão em posição que sugere mentalizações e prática de orações.

Na imagem da Figura 100, é possível identificar que junto a um jazigo familiar está um grupo de pessoas reunidas de diversas faixas etárias e que a grande maioria são homens, que alguns conversam entre si, outros observam e outros se encontram mais próximos ao jazigo.

Figura 100: Presença de homens junto aos jazigos no dia 02/11/22.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

Já na imagem da Figura 101, que também foi realizada no Dia de Finados, junto a um jazigo familiar consta um grupo de pessoas, de diversas faixas etárias, e que, segundo parece, não se encontravam há algum tempo e que estão aproveitando a oportunidade para atualizar os acontecimentos e as novidades.

Figura 101: Familiares conversando e rindo no interior do CMI.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, CMI, 2022.

A mulher que se encontra posicionada na lateral esquerda da imagem, mostrando a tela do aparelho telefônico às pessoas à sua volta, demonstra uma postura que chama a atenção pelo fato de que está rindo e fazendo rir os familiares, assim destoando, protagonizando, transgredindo, aproveitando a oportunidade do encontro, da conversa e da distração. Para a imagem dessa figura, pode ser que se teriam reações censuradoras no tom moralizante, a título do que já foi observado e refletido na Figuras 78, com a

mensagem sobre a vida da mulher falecida, na Figura 81, no baixo relevo com a mulher em prantos, na Figura 90, com o jazigo com artigos afetivos femininos e, nos termos que Perrot (2005, p. 447) descreve, “o riso não cai bem às mulheres, prefere-se que elas fiquem com as lágrimas”, ainda mais se tratando do espaço do cemitério e no Dia de Finados.

Enfim, com relação à presença e à participação de homens e mulheres no interior do cemitério relacionados à visitação e aos trabalhos de manutenção e de preparação dos jazigos familiares, conforme foi relatado no conteúdo da Entrevista N (2022) e por meio dos registros fotográficos que foram feitos ainda nos dias que antecedem o Dia de Finados, quando costuma ser o período em que ocorrem as arrumações, a limpeza, os embelezamentos e renovação dos paramentos dispostos sobre os jazigos e no interior das casas, a presença das mulheres no interior do cemitério costuma ser predominante. E, nas imagens da Figuras que se referem ao dia 02 de novembro, o Dia de Finados propriamente dito, quando existem as estruturas especialmente preparadas para os atos religiosos, quando ocorrem as homenagens oficiais, que reúnem um número expressivo de pessoas no interior do cemitério, o que lhe confere o caráter de um evento público de fato e amplamente prestigiado, a presença dos homens ocorre de forma mais proporcional em relação à das mulheres.

Sendo assim, o espaço dos cemitérios, os jazigos e/ou casas constituem espaços no qual ocorre a presença predominante de mulheres, seja para fins de elaboração do luto, de visitação e da manutenção dos conteúdos que se encontram depositados sobre os jazigos, ou no interior das casas e junto às lápides. Porém, as mulheres pouco possuem os aspectos da trajetória de vida representados nesses locais; é possível afirmar que, majoritariamente, os itens, os conteúdos e os paramentos versam sobre a história, a trajetória de homens. Dito de outro modo, as mulheres cuidam e salvaguardam os conteúdos e as narrativas que não as representam especificamente, os poucos jazigos e as lápides que tratam das trajetórias das mulheres propriamente ditas apresentam conteúdos parciais e limitadores. Diante de tais constatações, caberiam diversas problematizações¹⁹², mas, neste momento, proponho pensar sobre ‘o que justificaria a disponibilidade de tais práticas e posturas’, ‘o que estariam a ganhar com isso’, seria

¹⁹² Como, por exemplo, o que faz com que homens não desejem estar presentes nos espaços dos cemitérios, o que faz com que não se envolvam de forma paritária nos trabalhos de manutenção dos conteúdos da memória familiar, ou ainda nos processos de adoecimento e cuidados finais dos familiares acometidos.

possível ‘pensar em recompensas?’. Na próxima sessão, procuro, em parte, abordar e tecer explicações para tais aspectos.

4. FABRICAÇÃO DE SUBJETIVIDADES E A AMBIVALÊNCIA DA SUJEIÇÃO

É consenso que o poder disciplinar e as tecnologias de controle comportam ampla versatilidade, no sentido de que costumam perpassar e entrecruzar diversos campos, do privado ao público (e vice-versa) e deste às esferas econômicas, políticas, sociais, religiosas, ideológicas e culturais. Como resultados e efeitos mais últimos desses processos, tem-se o que se pode chamar de fabricação de subjetividades.

À luz dos escritos de Foucault (2003), Paul Veyne (2011), arqueólogo e historiador francês, explica que:

A constituição do sujeito corresponde a de duas maneiras: ele se comporta e se vê como vassalo fiel, súdito leal, bom cidadão etc. Um mesmo dispositivo que constitui esses objetos, loucura, carne, sexo, ciências físicas, governamentalidade, faz do eu de cada um certo *sujeito* [itálico do autor]. A física faz o físico. Assim como, sem um discurso, não haveria para nós objeto conhecido, não existiria sujeito humano sem uma subjetivação. Engendrado pelo dispositivo de sua época, o sujeito não é soberano, mas filho de seu tempo; não é possível tornar-se qualquer sujeito em qualquer época. Em compensação, é possível reagir contra os objetos e, graças ao pensamento, tomar distância em relação a eles, à religião como Igreja e clero, por exemplo. De tal maneira que o homem nunca deixou de se constituir na série infinita e múltipla de subjetividades diferentes e que nunca terão fim, sem que nunca estejamos diante de algo que seria o homem. (VEYNE, 2011, p. 179).

Guattari e Rolnik (1999), pensador francês e psicanalista brasileira respectivamente, corroboram no sentido de que a ordem capitalista afeta amplamente o campo das relações humanas, nos termos de que:

A ordem capitalística produz os modos das relações humanas até em suas representações inconscientes: os modos como se trabalha, como se é ensinado, como se ama, como se trepa, como se fala etc. Ela fabrica a relação com a produção, com a natureza, com os fatos, com o movimento, com o corpo, com a alimentação, com o presente, com o passado e com o futuro — em suma, ela fabrica a relação do homem com o mundo e consigo mesmo. (GUATTARI; ROLNIK, 1999, p. 42).

Foucault (1987) situa que o poder disciplinar encontra-se no centro do maquinismo da fabricação das subjetividades:

A disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente. Humildes modalidades, procedimentos menores, se os compararmos aos rituais majestosos da soberania ou aos grandes aparelhos do Estado. E são eles justamente que vão pouco a pouco invadir essas formas maiores, modificar-lhes os mecanismos e impor-lhes seus processos. (FOUCAULT, 1987. p. 195).

Butler (2010) discute que, nas sociedades modernas, a sujeição infiltra-se na própria constituição de existência do sujeito e na trajetória de realização dos seus desejos. A submissão acaba sendo adotada como resultado de um poder exercido sobre o sujeito, mas, ao ser introjetada e assumida por ele, este também passa a moldá-lo e a produzi-lo de uma certa maneira. A partir dos escritos de Butler (2010), Furlin (2013), socióloga brasileira, explica que:

O poder não é somente algo a que nos opomos, e sim algo do qual depende a nossa existência, porque somos sujeitos formados nas relações de poder e nelas vinculamos e nos preservamos como seres humanos inteligíveis. Como sujeitos, inscrevemo-nos nessa dependência aos discursos que nos formam, já que o poder assume uma forma psíquica e constitui a nossa identidade de sujeito (FURLIN, 2013, p. 396-397).

Dito de outro modo, ao mesmo tempo que a sujeição acaba sendo imposta é algo do qual nos servimos para nos constituirmos enquanto sujeitos. O poder precede o sujeito, subordina-o e o constitui, proporcionando um efeito instrumental. Não existe sujeito *a priori* e fora do exercício do poder, existem processos de subjetivação colocados em funcionamento por meio de mecanismos de introjeção dos costumes e das leis. E aqui penso que seja possível apontar o patriarcado. A existência do sujeito depende de sua subordinação e ele se funda “mediante uma submissão primária ao poder, que atravessa os valores e as normas internalizadas desde a infância, por meio dos processos de socialização” (FURLIN, 2013, p. 397).

Outro elemento explorado por Butler (2010) se refere à vulnerabilidade e à necessidade de sobrevivência, que podem ser entendidos como responsáveis pela aceitação e a manutenção da relação de dependência e de sujeição. Para ela, durante o processo de formação da identidade das crianças — e muitas vezes até a maioridade —, elas se encontram vulneráveis tanto à subordinação quanto à exploração. Mais do que

isso, uma vez que a criança depende das demais pessoas, a subordinação torna-se necessária à sua sobrevivência, o que implicaria uma espécie de experiência de submissão obrigatória, que mescla também relações de afeto/amor em meio ao processo. Nesse contexto de aceitação das regras impostas, a criança desenvolve relações de apego e precisa fazê-lo para poder existir e sobreviver.

Por outro lado, Butler (2010) também discute a ambivalência do processo de sujeição, uma vez que a construção da identidade das pessoas ocorre em meio a esse processo. Sendo assim, faz-se necessário que se considere que existem variadas dimensões e/ou variados elementos que forjam a teia de opressão que costuma ser imposta às mulheres pelo patriarcado e pelas esferas sociais.

Frye (1983; 2000), filósofa norte-americana contemporânea, define a dominação masculina com uma rede de barreiras e forças inter-relacionadas, responsável por imobilizar e moldar tanto pessoas quanto grupos. Trata-se de uma rede de forças e barreiras que expõem à penalidade, à perda ou ao desprezo. Segundo a autora, o confinamento é proporcionado por meio de obstáculos não acidentais, ocasionais ou evitáveis, mas “sistematicamente relacionados uns aos outros” de modo a capturar a pessoa entre e através deles, restringir ou reprimir o movimento em qualquer direção (FRYE, 1983, p. 4).

No sentido de ilustrar tais aspectos, Frye (1983) se utiliza da imagem e a metáfora que reside na gaiola que costuma ser utilizada para aprisionar pássaros. A autora sugere que focar em apenas em uma parte dos obstáculos — como, por exemplo, em uma das grades da gaiola, o que equivaleria a “não receber informações que podem implicar em uma oportunidade de promoção no trabalho” (FOCHI; ZIRBEL, 2020, p. 70) —, assim como não possuir e dispor de equipamentos e meios de transporte para realizar determinada atividade e/ou deslocamento, não permitiria reconhecer que se trata de uma estrutura complexa e maior, promovendo assim a ilusão de que a pessoa está livre para se desenvolver e seguir na direção que desejar, quando, na verdade, os demais elementos conectam-se entre si retendo e impedindo qualquer mobilidade possível.

Lindemann (2006), filósofa norte-americana, corrobora explicando que a opressão costuma estar estruturada de tal maneira que os indivíduos não se reconhecem como seres aprisionados. Sua condição, geralmente, é disfarçada por meio do uso de favorecimentos e privilégios. A compreensão e a clareza do processo de aprisionamento não parecem evidentes nem para quem está do lado de fora da gaiola, muito menos para quem está do lado de dentro.

Frye (2000) sugere que, para alcançar e obter a compreensão mais apropriada do conjunto de forças e conexões que estão presentes na estrutura da gaiola, faz-se necessário uma visão a partir de um ponto afastado, recuado, de modo que possibilite uma apreciação ampla e global, pois, analisada de muito perto, com o foco apenas em uma ou outra das grades, costuma ser quase imperceptível reconhecer as tramas e as relações de forças que a entrecruzam e emaranham. Com o ponto de vista posicionado a uma certa distância, o conjunto de barras que compõem a grande gaiola se torna mais completo.

De uma maneira ampla, a fabricação da subjetividade e da sujeição das mulheres se sustenta por meio do processo de que o sistema de exploração e sujeição do patriarcado acaba por fornecer às mulheres as tecituras das quais elas foram e são convencidas e imaginam que sejam necessárias para se constituir e existir enquanto pessoas. Isso pode ser percebido, por exemplo, nas supostas ideias de segurança e/ou de recompensas que podem ser obtidas no interior dos relacionamentos, na constituição de uma família, na geração de filhos, na manutenção da vida doméstica e familiar e que, por seu turno, são reforçadas pelas narrativas que desprestigiam experiências de vida isentas da constituição de matrimônios, da opção da não maternidade e da atuação em espaços de trabalho na esfera pública, como não sendo capazes de conferir posicionamento, reconhecimento e identidade pessoal e social digna às mulheres.

Colocando em outros termos, é neste ponto que a gaiola, ou se também preferir, a armadilha, se fecha. Afirma-se isso diante do fato que, geralmente, a ‘segurança’, as ‘recompensas’ e os ‘reconhecimentos’ são apresentados isentos do ônus que recai às mulheres que optaram por esse estilo de vida, que é o do cerceamento do protagonismo, da autonomia e da liberdade de experimentar a realização da vida em outros espaços e padrões de sociabilidade, como por exemplo junto aos movimentos sociais e políticos, ao funcionalismo público, na vasta gama de possibilidades das profissões liberais, nas diferentes manifestações artísticas, entre outras.

5. CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

No interior dos espaços dos cemitérios, sobre os jazigos, no interior das casas e junto às lápides, os conteúdos que ilustram as trajetórias de vida de homens e mulheres acabam sendo responsáveis por narrar protagonismos dissemelhantes e desproporcionais. Os jazigos, as casas e as lápides que contam com tais paramentos enaltecem histórias de homens no contexto do trabalho e da vida social, ou seja, atividades que se circunscrevem

na esfera pública e proporcionam amplo reconhecimento e prestígio junto ao público. Já as narrativas que ilustram a trajetória de vida de mulheres reverenciam a mãe, a esposa, a filha, a cozinheira, ou seja, mulheres limitadas ao contexto da vida doméstica, do lar e da família, da esfera privada propriamente dita; ou seja, o que está circunscrito num trânsito mais próximo da vida pública acabam sendo as atividades como a da costureira e a da devota religiosa, que constituiriam oportunidades de maior atuação das mulheres em termos de acesso e participação nos espaços além da esfera doméstica.

Mesmo que, majoritariamente, sejam as mulheres as responsáveis pela manutenção, salvaguardo e transmissão dos conteúdos das histórias de vida de homens e da família, e que em contrapartida não possuem conteúdos que as representem de forma semelhante e proporcional junto às lápides, aos jazigos e às casas do Cemitério Municipal de Indaial, esses espaços constituem suportes e locais reveladores da história, da identidade e da memória individual, familiar e de toda uma sociedade. Tal fato possibilita observar que se trata de um local que possui uso e manipulação profundamente associados aos padrões tradicionais da sociedade no que diz respeito às relações de gênero, homens e mulheres em específico, relações que se caracterizam pela assimetria e parcialidade.

Dito de outra maneira, as relações desiguais de gênero que caracterizam a sociedade ‘dos vivos’, também podem ser identificadas nas cidades ‘dos mortos’. Tal aspecto aponta para o fato de que, o que realmente muda, agora no contexto do espaço do cemitério, em termos de suportes de estruturas sociais convencionais, agora são constituídos por lápides, jazigos e casas. Ressalto que, a partir do que foi possível observar no interior do Cemitério Municipal de Indaial, nestes espaços, quiçá, sejam até mais dessemelhantes e discrepantes.

Ou, se ainda preferir, no que diz respeito ao espaço do Cemitério Municipal de Indaial e aos conteúdos dispostos sobre os jazigos, no interior das casas e junto às lápides, ficam expressas com significativa nitidez as desigualdades de representação e de participação por parte de homens e mulheres, as quais foram forjadas e podem ser fruto — à luz dos escritos de Foucault (1987, 2003) e de Scott (2017) — de relações de poder, tecnologias de controle e fabricação de subjetividades. O indivíduo, a individualidade e a identidade, que podem ser reconhecidos e mantidos e se dão às custas da sujeição de mulheres, as quais se encontram enredadas em meio ao sistema complexo do patriarcado — Saffioti (2001; 2004), Pateman (1993) e hooks (2017).

Compreendo que o processo de fabricação das subjetividades e da sujeição das mulheres possui inúmeras dimensões e/ou faces, que não se trata de um processo natural,

como muito bem problematizaram as autoras Oyěwùmí (2004), hooks (2017), Frye (1983, 2000), entre outras, mas que acaba sendo resultado de séculos de funcionamento de uma engrenagem político-social que captura e sujeita dentro de si indivíduos e grupos. O patriarcado, aliado ao capitalismo e ao racismo, conforme apontou Saffioti (2001; 2004) e Guattari e Rolnik (1999) têm produzido e sustentado essas formas de opressão nas mais variadas instâncias e instituições sociais, no sistema jurídico, na educação infantil, no interior dos cemitérios, entre outras, amalgamadas entre si, imprimindo-as no foro mais íntimo e psíquico da subjetividade de mulheres e homens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de compor e introduzir as considerações finais, eis que se faz necessário remontar às intenções iniciais, apresentadas na introdução desta tese, em termos de problematizações e questões norteadoras, hipóteses e objetivos de pesquisa, Estado da Arte e revisão de literatura, referencial teórico-conceitual, percurso metodológico e coleta de dados, entre outros aspectos referentes, bem como reunir e intercruciar o que foi abordado, refletido e considerado anteriormente, em cada um dos capítulos, de forma parcial e provisória.

Com relação ao percurso metodológico, a busca pela documentação sobre a criação do Cemitério Municipal de Indaial, devido aos fatos de vulnerabilidades provocados pela inundação e/ou incêndio à qual a documentação pública esteve suscetível, foi um tanto quanto desgastante, porém gratificante, mesmo que, com as evidências identificadas, ainda não seja possível descrever com precisão e certeza todos os trâmites do processo. Nesse contexto, foi de salutar importância contar com os arquivos jornalísticos presentes no Arquivo Histórico Municipal Theobaldo Costa Jamundá, em especial o livro de óbitos da Paróquia Evangélica de Confissão Luterana em Indaial, bem como as entrevistas orais de antigos moradores da cidade.

No que tange à realização das entrevistas orais, ocorreu que, no decorrer da realização das entrevistas, diversas pessoas se emocionaram, algumas na forma de choro, outras por meio de silêncios reflexivos. Nessas situações, procurei permanecer em silêncio, atentando e aguardando por algum sinal da parte delas para em seguida dar continuidade às perguntas. Observei que, conforme a entrevista chegava ao final, quando as pessoas respondiam à pergunta ‘Para você, o que é a morte?’, particularmente as que haviam se comovido, alcançavam uma espécie de conforto, no sentido conciliação e conformação, no sentido de ‘é, faz parte, assim é a vida, a vida continua’.

Tal aspecto sugeriu pensar e refletir sobre como os questionários semiestruturados, muitas vezes elaborados com a finalidade de tocar e obter/extrair testemunhos que dizem respeito, essencialmente, aos temas das pesquisas propriamente ditas, podem sensibilizar e deixar as pessoas com pouco amparo e em situação de vulnerabilidade emocional; noutros termos, como as perguntas que mobilizam conteúdos, emoções e sentimentos sensíveis podem estar sendo pensadas e estruturadas de uma forma que possam fornecer subsídios para que as pessoas cheguem ao final da entrevista tendo condições para realizar o que seria uma espécie de fechamento dos trabalhos iniciados com a entrevista; em

especial, para que possam se reequilibrar e restabelecer emocionalmente e dar sequência às demandas de suas rotinas.

Ocorreu também que testemunhei o que já foi apresentado pela pesquisadora Pedro (2011), de que as mulheres constituem grandes colaboradoras no campo da pesquisa histórica da história oral. Reitero isso pelo fato de que as mulheres demonstraram maior interesse pela pesquisa como todo, assim como se apresentaram mais disponíveis e solícitas para com os agendamentos e a realização das entrevistas propriamente ditas, assim como mais generosas em narrar e detalhar suas histórias de vida e experiências de falecimentos no contexto familiar.

As visitas ao cemitério municipal e as imagens realizadas nessas oportunidades foram oportunas no sentido de que, o que, geralmente, havia ficado como ‘não dito’, mas subentendido e sugerido nos relatos das pessoas entrevistadas, permitiram verificar e registrar fotograficamente disposto junto às lápides, sobre os jazigos e no interior das casas, bem como nas oportunidades de observação, acompanhamento e registro da circulação e da dinâmica de atividades realizadas pelas pessoas no interior do cemitério.

O Estado da Arte e a revisão da literatura possibilitaram reconhecer que os estudos que se referem à morte, ao morrer e aos espaços dos cemitérios estão em processo de desenvolvimento e diversificação; em grande parte, deixaram de ser temas de obras isoladas em meio à produção intelectual de determinados pesquisadores e, nos últimos anos, passaram a fazer parte da trajetória de pesquisa acadêmico-científica de diversos pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. No que diz respeito à contribuição brasileira nesse sentido, é possível destacar que os estudos versaram sobre o processo de secularização e criação dos cemitérios laicos no Brasil, a presença da arte e da estatuária no interior dos cemitérios, os cemitérios e seu potencial patrimonial e turístico e, mais recentemente, estudos sobre cemitérios que se encontram localizados em áreas rurais.

Percebeu-se que esta tese, intitulada ‘Tecnologias de controle, fabricação de subjetividades e sujeição de gênero: um estudo a partir do Cemitério Municipal de Indaial/SC’, inaugura, digamos assim, os estudos cemiteriais que tem como campo de pesquisa o cemitério municipal da cidade de Indaial/SC, que contribui para a discussão dos constructos da biopolítica, tais como as tecnologias de controle e governamentalidade presentes nas legislações pertinentes; as relações de poder e de gênero, constituídas por meio das edificações e dos paramentos que compõem jazigos, as casas e as lápides, e nas atividades de manutenção destes; a fabricação das subjetividades e a sujeição das

mulheres, forjadas por meio do teor dos conteúdos de memória e identidade presentes nos paramentos dispostos junto às lápides, sobre os jazigos e no interior das casas.

Dito de outra forma, em específico, o Cemitério de Municipal de Indaial ainda não havia sido tomado para estudos e pesquisas de caráter acadêmico/científico; as legislações que regem esse cemitério ainda não foram problematizadas como tecnologias de controle-estratégias da biopolítica; os conteúdos dispostos sobre os jazigos, no interior das casas e junto às lápides não haviam sido abordados como suportes de memória e identidade; assim como entendidos como conteúdos responsáveis por forjar relações de poder e de gênero e fabricantes de subjetividades, particularmente, que as atividades de manutenção desses conteúdos indicam a sujeição das mulheres.

Possibilitou compreender também que as concepções e práticas da morte, do morrer, o destino dos corpos, os locais de sepultamento e as tradições fúnebres, como se apresentam na contemporaneidade, encontram-se circunscritas numa perspectiva e trajetória histórica e integral das sociedades, que foram plasmadas no entrecruzamento de condicionantes políticos, econômicos, religiosos, sociais, culturais, e que tal qual como esses, têm sido impactadas por uma dinâmica de fatores que favorecem mudanças e discontinuidades nas formas e nos modos como as populações se relacionam com elas, sobretudo pela, cada vez maior, condução das pessoas adoecidas no interior de espaços hospitalares, pela presença de prestadores de serviço privados/terceirizados do ramo funerário, pelo esgotamento dos espaços de sepultamentos no interior dos cemitérios públicos, pelo surgimento de alternativas — negócios privados — de cemitérios parque/jardim e crematórios, pela crescente procura da cremação de restos mortais, pelo encurtamento dos ritos, homenagens fúnebres e dos processos de elaboração do luto.

As concepções e as posturas diante da morte e do morrer encontram-se circunscritas à cultura, à época e ao contexto histórico na qual foram registradas; estão investidas de inúmeros mitos, simbolismos, ritos, tradições, entre outros. Encontram-se inscritas no que se chama de temporalidades de longa duração, nos níveis conjunturais, das ideologias e das tradições religiosas, assim como das mentalidades e das subjetividades. No entanto, ainda persiste e paira a sua face velada, o medo e a negação diante da morte. Estima-se que tais aspectos, por sua vez, reverberam na capacidade de resignificação da vida — por parte de enlutados em especial —, bem como corroboram no aprofundamento do quadro de esvaziamento e *secura* espiritual que é experimentado nos tempos atuais.

Mais do que em outras décadas e nas duas últimas gerações, a morte povoa os

noticiários, ronda o pensamento e o imaginário social numa proporção até então pouco experimentada; todavia, tais temas ainda se encontram aquém de se tornarem centrais e essenciais às sociedades contemporâneas, distante de comportar um debate aberto, amplo e significativo. Para além de um mero recurso do espetáculo midiático, da especulação escatológica, do teológico ao científico, do popular ao jurídico, a morte e os fenômenos correlacionados, juntamente às questões sobre a origem e o sentido da vida, a existência de Deus, do amor, fazem parte das grandes questões que ocorrem à consciência e norteiam a existência humana.

Ariès (1989) descreve que os espaços dos cemitérios podem ser compreendidos e ocupados também como lugares de vida, um teatro e uma arena de atividades diversas; ao mesmo tempo, são galerias de arte, exposições, museus, centros comerciais de objetos de lembranças, local de celebrações serenas e alegres, batismos e casamentos; inspiração de artistas e escritores, cenário para produções filmográficas, assim como local onde as pessoas poderiam usufruir do contato social e com a natureza.

Os espaços dos cemitérios contemporâneos, em especial, os cemitérios públicos e o Cemitério Municipal de Indaial, possibilitam algumas práticas que ultrapassam a mera utilização para a finalidade a que foram criados. Os espaços dos cemitérios podem revelar elementos da genealogia e memória familiar e coletiva, aspectos étnico-culturais e a conjugação das relações sociais; podem servir também de fonte a estudos sobre crenças religiosas, padrões e estilos artísticos de época, além de demais informações sobre expectativa de vida, mortalidade e longevidade das populações, enfim, a uma vasta gama de possibilidade de temas e abordagens. Ressalto que a crescente procura por práticas de cremação e por cemitérios parque/jardim podem promover mudanças ainda mais significativas nos quadros e componentes que podem ser encontrados no interior dos espaços dos cemitérios, em termos de inscrições, itens e conteúdos que expressam e ilustram elementos biográficos, trajetórias de vida, apreços e afetos estimados aos entes falecidos.

A título de possibilidade de outros estudos que podem vir a ser desenvolvidos a partir desta tese, no que diz respeito em específico ao Cemitério Municipal de Indaial/SC, percebo forte potencial de pesquisa no ‘jazigo da cigana’ e/ou do ‘neto da cigana’, os conteúdos dos paramentos dispostos nos jazigos das crianças, as inscrições imagéticas, simbólicas, textuais e literárias junto às lápides, os conteúdos de memória e identidade étnica, religiosa e cultural que constam no interior do cemitério, as representações sociais e a percepção da vizinhança para com o cemitério, análises da paisagem e dos aspectos

ambientais, bem como criar paralelos e comparações com outros cemitérios, tanto da cidade como da região para aspectos como da criação e funcionamento, legislações vigentes, formas de sepultamentos, tipologias e conteúdos junto aos jazigos, diversidade de rituais, homenagens e oferendas, visitas e devoções, processos e experiências de elaboração do luto, entre outros.

Referente aos resultados encontrados a partir dos estudos e pesquisas desenvolvidos, tem-se que as legislações — Carta de Atenas, Nova Carta de Atenas, Carta de Juiz de Fora, as Constituições Brasileiras de 1891, 1934, 1937, 1946 e 1988 — foram e acabam sendo responsáveis por apresentar parcos conteúdos referentes à descrição, à função e à gestão que os espaços dos cemitérios podem receber por parte das autoridades públicas e de orientações à população que deles se usa. O que se sobressaía nos conteúdos desses documentos, em especial das legislações nacionais, é que esses espaços estão sob a jurisdição apenas da esfera do poder local, ou seja, da municipalidade, e cabe a esta deliberar sobre.

O fato de que os cemitérios não se encontram inseridos, amparados e contemplados em códigos e diretrizes legislativas administrativas e/ou do planejamento e da urbanidade em nível regional e/ou nacional e/ou internacional pode facilmente sugerir que se encontram isentos dos imperativos do poder soberano, dos estratagemas da biopolítica, das tecnologias de controle e do poder disciplinar; todavia, as investidas, a maquinaria e os desígnios por parte dos governos locais/municipais não podem ser menosprezados. A exemplo disso, o Cemitério Municipal de Indaial se apresentou como um potente campo de estudos.

Estimo que o Cemitério Municipal de Indaial foi criado entre as duas últimas décadas da primeira metade do século XX. O fato fundamental que requer atenção é o de que o terreno escolhido para a implantação do Cemitério Municipal de Indaial se encontra a menos de 100 metros de distância de um dos principais rios que atravessa a cidade, que é o Rio Benedito. Ou seja, a escolha pela disposição do espaço do cemitério se deu por um local em que as águas das chuvas, facilmente, dão vasão e conduzem o necrochorume, oriundo da decomposição dos corpos, para junto do leito do rio, fato que coloca as deliberações da municipalidade numa relação de dissidência para com as orientações higienistas e de salubridade difundidas pelas autoridades e das quais estavam investidas as legislações dos Estados-nação desde o século XIX.

Mesmo ponderando que as questões da sustentabilidade ambiental e do clima não estavam postas e em pauta de forma premente naquele momento, tal fator não abona a

atenção que esse aspecto requer. Em contrapartida, o local em que o cemitério foi instalado constituiu um território novo e isento de qualquer referência religiosa preexistente. Para lá, foram deslocados os sepultamentos que já existiam em outros cemitérios que funcionavam na região central da cidade e que eram geridos pelas respectivas comunidades e associações religiosas. Por seu turno, agora sim esse processo evidencia o que as deliberações da municipalidade estiveram em consonância com as orientações de caráter higienista, disciplinar, secular e laico previstas nas legislações mencionadas acima.

As legislações que regem o cemitério são a Lei municipal, nº 5379, de 16 de dezembro de 2016 e a alteração de 08 de dezembro de 2021, que resultou na Lei nº 5987/2021. Ambas foram entendidas, desde o princípio, como ‘tecnologias de controle’ (FOUCAULT, 2008) que se destinam a um local e um contexto de circunstâncias e de situações variáveis e múltiplas para um dado território, populações e atividades. Isso pode ser percebido pelo fato de que as legislações prescrevem, normatizam, disciplinam e controlam, desde a abertura ao fechamento, a circulação, a entrada e a saída dos visitantes, de prestadores de serviço, o contato com os jazigos, a manipulação de materiais, a realização de práticas ritualísticas e as homenagens.

Conforme foi observado, o teor das legislações constitui um imperativo negativo, de coação, inibição, submissão, proibição e indica a imputação de punições e penalidades ao descumprimento das prescrições. Ou, se preferir, o poder público municipal passou a atuar em nome de instituições religiosas e comunitárias, implementando toda uma maquinaria de normatizações, disciplinas e tecnologias próprias, que visavam e visam exercer poder disciplinar, obter o controle e enquadrar as atividades que poderiam vir a ocorrer naquele local.

Os conteúdos dessas legislações versam essencialmente sobre aspectos de limpeza, higiene e controle das condutas dos indivíduos no interior do espaço do cemitério, nos termos de que as homenagens fúnebres que ocorrem e podem vir a ocorrer no interior dos cemitérios municipais sejam apenas de edificação e ornamentação dos jazigos, adaptação de floreiras e o oferecimento de flores. Nesse quesito, os conteúdos novamente atendem ao espectro disciplinador e higienista pautado ainda no século XIX, porém recai às autoridades da municipalidade a implementação e a verificação do cumprimento de tais prescrições no interior do cemitério.

Todavia, tendo em vista as mais diferentes tradições religiosas praticadas pelos residentes na cidade, tais como catolicismo, luteranismo, espiritismo, umbandistas,

candomblecistas, entre outros, bem como a diversidade que é possibilitada pelo fato de se tratar de um cemitério público, isento da tutela das instituições religiosas, as legislações locais se apresentam de natureza parcial e reducionista, pois em momento algum fazem menção a qualquer homenagem, oferenda e prática de rituais aos mortos que não seja a oferenda de flores. Assim como ambas as legislações não citam as estruturas do cruzeiro central e do velário nem as atividades que ocorrem nesses locais — tais como a realização de homenagens, o depósito de oferendas e a queima de velas —, as casas/salas mortuárias, a sala da administração e os banheiros que funcionam no interior do cemitério municipal, muito menos a gestão e o uso que podem ser feitos desses espaços.

A partir das visitas realizadas, foi possível constatar que os procedimentos de limpeza e arrumação que foram realizados no interior do cemitério municipal — em especial, na ala de sepultamentos mais antigos — têm implicado na remoção dos conteúdos arquitetônicos, artísticos, históricos e culturais que se encontram junto aos jazigos e às lápides, assim como as homenagens e as oferendas alusivas ao Dia de Finados do ano de 2022, dispostas junto ao cruzeiro central e ao velário, foram removidas no dia 03 de novembro daquele ano. Esses fatos incorrem no silenciamento e no apagamento de referências de memória, identidade, do patrimônio cultural, em especial étnico, religioso, ritualístico e fúnebre, referentes às gerações passadas e às atuais, tanto dos munícipes como das demais pessoas que se valem daqueles espaços.

É de salutar importância destacar que, para além disso, as prescrições legais elaboradas pelas autoridades da municipalidade contemplam, porém de modo parcial, os cemitérios e os jazigos apenas como equipamentos incorporados ao planejamento territorial e urbano das cidades — na qual, já se sabe de antemão, lhes são imputadas disciplinarizações, tecnologias de controle e dinamização da circulação de mercadorias e populações —, porém seguem negligenciando e obstruindo o potencial que os espaços dos cemitérios possuem no sentido de confortar e reconciliar as necessidades dos indivíduos e da sociedade diante da vida, da morte, do luto, ou seja, da existência e da finitude humana, bem como de locais que possam proporcionar o desfrute e a fruição por meio de formas criativas e que favoreçam a convivência coletiva.

Ao analisar as imagens realizadas no interior do cemitério, dos conteúdos dispostos sobre os jazigos e no interior das casas, em especial junto às lápides, foi possível identificar que é frequente a presença de dados biográficos, como o nome completo, a data de nascimento e a de falecimento (numerais para dia, mês e ano), retratos e fotografias. Nos jazigos mais antigos, constam também o nome da cidade natal; nos

jazigos mais recentes, a profissão e os ofícios exercidos, os cargos ocupados, títulos, honorárias, *hobbies*, a descrição de apelidos, entre outros. Os demais elementos que costumam compor as lápides e/ou se estendem no prolongamento dos jazigos podem ser paramentos religiosos tais como cruzeiros, imagens e/ou esculturas de santidades, pombos, livros abertos, vasos, decorações domésticas; assim como a gravação de trechos bíblicos, frases literárias etc.

Sobressai-se que os cemitérios constituem ‘lugares de memória’; que os jazigos, as lápides e os paramentos adquirem o *status* de ‘suportes de memória’; que as datas comemorativas e os trabalhos de manutenção do cemitério e dos jazigos configuram práticas de ‘vigilância da memória’ e que datas como Sexta-Feira Santa, Páscoa, *Corpus Christi*, Dia de Finados, Dia dos Pais, das Mães e das Crianças acabam sendo responsáveis por demandar trabalhos e investimento por parte do poder público municipal e dos familiares que possuem entes sepultados. Essas datas acabam sendo responsáveis por atrair um público significativo para o interior do cemitério, configurando, dessa forma, momentos oportunos de ampla visibilidade dos conteúdos que se encontram inscritos e dispostos nos jazigos.

Dito de outra maneira, a partir dos paramentos depositados nos jazigos e nas lápides, é possível compreender que estes podem exercer funções muito além de informar sobre os dados biográficos da trajetória de vida; versam também sobre aspectos da vida privada, do repertório cultural e artístico, assim como aspectos da vida pública, profissional, social e política — principalmente atividades sociais, formando um conjunto de elementos que situam socialmente as pessoas falecidas. De modo geral, é possível apresentar que as distinções entre os grupos sociais podem ser percebidas pelos aspectos como da volumetria e pelo uso de materiais nobres no revestimento dos jazigos e na confecção das lápides quando se referem às famílias abastadas economicamente, e de paramentos que expressam conteúdos afetivos/sentimentais quando se tratam de jazigos de pessoas que pertencem a grupos econômicos menos favorecidos.

No interior dos espaços dos cemitérios, sobre os jazigos, no interior das casas e junto às lápides, os conteúdos costumam ilustrar as trajetórias de vida de homens e mulheres, porém acabam sendo responsáveis por narrar protagonismos dessemelhantes e destoante. Os jazigos, as casas e as lápides que contam com tais paramentos enaltecem histórias de homens no contexto do trabalho e da vida social, ou seja, atividades que se circunscrevem na esfera pública e proporcionam amplo reconhecimento e prestígio junto ao público; as narrativas que ilustram a trajetória de vida de mulheres reverenciam a mãe,

a esposa, a filha, a devota religiosa, a cozinheira, a costureira, ou seja, mulheres circunscritas à vida doméstica, ao lar e à família, da esfera privada propriamente dita. Os espaços mais próximos da esfera pública em que as mulheres costumam ser representadas constituem o campo do trabalho e da religiosidade.

Os conteúdos e as narrativas dispostos junto às lápides, sobre os jazigos e no interior das casas podem ser compreendidos como reveladores e suportes da identidade e da memória pessoal, familiar e coletiva, que possui um uso e manipulação, profundamente associados aos padrões tradicionais da vida em uma sociedade que, por seu turno, caracteriza-se por ser injusta e desigual no tocante das relações de gênero. Isso se deve ao fato de que os conteúdos, majoritariamente, versam sobre a história e trajetória dos homens da família e, em maior proporção, recai as mulheres a responsabilidade pela organização, visitação, manutenção, conservação, mediação, transmissão e salvaguardo dos conteúdos de identidade e de memória das pessoas falecidas.

Colocando a questão em outros contextos, as mulheres prestaram e prestam grandes serviços, pois foram e continuam a ser as responsáveis por reunir e guardar os elementos que compuseram e compõem a vida privada e pública de seus cônjuges e familiares. Costumam ser as mulheres (esposas, filhas e netas) que se dedicam a preparar álbuns de fotos, guardar documentos, recibos, itens da vida cotidiana, das atividades profissionais, ou seja, são elas que salvaguardaram todo um acervo e arquivo que compõem a memória e a história de suas famílias, tais como seus cônjuges, pais, tios, irmãos, filhos e avós. É possível pensar que o mesmo ocorre, aplica-se, com os conteúdos de memória e identidade depositados no interior dos cemitérios, sobre os jazigos familiares.

Todavia, as próprias edificações dos jazigos, as casas, os conteúdos das lápides, as esculturas, os símbolos e os paramentos dispostos sobre eles ainda permanecem desprestigiados no que diz respeito ao reconhecimento como sendo edificações e itens portadores de inscrições arquitetônicas, artísticas, religiosas, sociais, culturais, entre outras. Entendo que esses suportes se apresentam de uma maneira semelhante aos demais suportes de memória e identidade existentes nas demais esferas da sociedade, tais como monumentos, museus, galerias, bem como as narrativas livrescas da História, da Filosofia, da Sociologia, expressando que a história e trajetória de vida das mulheres foi e está oculta, mutada, e nos poucos casos em que foi contemplada, fizeram-na de forma não completa e integral, obliterando a pluralidade e a diversidade.

À luz dos escritos foucaultianos, foi possível abordar e refletir sobre o equipamento urbano que o cemitério constitui propriamente dito, no que tange à dimensão da morte,

do morrer, da criação e trajetória dos cemitérios, às legislações que os regem, aos sepultamentos, às homenagens, às oferendas, à manutenção dos jazigos, lápides e paramentos, possibilitando observar desde a tangibilidade de problemas estruturais imediatos, até mesmo o que se refere a questões conjunturais, compostas pelas legislações e regras que os regem, bem como sistemas e padrões de longa duração, tais como o patriarcado.

Compreendi que abordar as tecnologias de controle, as relações de poder, a fabricação de subjetividades, tendo como campo de análise o espaço do Cemitério Municipal de Indaial, os conteúdos dispostos sobre jazigos e junto às lápides, entrevistas orais, tendo em vista as relações de poder Estado e indivíduos, cemitérios e religiosidades, identidade e memória, relações de poder e sujeição de gênero constituem questões, temas e lutas profundas e que desafiam profundamente as sociedades contemporâneas. A reunião e o entrecruzamento desses aspectos possibilitaram perceber que o Estado constitui um tipo de poder político que não cessa de ignorar as pessoas e a natureza, que almeja implementar cada vez mais a disciplina, fomentar a padronização e a individualização, aprofundar e sofisticar o controle e a dominação numa dinâmica que tende à totalização, nos termos de que nada e nem ninguém possa escapar e/ou ficar de fora.

Ressalto que o poder das leis recai a todo e qualquer indivíduo, e às mulheres ainda lhes resta a sujeição no interior dos contextos familiares e sociais. Soma-se a isso o quadro geral e amplo que costuma ser caracterizado pela divisão desigual das atividades domésticas, o discurso religioso que justifica a dominação feminina, o cerceamento das escolhas infantis quando estas não se adequam aos padrões de gênero estabelecidos, a ausência de paridade entre homens e mulheres nas instâncias de poder político, jurídico, econômico, religioso, entre outros, a violência contra as mulheres, assim como a exploração dos mais variados grupos por parte de um pequeno número de homens e com poder aquisitivo desproporcional em relação aos demais, entre outros. Tudo isso requer entendimento como forças contributivas e envolvidas no processo, abordagem de interesse geral, em especial combate firme e amplo por meio de diversas frentes e movimentos sociais e institucionais e de políticas públicas.

Perrot (2005, p. 498) descreve que “as relações entre os homens e as mulheres são relações políticas. Só podemos mudar a sociedade mudando estas relações”. “O pessoal é político”, é o cotidiano que se deve mudar. Levando em consideração a complexidade e o nível de enraizamento profundo em que a relação de sujeição das mulheres se

encontra, faz-se necessário haver projetos ampliados e voltados às esferas subjetivas, pessoais, privadas e públicas, para obliterar a reprodução e a manutenção de sistemas como do patriarcado.

Sendo assim, é possível dizer também que as relações que perpassam a morte, o morrer, em especial, os espaços dos cemitérios, os paramentos dispostos sobre jazigos e lápides, bem como as atividades de manutenção deles, constituem atividades políticas. Diante desse contexto e de todo esse panorama, não posso deixar de destacar que o ‘jazigo da cigana’, as mulheres conversando no interior do cemitério, o genro que auxilia nos cuidados do sogro, os poucos homens que foram vistos realizando a manutenção dos jazigos familiares e a lápide no formato de instrumento musical no jazigo de uma mulher constituem excrescências e representações situacionais de ‘lugares incomuns’, ‘presenças desviantes’, ‘resistências’, ‘possibilidades’, ‘arranjos outros’.

Num cenário macro, ao longo do percurso dos estudos, das pesquisas e da escrita desta tese, foi possível observar esforço maior no campo jornalístico, científico, intelectual e institucional, assim como de frentes político-partidárias no sentido de conter e desarticular o avanço de ideias e movimentos de extrema-direita e neonazistas, a implementação de táticas de combate aos conteúdos *fake news*, em especial pela divulgação e incentivo da prática de checagem de fatos e informações, a mobilização e o avanço político de grupos minoritários, como, por exemplo, de membros dos povos originários, do movimento LGBTQIAP+ e das questões do clima, a ampliação de frentes e projetos da diversidade, mecanismos de denúncia e combate da violência e da violação dos direitos das mulheres, a ampliação do número de mulheres que ocupam espaços decisórios, de liderança e de representatividade política, cultural, social, entre outros.

Com esta tese, espero proporcionar maior visibilidade à complexidade que constituem os espaços dos cemitérios, aos conteúdos sobre os jazigos, no interior das casas e junto às lápides, em especial às atividades de manutenção e mediação que ocorrem junto aos jazigos familiares, para que, quem sabe, também venham a fazer parte das pautas e lutas em prol de uma sociedade mais diversa, equitativa e digna. Já não estamos mais no ponto e nas condições de onde e quando começamos, assim como os tempos já foram mais difíceis e, já que morreremos — e isso é inevitável e irreversível, fato e verdade que ainda é de difícil entendimento e compreensão ao ser humano —, que não desbotemos em ousar outras relações, outros espaços, outros suportes, outras narrativas, outras trajetórias, outras representações, outras memórias, outras identidades, outras subjetividades...

REFERÊNCIAS

ARQUIVOS DOCUMENTAIS

Correio do Norte - O Arauto das Aspirações do Povo Colonial/Indaial. Nº 9, edição de janeiro, e nº 10, de fevereiro de 1938 In: Hemeroteca Digital Catarinense. Disponível em: <https://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/Cidades2/Indaial.html> Acesso em: 20 mar. 2023.

Die Gurke/Indaial (O Pepino). In: Hemeroteca Digital Catarinense. Disponível em: <https://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/Cidades2/Indaial.html> Acesso em: 20 mar. 2023.

Jornal A Comarca, edição de julho de 1939 e de abril de 1940. Acervo do Arquivo Histórico Municipal Theobaldo Costa Jamundá/FIC. Indaial/SC. Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 277. Centro. Indaial/SC.

Livro de óbitos. Acervo da Secretaria da Paróquia Evangélica de Confissão Luterana em Indaial. Rua Osvaldo Cruz, nº 98. Centro. Indaial/SC.

LEGISLAÇÕES E CARTAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS/ABNT. *NBR 9284. Equipamento Urbano*: Classificação. Rio de Janeiro, 1986. p. 2.

BRASIL. *Carta de Juiz de Fora*. Carta dos Jardins Históricos Brasileiros. Juiz de Fora/Minas Gerais, 2010. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20dos%20Jardins%20Historicos.pdf> Acesso em: 15 fev. 2022.

INDAIAL. *Lei nº 14/1938*. Dispões sobre a municipalização dos cemitérios e estabelece medidas sobre os sepultamentos de cadáveres. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/i/indaial/lei-ordinaria/1938/2/14/lei-ordinaria-n-14-1938-dispoes-sobre-a-municipalizacao-dos-cemiterios-e-estabelece-medidas-sobre-o-sepultamentos-de-cadaveres> Acesso em: 21 abr. 2023.

INDAIAL. *Lei nº 1914/1989*. Denomina “Walter Krieck” o cemitério público municipal de Indaial. Disponível em: <https://www.legislador.com.br/LegislatorWEB.ASP?WCI=LeiTexto&ID=3&inEspecieLei=1&nrLei=1914&aaLei=1989> Acesso em: 21 abr. 2023.

INDAIAL. *Lei nº 2100/1992*. Autoriza receber por doação, área de terras destinada à cemitério municipal. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/sc/i/indaial/lei-ordinaria/1992/210/2100/lei-ordinaria-n-2100-1992-autoriza-receber-por-doacao-area-de-terras-destinada-a-cemiterio-municipal> Acesso em: 22 abr. 2022.

INDAIAL. *Lei Ordinária nº 5379/2016*. Dispõe sobre o funcionamento, organização e serviços nos Cemitérios Municipais e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/ofvcl> Acesso em: 30 jan. 2022.

INDAIAL. *Lei Ordinária nº 5.987/2021*. Altera a Lei nº 5.379/2016 e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/i/indaial/lei-ordinaria/2021/598/5987/lei-ordinaria-n-5987-2021-altera-a-lei-n-5379-2016-e-da-outras-providencias> Acesso em 20 mar. 2022.

LE CORBUSIER. *Carta de Atenas, 1933*. São Paulo: HUCITEC: EDUSP, 1993. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2974977/mod_resource/content/3/aula12_Corbuser_Le_A_Carta_de_Atenas.pdf Acesso: 10 abr. 2022.

LEI DAS XII TÁBUAS. In: GUIMARÃES, Affonso Paulo. *Noções de Direito Romano*. Porto Alegre: Síntese, 1999.

NOVA CARTA DE ATENAS. *A Nova Carta de Atenas 1996/2003*. A Visão do Conselho Europeu de Urbanistas sobre as Cidades do séc. XXI”, CEU, Lisboa, novembro de 2003.

Disponível em: https://paginas.fe.up.pt/construcao2004/c2004/docs/SAT_02_carta%20atenas.pdf Acesso em: 10 abr. 2022.

ENTREVISTAS ORAIS

ALTENBURG, Luíz Cláudio. *Entrevista E*. [nov. 2020]. Entrevistadora Graciela Márcia Fochi. Indaial, 2020. 1 arquivo .mp3 (13 min 06 segs.).

ANDRADE, Nedi Terezinha de. *Entrevista H*. [set. 2021]. Entrevistadora Graciela Márcia Fochi. Indaial, 2021. 1 arquivo .mp3 (09 min 18 segs.).

ANDRADE, Marco Aurélio de. *Entrevista I*. [set. 2021]. Entrevistadora Graciela Márcia Fochi. Indaial, 2021. 1 arquivo .mp3 (14 min 39 segs.).

BACHMANN, Vanessa. *Entrevista P*. [jan. 2020]. Entrevistadora Graciela Márcia Fochi. Indaial/SC, 2020. 1 arquivo .mp3 (09 min 03 segs.).

BATISTA, Edson. *Entrevista X*. [dez. 2022]. Entrevistadora Graciela Márcia Fochi. Indaial/SC, 2022. 1 arquivo .mp3 (22 min 19 segs.).

BEYER, Heinz. *Entrevista J*. [jun. 2021]. Entrevistadora Graciela Márcia Fochi. Indaial, 2021. Resposta do roteiro de perguntas de forma descritiva e enviada por via E-mail.

BLOEMER, Rejane. *Entrevista L.* [ago. 2020]. Entrevistadora Graciela Márcia Fochi. Indaial, 2020. 1 arquivo .mp3 (29 min 58 segs.).

CISERINO, Arlete de Fátima. *Entrevista C.* [ago. 2020]. Entrevistadora Graciela Márcia Fochi. Indaial, 2020. 1 arquivo .mp3 (09 min 10 segs.).

DRÜGER, Edson. *Entrevista W.* [jan. 2023]. Entrevistadora Graciela Márcia Fochi. Indaial/SC, 2023. 1 arquivo .mp3 (06 min 41 segs.).

FELIPPE, Juliane de Cássia F. A. *Entrevista Y.* [dez. 2022]. Entrevistadora Graciela Márcia Fochi. Indaial/SC, 2022. 1 arquivo .mp3 (13 min 40 segs.).

GOMES, Rafael. *Entrevista T.* [set. 2022]. Entrevistadora Graciela Márcia Fochi. Indaial/SC, 2022. 1 arquivo .mp3 (12 min 19 segs.).

_____. *Entrevista U.* [set. 2022]. Entrevistadora Graciela Márcia Fochi. Indaial/SC, 2022. 1 arquivo .mp3 (07 min 50 segs.).

NEUERT, Werner. *Entrevista Q.* [jun. 2021]. Entrevistadora Graciela Márcia Fochi. Indaial/SC, 2021. 1 arquivo .mp3 (24 min 47 segs.).

OBERZINER, Angela da Silva. *Entrevista B.* [nov. 2020]. Entrevistadora Graciela Márcia Fochi. Indaial, 2020. 1 arquivo .mp3 (20 min 01 segs.).

OBERZINER, Jonas Ulisses. *Entrevista D.* [nov. 2020]. Entrevistadora Graciela Márcia Fochi. Indaial, 2020. 1 arquivo .mp3 (08 min 39 segs.).

PABST, Lídia Struve. *Entrevista F.* [dez. 2021]. Entrevistadora Graciela Márcia Fochi. Indaial, 2021. 1 arquivo .mp3 (24 min 42 segs.).

PETRIS, Carolina Arlete (Yalorixa Carolina de Oxum). *Entrevista G.* [jan. 2021]. Entrevistadora Graciela Márcia Fochi. Indaial, 2021. 1 arquivo .mp3 (10 min 42 segs.).

PIASSON, Antônio José. (Tatá Ynkyce/Candomblé de Angola). *Entrevista S.* [ago. 2022]. Entrevistadora Graciela Márcia Fochi. Jaraguá do Sul/SC, 2022. 1 arquivo .mp3 (17 min 22 segs.).

REZENDE, Andrea Ishida. *Entrevista A.* [jul. 2020]. Entrevistadora Graciela Márcia Fochi. Indaial/SC, 2020. 1 arquivo .mp3 (10 min 43 segs.).

STANCK, Roseli. *Entrevista M.* [jul. 2020]. Entrevistadora Graciela Márcia Fochi. Indaial/SC, 2020. 1 arquivo .mp3 (05 min 37 segs.).

STUDNICHIA, Rubens. *Entrevista N.* [mar. 2022]. Entrevistadora Graciela Márcia Fochi. Indaial/SC, 2022. 1 arquivo .mp3 (26 min 34 segs.).

_____. *Entrevista O.* [mar. 2022]. Entrevistadora Graciela Márcia Fochi. Indaial/SC, 2022. 1 arquivo .mp3 (19 min 22 segs.).

WOLF, Irineu Valmor. *Entrevista V.* [set. 2022]. Entrevistadora Graciela Márcia Fochi. Indaial/SC, 2022. 1 arquivo .mp3 (17 min.).

ZIRBEL, Ilze. *Entrevista R.* [jul. 2022]. Entrevistadora Graciela Márcia Fochi. Florianópolis/SC, 2022. 1 arquivo .mp3 (44 min 17 segs.).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS¹⁹³

ABDALA, Amir. *Da dramatização ao silêncio social: as dimensões culturais da morte em Ribeirão Preto.* 2000. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/SP, 2000.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AGUIAR, Neuma. *Patriarcado, sociedade e patrimonialismo.* In: *Sociedade e Estado.* vol.15, n.2, p.303-330, 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext &pid=S0102-69922000000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922000000200006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 09 dez. 2021.

¹⁹³ No campo de referências constam as publicações que foram possíveis de identificar até o presente momento. Boa parte das obras que constam nas referências foram mencionadas ao longo do texto.

ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ALMEIDA, Marcelina das Graças de. A cidade e o cemitério: uma experiência em educação patrimonial. In: *Revista M*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 217-234, jan-jun. 2016.

_____. *Morte, cultura, memória. Múltiplas interseções: uma interpretação acerca dos cemitérios oitocentistas situados na cidade do Porto e Belo Horizonte*. 2007. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

ALVES, José Carlos Moreira. *Direito romano*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

AMADO, Janaína. O Grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. In: *Revista de História Universidade Estadual Paulista*. Vol 14, São Paulo: UNESP, 1995. História oral. Vol 8, número 1. jan-jun de 2005.

ARAÚJO, Maria das Graças. *Pequenas romarias para pequenos santos: um estudo sociográfico sobre o Dia de Finados*. Belo Horizonte: PUC/MG, 2009.

ARAÚJO, Thiago N. *Túmulos celebrativos de Porto Alegre – Múltiplos olhares sobre o espaço cemiterial (1889-1930)*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2008.

ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989. 2 v.

_____. *História da morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

ARRUDA, Biba. *Rogai por nós agora e na hora de nossa morte*. São Paulo: Gente, 1999.

AUTRET, Péron. *Os enterrados vivos*. Rio de Janeiro: Record, 1979.

BACHELARD, Gastón. *A poética do espaço*. Coleção os pensadores. São Paulo: Editora Abril. 1978.

BARCELLOS, C. A. K. Direito funerário: conceito, competência e breves considerações sobre seus princípios informadores. *Acta Científica. Ciências Humanas, [S. l.]*, v. 26, n. 2, p. 21–39, 2018. Disponível em: <https://unasp.emnuvens.com.br/acch/article/view/965>. Acesso em: 5 mar. 2022.

BATAILLE, Georges. *A parte maldita*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

_____. *Teoria da religião: seguida de Esquema de uma história das religiões*. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

_____. *O erotismo*. Belo Horizonte, Ed. Autêntica: 2013.

BATISTA, Henrique Sérgio de Araújo. *Jardim regado com lágrimas de saudade: Morte e cultura visual na Venerável Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula (Século XIX)*. 2008. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BAUDRILLARD, Jean. *A troca simbólica e a morte*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

BAUMAN, Zygmunt. O pavor da morte. In: *Medo líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BEAUVOIR, Simone. *A cerimônia do adeus, seguido de entrevistas com Jean-Paul Sartre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

_____. *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

_____. *Uma morte suave*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BELLOMO, Harry (Org). *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 222-232.

BERGSON, H. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BESSIN, Marc. Política da presença: as questões temporais e sexuadas do cuidado. In: ABREU, Alice Rangel Paiva [et. al.] (Orgs.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 235-245.

BITTAR, William S.M. Da morte, de velórios e cemitérios. Ou Vixit. In: *Revista Vivência*, n.33. Natal: UFRN/CCHLA, 2008.

BLANK, J. Renold. *A morte em questão*. São Paulo: Loyola, 1998.

BORGES, Maria Elizia. *Arte funerária no Brasil (1890-1930): ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto*. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2002.

_____. Crítica da arte: especificidade da arte funerária no Brasil e a interdisciplinaridade das suas formas de exposição. In: *Congresso Internacional da Abca*. São Paulo, 2002.

_____. Cemitério de la Recoleta: “o melancólico prazer de contemplá-lo”. In: MEDEIROS, Maria Beatriz de. (Org.). *A arte pesquisa*. V. 2. História, teoria e crítica da arte. Brasília/D.F.: Mestrado em Artes, UnB, 2003. p. 181-188.

_____. A estatuária funerária no Brasil: representação iconográfica da morte burguesa. São Luís. In: *VII Abanne – GT Antropologia da Emoção*. Edições do GREM, 8, 2004. Disponível em

<<http://www.artefunerariabrasil.com.br/admin/upload/artigos/texto%20do%20CD.pdf>
Acesso em: 23 mar. 2022.

_____. Arte Funerária no Brasil: contribuições para a historiografia da arte brasileira. In: *Anais do XXII Colóquio Brasileiro de História da Arte*. Rio Grande do Sul: PUCRS, 2003. Disponível em <<http://www.artefunerariabrasil.com.br/admin/upload/artigos/coloquio%20puc.pdf>>. Acesso: 23 mar. 2022.

BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa, Portugal: Difel, 1995.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. *A produção da crença*. Contribuição para uma economia dos bens simbólicos. 3ª ed. Porto Alegre: Zouk, 2008.

BRAHM, José Paulo Siefert; RIBEIRO, Diego Lemos Ribeiro; TAVARES, Davi Kiermes. Entre a vida e a morte: cemitérios, em si próprios, são museus? In: *Rev. Interfaces Científicas - Humanas e Sociais*. v.6, n.3, p. 27-36, fev. Aracaju, 2018.

BREAT, Herman; VERBEKE, Werner (Eds.). *A morte na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1996.

BRITO DA MOTTA, Alda. Feminismo, gerontologia e mulheres idosas. In: BONNETI, Alinne; SOUZA, Ângela Maria de Lima e (Org.). *Gênero, mulheres e feminismos*. Coleção Bahianas. Salvador: EDIUFBA, NEIM, 2011. p. 71-92.

BROMBERG, M. H. P. et al. *Vida e morte: laços da existência*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

BURNS, Edward M. *História da civilização ocidental: do homem das cavernas até a bomba atômica*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1968. v.1.

_____. *História da civilização ocidental*. Do homem das cavernas até a bomba atômica. 22. ed. Porto Alegre: Globo, 1979. v.2.

BUTLER, Judith. *A vida psíquica do poder*. Teorias da sujeição. 1ª Ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.

_____. *Mecanismos psíquicos del poder*. Teorías sobre la sujeción. Espanha, Universidade de Valencia, 2010.

CARNEIRO, Maristela. *Desnudando a masculinidade: representações de nudez e seminudez na estatuária funerária paulistana (1920-1950)*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2016.

- CARVALHO, Francisco de Assis. *Entre a morte, a palavra e o chão: memória, sentimento e luto nos cemitérios de São João del Rei*. 2014. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC/SP. São Paulo, 2013.
- CARVALHO, Luiza Fabiana Neitzke de. “Os Cemitérios como Índice de Modernidade Urbana”. In: *Revista Habitus*, vol. 10 (1), 39 - 52, jul./dez. 2012.
- CASSORLA, Roosevelt M. S. *Da morte: estudos brasileiros*. Campinas/SP: Papirus, 1991.
- CASTRO, Elisiana Trilha. *Aqui também jaz um patrimônio: identidade, memória e preservação patrimonial a partir do tombamento de um cemitério (o caso do Cemitério do Imigrante de Joinville/SC, 1962-2008)*. 2008. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2008.
- _____. Para cada morto, a sua cova: algumas restrições para o sepultamento de protestantes no Brasil, Século XIX. In: *Revista Inter-Legere*, Florianópolis, jan./jun., p. 157-172, 2013.
- CASTRO, Elisiana Trilha. *O patrimônio cultural funerário catarinense*. Coleção Horizontes do Patrimônio Cultural. V. 1. Florianópolis: FCC, 2017.
- _____. *A partir de uma lápide: memórias e trajetória da família e empresa Haas de Blumenau (1918-2018)*. Florianópolis/SC, 2018.
- CASTRO, Vanessa Viviane de. *Das igrejas ao cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX*. Recife: Fundação da Cultura Cidade do Recife, 2007.
- CASTRO, Mary G.; LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.
- CATROGA, Fernando. *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos*. Coimbra, Portugal: Minerva, 1999.
- _____. O culto dos mortos como uma poética da ausência. In: *ArtCultura*. Uberlândia, SP, v. 12, n. 20, p. 163-182, jan/jun. 2010
- CERTEAU, Michel de. O inominável: a morte e morrer. In: *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Vol. 1. Editora Vozes, 2011.
- CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHIAVENATO, Julio J. *A morte: uma abordagem sociocultural*. São Paulo: Moderna, 1998.
- CHAUNU, Pierre. *La mort à Paris*. Paris: Fayard, 1978.
- COELHO, T. *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo: FAPESP, 1997.

COSTA, Fernanda M. Matos da. *A morte e o morrer em Juiz de Fora: transformações nos costumes fúnebres, 1851-1890*. 2007. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora/MG, 2007.

COSTA, Ricardo da. A morte e as representações do além na Idade Média: inferno e paraíso na obra na doutrina para crianças (c. 1275) de Ramon Llull. In: *Rev. Pequena Morte*, n. 17, Rio de Janeiro, jun/jul 2009. Disponível em: <<http://www.pequenamorte.com/>> Acesso em: 09 jul. 2010.

COULANGES, Numa Denis Fustel de. *A cidade antiga: estudos sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma*. São Paulo: Hemus, 1975.

CUNHA, Manuela, Carneiro da. *Os mortos e os outros*. São Paulo: Hucitec, 1978.

CYMBALISTA, Renato. *Cidades de vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do estado de São Paulo*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.

DAMATA, Roberto. A morte nas sociedades relacionais: reflexões a partir do caso brasileiro. In: _____. *A casa e a rua*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997. p. 133-158.

DECHAUX, J. *Le souvenir des morts*. Essai sur le lien de Filiations. Paris: PUF, 1997.

DELEUZE, G. O que é um dispositivo? In: DELEUZE, G. *O mistério de Ariana*. Lisboa: Veja, 1996. p. 83-96.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Editora 34, 1998.

DIEHL, A. A. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru: EDUSC, 2002.

DILLMANN, Mauro. *Morte e práticas fúnebres na secularizada República: a Irmandade e o Cemitério de São Miguel e Almas de Porto Alegre na primeira metade do século XX*. 2013. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo/RS, 2013.

DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. *Estatuária e ideologia*. Porto Alegre: 1900-1920. Cadernos de Memória. Porto Alegre: SMC, 1992.

DOSSE, François. *A História*. Bauru/SP: EDUSC, 2003.

EDELSTEIN, Josefina. *Por qué la masculinidad se transforma en violencia*. Entrevista com a antropóloga Rita Segato. La Voz, 04 de maio de 2017. Sessão: ciudadanos – violencia de género. Disponível em: <<https://www.lavoz.com.ar/ciudadanos/por-que-la-masculinidad-setransforma-en-violencia>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

ELIADE, Mircea. *O mito do eterno retorno*. Lisboa: Edições 70, 2000.

ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FAES, Cassandra Helena; FOCHI, Graciela Márcia. Arquitetura, paisagem e patrimônio cemiterial: Um estudo do cemitério municipal de Indaial/SC/Brasil. In: FIDALGO, Pedro (Coord). *Anais do 1º Congresso Iberoamericano em Estudos da paisagem: A paisagem como problema: conhecer para proteger, gerir e ordenar*. Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa v. II. Lisboa/Portugal, 2018. Lisboa: IHC-FCSH-UNL, 2018. p. 61-81.

Disponível em: <https://novaresearch.unl.pt/en/publications/a-paisagem-como-problema-vol-5-conhecer-para-protetger-gerir-e-ord> Acesso em: 06 maio. 2022.

FARIAS, Justino A. da Silva. *Tratado do direito funerário*. São Paulo: Método, 2000.

FELIX, L. O. *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

_____. Política, memória e esquecimento, 2002. In: TEDESCO, J. C. (Org.). *Usos de memórias*. Passo Fundo: UPF, 2002.

FÉLIX L. O.; GRIJÓ L. A. *Histórias de vida: entrevistas e depoimentos de magistrados gaúchos*. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, 1999.

FERRARO, José Luís Schifino. O Conceito de Vida: uma discussão à luz da educação. In: *Rev. Educação & Realidade* [online] v. 44, n. 4, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-623690398>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

FERNANDES, Rafael de Souza Bento. Da “representação do ausente”: corporeidade em arte tumular de cemitério de Coimbra, Portugal. In: *Rev. Interfaces*. n.4, Vol. 8. Guarapuava-P, Unicentro, 2017. p. 116-126. Disponível em: https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/5208 Acesso em: 12 out. 2021.

FILHO, Leonel de Castro. *Cidade dos mortos ou lugar dos vivos?* 2007. Dissertação. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Paraná. Curitiba/PR, 2007.

FLICK, Uwe. Dados Visuais. Parte 4. In: *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004. p. 147-171.

FOCHI, Graciela Márcia. *Memória e história oral*. Indaial: Uniasselvi, 2017.

_____. *Morte, cemitério e jazigos: um estudo do cemitério municipal de Joinville*. Novas Edições Acadêmicas-NEA, 2016.

_____.; CARELLI, Mariluci Neis. N. “Imagem e atitudes diante da morte”: considerações a partir da resenha de “a solidão dos moribundos” do sociólogo Norbert Elias. In: *Revista Inter-Legere*, v. 1, n. 12, 17 set. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/4206> Acesso em: 09 fev. 2022.

_____.; REDIVO, Rayane R. B. Exemplos de arquitetura e arte presentes no Cemitério Municipal de Indaial/SC. *Revista Maiêutica*, Indaial, v. 3, n. 01, 2019, p. 1-10. Disponível em: <https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/URB> Acesso em: 04 jan. 2021.

_____.; ZIRBEL, Ilze. Patriarcado e sujeição das mulheres. *In: Revista Desenvolvimento, Fronteiras e Cidadania*. Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul/UEMS, vol. 4, n. 6, p. 56-74, jun. 2020. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/fronteiracidania/article/view/5342> Acesso em: 10 abr. 2022.

_____.; ALTEMBURG, Luiz Cláudio. Aspectos urbanísticos e sociorreligiosos no Cemitério Municipal de Indaial/SC. *In: ALTEMBURG, Luiz Cláudio (Org.) Outros olhares sobre Indaial/SC*. Veranópolis/RS, Diálogo Freiriano, 2022. p. 38-63

_____.; SOUZA, Rogério Luiz Klaumann. Práticas religiosas sob o governo das tecnologias de controle de populações no Cemitério Municipal de Indaial/SC. *In: CORSO, João Carlos; SOUZA, Rogério Luiz Klaumann. História da religião e das práticas de religiosidade*. Volume XVII. Coleção Singularis. Ponta Grossa/PR: Texto e Contextos, 2022. p. 162-189.

FÖETSCH, Alcimara Aparecida. A sacralização da natureza e a simbologia da morte: a ressignificação da paisagem religiosa nos cemitérios de anjos de São João Maria. *In: Revista Geografar*. Curitiba, v.14, n.1, p.188-202, jan. a jun./2019.

FOQUESATTO, Iloni. *Descrição do culto aos mortos entre descendentes italianos no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: UCC/EST, 1977.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Ed. Nau, 2005.

_____. "A ética do cuidado de si como prática da liberdade". *In: Ditos & Escritos V - Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *Microfísica do poder*. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 7. ed. Petrópolis/RJ, Vozes, 1987.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. 14^a. ed. Petrópolis: Vozes, 1996

_____. *Nascimento da biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. *Segurança, território e população*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. De espaços outros. *In: Estudos Avançados*, 27(79), 113-122, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/68705> Acesso em: 19 dez. 2021.

_____. *Ditos e escritos IV: Estratégia, poder-saber*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

_____. Conversa com Michel Foucault (Entrevista com D. Trombadori). In: *Ditos e Escritos VI: repensar a política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 289-347.

_____. O sujeito e o poder. In H. DREYFUS, H.; RABINOW, P. (Org.), *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231- 249.

FREUD, S. *Além do princípio do prazer*. Rio de Janeiro: Imago, 1970.

_____. *Luto e melancolia*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

FRYE, Marilyn. Opressão. In: MINAS, Anne. *Gender basic: feminist perspectives on women and man*. Wadsworth, p.11-16, 2000. Disponível em: <https://archive.org/details/genderbasicsfemi0000unse/page/n3/mode/2up> Acesso em: 01 jul. 2021.

_____. *The politics of reality: Essays in Feminist Theory*. California: Crossing Press, 1983.

FURLIN, Neiva. Sujeito e agência no pensamento de Judith Butler: contribuições para a teoria social. In: *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 395-403, jul./dez. 2013.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. *Introdução ao estudo do direito: teoria geral do direito*. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense: São Paulo: Método, 2015.

GIACÓIA, Oswaldo. *A visão da morte ao longo do tempo*. Ribeirão Preto: Simpósio Morte, valores e dimensões, 2005.

GINZBURG, Carlo. De A. Warburg a E. H. Gombrich: notas sobre um problema de método. In. _____. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 41-93.

GOMES, Ângela de Castro. *A guardiã da memória*. Acervo - Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v.9, nº 1/2, p.17-30, jan./dez. 1996.

_____. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: _____. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 7-26.

GRASSI, Clarissa. *Memento Mortuorum: inventário do cemitério Municipal de São Francisco de Paula*. Curitiba/PR: Edição do autor, 2016.

_____. *Cidade dos mortos, necrópole dos vivos: a Curitiba do Cemitério Municipal São Francisco de Paula*. 2016. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

GUEDES, Sandra P. L. Camargo. *As atitudes perante a morte em São Paulo*. 1986. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo/SP, 1986.

_____. A secularização de cemitérios públicos em São Paulo: uma proposta liberal. *In: Anais da III Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. São Paulo: 1984. p. 145-148.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: LP&A, 2000.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. 2ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2017.

HAROUEL, Jean Louis. *História do urbanismo*. São Paulo: Papyrus, 1990.

HARTOG, F. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HEIDEGGER, M. *Ser e tempo*. Petrópolis: Vozes, (vol. I) 1988, (vol. II) 1990.

HENNEZEL, Marie de; LELOUP, Jean-Yves. *A arte de morrer: tradições religiosas e espiritualidade humanista diante da morte na atualidade*. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

HEYMANN, L. *O “devoir de mémoire” na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, p. 1-26.

HOBBSAWM, E. Introdução: a invenção das tradições. *In: HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (org.). A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 9-23.

HOOKS, bell. *Compreendendo o patriarcado*. Blog Ação Transformativa. Publicado por Angelica Rente, 21 de junho de 2017. (Traduzido do inglês: *Understanding Patriarchy*. Louisville Anarchist Federation Federation, 2010). Disponível em: <https://transformativa.wordpress.com/217/06/21/compreendendo-o-patriarcado-bell-hooks/> Acesso em: 27 jun. 2021.

HUXLEY, Francis. *O sagrado e o profano: duas faces da mesma moeda*. Rio de Janeiro: Primor, 1977.

JESUS, Francisco de Paula Santana de. *Geografia da morte: a cultura fúnebre e os cemitérios de Salvador oitocentista (1860-1900)*. *In: Monções*. Revista de História da UFMS/CPCX v. 1, nº 1, set. 2014. p. 148-158. Disponível em: <http://www.pretosnovos.com.br/dropbox/textos/academicos/155-304-1-SM.pdf> Acesso em: 13 out. 2021.

JUNIOR, Lourival Andrade. *Da barraca ao túmulo: Cigana Sebinca Christo e as construções de uma devoção*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná/UFPR/ Curitiba, 2008.

_____. Túmulos e milagreiros: o caso da cigana Sebinca Christo. In: *Revista Relegens Thréskeia*, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 76-90, jun 2012. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/relegens/article/view/31044>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

KELLEHEAR, Allan. *Uma história social do morrer*. 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

KÜBLER-ROSS, Elizabeth. *Sobre a morte e o morrer: o que os doentes terminais têm para ensinar a médicos, enfermeiras, religiosos e aos seus próprios parentes*. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LASCH, Christopher. *A cultura do narcisismo. A vida americana numa era de esperanças em declínio*. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

LAUWERS, Michel. *O nascimento do cemitério: lugares sagrados e terra dos mortos no Ocidente medieval*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. *História e memória*. Campinas; SP: Unicamp, 1990. p. 535-549.

LIMA, Tania Andrade. De morcegos e caveiras a cruzeiros e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade sociais). In: *Anais do Museu Paulista*. N. Ser, v. 2, dez/jan de 1994. p. 87-150.

LIMAS, Louisy de. *La petite mort: transgressão e gozo erótico*. 2014. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Literatura, Florianópolis, 2014.

LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. *Origem histórica dos cemitérios*. São Paulo: Secretaria de Serviços e Obras da Prefeitura do Município, 1997.

MAFFESOLI, Michel. *O conhecimento comum: introdução à sociologia compreensiva*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

MARANHÃO, José Luiz de Souza. *O que é morte*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

MARQUES, Gabriel G. *Cem anos de solidão*. 128ª ed. Rio de Janeiro; Ed. Record, 2022.

MARTINS, José de Souza. (Org.) *A morte e os mortos na sociedade brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1983.

MENDES, Cibele De Mattos. *Práticas e representações artísticas nos cemitérios do convento de São Francisco e venerável ordem terceira do Carmo Salvador (1850-1920)*. 2007. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2007.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: _____; SILVA, Zélia Lopes da (Orgs.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: UNESP: FAPESP, 1999. p. 11-29.

MILL, John Stuart; TAYLOR, Harriet. *A sujeição das mulheres* (1869). Coimbra: Almedina, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de S; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? In: *Cad. Saúde Pública*. 1993, v. 9, n.3, p. 237-248.

NOVAIS, A. *O olhar*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

MORAIS, Isabela A. de Lima. *Pela hora da morte*. Estudo sobre o empresariar da morte e do morrer. Uma etnografia no grupo Parque das Flores em Alagoas. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, 2009.

MORIN, Edgard. *O homem e a morte*. Trad. João Guerreiro Boto e Adelino dos Santos Rodrigues. 2. ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1970.

MOTA, Antônio. Formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros. In: *Rev. Brasileira de Ciências Sociais*, 2009, v. 24, n. 71, p. 73-93.

_____. No território da morte: cenários, pompas e urbanidade nos cemitérios do Rio. In: *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. n.8, 2014, p.237-255.

_____. *À flor da pedra: formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Ed. Massangana, 2008.

MAUAD, Ana Maria. *Sob o signo da imagem: A produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social, da classe dominante, na cidade do Rio de Janeiro*. 1. ed. Niterói: LABHOI/UFF, 2002. Disponível em: <http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/dssam.pdf> Acesso em: 03 maio. 2022.

MAUAD, Ana Maria. Fragmentos de memória: oralidade e visualidade na construção das trajetórias familiares. In: *Projeto História: PUC/São Paulo*, (22), junho de 2001, p.157-169. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10734> Acesso em: 03 maio. 2022.

MUMFORD, L. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

NALLI, Marcos. A. G. Édipo Foucaultiano. In: *Tempo Social Rev. Sociol. USP*, São Paulo, 12(2), p. 109-128, nov. de 2000.

NASCIMENTO, Mara. *Irmandades leigas em Porto Alegre*. Práticas funerárias e experiências urbanas no século XVIII e XIX. 2006. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2006.

_____; DILLMANN, Mauro (Org.). *Guia didático e histórico de verbetes sobre a morte e o morrer*. Porto Alegre: Casalettras, 2022.

NEUERT, Werner; STRUVE, Marco Antônio. *Indayal: uma vida em Blumenau 1860-1934*. Blumenau: AmoLer Editora, 2022.

NOGUEIRA, Renata de Souza. *Quando um cemitério é patrimônio cultural*. 2013. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. *In: Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, dez. de 1993.

OBERTI, Alejandra. La memoria y sus sombras. *In: JELIN, Eizabetth; KAUFMAN, Susana*. (Org.). *Subjetividad y figuras de la memoria*. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana: Nueva York: Social Science Research Coucil, 2006. p. 73-110.

_____. ¿Qué le hace el género a la memória? *In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe* (Orgs). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010. p. 13-30.

OLIVEIRA, Maria Aparecida Souza. Sujeição, Costume e sentimento como manutenção da servidão feminina. Stuart Mill e a Sujeição das mulheres. *In: Sapere Aude*. Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p. 494-500, 1º sem. 2013.

OSMAN, Samira Adel Osman; RIBEIRO, Olívia Cristina Ferreira. Arte, história, turismo e lazer nos cemitérios da cidade de São Paulo. *In: Rev. Licere*, Belo Horizonte, v.10, n.1, p. 1-15, abr./2007.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. *Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas*. Trad. De Juliana Araújo Lopes. (para uso didático) de: OYĚWÙMÍ, O. *Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies*. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. 74 Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8.

_____. *La invención de la mujeres. Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género* (versão em inglês: 1997). Bogodá: Editorial en la frontera, 2017.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEDRAZZI, Fernanda Kieling. O epitáfio como lugar do discurso no monumento cemiterial. *In: Rev. Interfaces*. n.4, Vol. 8. Guarapuava-PR, Unicentro, 2017. p. 21-33. Disponível em: https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/5208 Acesso em: 12 out. 2021.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *In: Rev. Topoi*, Rio de Janeiro, v.12, n.22, jan.-jun. 2011, p. 270-283.

Disponível em:

http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi22/topoi%2022%20-%20artigo%2015.pdf Acesso em: 07 ago. 2018.

PERNIOLA, Mario. *Pensando o ritual: sexualidade, morte, mundo*. São Paulo: Studio Nobel, 2000.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru/SP, EDUSC, 2005.

PIOVEZAN, Adriane. *Morrer na guerra: a sociedade diante da morte em combate*. Curitiba: Editora CRV, 2017.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

PLATÃO. Fédon. In: *Diálogos*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 55-126.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. Rio de Janeiro, In: *Estudos Históricos*, v.2 nº. 3, 1989, p. 3-15.

POUPART, Jean Et. al. *A pesquisa qualitativa*. Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

PRINS, G. História oral. In: BURKE, P. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

RAMÍREZ, Doris E. Lugo. *Ante el espejo de la muerte*. El Coloquio sobre la muerte, el morir y los muertos em Puerto Rico. 28 e 28 de octubre de 2016. Puerto Rico: Fundación Puertorriquena de las humanidades, 2017.

REALE, Giovanni. *Sofistas, Sócrates e socráticos menores*. São Paulo: Ed. Loyola, 2009.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REZENDE, Eduardo Coelho Morgado. *O céu aberto na terra: uma leitura dos cemitérios na geografia urbana de São Paulo*. São Paulo: E. C. M. Rezende, 2006.

_____. *Metrópole da morte, necrópole da vida*. Um estudo geográfico do cemitério da Vila Formosa. 2. ed. São Paulo: Cartago Editorial, 2000.

RIBEIRO, Josefina Eloína. *Escultores italianos e sua contribuição à arte tumular paulistana*. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, USP, 2000.

- RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.
- RIGO, Kate Fabiani. Morte e cemitério no espaço escolar? In: *Revista Científica CENSUPEG*, nº. 3, 2014 p. 134-139.
- RODEGHERO, Carla Simone. *Memórias e combates: uma história oral do anticomunismo católico no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Letra e Voz, 2017.
- RODRIGUES, Alcineia dos Santos. *O processo de dessacralização da morte e a instalação de cemitérios no Seridó, séculos XIX e XX*. 2011. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2011.
- RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.
- _____. Lugares dos mortos na cristandade ocidental. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Maringá (PR) v. 5, n.15, p. 105-129, jan/2013.
- _____. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- RODRIGUES, Claudia; LOPES, Fábio Henrique (Org.). *Sentidos da morte e do morrer da Ibero-América*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.
- RODRIGUES, Paula Andréa Caluff. *Duas faces da morte: o corpo e a alma do Cemitério Nossa Senhora da Soledade, em Belém/PA*. 2014. Dissertação (Mestrado). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN, Rio de Janeiro, 2014.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- ROSA, Edna Terezinha. *A relação das áreas de cemitérios públicos com o crescimento urbano*. 2003. Dissertação (Mestrado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, Florianópolis/SC, 2003.
- ROSA, Mariana. A. de C. (2021). “Os mortos contam segredos”: os cemitérios enquanto documentos/monumentos para o estudo histórico. In: *Escrita Da História/REH*. Ano VII, vol. 7, n. 13, jan./jun. 2020. p. 77-104.
- _____. *Cemitério São José: história, memória e sensibilidades teresinenses*. 2019. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Maranhão, 2019.
- ROSSI, P. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *In: Cadernos Pagu*, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001.

_____. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALVATICI, S. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *In: Revista de História Oral*, v. 8, n. 1, p. 29 – 42, jan-jun. 2005.

SANTOS, Aline Silva. *Morte e paisagem: os Jardins de Memória do Crematório Municipal de São Paulo*. 2015. Dissertação (Mestrado). São Paulo, FAUUSP, 2015.

SANTOS, Cícero Joaquim dos. *A mística do tempo: narrativas sobre os mortos na região do Cariri/CE*. 2017. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

SANTOS, Geraldo J. Et al. *Levantamento documental dos arquivos dos “cemitérios de Uberlândia”*. Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Federal de Uberlândia. Inventário de fontes de pesquisa em Uberlândia. Uberlândia/MG: CDHIS, 1996.

SANTOS, Maria. C. C. L. dos. Conceito médico-forense de morte. *In: Revista Da Faculdade De Direito, Universidade De São Paulo*, 92, 1997, p. 341-380. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67369> Acesso em: 21 dez. 2021.

SANTOS, M. S. *Memória coletiva e teoria social*. Coimbra: Annablume, 2012.

SCHMITT, Jean-Claude. *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCHMITT, Juliana. *Mortes vitorianas: corpos, lutos e vestuário*. São Paulo: Alameda, 2010.

SCHOPENHAUER, Arthur. *Metafísica do amor, metafísica da morte*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *Sobre a morte: pensamento e conclusões sobre as últimas coisas*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

SCHOPENHAUER, Arthur. *As dores do mundo* [livro eletrônico]. São Paulo: Edipro, 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Amp; Realidade*, 20(2), 2017. p. 72-99. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>
Versão revisada de: SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16(2): 5-22, jul/dez. 1990.

SIQUEIRA, Jéssica Câmara. A representação da morte em epitáfios. *In: ReVEL*, v. 11, n. 20, 2013. p 9-24. Disponível em: www.revel.inf.br Acesso em: 18 jan. 2021.

SILVA, Dalton da. *Os serviços funerários na organização do espaço e na qualidade sócio-ambiental urbana: Uma contribuição ao estudo das alternativas para as disposições finais funerárias na ilha de Santa Catarina*. 2002. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis/SC, 2002.

SILVA, Deuzair José. *Secularização da morte e religião: o processo de secularização dos cemitérios em Goiás, um estudo de caso*. *In: Periódicos da UFMR*, vol. 5, num. 15, UFMR, 2015. p. 33-44.

SILVA, Eduardo. *O cemitério de Santa Cruz como patrimônio cultural*. 2010. Dissertação. (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, UNIVILLE, Joinville/SC, 2010.

SILVA, Érika Amorin da. *O cotidiano da morte e a secularização dos cemitérios em Belém na segunda metade do século XIX (1850-1891)*. 2005. Dissertação. (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/SP, 2005.

SILVA, J. A. F. *Tratado de direito funerário – Tomo I*. São Paulo: Método Editora, 2000.

SOARES, Miguel Augusto P. *Representações da morte: fotografia e memória*. 2007. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2007.

SOIHET, Raquel. *Condição Feminina e formas de violência*. Mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOUZA, Rogério Luiz de. A paroquialização como fenômeno geopolítico e estratégia biopolítica no processo de formação da República no Brasil. *In: História Unisinos* vol. 24, nº 1, p. 67-82, jan/abr. 2020.

_____. Para uma história da geopolítica republicana no Brasil: a República laica e a Igreja Católica. *In: FRANCO, José E.; DALLABRIDA, Norberto; SOUZA, Rogério Luiz de. Gêmeas Imperfeitas: as repúblicas do Brasil e de Portugal unidas no ideal e diferenciadas nas práticas*. Florianópolis/SC: Edições do Bosque NUPPE/CFH/UFSC, 2019. p. 17-68.

SIUDA-AMBROZIAK, Renata; MANSKE, Cione Marta Raasch. Religião, morte e cemitério na memória coletiva e identidade étnica dos pomeranos e seus descendentes no Brasil. *In: Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano XIV, n.40, maio/ago. de 2021. p. 117-142.

SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Sobre a fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

STEYER, Fábio Augusto. Representações e manifestações antropológicas da morte em alguns cemitérios do Rio Grande do Sul. In: BELLOMO, Harry R. (Org.). *Cemitérios do Rio Grande do Sul. Arte, sociedade, ideologia*. 2. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2008. p. 61-96.

TEDESCO, J. C. *Memória e cultura: o coletivo, o individual, a oralidade e fragmentos de memórias de nonos*. Porto Alegre: Est Edições, 2001.

_____. (Org.). *Usos de memórias: política, educação e identidade*. Passo Fundo: UPF, 2002.

TIMPANARO, Mirtes. *A morte como memória: imigrantes nos cemitérios da Consolação e do Brás*. 2006. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo/SP.

TODOROV, T. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós, 2000.

THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VALLADARES, Clarival do Prado. *Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros*. Rio de Janeiro: MEC/RJ, 1972. 2 v.

VEYNE, Paul. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VOVELLE, Michel. *As almas do purgatório, ou, o trabalho de luto*. São Paulo: Unesp, 2010.

_____. *Ideologias e mentalidades*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. *Imagens e imaginário na história. Fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX*. São Paulo: Editora Ática, 1997.

WEBER, Max. *Economy and society*. 2 vols. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1968. YOUNG, Iris Marion. *Justice and the Politics of Difference*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1990.

ZIRBEL, Ilze. O Lugar da mulher na antropologia pragmática de Kant. *Kant e-Prints*. Campinas, Série 2, v. 6, n. 1, p. 50 - 68, jan.- jun., 2011. Disponível em: <https://www.cle.unicamp.br/eprints/index.php/kant-e-prints/article/view/307> Acesso em: 20 fev. 2020.

_____. O problema do padrão duplo de cidadania das teorias políticas modernas. In: CASTRO, Susana; Correia, Adriano e SPARANO, Maria Cristina de Távora. *Psicanálise e gênero*. São Paulo: ANPOF, 2017, p. 106-127. (coleção Publicações ANPOF – encontro XVII). Disponível em: <http://www.anpof.org/portal/imagens/psicanalise-e-egenero.pdf> Acesso em: 20 fev. 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A: TERMO DE ESCLARECIMENTO E LIVRE CONSENTIMENTO/TELC

Você está sendo convidado a participar da pesquisa e estudos intitulada **Morte, cemitérios e Jazigos: um estudo do cemitério municipal de Indaial-SC** cujos objetivos são de analisar a participação de mulheres e homens diante da experiência de morte de familiares, dos ritos de velório e sepultamentos e da manutenção de jazigos/capela no Cemitério Municipal de Indaial-SC

A sua participação no referido estudo se dará por meio de entrevista oral gravada a partir de questões semiestruturadas. Essa pesquisa tem como benefícios aproximar refletir sobre os aspectos da memória e história familiar/social no interior do cemitério e na depositados em jazigos e capelas.

A pesquisa será realizada somente a partir da leitura, concordância e de sua autorização obtida através da assinatura deste Termo. Por outro lado, você não será submetido a qualquer tipo de pressão, a entrevista será a partir da realização de convite de participação voluntária, considerando a possibilidade da aceitação ou não desta e você será tratado com todo respeito, dignidade e ética cabível.

Depois de gravada e transcrita, a entrevista será entregue para você revisar e autorizar o conteúdo descrito.

A sua privacidade será respeitada, ou seja, seus dados serão mantidos sob sigilo, seu nome será mencionado como participante da entrevista, mas o conteúdo da entrevista que possa vir a ser utilizado será apresentado a partir de um código de associação. Ou seja, seu nome não será veiculado diretamente ao conteúdo da entrevista. Também, você pode se recusar a participar do estudo, ou retirar seu consentimento a qualquer momento, bem como por sair da pesquisa, sem precisar justificar e não sofrerá qualquer prejuízo.

A (o) pesquisador (a) responsável pelo estudo é Graciela Márcia Fochi, (47) 984230686, que atua na Instituição de ensino Uniasselvi/NAED, localizada no Endereço de Rodovia BR-470, Km 71, 1.040 - Benedito, Indaial/SC, e é acadêmica do Curso de Pós-graduação/Doutorado em História Global na Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, localizada no bairro Trindade, na cidade de Florianópolis/SC.

É assegurada a assistência durante a pesquisa, bem como é garantido o sigilo e o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos sobre o estudo, enfim, tudo o que você queira saber antes, durante e depois da sua participação na pesquisa.

Você não receberá e nem pagará nenhum valor econômico para participar do estudo. No entanto, caso ocorra algum dano decorrente da sua participação no estudo, será devidamente indenizado, conforme determina a lei.

O Termo de Esclarecimento e Livre Consentimento/TELC se encontrará impresso e assinado em duas vias, sendo uma que ficará de sua posse, outra de posse do responsável pela pesquisa ou por seu representante legal, que providenciará o devido arquivamento.

Eu, _____ concordo voluntariamente em participar da pesquisa/estudo _____

conforme informações contidas neste TELC, que está impresso em duas vias, uma fica com o participante do estudo e a outra com o pesquisador.

Indaial/SC, dia/ mês/ano.

Assinatura do Participante

Responsável pela Pesquisa

APÊNDICE B: ROTEIRO PERGUNTAS PARA ENTREVISTAS INDIVIDUAIS

- 1- Nome:
- 2- Naturalidade:
- 3- Data de nascimento:
- 4- Trabalho/experiência:
- 5- Escolaridade:
- 6- Religião:
- 7- Quais foram os falecimentos que já ocorreram na sua família?
- 8- Qual era a sua relação de convívio com estes entes?
- 9- Quais foram os que você mais participou/envolveu?
- 10- Você costuma levar ou fazer homenagens ao cemitério? Quais?
- 11- O que consta no jazigo de seus familiares (lápide, imagens, esculturas, mensagens, símbolos)?
- 12- Quando você costuma visitar o cemitério e os jazigos de seus familiares?
- 13- Você realiza a manutenção do jazigo/capela da família?
- 14- Como você se organiza para os trabalhos no jazigo/capela da família?
- 15- Que tarefas de manutenção você costuma realizar?
- 16- Como foi resolvido/acordado essa questão entre os familiares?
- 17- Quem costuma lhe ajudar ou lhe acompanhar no cemitério?
- 18- Lhe agrada fazer a manutenção do jazigo/capela de sua família? Comente:
- 19- Que destino você quer dar ao seu corpo após a morte?
- 20- Para você o cemitério convencional possui alguma importância histórica, religiosa, cultural? Comente:
- 21- Para você o que é a morte?
- 22- Existe algo que você gostaria de falar que não foi perguntado?

Muito Obrigada!

APÊNDICE C: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ADMINISTRADORES DOS CEMITÉRIOS

- 1- Nome:
- 2- Naturalidade:
- 3- Data de nascimento:
- 4- Trabalho/experiência:
- 5- Escolaridade:
- 6- Religião:
- 7- Por quantos cemitérios o sr^o. é responsável?
- 8- Quais são as principais tarefas que o sr^o. realiza?
- 9- Quantos funcionários estão lotados no Cemitério Municipal?
- 10- Quantos cemitérios existem na cidade?
- 11- Como se dá a relação com os padres, pastores e demais representantes oficiais de outras religiões?
- 12- Quais são as principais formas de homenagens, oferendas e rituais que ocorrem no interior do cemitério?
- 13- Como é a relação com a vizinhança (moradores, comércio)?
- 14- Quais são os principais problemas que se apresentam neste momento no Cemitério Municipal de Indaial?
- 15- Como estão sendo solucionados?
- 16- Quais são os principais comportamentos de visitantes que desrespeitam as regras e a legislação do cemitério?
- 17- Quais são os principais atos de depredação, vandalismo e/ou demais usos ilícitos que ocorrem no interior do cemitério?
- 18- Que medidas têm sido tomadas diante destes ocorridos?
- 19- Situações incômodas, curiosas, engraçadas que lhe ocorreram no exercício da função?
- 20- Lhe agrada fazer este trabalho? Comente:
- 21- Que destino gostaria de dar ao seu corpo após a morte?
- 22- Para você, o que é a morte?
- 23- Existe algo que gostaria de falar que não foi perguntado?

Muito Obrigada!

**APÊNDICE D: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MORADOR DA
COMUNIDADE MULDE**

- 1- Nome:
- 2- Naturalidade:
- 3- Data de nascimento:
- 4- Trabalho/experiência:
- 5- Escolaridade:
- 6- Religião:
- 7- Profissão:
- 8- A quanto tempo atua junto à paróquia luterana Cristo Salvador?
- 9- Que atividades realiza na paróquia:
- 10- Como se deu a transferência do cemitério da comunidade, da paróquia do Mulde, para o poder público municipal, a prefeitura?
- 11- Como foi a reação da comunidade com a transferência do cemitério da paróquia, da comunidade para a prefeitura?
- 12- Quando foi que a prefeitura passou a realizar sepultamentos no cemitério?
- 13- Existe algo que você gostaria de falar que talvez não tenha sido perguntado sobre esse cemitério, sobre o processo que o cemitério está passando?

Muito obrigada!